DECRETO Nº 3.287 DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O prefeito municipal de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, na forma dos Anexos I e II, constituídos de 646 (seiscentos e quarenta e seis) laudas, os quais ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 2° - Para efeitos deste Decreto, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I- Abastecimento de Água;

II- Esgotamento Sanitário;

III- Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos e

IV- Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

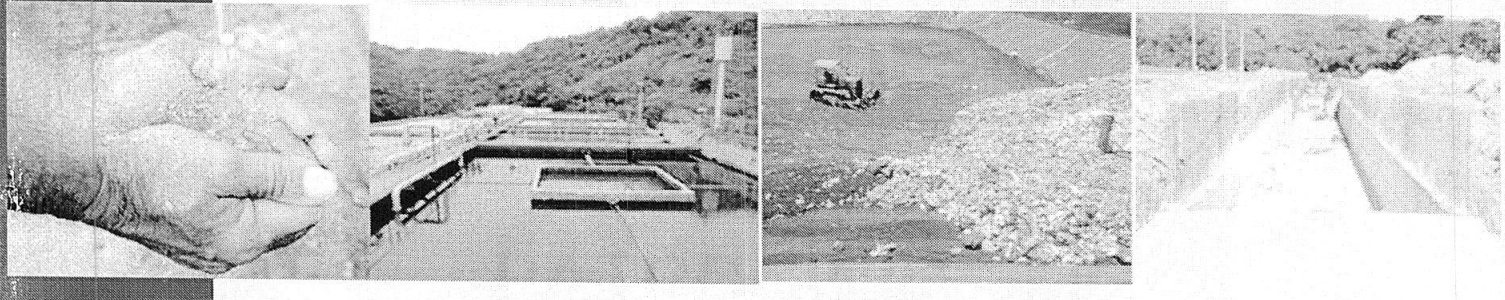
Patrocínio-MG, 19 de setembro de 2016.

Lucas Campos de Siqueira
Prefeito Municipal

Publicada(o) Jornal Folha de Patrocínio em 20/09/2016 pág. A4 e afixada(o) no placard da Prefeitura Municipal de Patrocínio dia 03/10/2016 à dia 10/10/2016

PMSB
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PATROCÍNIO - MG



PRODUTO 6 – RELATÓRIO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Ano 2016

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

PRODUTO 6

RELATÓRIO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO
Endereço: Praça Dr. Olímpio Garcia Brandão, N° 1452 - Centro
CEP 38740-000– Estado de Minas Gerais

Prefeito Municipal: **Dr. Lucas Campos de Siqueira**
Vice-Prefeito Municipal: **Roberto Queiroz do Nascimento**

DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

DIEFRA

COMITÊ DE COORDENAÇÃO E COMITÊ EXECUTIVO

COMITÊ DE COORDENAÇÃO:

Representantes do Poder Público Municipal:
Helton Rodrigues Borges
José Eustáquio das Graças Mendes
Mário Teixeira de Ávila Júnior
Representantes do Legislativo Municipal:
Fábio de Paulo dos Reis
José Renaldo da Cunha
Representantes da Sociedade Civil:
Dr. Itamar Bernardes Eugênio
Fábio Carvalho Brandão
1º Ten. PM Clênio Aparecido Severo

Secretário Executivo: Carlos Ibrahim Daura

COMITÊ EXECUTIVO:

Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:
Joselitamar Aparecida Caixeta
Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Wesley Faber Romão Siqueira
Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Eurípedes de Assis Peres
Representante da Secretaria Municipal de Obras:
Helton Rodrigues Borges
Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Eduardo Machado Arantes
Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:
Flávio Pereira Guimarães
Representante da Sociedade Civil:
Ildeu José Pinheiro
José Lúcio de Paula Henrique
Marcelízio Eustáquio Caixeta
Representante de Instituição de Ensino Superior:
Marcelle Abrão de Carvalho

Coordenador: Carlos Alberto Amorim

CONSULTORIA CONTRATADA
DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 17.579.459/0001-94• CREA Nº 10.115 mg
Rod. Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, Km 1, 1.000.
Tel.: 31 3319 6600 - CEP 30390-085
Belo Horizonte - MG
Home: www.diefra.com.br • e-mail: diefra@diefra.com.br

DIEFRA

EQUIPE TÉCNICA - DIEFRA

Coordenação Geral: **Dirceu Krolmann**

Coordenação Técnica: **Dóris Aparecida Garisto Lins** - Engenheira Florestal, Sanitarista, Ambiental, Perita, Auditora e Bióloga.

José Nelson de Almeida Machado - Engenheiro Civil e Sanitarista.

Eduardo de Oliveira Bueno - Engenheiro Civil e hidrologia.

Cícero Antunes Catapreta - Engenheiro Civil e Sanitarista.

Josélia Maria e Souza Almeida - Engenheira Civil e Sanitarista

Glauber Pereira dos Santos - Psicólogo Mobilizador

Marina Sardinha Machado - Engenheira Ambiental

Isabella Figueiredo Caldeira Brant - Engenheira Ambiental

Anna Adélia Ayres - Economista e Demógrafa.

Tatiana Fontela - Bióloga.

Marcia Aparecida Coelho Pinto - Advogada.

Regina Celi Krollman Fogli - Engenheira Civil.

Fernando Sérgio Fogli - Geógrafo.

Francielen Ferreira Montaldi- Planejamento.

Ana Paula Izaias de Moraes - Pedagoga.

Fabiana Cardoso Motta- Economista.

Frederico Fortes Ribeiro - Historiador, Auditor, Perito, Gestor Ambiental e Técnico em Meio Ambiente.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO **11**

1 INTRODUÇÃO **12**

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO **13**

3 BASE LEGAL **17**

3.1 FUNDAMENTAÇÃO 17

3.2 PRINCÍPIOS 22

3.2.1 Princípios Constitucionais *22*

3.2.2 Princípios da Política Urbana *23*

3.2.3 Princípios da Política Nacional de Saneamento Básico *23*

3.2.4 Princípios da Política Nacional de Saúde *24*

3.2.5 Princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos *26*

3.2.6 Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos *26*

3.2.7 Princípios da Política Nacional de Educação Ambiental *27*

4 PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO **28**

4.1 FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES/PRODUTOS DO PMSB 30

4.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO 32

4.3 ORGANOGRAMA DA EQUIPE DE TRABALHO 38

4.4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 40

4.4.1 Estruturação *41*

4.4.2 Encontros Públicos *43*

4.4.3 Equipe de Sistematização *45*

4.4.4 Responsabilidades Referentes à Execução do Plano de Mobilização *45*

4.5 PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 45

4.5.1 Participação Popular *46*

4.5.2 Comunicação *46*

4.5.3 Divulgação *47*

5 PRODUTO 2 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E DE SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO **55**

5.1 CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO 57

5.2 SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL 64

5.3 SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 68

5.4 SITUAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E DO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 71

5.5 SITUAÇÃO DA DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS 75

6 PRODUTO 3 - PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS **79**

6.1 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO 82

6.1.1 GESTÃO E PLANEJAMENTO MUNICIPAL 83
6.1.2 GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO 84
6.2 DEMANDA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO 95
6.3 METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS: 95
6.3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA 98
6.3.1.1 Cenário 1 101
6.3.1.2 Cenário 2 102
6.3.1.3 Cenário 3 103
6.3.1.4 Cenário 4 104
6.3.1.5 Cenário 5 106
6.3.1.6 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Abastecimento De Água 107
6.3.1.7 Conclusão 112
6.3.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO 114
6.3.2.1 Cenário 1 115
6.3.2.2 Cenário 2 116
6.3.2.3 Cenário 3 117
6.3.2.4 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Esgotamento Sanitário .. 118
6.3.2.5 Conclusão 122
6.3.3 LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 123
6.3.3.1 Cenário 1 127
6.3.3.2 Cenário 2 128
6.3.3.3 Cenário 3 131
6.3.3.4 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos 133
6.3.3.5 Conclusão 136
6.3.4 INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS 137
6.3.4.1 Cenário 1 139
6.3.4.2 Cenário 2 141
6.3.4.3 Análise comparativa dos Cenários das demandas para Drenagem Pública e Manejo das Águas Pluviais 143
6.3.4.4 Conclusão 144
6.4 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS 4 (QUATRO) EIXOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA ATENDIMENTO DAS CARÊNCIAS EXISTENTES 145
6.4.1 DEFINIÇÃO DE ALTERNATIVAS 146
6.5 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA - FINANCEIRA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS DOS OBJETIVOS, METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES 149
6.5.1 ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS, OS OBJETIVOS, METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES 149
6.6 CONCLUSÃO 150

7 PRODUTO 4 – CONCEPÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ALCANÇÁ-LOS; AS AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA 156

8 PRODUTO 5 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DOS INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES 296

8.1 PROCEDIMENTOS PARA O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO. 296

8.2 DEFINIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS 298

8.3 INDICADORES CALCULADOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA 298

8.3.1 Quadro resumo dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento 300

8.4 DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS INDICADORES E DEFINIÇÃO DOS PADRÕES E NÍVEIS DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – METAS 305

8.5 DEFINIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO PMSB. 305

8.5.1 Recursos Humanos e de Fiscalização 306

8.5.2 Recursos Tecnológicos 309

8.6 MECANISMOS PARA A DIVULGAÇÃO DO PLANO NO MUNICÍPIO, ASSEGURANDO O PLENO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO. 311

8.7 PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO - PERIODICIDADE 313

9 REALIZAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PATROCÍNIO 314

9.1 VOTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 315

9.2 VOTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL 316

9.3 VOTAÇÃO PROGRAMAS ABASTECIMENTO DE ÁGUA 317

9.4 VOTAÇÃO PROGRAMAS ESGOTAMENTO SANITÁRIO/DRENAGEM PLUVIAL 317

9.5 VOTAÇÃO PROGRAMAS RESÍDUOS SÓLIDOS 318

9.6 VOTAÇÃO PROGRAMA GERAL 319

9.7 VOTAÇÃO PROGRAMAS GESTÃO ADMINISTRATIVA 319

9.8 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CONFERÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO 320

10 MINUTA DA LEI DE SANEAMENTO 321

11 CONCLUSÃO 337

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - SEDES URBANAS 15
FIGURA 2 - ESTADO DE MINAS GERAIS - MESORREGIÃO IBGE 16
FIGURA 3 - PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO A PATROCÍNIO 16
FIGURA 4 - FLUXOGRAMA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES/ETAPAS E PRODUTOS DO PMSB DE PATROCÍNIO 31
FIGURA 5 - CRONOGRAMA MACRO DE EXECUÇÃO DO PROJETO 38
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA EQUIPE TÉCNICA DA DIEFRA PARA O PMSB 39
FIGURA 7 - ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO PARA A EXECUÇÃO DO PMSB DE PATROCÍNIO 39
FIGURA 8 - MAPA DA REGIÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO 41
FIGURA 9 - MAPA DA REGIÃO RURAL DE PATROCÍNIO 42
FIGURA 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS EM SETORES URBANOS E RURAIS 43
FIGURA 11 - MODELO DA PRANCHA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A APRESENTAÇÃO NAS REUNIÕES PÚBLICAS DO PMSB. 47
FIGURA 12 - MODELO DA PRANCHA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES PÚBLICAS DO PMSB. 48
FIGURA 13 - MODELO DA PRANCHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A DIVULGAÇÃO NAS REUNIÕES PÚBLICAS DO PMSB. 48
FIGURA 14 - PRANCHA DE DRENAGEM PLUVIAL PARA AS REUNIÕES PÚBLICAS DO PMSB. 49
FIGURA 15 - MODELO LOGO DO PMSB DE PATROCÍNIO 49
FIGURA 16 - MODELO DO FOLDER - PÁGINA 1 50
FIGURA 17 - MODELO DO FOLDER - PÁGINA 2 50
FIGURA 18 – ARTE DO OUTDOOR PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PMSB. 51
FIGURA 19 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS SETORIAIS URBANAS E RURAIS DO PMSB DE PATROCÍNIO . 51
FIGURA 20 – CONVITE AUDIÊNCIA EXTERNO 52
FIGURA 21 – CONVITE AUDIÊNCIA INTERNO 52
FIGURA 22 - MODELO CRACHÁS 53
FIGURA 23 –MODELO CARTAZES PARA A AUDIÊNCIA 53
FIGURA 24 - OUTDOOR 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 54
FIGURA 25 – FAIXA DE DIVULGAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 54
FIGURA 26 – CONVITE INTERNO 1ª CONFERÊNCIA 55
FIGURA 27 – CONVITE EXTERNO 55
FIGURA 28 - BACIA DO RIO PARANAÍBA 60
FIGURA 29 – HIPÓTESES DA VARIÁVEL CONSUMO PER CAPTA 109
FIGURA 30 – HIPÓTESES DA VARIÁVEL ÍNDICE DE PERDAS 111
FIGURA 31 – PRODUÇÃO DE ÁGUA NECESSÁRIA PARA OS 5 CENÁRIOS COM K1 112
FIGURA 32 – VAZÃO GERADA X VAZÕES COLETADAS 120
FIGURA 33 – VAZÃO GERADA X VAZÕES TRATADAS 121
FIGURA 34 – MASSA DE RESÍDUOS SEM COLETA SELETIVA 134

FIGURA 35 – MASSA DE RESÍDUOS COM COLETA SELETIVA 135
FIGURA 36 - ORGANOGRAMA DE MODELO DE GESTÃO PÚBLICA 161
FIGURA 37 - SUGESTÃO DE PROJETOS ESTRUTURADORES 167
FIGURA 33 – REGISTRO FOTOGRÁFICO 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PATROCÍNIO - MG 321

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CENÁRIOS ATUAIS 57
TABELA 2 – PIB MUNICIPAL 58
TABELA 3 - TAXA DE ANALFABETISMO 62
TABELA 4 - DADOS DAS OUTORGAS URBANAS 65
TABELA 5 - DADOS DAS OUTORGAS RURAIS 65
TABELA 6 - PROCESSO DE OUTORGA EM ANÁLISE 65
TABELA 7 - TURBIDEZ NA SAÍDA DO TRATAMENTO ANO 2012 66
TABELA 8 – LOCALIDADES RURAIS COM ABASTECIMENTO PELO DAEPA 67
TABELA 9 - RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DOS DIFERENTES TIPOS DE RESÍDUOS 72
TABELA 10 - SITUAÇÃO DA MACRODRENAGEM URBANA 75
TABELA 11 - GRAU DE PRIORIDADE DOS COMPONENTES DE SANEAMENTO 78
TABELA 12 - RESUMO DA ANÁLISE SWOT 82
TABELA 13 – MODELO DE GESTÃO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL 84
TABELA 14 – ALTERNATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE ATIVIDADES EM GERAL 87
TABELA 15 – CENÁRIOS PLAUSÍVEIS PARA A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL 97
TABELA 16 - ESCALA TEMPORAL DOS CENÁRIOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA 98
TABELA 17 - DADOS DO SNIS REFERENTE A PRODUÇÃO E MEDIÇÃO DE ÁGUA 98
TABELA 18 - DADOS DO SNIS REFERENTE AO ÍNDICE DE ATENDIMENTO COM O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 99
TABELA 19 - DADOS DO SNIS REFERENTE AO ÍNDICE DE PERDA NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA 99
TABELA 20 – CONSUMO PER CAPTA 100
TABELA 21 - DADOS DO SNIS REFERENTE AO CONSUMO PER CAPTA 100
TABELA 22 – VARIÁVEIS E HIPÓTESES DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 100
TABELA 23 - RESUMO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 108
TABELA 24 – RESUMO QUANTITATIVO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 108
TABELA 25 – ESGOTO COLETADO, TRATADO E FATURADO 114
TABELA 26 – VARIÁVEIS E HIPÓTESES DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 114
TABELA 27 - RESUMO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 119
TABELA 28 – RESUMO QUANTITATIVO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 119
TABELA 29 – CAPACIDADE DE TRATAMENTO ATUAL X NECESSIDADE FINAL DO PLANO 123
TABELA 30 – GRUPOS DE RESÍDUOS E SEUS RESPONSÁVEIS 126
TABELA 31 – VARIÁVEIS E HIPÓTESES DOS SERVIÇOS DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 126
TABELA 32 – GRUPOS DE RESÍDUOS SOB RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA DESTINAÇÃO 130
TABELA 33 - RESUMO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 133
TABELA 34 – RESUMO QUANTITATIVO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 134
TABELA 35 – ZONAS URBANAS E TAXA DE PERMEABILIDADE 138
TABELA 36 - HIPÓTESES 139

TABELA 37 - RESUMO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 143
TABELA 38 – RESUMO QUANTITATIVO DAS VARIÁVEIS CONFORME OS CENÁRIOS 143
TABELA 39 - BASE DA MATRIZ GUT 146
TABELA 40 - DESCRIÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE CLASSIFICAÇÃO E RESPECTIVA PONTUAÇÃO - MATRIZ GUT 147
TABELA 41 - VALORES ATRIBUÍDOS ÀS METAS 148
TABELA 42 - RESUMO DA APLICAÇÃO DA MATRIZ GUT 151
TABELA 43 - PRINCIPAIS INDICADORES DO DIAGNÓSTICO 155
TABELA 44 – AÇÕES A SEREM REALIZADAS DE IMEDIATO 158
TABELA 45 – AÇÕES PRIORITÁRIAS 160
TABELA 46 - POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS 163
TABELA 47 - VALORES ESTIMADOS DE CUSTOS CONFORME METAS (R$) 190
TABELA 48 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 192
TABELA 49 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO -PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 219
TABELA 50 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 234
TABELA 51 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS 268
TABELA 47 – APROVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 316
TABELA 48 – VOTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL 316
TABELA 49 – VOTAÇÃO PROGRAMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 317
TABELA 50 – VOTAÇÃO PROGRAMAS ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM PLUVIAL 318
TABELA 51 – VOTAÇÃO PROGRAMAS RESÍDUOS SÓLIDOS 318
TABELA 52 – VOTAÇÃO PROGRAMA GERAL 319
TABELA 53 – VOTAÇÃO PROGRAMAS GESTÃO ADMINISTRATIVA 319

APRESENTAÇÃO

Este documento trata-se do Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Patrocínio e seus impactos na qualidade de vida da população, correspondendo ao **Produto 6 - Relatório Final do PMSB**, conforme nominado no Termo de Referência TDR, do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Patrocínio - MG, em conformidade com o Processo nº 0022344/2011, do Termo de Contrato Administrativo, firmado em 07 de maio de 2012 e Ordem de Serviço 001/2013, emitida pela Prefeitura Municipal de Patrocínio, em 12 de março de 2013, do Convênio com o Ministério das Cidades - CEF nº 0351.370-91/2011.

O Relatório Final do PMSB trata-se do Resumo dos Produtos/Trabalhos elaborados e aprovados pelos Comitês, referentes aos quatro componentes do saneamento básico em seu conjunto de serviços prestados que engloba o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais. Cada capítulo, tratará os Produtos e os mesmos remeterá ao Caderno Específico.

Uma síntese do presente documento, titulada de "Caderno da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico - Políticas, Programas, Projetos e Ações para aprovação" foi apresentado ao município através dos seus representantes nominados, tendo sido aprovado pelos Comitês Executivo e de Coordenação, bem como consolidado durante a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio pelos delegados, 26 de novembro de 2015.

A construção, acompanhamento e consolidação do PMSB, foram realizados de forma participativa e se deram através da realização de 2 (duas) Audiências Públicas, sendo uma de Lançamento do PMSB e outra para apresentação do Diagnóstico à sociedade. Esta segunda audiência foi precedida das Reuniões Setoriais, Oficinas de Capacitação e Pré-Conferências (Estudantis, Rurais e Urbanas). O produto final, ou seja, o PMSB propriamente dito foi consolidado após a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico, ocorrida em 26 de novembro de 2015, no Auditório da Prefeitura Municipal de Patrocínio, Geraldo Campos.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB abrange os Diagnósticos; Prognósticos; Programas, Projetos e Ações; Prospectivas; Plano de Emergência e Contingência; Sistema Municipal de Informação; Indicadores de Desempenho dos Serviços de Saneamento Básico e Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações do PMSB para os quatro componentes do saneamento básico e consolida as informações sobre as condições dos serviços prestados, quadro epidemiológico e de saúde, indicadores socioeconômicos e ambientais, além de, todas as informações correlatas de setores que integram o saneamento básico municipal.

O processo de consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB ocorreu no dia 26 de novembro de 2015, durante a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, como ato de plena participação social e integração dos interesses pela melhoria da qualidade de vida, tendo como o principal norteador o saneamento básico, nos seus quatro componentes, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais.

Este documento demonstra a percepção e o cenário atual da prestação dos serviços de saneamento básico do município de Patrocínio e a intenção para o cenário futuro e, possui o Plano de Execução como uma ferramenta e agenda de trabalho para atingir a melhoria dos índices de atendimento da prestação dos serviços e a melhoria da transparência, qualidade, eficiência e eficácia, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB envolveu os seguintes estudos/levantamento: Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura; Política do Setor de Saneamento; Infraestrutura de Abastecimento de Água; Estrutura de Esgotamento Sanitário; Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais; Infraestrutura de Limpeza pública e Manejo de Resíduos Sólidos; os Diagnósticos; Prognósticos; Programas, Projetos e Ações; Prospectivas; Plano de Emergência e Contingência; Sistema Municipal de Informação; Indicadores de desempenho dos serviços de saneamento básico e Plano de Execução.

A população atuou como protagonista durante a elaboração e consolidação do PMSB, participando efetivamente dos encontros sociais (Audiências Públicas, Pré-Conferências, Reuniões Setoriais e Conferência Municipal de Saneamento Básico), conforme detalhamento das atividades previstas no Plano de Trabalho e do Plano de

Mobilização Social e nos Produtos de 1 a 5, que foram entregues aos Comitês e ao Município, através do Coordenador Geral, referente ao Contrato de prestação de serviços especializados, acrescidos com os relatórios fotográficos, que se resumem neste documento, titulado em Relatório Final do PMSB.

A consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, através do seu Relatório do Final, contou com a elaboração da equipe técnica da DIEFRA - Engenharia e Consultoria Ltda., como empresa Contratada, do poder público municipal, através do Executivo Municipal e seu secretariado, dos membros dos Comitês e a contribuição e validação da sociedade civil.

O apoio do poder público local, dos Comitês de Coordenação e Executivo do Município de Patrocínio, bem como, o apoio dos Agentes Municipais de Saúde, foram imprescindíveis para a consolidação e sucesso do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio deverá ser revisado no máximo em até 4 (quatro) anos, sempre antecedendo a aprovação do Plano Plurianual - PPA do Município; podendo ser atualizado os seus Programas, Projetos e Ações, bem como seu Plano de Execução, sempre que necessário, através de Decreto do Executivo Municipal e respeitando as Leis pertinentes, especialmente a Lei Municipal, que aprovará o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, a Lei Municipal que estabelecerá a Política Municipal de Saneamento Básico, respeitada a Lei Federal nº 11.445/07.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O Município de Patrocínio teve o seu surgimento como ponto de parada dos bandeirantes, tendo como objetivos principais: ponto de abastecimento de suas bandeiras e de acomodação. Expedições estas formadas por bandeirantes do século XVII que vinham das regiões de São Paulo/Goiás, em busca de ouro e índios, podendo-se citar, entre elas, a de Anhanguera e a de Lourenço Castanho.

A fundação de Patrocínio deu-se em 1.772, por ordem do Conde de Valadares, então Capitão-General de Minas Gerais, que ordenou ao Capitão Inácio de Oliveira Campos que se estabelecesse no local, com fazenda de criação e agrícola, para abastecimento dos viajantes que transitavam de Minas Gerais para Goiás, passando por Pitangui.

Fundou o Capitão Inácio de Oliveira Campos sua propriedade à margem do córrego do Brumado, no local chamado Catiguá, aí desenvolvendo extensa criação de bovinos,

propriedade esta denominada "Fazenda Brumado dos Pavões". Quando o capitão Inácio de Oliveira chegou aqui adoeceu, sofrendo paralisia e ficando completamente inválido. A propriedade foi administrada por sua esposa Dona Joaquina de Pompeu, que se transformou numa autêntica matriarca, enviando gado para o Rio de Janeiro a fim de auxiliar as tropas de Dom Pedro I na luta pela Independência do Brasil.

Pela propriedade de Inácio de Oliveira passaram todas as bandeiras que, de 1.772 para diante, demandaram os sertões de Goiás.

Em 1.773 começam a fixar alguns forasteiros, iniciando-se o povoado que recebe o nome de Salitre, no local que, em 1.798 foi abrangido pela Sesmaria do Esmeril, concedido a Antônio Queiroz Teles.

Em 1.804, registrou-se a "Provisão de Licença" aos moradores do povoado para ergueram uma casa de oração (onde hoje se encontra a atual Igreja Matriz) sob proteção de Nossa Senhora do Patrocínio, estendendo-se o nome de Nossa Senhora do Patrocínio ao arraial do Salitre. O historiador Saint-Hilaire esteve em Patrocínio no século XIX e relatou em um diário de viagem o que viu.

"Em 1.819 constava-se aí uma quarentena de casas muito pequenas, construídas de barro e madeira, cobertas de telhas e sem reboco. Estas casas, dispostas em duas filas, formam uma praça alongada no meio da qual está construída uma pequena capela, edificada como as próprias casas, de madeira e barro. Patrocínio é uma sucursal de Araxá e tem um vigário encomendado" (Saint-Hilaire 1.944, p. 240).

O distrito deve sua criação à Resolução Régia de 22 de dezembro de 1.812, confirmada pela Provincial nº 114 de 09 de março de 1.839. A localidade foi elevada à categoria de curato e, em 1.829, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio. O município foi criado com a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio e território desmembrado de Araxá, ao qual pertencia pela Provincial nº 171 de 23 de março de 1.840, ocorrendo a instalação a 07 de abril de 1.842. Da sua emancipação, em 07 de abril de 1.842 até o ano de 1.930, a cidade era governada por Agentes Executivos, que eram os presidentes da Câmara Municipal.

Por força Provincial nº 1.995 de 13 de novembro de 1.873, a sede do município recebe foros de cidade, instalando-se como tal em 12 de janeiro de 1.874.

A Lei Estadual nº 2 de 14 de setembro de 1.891 manteve o distrito-sede de Patrocínio. Com a instalação da estrada ferroviária em 1.918 estacionava em Patrocínio o primeiro trem-de-ferro. O acontecimento transformou-se no grande meio de chegada de novidades e partidas de notícias e produções Patrocinenses que atrairiam mais e

mais pessoas que se integraram à comunidade, formando famílias e edificando empresas.

Através de leis posteriores o município perde território pela emancipação dos distritos de Coromandel, Abadia dos Dourados, Serra do Salitre e Cruzeiro da Fortaleza. A partir do ano de 1.930, a cidade de Patrocínio passou a ser governada por Prefeitos, nomeados ou eleitos.

A Lei Municipal nº 3.220 de 08 de julho de 1.999 delimita o perímetro urbano da sede dos distritos e dos povoados do Município de Patrocínio. No Mapa a seguir estão identificadas as localidades urbanas conforme a Lei e também demais comunidades locais.

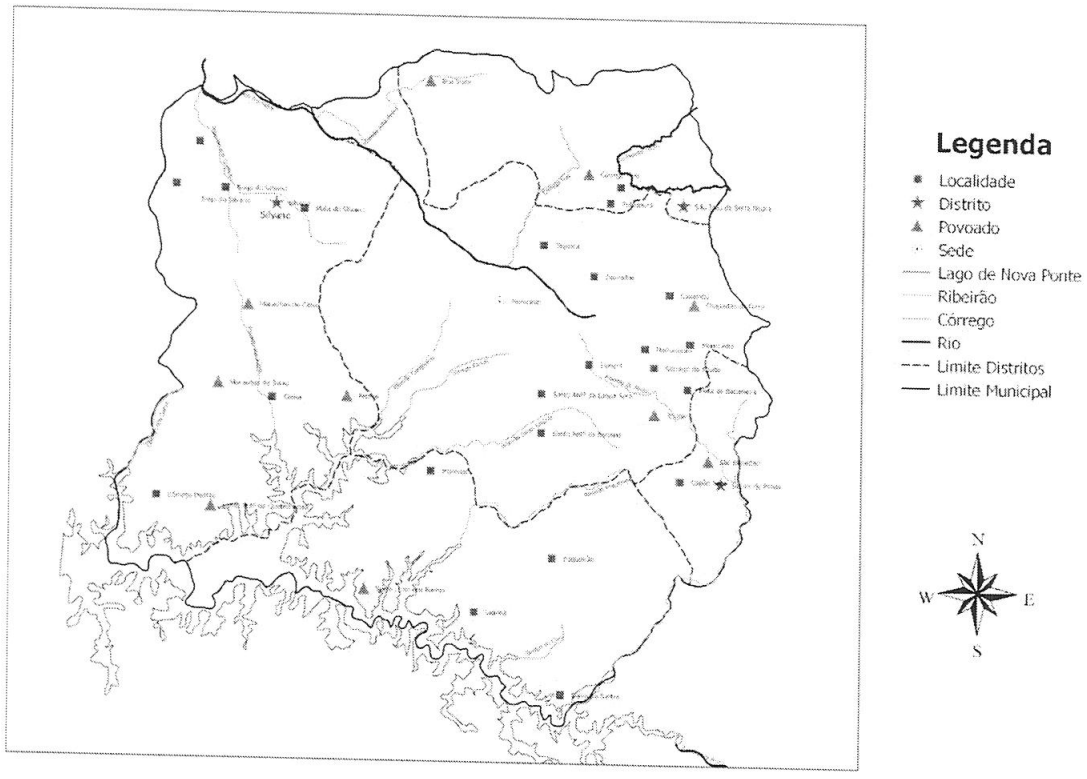


Figura 1 - Sedes Urbanas

A área do município é de 2875,01 Km², com altitudes variando de 750,0 a 1258,0 metros acima da altura do mar.

O município está localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, fazendo limite com os municípios de Monte Carmelo, Coromandel, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre, Perdizes e Iraí de Minas.

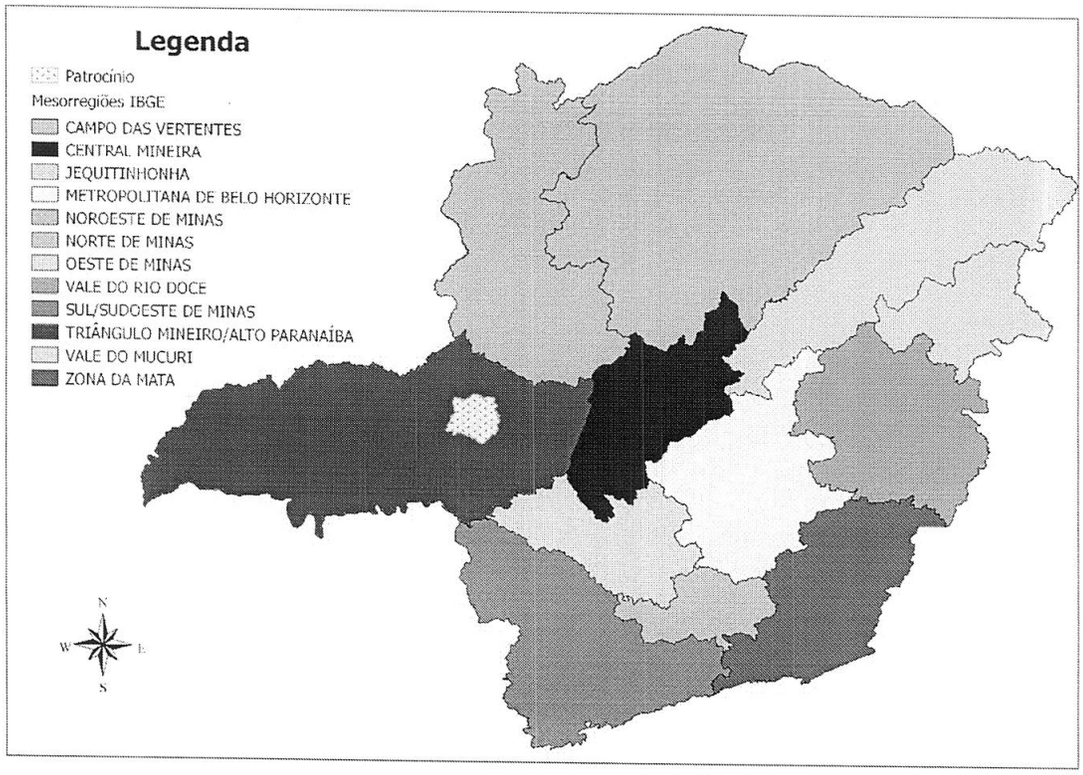


Figura 2 - Estado de Minas Gerais - Mesorregião IBGE

Segundo o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), as principais rodovias que servem ao Município de Patrocínio são as rodovias BR 365, BR 462, MG 230 e MG 188.

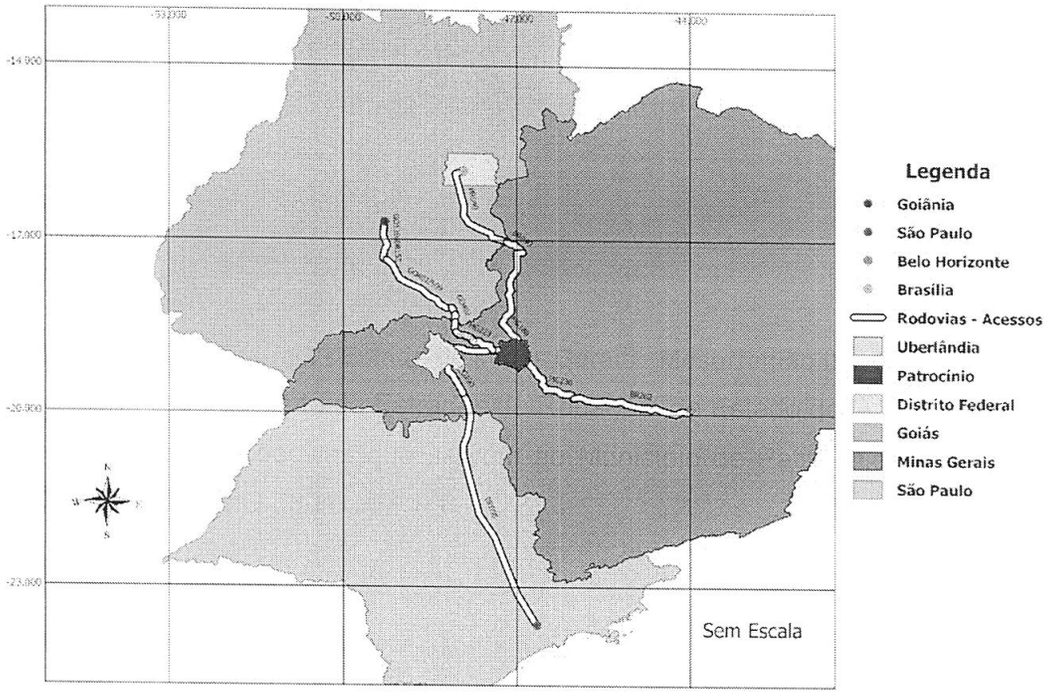


Figura 3 - Principais vias de acesso a Patrocínio

O Município de Patrocínio apresentou crescimento populacional ao longo das décadas. No período entre 1970 e 1990, houve um crescimento médio anual de 2,7%. No período entre 1991 e 2000 a população de Patrocínio teve uma taxa média de crescimento anual de 2,16%, passando de 60.753 habitantes em 1991 para 73.130 habitantes em 2000. Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 à taxa de crescimento foi de 1,21% a.a., passando de 73.130 habitantes para 82.471 habitantes. Essa taxa foi superior à registrada no Estado de Minas Gerais, na região Sudeste e no Brasil. Este crescimento (0,04% acima de média nacional) se deve muito ao fluxo migratório regional, relevante no município devidos às atividades agrícolas do município.

Para 2015 a projeção populacional do município é de 87.583 habitantes. Para o desenvolvimento do PMSB foi considerado um horizonte de 20 anos de projeção populacional.

3 BASE LEGAL

3.1 FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece que seja de competência dos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (Inciso V, Art. 30). Em seu artigo 175, reforça esta incumbência e define, em seu parágrafo único, que a lei disporá sobre:

> *I. o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;*
>
> *II. os direitos dos usuários;*
>
> *III. política tarifária;*
>
> *IV. a obrigação de manter serviço adequado.*

A população tem o direito a serviços públicos de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais), regulados e fiscalizados, prestados de forma universal, integral e contínua, com qualidade, a preços acessíveis a toda a população, com um mínimo de impacto à saúde pública e ao meio ambiente,

especialmente sobre o solo e os recursos hídricos, assegurados à participação e o controle social.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio pautou-se pelos princípios e instrumentos definidos na legislação aplicável, bem como nos programas e políticas relacionados ao Saneamento Básico, em particular:

- ✓ Lei nº 9.433/1997 - Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- ✓ Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades;
- ✓ Lei nº 11.107/2005 - Lei de Consórcios Públicos;
- ✓ Lei nº 11.124/2005 - Lei que Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;
- ✓ Lei nº 11.445/2007 - Lei da Política Nacional de Saneamento Básico;
- ✓ Lei nº 12.305/2010 - Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ✓ Lei nº 9.795/1999 - Lei da Política Nacional de Educação Ambiental;
- ✓ Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde e Decreto Presidencial nº 5.440/2005 - que, respectivamente, definem os procedimentos para o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano;
- ✓ Resoluções nº 25 e 34, de 2005 do Conselho das Cidades sobre participação e controle social na elaboração e acompanhamento do Plano Diretor do Município;
- ✓ Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- ✓ Resolução CONAMA nº 283/2001 - Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde;
- ✓ Resoluções e outras definições dos conselhos de saúde, de meio ambiente, de recursos hídricos que impactam a gestão dos serviços de saneamento básico.

Além desses dispositivos os seguintes normativos de âmbito local e regional foram observados, no município a:

- ✓ Lei Orgânica do Município de Patrocínio;

- ✓ Lei nº 1081/1968 – Cria o Departamento de água e esgoto de Patrocínio – DAEPA;
- ✓ Decreto nº 2121/2005 – Aprova o regulamento dos serviços de água e esgoto prestados pelo DAEPA;
- ✓ Lei nº 3976/2005 – Cria a tarifa social de água e esgoto para imóveis residenciais e entidades assistenciais;
- ✓ Lei complementar nº 53/2009 – Dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio;
- ✓ Decreto nº 2671/2010 – Dispõe sobre as funções da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- ✓ Decreto nº 3004/2013 – Dispõe sobre a constituição, estruturação, competências e funcionamento do comitê regulador dos serviços de saneamento básico;
- ✓ Lei complementar nº 130/2014 – Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Patrocínio;
- ✓ Lei complementar nº 131/2014 – Dispõe sobre o Parcelamento do solo urbano do município de Patrocínio;
- ✓ Lei complementar nº 132/2014 – Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no município de Patrocínio;
- ✓ Lei complementar nº 133/2014 – Dispõe sobre o Código de edificações e obras do município de Patrocínio.

A Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e em seu Artigo 9º impõe ao titular dos serviços a formulação da respectiva política pública de saneamento básico, cabendo a este:

> *(i) - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;*
>
> *(ii) - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;*
>
> *(iii) - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público,*

observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

(vi) - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

(v) - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3o desta Lei;

(vi) - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

(vii) - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Já no que tange ao Artigo 10 da referida Lei, é determinado que a eventual delegação dos serviços a terceiros não integrante da administração do titular depende de celebração de contrato. Contudo, escapam desta regra as cooperativas e associações, condomínios determinados, localidades de pequeno porte de ocupação predominante por população de baixa renda.

Uma das diretrizes fundamentais enunciadas pela Lei nº 11.445/2007, é a que determina a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo facultada a preparação de planos independentes para cada um dos sistemas, assegurada a compatibilidade entre eles.

A lei federal acima mencionada considera, em seu artigo 3º, inciso I, o saneamento básico como o *conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:*

a) abastecimento de água potável, desde a captação até as ligações prediais e instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário, incluindo coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza pública e manejo de resíduos sólidos abrangendo coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final

> *do lixo doméstico e do lixo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;*
>
> *d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas compreendendo, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento das vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.*

O Plano Municipal de Saneamento - PMSB consiste numa peça de planejamento definidora da política para o setor, e como instrumento da execução dessa política deve conter, segundo a lei e os princípios da boa administração, dentre outros requisitos: metas progressivas para se alcançar a universalização dos serviços; programas; projetos e ações para se atingir as metas estabelecidas; ações para emergências e contingências e dispositivos de avaliação dos resultados do plano e sua revisão periódica.

Dentre os elementos de planejamento do PMSB há um princípio fundamental a ser seguido, qual seja, o da sustentabilidade econômico-financeira, assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, admitida a concessão de subsídios tarifários ou não. Assim, importa definir uma política tarifária compatível com as necessidades econômicas e sociais dos programas, ações e projetos considerados no PMSB. Na dimensão institucional a Lei nº 11.445/2007, preconiza-se a segregação administrativa para a prestação dos serviços de saneamento básico, mencionando as funções de organização, regulação, fiscalização e prestação desses serviços.

Para a função reguladora, a lei explicita, em seu Artigo 21, dois princípios:

> *a) independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;*
>
> *b) transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.*

Além disso, a ordem legal expressa, no Artigo 22, quatro objetivos:

> *a) estabelecer padrões e normas (relativas às dimensões técnica, econômica e social) para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;*
>
> *b) garantir o cumprimento das condições estabelecidas;*
>
> *c) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; e*
>
> *d) definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.*

As funções do exercício da titularidade dos serviços de saneamento básico (organização, regulação, fiscalização e prestação) podem ser delegadas, nos termos da legislação pertinente.

3.2 PRINCÍPIOS

A Política Municipal de Saneamento Básico deve estabelecer os princípios que deverão orientar os objetivos, as metas, os programas e as ações e balizar as diretrizes e condições para a gestão dos serviços de saneamento básico.

Com a observância das peculiaridades locais e regionais, devem ser considerados como referência para essa definição os princípios da Constituição Federal, da Política Nacional de Saneamento Básico, da Política do Estatuto das Cidades e de outras políticas com interface em relação ao saneamento básico, inclusive aquelas identificadas neste PMSB e que deverão ser instituídas. Neste contexto, destacamos a seguir os princípios relevantes a serem considerados no processo de planejamento.

3.2.1 Princípios Constitucionais

A Constituição Federal estabelece como princípios:

Direito à saúde, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art.196).

Direito à saúde, incluindo a competência do Sistema Único de Saúde de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico (Inciso IV, do Art. 200).

Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo (Art. 225, Capítulo VI).

Direito à educação ambiental em todos os níveis de ensino para a preservação do meio ambiente (§ 1º, inciso VI, Art. 225).

3.2.2 Princípios da Política Urbana

O Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, cria diretrizes gerais da política urbana e assim estabelece como princípios:

Direito a cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, [...] para as atuais e futuras gerações (inciso I, Art. 2º).

Direito a participação na gestão municipal por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II, Art. 2º).

Garantia das funções sociais da cidade e do controle do uso do solo para evitar a deterioração de áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental; e garantia do direito à expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização (Art. 2º).

Garantia à moradia digna como direito e vetor da inclusão social. (Art. 2º).

3.2.3 Princípios da Política Nacional de Saneamento Básico

A Política Nacional de Saneamento Básico, Lei nº 11.445/2007 cria diretrizes nacionais para o saneamento e estabelece, por meio de seu Art. 2º, tais princípios:

Universalização do acesso (inciso I) *com integralidade das ações* (inciso II), *segurança, qualidade e regularidade na prestação dos serviços* (inciso XI).

Promoção da saúde pública (incisos III e IV), *segurança da vida e do patrimônio* (inciso IV), *proteção do meio ambiente* (inciso III).

Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, proteção ambiental e interesse social (inciso VI).

Adoção de tecnologias apropriadas às peculiaridades locais e regionais (inciso V) *uso de soluções graduais e progressivas* (inciso VIII) e *integração com a gestão eficiente de recursos hídricos* (inciso XII).

Transparência das ações, baseada em sistemas de informações, processos decisórios institucionalizados (inciso IX) e *controle social* (inciso X).

Promoção da eficiência e sustentabilidade econômica (inciso VII), com consideração à capacidade de pagamento dos usuários (inciso VIII).

3.2.4 Princípios da Política Nacional de Saúde

A Política Nacional de Saúde, Lei nº 8.080/1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e estabelece, em seu Art. 7º, os seguintes princípios:

> *I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;*
>
> *II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;*
>
> *III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;*
>
> *IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;*
>
> *V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;*
>
> *VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;*

VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

VIII - participação da comunidade;

IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;

XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e

XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

Dentre estes, ressalta-se: *direito universal à saúde com equidade e atendimento integral; promoção da saúde pública; salubridade ambiental como um direito social e patrimônio coletivo; saneamento básico como fator determinante e condicionante da saúde* (Art. 3º).

Ainda no que tange à Política Nacional de Saúde, Lei nº 8.080/1990, ressalta-se:

Articulação das políticas e programas da saúde com o saneamento e o meio ambiente (inciso II, Art. 13).

Participação da União, Estados e Municípios na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico (Art. 15).

Consideração da realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas no modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena (Art. 19-F).

Ações do setor de saneamento que venham a ser executadas supletivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) serão financiadas por recursos tarifários específicos e por outras fontes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (§3º, Art. 32).

3.2.5 Princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e ainda estabelece como princípios e fundamentos:

Água como um bem de domínio público (inciso I, Art. 1º), como um *recurso natural limitado, dotado de valor econômico* (inciso II, Art. 1º), devendo ser *assegurada à atual e às futuras gerações* (inciso I, Art. 2º).

Direito ao uso prioritário dos recursos hídricos ao consumo humano e a dessedentação de animais em situações de escassez (inciso III, art. 1º).

Gestão dos recursos hídricos voltados a garantir o uso múltiplo das águas (inciso IV, art. 1º).

Garantia da adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País (inciso II, art. 3º).

Garantia da articulação do planejamento de recursos hídricos com o planejamento dos setores usuários (inciso IV, Art. 3º).

Promover a percepção quanto à conservação da água como valor socioambiental relevante.

3.2.6 Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece como princípios:

A prevenção e a precaução (inciso I, Art. 6º). O *poluidor-pagador e o protetor-recebedor* (inciso II, Art. 6º).

A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública (inciso III, Art. 6º). O *desenvolvimento sustentável* (inciso IV, Art. 6º).

A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta (inciso V, Art. 6º).

A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade (inciso VI, Art. 6º).

A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (inciso VII, Art. 6º). O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (inciso VIII, Art. 6º). O respeito às diversidades locais e regionais (inciso IX, Art. 6º).

O direito da sociedade à informação e ao controle social (inciso X, Art. 6º)

A razoabilidade e a proporcionalidade (inciso XI, Art. 6º).

3.2.7 Princípios da Política Nacional de Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, estabelece como princípios:

O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo (inciso I, Art. 4º);

A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade (inciso II, Art. 4º);

O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade (inciso III, Art. 4º);

A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais (inciso IV, Art. 4º); *A garantia de continuidade e permanência do processo educativo* (inciso V, Art. 4º);

A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; (inciso VII, art. 4º); *O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural* (inciso VIII, Art. 4º).

4 PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Nesta primeira fase de construção do PMSB de Patrocínio, a equipe técnica da DIEFRA apresentou, por meio do Documento titulado Plano de Trabalho e Plano de Mobilização Social: a proposta de metodologia geral de construção do PMSB; descrição das atividades necessárias para cumprir os objetivos de cada fase de elaboração do PMSB; processo de participação da sociedade; cronograma de elaboração dos produtos; previsão de audiências públicas; detalhamento das responsabilidades de todos os agentes envolvidos no processo (consultoria, Comitês Executivo e de Coordenação); definição das unidades de planejamento para aquisição de informações básicas, sendo preferencialmente, bacias hidrográficas, consórcios ou regiões administrativas.

O processo de mobilização social deu-se de forma a atender no mínimo os seguintes objetivos:

- ✓ Garantir a participação da sociedade ao longo de todo o processo;
- ✓ Manter a sociedade informada;
- ✓ Participar da formulação da política, do planejamento do PMSB e da avaliação dos serviços públicos de saneamento básico do município;
- ✓ Sensibilizar e Mobilizar a comunidade para a participação das atividades/etapas previstas para elaboração do PMSB;
- ✓ Inserir os conteúdos referentes às questões do saneamento aos munícipes;
- ✓ Definir grupos ou munícipes representantes da população;
- ✓ Promover capacitação dos representantes e,
- ✓ Apresentar os trabalhos desenvolvidos para conhecimento, sugestões e aprovação dos representantes do segmento da sociedade.

Para início da elaboração do PMSB de Patrocínio, foi necessário que algumas atividades fossem realizadas. A primeira delas foi a "Formação de Grupos de Trabalho – Comitês".

Esta atividade foi caracterizada pela constituição e composição do Comitê Executivo e do Comitê de Coordenação. Esta atividade é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e, se materializou em ato público do Poder Executivo Municipal de Patrocínio, na qual foram designadas as pessoas que integraram os Comitês e foram responsáveis por interagir com a Contratada através das equipes multidisciplinares da DIEFRA designadas para cada Fase, bem como, com o Coordenador Geral do processo de elaboração do PMSB.

A participação da Sociedade foi estimulada durante o processo por meio de estratégias adequadas à realidade do Município, através do Plano de Mobilização Social, que definiu a metodologia, os mecanismos e procedimentos que garantiram à sociedade as informações, representação e participação ao longo do período de todo o processo de formulação da política, do planejamento e de avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV do art.3°, da Lei Federal 11.445/07).

O **Comitê de Coordenação** – instância deliberativa, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração e entrega dos Produtos, componentes do PMSB, o qual representou uma estrutura representativa constituída por representantes com função de dirigente, das instituições públicas e civis relacionadas com o saneamento, a sociedade, entidades representativas dos segmentos sociais, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, usuários dos serviços. Teve a importante função de conjugar a leitura técnica com a leitura social acerca dos serviços de saneamento.

O **Comitê Executivo** – instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB, e foi formado por representantes (autoridades e/ou técnicos), das instituições do Poder Público Municipal relacionadas com o saneamento básico, além de membros dos Conselhos Municipais e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH PN1), consultores e técnicos da área de Saneamento e das Secretarias Municipais que tenham interfaces com o saneamento

Para garantir o andamento do processo de elaboração e implementação do PMSB, o grupo de trabalho (Comitês) participou de reuniões técnicas para discussão pertinente e capacitação a respeito dos produtos de desenvolvimento do Plano e sua relação com a sociedade.

Os produtos decorrentes dos estudos serão entregues por meio dos relatórios:

1. Plano de Mobilização Social

2. Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômica-financeira e de endividamento do Município;
3. Prognósticos e alternativas para a Universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.
4. Concepção dos Programas, Projetos e Ações necessárias para atingir os objetivos e metas do PMSB. Definição das Ações para emergência e contingência.
5. Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.
6. Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos.

4.1 FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES/PRODUTOS DO PMSB

Na Figura 4 - Fluxograma das principais Atividades/Etapas e Produtos do PMSB de Patrocínio, observa-se o fluxograma simplificado das principais atividades/etapas e os produtos a serem desenvolvidos em cada uma delas, especificando-se quais os autores envolvidos: Prefeitura Municipal de Patrocínio, Câmara Municipal, os Comitês de Coordenação e Executivo, a DIEFRA, Sociedade e Estudantes. Todas as ações foram diagramadas e realizadas com a ferramenta de gestão proposta pela DIEFRA utilizando o software da Microsoft Visio 2010.

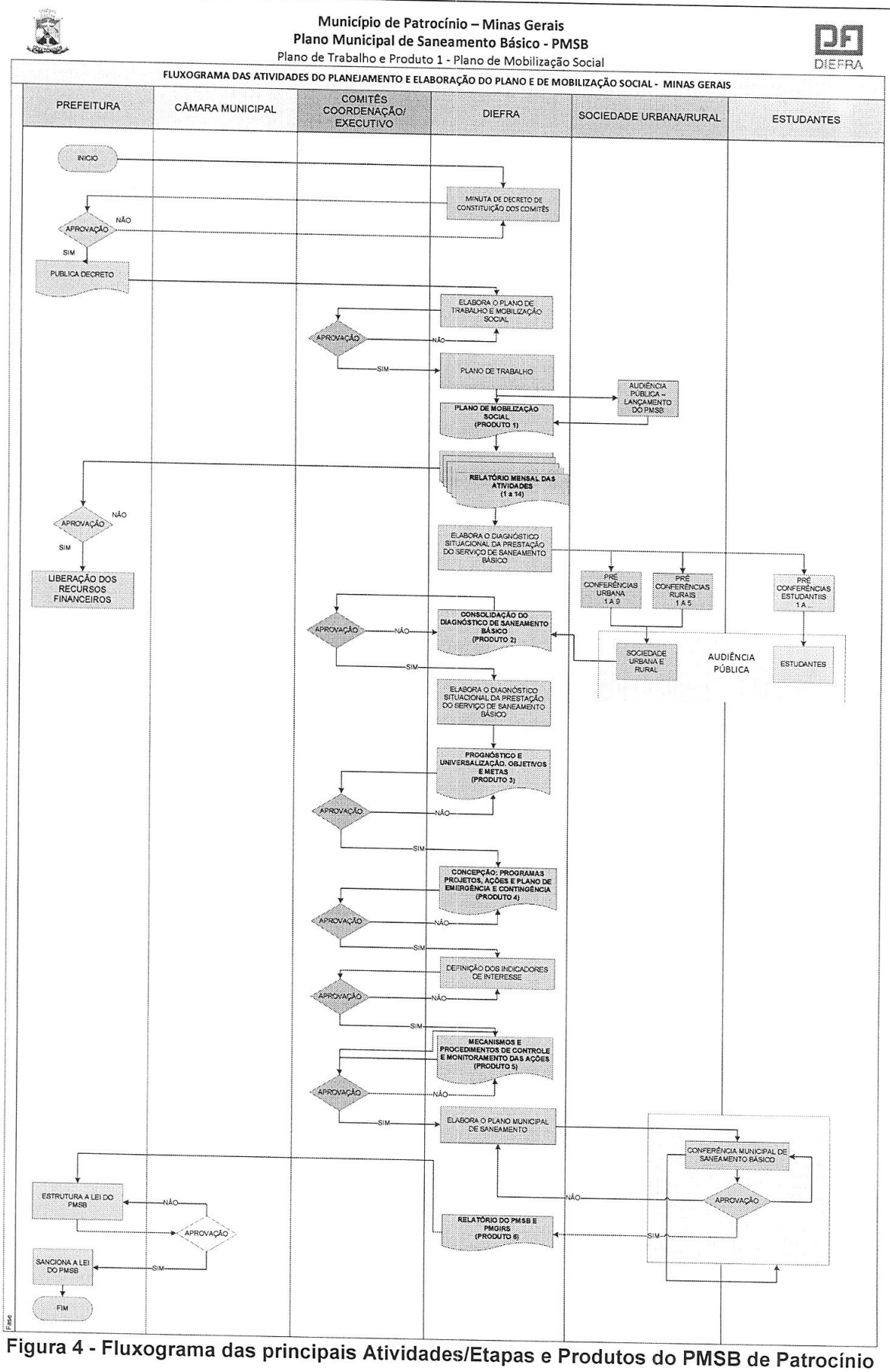


Figura 4 - Fluxograma das principais Atividades/Etapas e Produtos do PMSB de Patrocínio

O PMSB foi desenvolvido em diversas etapas, que serão descritas nos itens subsequentes deste relatório, sendo eles os Produtos de 1 a 6, e em conformidade com o Termo de Referência – TDR e de acordo com a especificidade que o município de Patrocínio.

4.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de Execução tratou das atividades/produtos e seus respectivos prazos de execução (prazo para em que foram elaborados, aprovados e entregues a Prefeitura de Patrocínio e Comitês de Coordenação e Execução). Ambos estão apresentados nas figuras a seguir.

✓ Cronograma Macro de Execução

As tarefas/atividades, duração, prazos e responsáveis estão abaixo descritas dentro do processo de planejamento detalhado, assim como os recursos com as atividades que serão realizadas com a sociedade, conforme cronograma elaborado no Software Microsoft Project 2010. Anexo e esse documento estão às atividades detalhadas no fluxograma para o período de execução dos serviços, conforme as orientações do Anexo C do Termo de Referência para as atividades previstas no contrato de prestação de serviços.

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
1	**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PATROCÍNIO- PMSB**	**Seg 07/05/12**	**Seg 14/12/15**
1.1	**CONTRATO**	**Seg 07/05/12**	**Qui 09/07/15**
1.1.1	Assinatura do contrato (ocorrida em 07 de maio 2012)	Seg 07/05/12	Seg 07/05/12
1.1.2	Ordem de Serviço	Ter 12/03/13	Qua 15/01/14
1.1.3	1º Termo Aditivo de Prazo	09/07/2014	Qui 09/07/15
1.1.4	2º Termo Aditivo de Prazo	Qui 09/07/15	Qui 31/12/15
1.2	**GERENCIAMENTO DO PROJETO**	**Qua 13/03/13**	**Sex 10/07/15**
1.2.1	**PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO**	**Qua 13/03/13**	**Seg 06/05/13**
1.2.1.1	Elaborar o Plano de Gerenciamento do Projeto	Qua 13/03/13	Sex 22/03/13
1.2.1.2	Reunião de Gerenciamento DIEFRA e Prefeitura de Patrocínio	Seg 29/04/13	Seg 29/04/13
1.2.1.3	Consolidar e aprovar Plano de Gerenciamento do Projeto	Ter 30/04/13	Seg 06/05/13
1.2.2	**MONITORAMENTO E CONTROLE**	**Seg 06/05/13**	**Seg 14/12/15**
1.2.2.1	**Reuniões de Monitoramento e Acompanhamento do Projeto**	**Seg 06/05/13**	**Seg 14/12/15**
1.2.2.1.1	Reunião de Monitoramento e Acompanhamento do Projeto 1 a 122	Seg 06/05/13	Seg 14/12/15
1.2.3	**ELABORAÇÃO E EMISSÃO DOS RELATÓRIOS MENSAIS DE ACOMPANHAMENTO**	**Seg 10/06/13**	**Qui 10/12/15**
1.2.3.1	Emissão de Relatório mês 1 a 30	Seg 10/06/13	Qui 10/12/15

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
1.3	**FORMAÇÃO DOS COMITÊS**	**Ter 12/03/13**	**Seg 29/04/13**
1.3.1	Elaborar minuta de decreto para constituição dos Comitês (Coordenação e Executivo)	Ter 12/03/13	Ter 12/03/13
1.3.2	Aprovar Minuta de Decreto e Portaria para Constituição de Comitês	Qua 13/03/13	Qui 11/04/13
1.3.3	Publicar o Decreto e a Portaria que nomeia os membros dos comitês	Sex 12/04/13	Seg 29/04/13
1.4	**PLANO DO TRABALHO**	**Qua 13/03/13**	**Qui 16/05/13**
1.4.1	Elaborar o Plano do Trabalho	Qua 13/03/13	Ter 30/04/13
1.4.2	Entregar o Plano do Trabalho	Ter 30/04/13	Ter 30/04/13
1.4.3	Aprovar o Plano do Trabalho	Qui 02/05/13	Qui 16/05/13
1.5	**PRODUTO 1 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**	**Qua 13/03/13**	**Seg 27/05/13**
1.5.1	**PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**	**Qua 13/03/13**	**Seg 27/05/13**
1.5.1.1	Elaborar o Plano de Trabalho e Mobilização Social	Qua 13/03/13	Qua 01/05/13
1.5.1.2	Realizar reunião setorial com os comitês para aprovação das diretrizes do plano	Qui 02/05/13	Qui 16/05/13
1.5.1.3	Consolidar o Plano de Mobilização Social	Sex 17/05/13	Seg 20/05/13
1.5.1.4	Entrega do Plano para os comitês e Prefeitura	Ter 21/05/13	Sex 24/05/13
1.5.1.5	Aprovação do Plano pela Prefeitura	Seg 27/05/13	Seg 27/05/13
1.6	**PRODUTO 2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO**	**Qua 13/03/13**	**Sex 10/07/15**
1.6.1	**LEVANTAMENTO DE DADOS**	**Qua 13/03/13**	**Sex 27/12/13**
1.6.1.1	**CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**	**Qua 13/03/13**	**Sex 27/12/13**
1.6.1.1.1	Levantar as informações de caracterização do Município	Qua 13/03/13	Seg 04/11/13
1.6.1.1.2	Levantar os dados secundários e consolidar as informações de caracterização do Município	Seg 16/09/13	Seg 04/11/13
1.6.1.1.3	Análise Econômico Financeira	Sex 13/09/13	Seg 04/11/13
1.6.1.1.4	Adequação a análise econômico financeira	Ter 05/11/13	Sex 27/12/13
1.6.1.2	**INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO - DADOS PRIMÁRIOS**	**Ter 21/05/13**	**Ter 05/11/13**
1.6.1.2.1	Elaborar documento padrão para o Diagnóstico Técnico Participativo	Ter 21/05/13	Ter 04/06/13
1.6.1.2.2	**CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE E DE ENDEMIAS**	**Ter 09/07/13**	**Qua 10/07/13**
1.6.1.2.2.1	Capacitar os agentes de saúde e de endemias	Ter 09/07/13	Ter 09/07/13
1.6.1.2.2.2	Capacitar os agentes de saúde e de endemias	Ter 09/07/13	Ter 09/07/13
1.6.1.2.2.3	Capacitar os agentes de saúde e de endemias	Qua 10/07/13	Qua 10/07/13
1.6.1.2.2.4	Capacitar os agentes de saúde e de endemias	Qua 10/07/13	Qua 10/07/13
1.6.1.2.2.5	Capacitar os agentes de saúde e de endemias	Qua 10/07/13	Qua 10/07/13
1.6.1.2.3	Aplicar o questionário de Saneamento	Qui 11/07/13	Sex 09/08/13
1.6.1.2.4	Lançar os dados no sistema	Seg 22/07/13	Seg 16/09/13
1.6.1.2.5	Tabular/Analisar os dados do questionário	Ter 17/09/13	Sex 11/10/13
1.6.1.2.6	Solicitar informações do DAEPA (água e esgoto) e Prefeitura (Resíduos Sólidos e Drenagem) e Dados	Ter 21/05/13	Qua 31/07/13

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
	Econômicos		
1.6.1.2.7	Receber Informações do DAEPA e Prefeitura	Qua 22/05/13	Sex 13/09/13
1.6.1.2.8	Levantar as informações primárias de saneamento	Ter 13/08/13	Sex 20/09/13
1.6.1.2.9	Elaborar o diagnóstico sobre o Abastecimento de Água	Seg 23/09/13	Ter 05/11/13
1.6.1.2.10	Elaborar o diagnóstico sobre o esgotamento sanitário	Seg 23/09/13	Ter 05/11/13
1.6.1.2.11	Elaborar o diagnóstico sobre Resíduos Sólidos	Sex 21/06/13	Qua 30/10/13
1.6.1.2.12	Elaborar o diagnóstico sobre Drenagem	Seg 23/09/13	Ter 05/11/13
1.6.2	**DIAGNÓSTICO**	**Ter 30/04/13**	**Ter 10/03/15**
1.6.2.1	**Elaborar material de mobilização e comunicação social para impressão**	**Ter 30/04/13**	**Seg 01/07/13**
1.6.2.1.1	Definir identidade visual	Ter 30/04/13	Qui 02/05/13
1.6.2.1.2	Definir distribuição dos materiais para uso genérico e locais	Sex 03/05/13	Ter 07/05/13
1.6.2.1.3	Seleção de fornecedores	Qua 08/05/13	Qui 09/05/13
1.6.2.1.4	Elaborar material de mobilização e comunicação social para impressão	Sex 10/05/13	Seg 13/05/13
1.6.2.1.5	Consolidar material de comunicação e divulgação	Ter 14/05/13	Ter 14/05/13
1.6.2.1.6	Desenvolver o material didático para as pré conferências Estudantis	Ter 30/04/13	Qui 02/05/13
1.6.2.1.7	Desenvolver o material didático para as pré conferências Públicas	Ter 30/04/13	Qui 02/05/13
1.6.2.1.8	Realizar impressão dos materiais	Qua 15/05/13	Seg 01/07/13
1.6.2.2	Elaborar o Diagnóstico Técnico	Seg 14/10/13	Ter 05/11/13
1.6.2.3	Realizar reunião com a Superintendência Regional de Educação	Ter 09/07/13	Qua 10/07/13
1.6.2.4	Publicar no Diário Oficial da região as audiências	Sex 17/05/13	Sáb 15/06/13
1.6.2.5	Realizar Audiência Pública - Lançamento do PMSB	Sex 05/07/13	Sex 05/07/13
1.6.2.6	**PRÉ CONFERÊNCIAS URBANAS, RURAIS E ESTUDANTIS**	**Qua 21/08/13**	**Ter 24/09/13**
1.6.2.6.1	**Pré Conferencias Urbanas**	**Qua 21/08/13**	**Ter 17/09/13**
1.6.2.6.1.1	Realizar Pré Conferência Setor 1	Qua 21/08/13	Qua 21/08/13
1.6.2.6.1.2	Realizar Pré Conferência Setor 2	Qui 22/08/13	Qui 22/08/13
1.6.2.6.1.3	Realizar Pré Conferência Setor 3	Ter 27/08/13	Ter 27/08/13
1.6.2.6.1.4	Realizar Pré Conferência Setor 4	Ter 03/09/13	Ter 03/09/13
1.6.2.6.1.5	Realizar Pré Conferência Setor 5	Qua 04/09/13	Qua 04/09/13
1.6.2.6.1.6	Realizar Pré Conferência Setor 6	Qui 05/09/13	Qui 05/09/13
1.6.2.6.1.7	Realizar Pré Conferência Setor 7	Ter 10/09/13	Ter 10/09/13
1.6.2.6.1.8	Realizar Pré Conferência Setor 8	Qui 12/09/13	Qui 12/09/13
1.6.2.6.1.9	Realizar Pré Conferência Setor 9	Ter 17/09/13	Ter 17/09/13
1.6.2.6.2	**Pré Conferencias Rurais**	**Qui 29/08/13**	**Ter 24/09/13**
1.6.2.6.2.1	Realizar Pré Conferência Setor 1	Qui 29/08/13	Qui 29/08/13
1.6.2.6.2.2	Realizar Pré Conferência Setor 2	Qua 11/09/13	Qua 11/09/13
1.6.2.6.2.3	Realizar Pré Conferência Setor 3	Qua 18/09/13	Qua 18/09/13
1.6.2.6.2.4	Realizar Pré Conferência Setor 4	Qui 19/09/13	Qui 19/09/13

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
1.6.2.6.2.5	Realizar Pré Conferência Setor 5	Ter 24/09/13	Ter 24/09/13
1.6.2.6.3	**Pré Conferencias Estudantis**	**Qua 21/08/13**	**Ter 24/09/13**
1.6.2.6.3.1	Realizar Pré Conferência Estudantil 1	Qua 21/08/13	Qua 21/08/13
1.6.2.6.3.2	Realizar Pré Conferência Estudantil 2	Qui 22/08/13	Qui 22/08/13
1.6.2.6.3.3	Realizar Pré Conferência Estudantil 3	Ter 27/08/13	Ter 27/08/13
1.6.2.6.3.4	Realizar Pré Conferência Estudantil 4	Ter 03/09/13	Ter 03/09/13
1.6.2.6.3.5	Realizar Pré Conferência Estudantil 5	Qua 04/09/13	Qua 04/09/13
1.6.2.6.3.6	Realizar Pré Conferência Estudantil 6	Qui 05/09/13	Qui 05/09/13
1.6.2.6.3.7	Realizar Pré Conferência Estudantil 7	Ter 10/09/13	Ter 10/09/13
1.6.2.6.3.8	Realizar Pré Conferência Estudantil 8	Qui 12/09/13	Qui 12/09/13
1.6.2.6.3.9	Realizar Pré Conferência Estudantil 9	Ter 17/09/13	Ter 17/09/13
1.6.2.6.3.10	Realizar Pré Conferência Estudantil 10	Qui 29/08/13	Qui 29/08/13
1.6.2.6.3.11	Realizar Pré Conferência Estudantil 11	Qua 11/09/13	Qua 11/09/13
1.6.2.6.3.12	Realizar Pré Conferência Estudantil 12	Qua 18/09/13	Qua 18/09/13
1.6.2.6.3.13	Realizar Pré Conferência Estudantil 13	Qui 19/09/13	Qui 19/09/13
1.6.2.6.3.14	Realizar Pré Conferência Estudantil 14	Ter 24/09/13	Ter 24/09/13
1.6.2.7	Reunião de apresentação do material da audiência Pública - Diagnóstico	Sex 25/10/13	Sex 25/10/13
1.6.2.8	Realizar Audiência Pública e Estudantil	Qui 07/11/13	Qui 07/11/13
1.6.2.9	Entrega Prévia do Diagnóstico Técnico	Qua 06/11/13	Qui 07/11/13
1.6.2.10	Aprovação do Diagnóstico Técnico	Qua 06/11/13	Qua 06/11/13
1.6.2.11	Consolidar o Diagnóstico Técnico	Qui 07/11/13	Seg 03/02/14
1.6.2.12	Entrega	Dom 02/02/14	Seg 03/02/14
1.6.2.13	Revisão do produto 2 pela prefeitura	Seg 24/02/14	Ter 01/04/14
1.6.2.14	Adequação do Produto 2 pela Diefra	Qua 02/04/14	Seg 04/08/14
1.6.2.15	Entrega do produto revisado	Ter 12/08/14	Ter 12/08/14
1.6.2.16	Reapresentação ao comitê para aprovação e ata de reunião. Solicitar nossa lista de presença	Ter 12/08/14	Ter 12/08/14
1.6.2.17	Entrega ao município do Produto Revisado - Solicitação Caixa Econômica Federal (via e-mail)	Ter 09/12/14	Sex 30/01/15
1.6.2.18	Avaliação do Produto pela Prefeitura	Sex 30/01/15	Sex 13/02/15
1.6.2.19	Impressão e envio do Produto 2 - Versão Final	Sex 13/02/15	Ter 10/03/15
1.6.2.31	Entrega ao município do Produto Revisado - Solicitação Caixa Econômica Federal (via e-mail)	Sex 22/05/15	Sex 22/05/15
1.6.2.32	Envio do documento aprovado pela CEF	Sex 10/07/15	Sex 10/07/15
1.7	**PRODUTO 3 - PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS**	**Qui 07/11/13**	**Seg 16/11/15**
1.7.1	**DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS**	**Qui 07/11/13**	**Sex 01/08/14**
1.7.1.1	Identificar as categorias das interfaces de elementos no município	Qui 07/11/13	Sex 08/11/13
1.7.1.2	Revisão das categorias e prazos	Ter 01/04/14	Ter 15/04/14
1.7.1.3	Identificar as priorizações	Qua 16/04/14	Sex 01/08/14
1.7.1.4	Elaborar relatório de caracterização de cenários atual e futuro	Sex 25/04/14	Sex 01/08/14

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
1.7.1.5	Elaborar os Objetivos e Metas a serem atingidos pelo PMSB	Ter 20/05/14	Sex 01/08/14
1.7.1.6	Elaborar o planejamento estratégico para atingir os objetivos e metas definidos	Seg 16/06/14	Sex 01/08/14
1.7.2	**PROGNÓSTICO**	**Ter 01/07/14**	**Sex 17/07/15**
1.7.2.1	Consolidar o Prognóstico	Ter 01/07/14	Seg 23/03/15
1.7.2.2	Entregar para a Prefeitura o Prognóstico - via e-mail, para verificação da Prefeitura	Ter 24/03/15	Ter 24/03/15
1.7.2.3	**APROVAÇÃO**	**Ter 12/08/14**	**Seg 16/11/15**
1.7.2.3.1	Aprovar Produto - Reunião de Trabalho	Ter 12/08/14	Ter 12/08/14
1.7.2.3.2	Rever o Prognóstico adequando-o de acordo com as alterações feitas no Diagnóstico	Seg 13/07/15	Sex 17/07/15
1.7.2.3.3	Envio (meio digital) do Prognóstico para a Prefeitura	Sex 17/07/15	Sex 17/07/15
1.7.2.3.4	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Seg 20/07/15	Sex 31/07/15
1.7.2.3.5	Envio para a Prefeitura	Qui 13/08/15	Qui 13/08/15
1.7.2.3.6	Entrega na Caixa Econômica Federal	Qui 13/08/15	Qui 13/08/15
1.7.2.3.7	Retorno da CEF	Seg 26/10/15	Seg 26/10/15
1.7.2.3.8	Adequação com solicitações da CEF	Seg 09/11/15	Sex 13/11/15
1.7.2.3.9	Envio (meio digital) do Prognóstico revisado para a Prefeitura	Sex 13/11/15	Sex 13/11/15
1.7.2.3.10	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.7.2.3.11	Impressão e envio do Produto 3 - Versão Final	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.8	**PRODUTO 4 - PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES**	**Ter 01/07/14**	**Seg 16/11/15**
1.8.1	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES**	**Ter 01/07/14**	**Ter 08/07/14**
1.8.1.1	**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**	**Ter 01/07/14**	**Seg 07/07/14**
1.8.1.1.1	Desenvolver programas, projetos e ações para o Abastecimento de Água	Ter 01/07/14	Seg 07/07/14
1.8.1.2	**ESGOTO SANITÁRIO**	**Ter 01/07/14**	**Seg 07/07/14**
1.8.1.2.1	Desenvolver programas, projetos e ações para Esgoto Sanitário	Ter 01/07/14	Seg 07/07/14
1.8.1.3	**DRENAGEM PLUVIAL**	**Ter 01/07/14**	**Seg 07/07/14**
1.8.1.3.1	Desenvolver programas, projetos e ações para Drenagem Pluvial	Ter 01/07/14	Seg 07/07/14
1.8.1.4	**RESÍDUOS SÓLIDOS**	**Ter 01/07/14**	**Seg 07/07/14**
1.8.1.4.1	Desenvolver programas, projetos e ações para Resíduos	Ter 01/07/14	Seg 07/07/14
1.8.1.5	Consolidar o Programa, Projetos e Ações para abastecimento de Água	Ter 01/07/14	Qui 02/04/15
1.8.2	**PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA**	**Ter 01/07/14**	**Qui 02/04/15**
1.8.2.1	Realizar análise dos riscos	Ter 01/07/14	Ter 08/07/14
1.8.2.2	Identificar as situações de emergência e contingência	Ter 01/07/14	Sex 04/07/14
1.8.2.3	Definir as ações para cada situação	Ter 01/07/14	Sáb 05/07/14
1.8.2.4	Estabelecer as regras de atendimento e funcionamento para as situações críticas	Ter 01/07/14	Ter 08/07/14
1.8.2.5	Estabelecer as regras de atendimento operacional para situações críticas	Ter 01/07/14	Ter 08/07/14
1.8.2.6	Propor diretrizes para a elaboração do Plano de	Ter 01/07/14	Sex 04/07/14

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
	Segurança da Água		
1.8.2.7	Elaborar o Plano de Emergência e Contingência	Ter 01/07/14	Qui 02/04/15
1.8.2.8	**APROVAÇÃO**	**Ter 12/08/14**	**Seg 16/11/15**
1.8.2.8.1	Encaminhar via e-mail o Plano de Emergência e Contingência para os Comitês e Prefeitura.	Qui 02/04/15	Qui 02/04/15
1.8.2.8.2	Aprovação do PPA e Aprovação do Plano de Emergência e Contingência pelo Comitê de Coordenação	Qui 02/04/15	Sex 17/04/15
1.8.2.8.3	Aprovar Produto - Reunião de Trabalho	Ter 12/08/14	Ter 12/08/14
1.8.2.8.4	Rever o PPA adequando-o de acordo com as alterações feitas no Diagnóstico	Seg 10/08/15	Seg 24/08/15
1.8.2.8.5	Envio (meio digital) do PPA para a Prefeitura	Seg 24/08/15	Seg 24/08/15
1.8.2.8.6	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Qui 27/08/15	Qui 17/09/15
1.8.2.8.7	Adequação com solicitações da CEF	Seg 09/11/15	Sex 13/11/15
1.8.2.8.8	Envio (meio digital) do PPA revisado para a Prefeitura	Sex 13/11/15	Sex 13/11/15
1.8.2.8.9	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.8.2.8.10	Impressão e envio do Produto 4 - Versão Final	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.9	**PRODUTO 5 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA PARA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PMSB**	**Sex 01/08/14**	**Seg 16/11/15**
1.9.1	**INDICADORES DE DESEMPENHO**	**Sex 01/08/14**	**Qui 14/08/14**
1.9.1.1	Definir os indicadores de desempenho do PMSB	Sex 01/08/14	Qui 07/08/14
1.9.1.2	Sistematizar os indicadores com os objetivos e metas do PMSB	Sex 08/08/14	Qui 02/04/15
1.9.2	**DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS**	**Sex 15/08/14**	**Qua 05/11/14**
1.9.2.1	Mapear os programas, projetos e ações com suas metas de execução	Sex 15/08/14	Seg 25/08/14
1.9.2.2	Aplicar matriz GUT para definir temporalidade	Ter 26/08/14	Qui 04/09/14
1.9.2.3	Elaborar o Mecanismo de Avaliação Sistemática	Sex 05/09/14	Qui 02/04/15
1.9.2.4	Elaborar o Plano de Execução	Seg 27/10/14	Qui 02/04/15
1.9.2.5	**APROVAÇÃO**	**Qua 15/07/15**	**Seg 16/11/15**
1.9.2.5.1	Envio dos indicadores de Desempenho- Produto 5 - Via e-mail - Prefeitura e DAEPA	Qua 15/07/15	Qua 15/07/15
1.9.2.5.2	Validação e Consolidação dos Indicadores de Desempenho pelo DAEPA e Prefeitura	Qua 15/07/15	Qua 29/07/15
1.9.2.5.3	Consolidação do Produto 5	Qui 30/07/15	Ter 15/09/15
1.9.2.5.4	Aprovar Produto - Reunião de Trabalho com os Comitês	Ter 15/09/15	Ter 15/09/15
1.9.2.5.5	Envio (meio digital) do Produto 5 para a Prefeitura	Seg 21/09/15	Seg 21/09/15
1.9.2.5.6	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Seg 21/09/15	Qua 30/09/15
1.9.2.5.7	Adequação com solicitações da CEF	Seg 09/11/15	Sex 13/11/15
1.9.2.5.8	Envio (meio digital) do Produto 5 para a Prefeitura	Sex 13/11/15	Sex 13/11/15
1.9.2.5.9	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.9.2.5.10	Impressão e envio do Produto 5 - Versão Final	Seg 16/11/15	Seg 16/11/15
1.10	**PRODUTO 6 - RELATÓRIO DO PMSB E PGIRS**	**Seg 21/09/15**	**Qui 10/12/15**
1.10.1	Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico - Produto Final	Seg 21/09/15	Qui 26/11/15
1.10.2	Elaborar o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Seg 04/05/14	Qui 26/11/15

WBS	Nome da tarefa	Início	Conclusão
1.10.3	Realizar a Conferência Municipal de Saneamento Básico	Qui 26/11/15	Qui 26/11/15
1.10.4	Adequação do Plano de execução	Sex 27/11/15	Qua 02/12/15
1.10.5	Consolidar o Plano Municipal de Saneamento Básico	Sex 27/11/15	Qua 02/12/15
1.10.6	Consolidar o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Sex 27/11/15	Seg 07/12/15
1.10.7	Entregar o Plano Municipal de Saneamento Básico e o PGIRS para os Comitês e Prefeitura	Seg 07/12/15	Seg 07/12/15
1.10.8	Recebimento das alterações sugeridas pela Prefeitura	Qua 09/12/15	Qua 09/12/15
1.10.9	Aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico e PGIRS pelo Comitê de Coordenação	Qui 10/12/15	Qui 10/12/15
1.10.10	Entrega do Produto Final	Qui 10/12/15	Qui 10/12/15

Figura 5 - Cronograma Macro de Execução do Projeto

4.3 ORGANOGRAMA DA EQUIPE DE TRABALHO

A equipe multidisciplinar foi composta por profissionais multidisciplinares, conforme organograma representado abaixo. Suas atividades foram desenvolvidas sobre a orientação da empresa contratada DIEFRA pelo Gerente de Projetos de Saneamento, atendendo aos critérios legais e descritos no Edital e Termo de Referência - TDR.

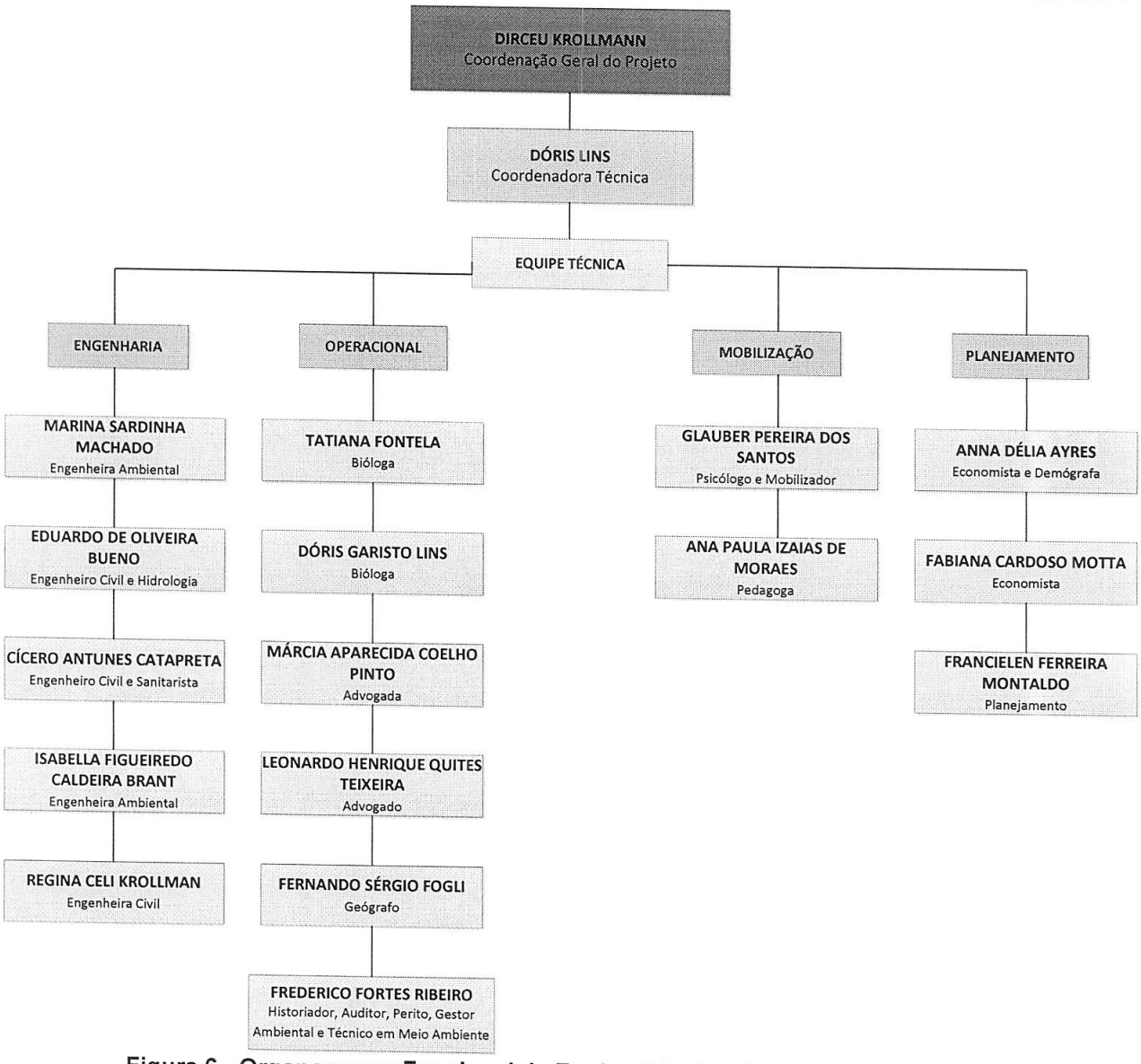


Figura 6 - Organograma Funcional da Equipe Técnica da DIEFRA para o PMSB

O Termo de Referência prevê que 6 Produtos sejam realizados, conforme já indicado. Agora, os mesmos são representados na EAP (Estrutura Analítica do Projeto) a seguir. Foi utilizado o software WBS Chart Pro da Critical Tools – Project Planning Graphing Sofware para sua construção.



Figura 7 - Estrutura Analítica do Projeto para a execução do PMSB de Patrocínio

4.4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a corresponsabilidade entre setor público de saneamento e sociedade/comunidade. Baseado neste preceito, o Município deve apoiou e concebeu mecanismos de envolvimento da sociedade durante todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

Assim, para mobilização e participação da população de Patrocínio, foi desenvolvido o seguinte Plano de Mobilização Social.

O Plano de Mobilização e participação social foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

- ✓ Divulgar a elaboração do Plano de Saneamento Básico para o Município de Patrocínio;
- ✓ Envolver e sensibilizar a população na discussão das potencialidades e dos problemas de saneamento ambiental no Município e suas implicações na qualidade de vida;
- ✓ Conscientizar a Sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental, por meio de uma reflexão crítica para o desenvolvimento de valores práticos rumo às mudanças culturais e sociais necessárias para adoção de uma política de saneamento básico;
- ✓ Estimular os diversos atores sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- ✓ Sensibilizar e motivar a comunidade para participação das atividades referentes ao PMSB;
- ✓ Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do Plano, durante a Audiência Pública e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Com esses objetivos, ao incorporar a participação da Sociedade no processo de elaboração do Plano, atingiu-se as seguintes Metas:

- ✓ Considerar as necessidades da Sociedade;

- ✓ Incorporar a opinião da população na escolha de diretrizes, cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis do ponto de vista técnico e econômico;
- ✓ Aumentar a capacidade de consolidação e sustentabilidade dos investimentos feitos para adoção de uma política de saneamento ambiental no Município.

4.4.1 Estruturação

O município de Patrocínio tem uma população de estimada de 82.471 habitantes (IBGE 2010) correspondente à população urbana e rural. Dessa forma, a cidade foi dividida em 09 (nove) microrregiões levando-se em consideração a área territorial da sede do município.

Para a realização das atividades de Mobilização Social Participativa, a área urbana foi subdividida em 9 (nove) microrregiões, denominadas de Setores, que delimitaram a sede urbana. A área rural foi subdividida 5 (cinco) Setores, sendo atendido a soma dos distritos e povoados, a saber: 03 (três) Distritos: Salitre de Minas; São João da Serra Negra; Silvano; e os 09 (nove) povoados principais: Santa Luzia de Barros, São Benedito; Tejuco; Chapadão de Ferro; Dourados; Boa Vista; Santo Antônio do Quebranzol; Pedros e Macaúbas.

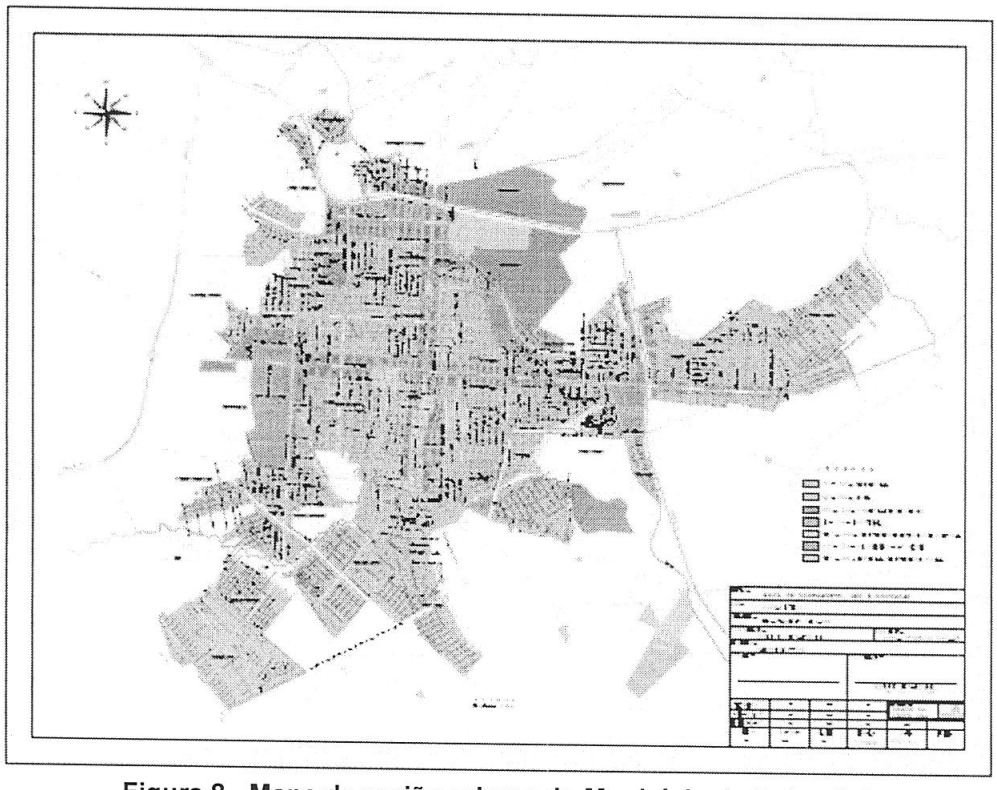


Figura 8 - Mapa da região urbana do Município de Patrocínio

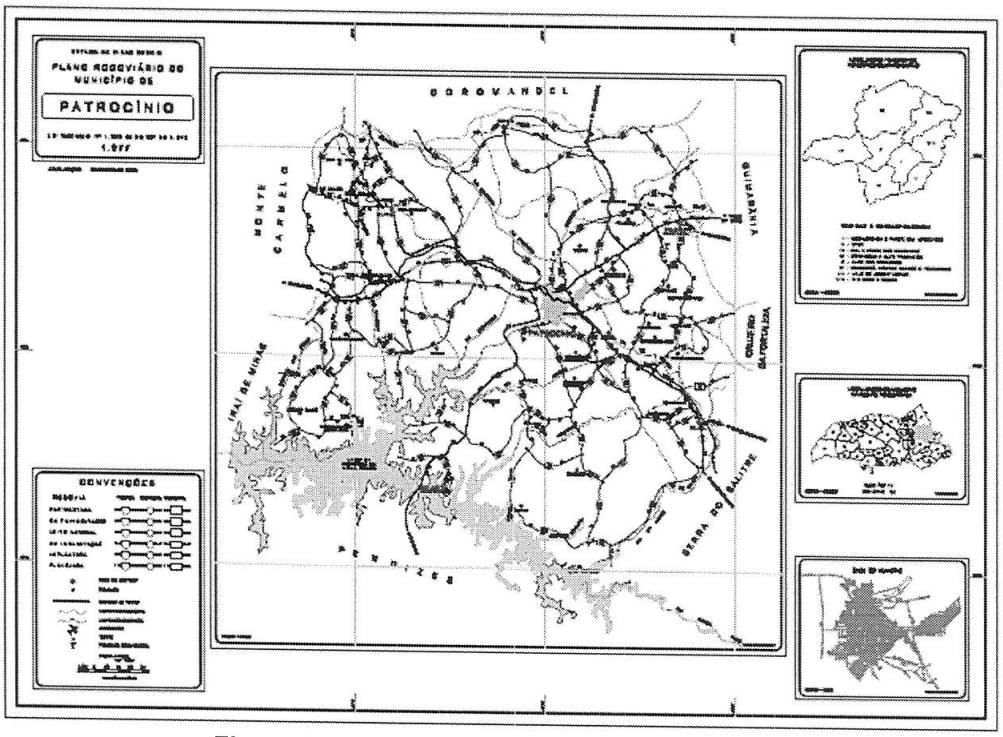


Figura 9 - Mapa da Região Rural de Patrocínio

SETORES	ÁREAS URBANAS/RURAIS
1	**Regional** Matinha, Manoel Nunes, Olímpio Nunes e São Cristóvão.
2	**Regional** Aeroporto, **Amir Amaral,** Congonhas e Cruzeiro da Serra.
3	**Regional** Santa Terezinha, **São Benedito**, e São Judas Tadeu.
4	**Regional** Assentamento Boa Esperança, Córrego das Andorinhas, Divisa, **Macaúbas de Baixo**, Pedros e Santo Antônio do Quebranzol.
5	**Regional Centro**, São Francisco e São Vicente.
6	**Regional** Dona Diva I e II, **Morada Nova** I, II e III.
7	**Regional Enéas Aguiar** e Jardim Sul I e III.
8	**Regional** Industrial, Jardim Eldorado, Jardim Ipiranga, Marciano Brandão e **Santo Antônio.**
9	**Regional**, Brejo do Silvano, Coelhos, Córrego da Mata, Macaúbas de Cima, Martins Marcelino, Mata do Silvano, Nova Aliança e **Silvano.**
10	**Regional** Jardim Europa, Nações e **Serra Negra.**
11	**Regional** Boa Esperança, Carajás, Cidade Jardim, **Constantino**, Morada do Sol, Nossa Senhora de Fátima, Ouro Preto e São Lucas

SETORES	ÁREAS URBANAS/RURAIS
12	**Regional** Córrego Feio, Martins e **São João da Serra Negra.**
13	**Regional** Barra do Salitre, Capão Seco, Córrego do Açude, Mata da Bananeira, Morro Alto, **Salitre de Minas,** São Benedito e Tejuco.
14	**Regional** Boqueirão, Boa Vista, Caxambu, Chapadão de Ferro, Dourados, Esmeril, Lajinha, Malhadouro, Moreiras, Samambaia, Santa Luzia dos Barros, Santo Antônio da Bocaina, Santo Antônio da Lagoa Seca, São Pedro e Taquara.

Figura 10 - Distribuição das áreas em Setores Urbanos e Rurais

4.4.2 Encontros Públicos

A elaboração do PMSB é de característica institucional, ou seja, todos os procedimentos foram articulados pelo poder público e estruturados pela DIEFRA. Os Comitês de Coordenação e Executivo deram apoio à contratada, no sentido de orientar a equipe da DIEFRA para que a Mobilização Social atingisse o maior número possível de munícipes.

A participação, principalmente da comunidade estudantil em todos os níveis, foi importante pela sua capilaridade de informação e divulgação, e ainda, pela sua influência na sensibilização das suas famílias. Adicionalmente considerando que o PMSB terá o alcance de 20 (vinte) anos, estes jovens poderão se tornar os principais atores na sua consolidação e atualização.

A mobilização e participação da Sociedade, no processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico de Patrocínio, ocorreram da seguinte forma:

- ✓ Audiência Pública, na fase de Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e na fase de Elaboração do Diagnóstico, após o levantamento de dados técnicos, junto com a comunidade estudantil;
- ✓ Reuniões com os responsáveis pela educação, sendo uma para a rede Municipal de Educação, outra para a rede Estadual de Educação e, com o ensino Superior, para consolidação das Pré-Conferências **Estudantis**, que ocorrerão nas instituições de ensino;
- ✓ Participação da comunidade estudantil durante a realização da Audiência Pública e Pré-Conferências, na formulação do Diagnóstico Participativo do PMSB, composta de encontros (Pré - Conferências) nas Instituições de Ensino;

- ✓ Reuniões com Representantes dos Segmentos Organizados da Sociedade, a qual ocorrerá por meio de Reuniões dos Comitês de Coordenação e Executivo, e ainda nas Audiências Públicas, e ainda, na Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- ✓ Encontros para as áreas urbana e rural, nominadas de Pré - Conferências, que serão realizadas após a primeira Audiência Pública do lançamento do PMSB e na execução do Diagnóstico, de forma a possibilitar a presença de toda a população do Município de Patrocínio;
- ✓ Reuniões Setoriais Temáticas com técnicos da DIEFRA, Comitês de acompanhamento do PMSB e técnicos do município de Patrocínio, dos quatro setores: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, convidados pelo poder público municipal, para participarem das discussões e entendimentos sobre o PMSB;
- ✓ Conferência Municipal de Saneamento Básico, para consolidação participativa do PMSB.

Ao final, a Conferência Municipal de Saneamento Básico culminou na consolidação da participação social e do PMSB. Nela, foi contemplado todo o processo participativo e a Lei que institui o Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio.

Diante do exposto, dentro destas atividades serão contemplados os objetivos principais para atender completamente a participação da sociedade na construção do PMSB, estas atividades irão:

- ✓ Introduzir o tema e sensibilizar a comunidade para participarem;
- ✓ Inserir demandas da sociedade referentes às questões do saneamento básico;
- ✓ Definir grupo de representação popular para a participação durante a realização da Conferência;
- ✓ Apresentar o diagnóstico e o prognóstico dos temas relacionados ao saneamento e, promover a capacitação quanto às deficiências e potencialidades do Município, a fim de se elaborar propostas para solucionar os problemas locais.

Esta metodologia de mobilização foi realizada pela DIEFRA, apoiada pelo poder público municipal e pelos Comitês de Coordenação e Executivo do Município. Este

cenário foi o sendo considerado adequado e apropriado à realidade de Patrocínio e ainda, suficiente para atingir os objetivos e metas desejados, pois envolveu diferentes atores sociais e promoveu a participação efetiva de grupos representativos da Sociedade na consolidação do PMSB.

4.4.3 Equipe de Sistematização

A DIEFRA realizou reunião de capacitação do Comitê de Coordenação e Comitê Executivo, para orientações do desenvolvimento do PMSB, e com os agentes comunitários de saúde e endemias, para aplicação do Questionário de Saneamento, dando orientação e explicação de como desenvolver estas atividades.

O Comitê de Coordenação juntamente com a equipe técnica da DIEFRA foi a responsável por sistematizar os resultados das Plenárias (Pré-Conferências). A sistematização consiste em reunir todas as questões levantadas nas Audiências e Pré-Conferências, agrupando-as por semelhanças, nos temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e Resíduos Sólidos, primeiramente por tema e, na sequência, para todo o Município.

4.4.4 Responsabilidades Referentes à Execução do Plano de Mobilização

A empresa DIEFRA, com apoio dos Comitês de Coordenação e Executivo, foi responsável por realizar todos os momentos de mobilização e registrar todas as reuniões, Audiências, Pré - Conferências e Conferências que antecederam a entrega do PMSB, por meio de Atas, Listas de Presença, Fotos, etc. Prepararam também, em conjunto, os locais de realização destas atividades, cuidando de toda organização, distribuição de material, equipamentos de áudio visual, projetores/telões e, toda a infraestrutura necessária.

4.5 PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A proposta de estratégias de comunicação, divulgação e participação da população no PMSB de Patrocínio tiveram por objetivo a difusão e a discussão das premissas do PMSB.

Foram identificadas lideranças e entidades locais que atuaram na construção conjunta dos mecanismos efetivos da construção do PMSB: esses grupos foram convidados e estimulados a participar das audiências, das pré-conferências e da 1ª Conferência Municipal do Saneamento Básico, onde ocorreu também a participação social, ampliando ainda mais os debates acerca do tema.

4.5.1 Participação Popular

A participação popular na construção das políticas públicas é um dos elementos centrais da Constituição Federal de 1988, cuja prerrogativa mudou o modelo de gestão do município. Entretanto, para que as participações sejam consideradas legítimas na definição das ações prioritárias e adequadas para o desenvolvimento local, é necessário que as informações sejam socializadas e publicitadas, no sentido de contribuir para a apropriação do conhecimento público sobre o município e o seu funcionamento.

Reconhecidas as possibilidades que a participação social confere, na medida em que estimula a população a se envolver nos espaços participativos, se informar sobre as ações públicas que interferem em sua vida e a participar efetivamente da definição e avaliação destas, a população local não pode ser considerada como simples beneficiária; ela deve ser aceita como sujeito dos processos de decisão sobre a cidade, sendo assim, de suma importância. Além disso, os processos participativos requerem aprendizado, tanto por parte do poder público, quanto por parte da população.

Por fim, a participação popular no PMSB propiciou a identificação das demandas e potencialidades específicas no município e favoreceu a participação de todos os segmentos sociais, através da representação de seus interesses específicos, bem como a elevação do nível de organização interna da comunidade em relação ao planejamento construído coletivamente.

4.5.2 Comunicação

Esta foi a fase da interpretação, difusão, discussão das premissas do PMSB, onde foram identificadas e incorporadas lideranças e entidades locais que atuaram na construção conjunta de mecanismos efetivos para o setor saneamento ambiental.

Conforme já citado, esses grupos participaram das Audiências Públicas, Pré Conferências e Conferência, das reuniões técnicas e da mobilização social. Todos estes eventos deram condições de participação e interação aos membros das equipes e às pessoas interessadas na elaboração do PMSB. Além disso, foram realizadas consultas à comunidade através da aplicação de questionário, com o intuito de conhecer as particularidades de todos os setores do município.

Neste sentido, o mecanismo de comunicação teve por objetivo assegurar a toda população o acesso às informações sobre o PMSB, bem como, ampliar as discussões para uma melhor compreensão dos processos da questão do saneamento: social, econômico e jurídico e quais as soluções viáveis devem regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico com a participação social.

4.5.3 Divulgação

Os eventos públicos foram divulgados por meio de publicações em jornais de circulação local, chamadas em rádios AM e FM, informação no site da Prefeitura Municipal de Patrocínio, distribuição de Folders, distribuição de convites e colagem de Cartazes, Outdoors e faixas. Todos os modelos de materiais para divulgação foram desenvolvidos pela DIEFRA.

Nas figuras a seguir, eles estão apresentados, conforme cada etapa/evento correspondente.



Figura 11 - Modelo da Prancha de Abastecimento de Água para a apresentação nas reuniões públicas do PMSB.



Figura 12 - Modelo da Prancha de esgotamento sanitário para a divulgação das reuniões públicas do PMSB.



Figura 13 - Modelo da Prancha de Resíduos Sólidos para a divulgação nas reuniões públicas do PMSB.



Figura 14 - Prancha de Drenagem Pluvial para as Reuniões Públicas do PMSB.

PMSB
Plano Municipal de
Saneamento Básico

Figura 15 - Modelo logo do PMSB de Patrocínio

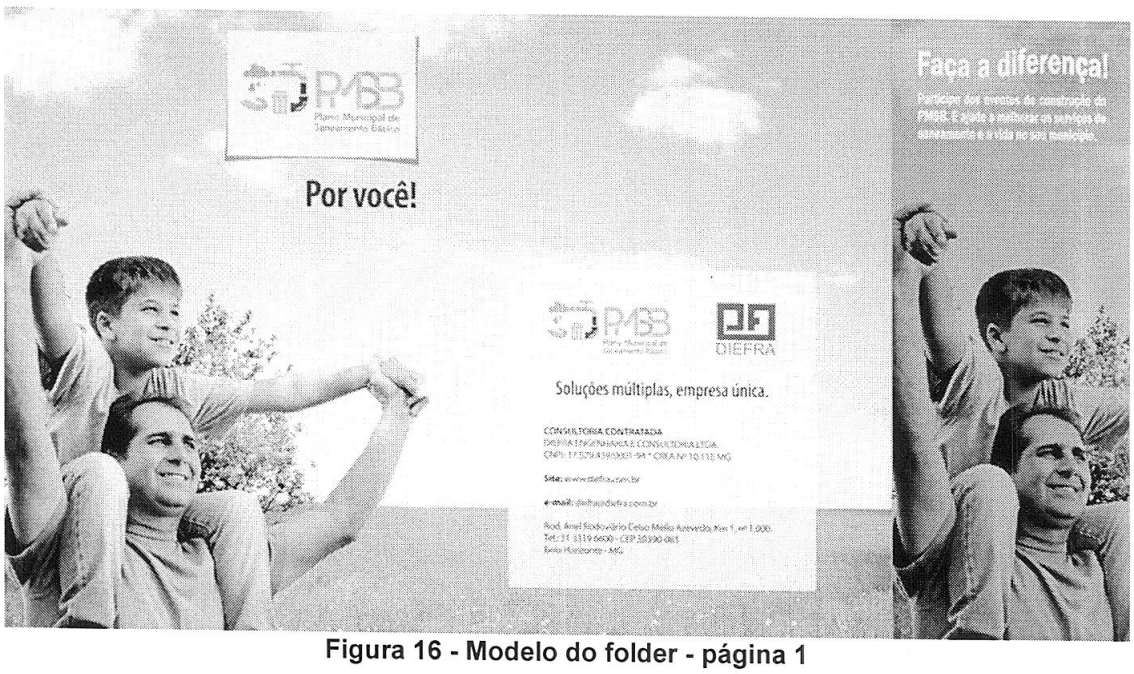


Figura 16 - Modelo do folder - página 1



Figura 17 - Modelo do folder - página 2

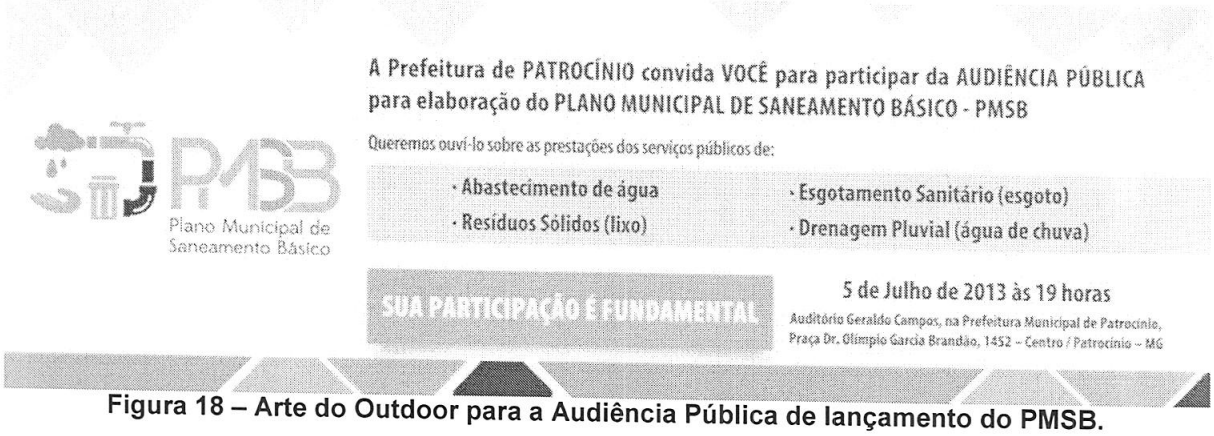


Figura 18 – Arte do Outdoor para a Audiência Pública de lançamento do PMSB.

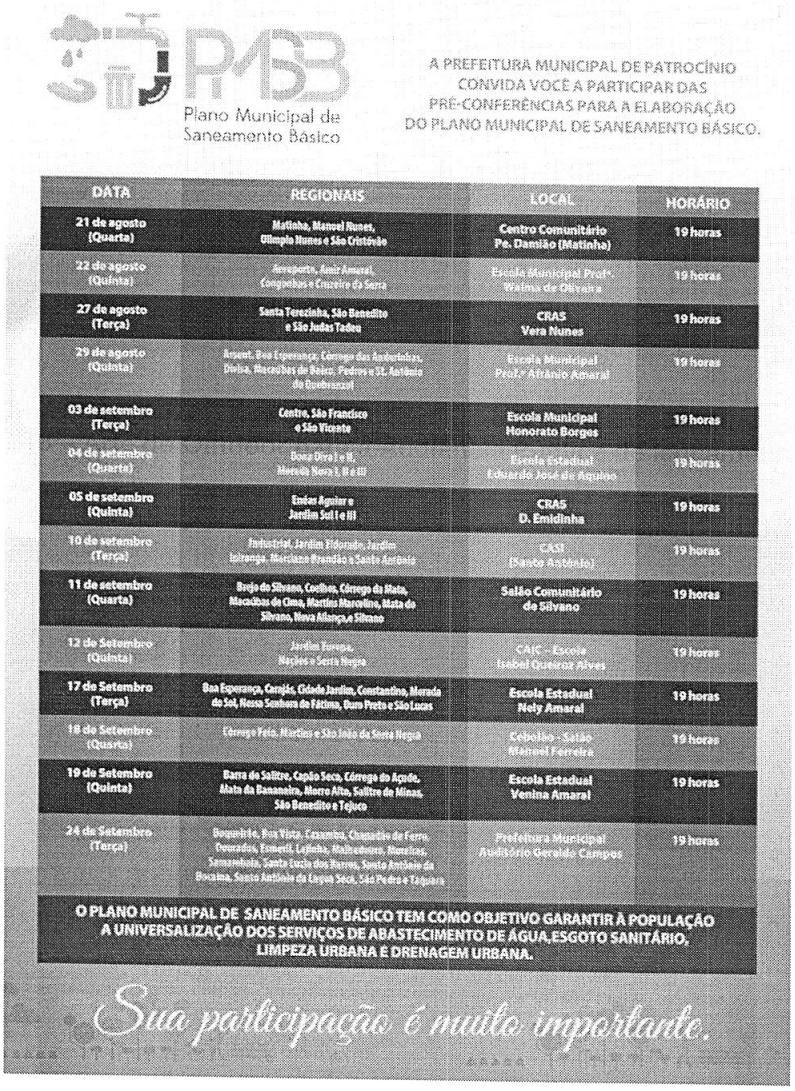


Figura 19 – Cartaz de divulgação das Pré-Conferências Setoriais Urbanas e Rurais do PMSB de Patrocínio



Figura 17 –Outdoor Audiência do Diagnóstico

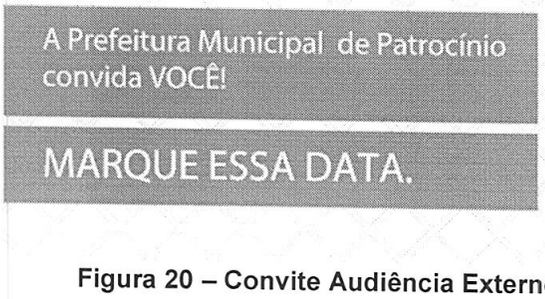


Figura 20 – Convite Audiência Externo

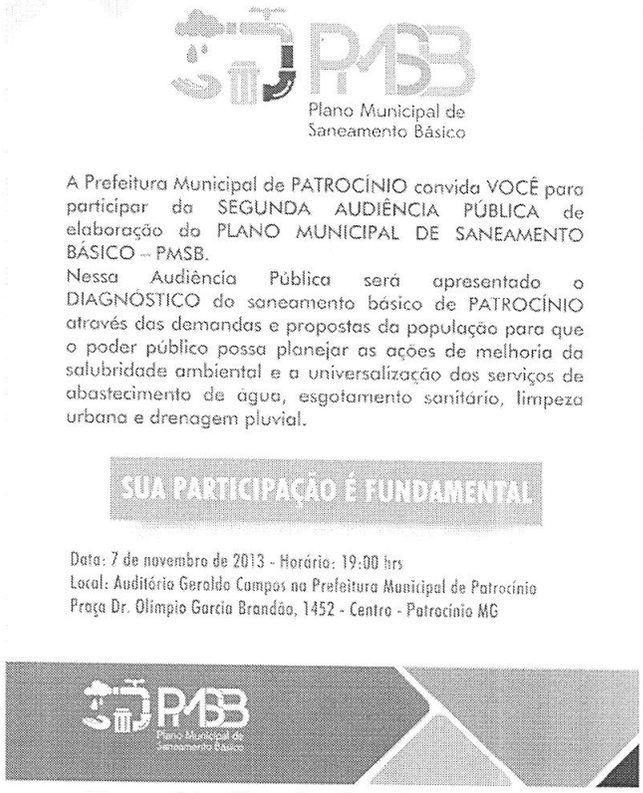


Figura 21 – Convite Audiência Interno



Figura 22 - Modelo Crachás



Figura 23 –Modelo Cartazes para a Audiência



Figura 24 - Outdoor 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico



Figura 25 – Faixa de divulgação da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico



Figura 26 – Convite Interno 1ª Conferência

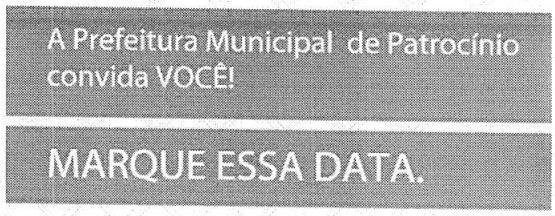


Figura 27 – Convite Externo

5 PRODUTO 2 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E DE SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

O Diagnóstico deverá orientar-se na identificação das causas dos déficits e das deficiências a fim de determinar metas e ações na sua correção, visando a universalização dos serviços de saneamento básico. Deverá, ainda, prever a análise de sua inserção regional, incluindo as relações institucionais e interfaces socioeconômicas e ambientais com os municípios vizinhos, o estado e a bacia hidrográfica. O diagnóstico deverá apresentar ainda a situação quanto a prestação dos serviços de saneamento básico no município de Patrocínio, tanto pela percepção social, quanto técnica.

Este capítulo trará um breve resumo do Produto 2 – Diagnóstica da Situação do Saneamento Básico e seus impactos nas condições de vida da População, documento este de acesso público.

O Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico foi elaborado conforme metodologia definida no Plano de Trabalho, em conformidade com o Termo de

Referência - TDR, com complementações e adaptações em função das peculiaridades locais, mediante sugestões e aprovação dos Comitês, os quais se fizeram necessárias no decorrer do processo.

Tal processo teve duração de 24 (vinte e quatro) meses, onde ao longo dos mesmos foram realizados diversos encontros sociais com o objetivo de levantar informações junto a sociedade, principalmente no que diz respeito a qualidade e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Foram realizadas 2 (duas) Reuniões Setoriais, 5 (cinco) oficinas de capacitação dos agentes de saúde e endemia, 56 (cinquenta e seis) pré-conferências e uma audiência pública de lançamento do PMSB.

Além das reuniões públicas, outra ferramenta social, utilizada como fonte de informações, foram os questionários sociais. Ao todo, foram aplicados 2500 (dois mil e quinhentos) questionários, tendo sido validados 2136 (dois mil cento e trinta e seis). Este quantitativo representa aproximadamente 12% da população do município. De forma geral os dados obtidos foram:

74,4% dos entrevistados não têm quaisquer problemas com abastecimento público
94,4% dos entrevistados utilizam água fornecida pelo DAEPA
96,6% dos entrevistados informam que a rede doméstica de esgoto está ligada à rede coletora pública de esgoto
27,5% dos entrevistados sentem cheiro de esgoto na rua
88% dos entrevistados não veem alagamentos nas suas ruas
27,5% do município tem sistema de microdrenagem
99% dos entrevistados destinam seus resíduos domiciliares à coleta porta a porta
80,2% dos entrevistados sabem o que é coleta seletiva
77,7% dos entrevistados gostariam de fazer a coleta seletiva
95% dos entrevistados estão satisfeitos com a coleta porta a porta de resíduos
54,2% dos entrevistados estão satisfeitos com o serviço de varrição

Além das informações sociais foram levantadas também informações técnicas, verificando *in locu* a situação da prestação dos serviços, assim como as estruturas existentes nos quatro componentes do saneamento.

Após a análise destes dados, social e técnico, foram identificados cenários atuais quanto aos componentes do saneamento básico. Nestes cenários foi então aplicada a metodologia CDP, classificando cada um deles em condicionante, deficiência ou potencialidade, a saber:

Tabela 1 – Cenários Atuais

Componente	Cenários atuais			
	Leitura Técnica	CDP[1]	Leitura Social	CDP
Abastecimento de Água	25	1 C 18 D 6 P	16	-- 15 D 1 P
Esgotamento Sanitário	14	-- 9 D 5 P	14	-- 13 D 1 P
Resíduos Sólidos	27	-- 15 D 12 P	8	7 D 1 P
Drenagem Pluvial	25	5 C 18 D 2 P	9	-- 9 D --

Ao longo do desenvolvimento do PMSB as deficiências se tornaram imprescindíveis, principalmente em se tratando de planejamento para os próximos 20 anos. Serão as deficiências o foco deste PMSB a serem solucionadas ao longo de seu desenvolvimento.

5.1 CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

O Município de Patrocínio está inserido no Cerrado, bioma brasileiro caracterizado por vegetação nas áreas mais elevadas constituída por formações herbáceas, nos vales, desenvolve-se uma vegetação similar ao cerradão. O cerrado é a cobertura vegetal característica das áreas de clima semiúmido com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa. O Cerrado, entretanto, não se constitui de uma única fisionomia, apresentando graduações que vão das florestas xeromorfas (cerradões) as formações herbáceo-arbustivas (cerrados ralos), passando por formações intermediárias, correspondendo ao Cerrado típico.

Grande parte do município é formada por latossolos vermelhos, que se caracterizam por boas condições físicas (grande profundidade efetiva, boa retenção e disponibilidade de água), que aliada à relevos planos a suavemente planos, como é o caso de Patrocínio propiciam o bom desenvolvimento de atividades agrícolas. Desta forma, verifica-se a grande vocação e desenvolvimento das atividades agropecuárias no município.

Atualmente, grande parte da região encontra-se bastante antropizada, sendo intensamente cultivada por pastagens e lavouras. Desta forma, pouco restou da cobertura de vegetação original, restando fragmentos florestais em diferentes estágios de regeneração. Devido a estas condições, a fauna é caracterizada, em grande parte,

[1] CDP: Condicionante, deficiência e potencialidade. Metodologia está explicada no produto 2 deste PMSB.

por espécies com pouca restrição de habitats florestais, predominando as que possuem hábitos campestres e sinantrópicos.

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 52,9%, passando de R$ 844,6 milhões para R$ 1.291,50 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,44% para 0,45%no período de 2005 a 2009.

Nos anos seguintes, entre 2010 e 2012 a tendência de crescimento do PIB foi confirmada, crescendo 47,63% nos últimos anos:

Tabela 2 – PIB Municipal

	2010	2011	2012
PIB	R$ 1.500.568,00	R$ 1.759.131	R$ 1.906.654
Valor adicionado bruto da Agropecuária	R$ 378.414	R$ 381.202	R$ 468.995
Valor adicionado bruto da Indústria	R$ 190.328	R$ 218.477	R$ 217.703
Valor adicionado bruto dos Serviços	R$ 808.902	R$ 1.002.168	R$ 1.057422

Tal crescimento se dá principalmente devido ao crescimento nos setores primários (agricultura) e terciário (serviços) O setor secundário apresenta leve queda nos dois últimos anos (2011-2012), inverso do cenário do Estado de Minas Gerais que nos últimos anos amostrais apresentou crescimento do setor secundário.

O setor de serviços apresenta-se como o mais dinâmico no Município de Patrocínio classificando-se com uma atuação importante na região e expressando, de forma flagrante, o grau de urbanização deste centro local. Este setor, também conhecido como setor terciário, engloba as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, tais como:

- ✓ Comércio em geral, Alojamento e alimentação, Transporte em geral, Correio e Telecomunicações, Atividades Imobiliárias, Educação, Administração Pública, Saúde e Serviços Sociais, Serviços pessoais, Serviços Domésticos.

O mercado de trabalho formal do município apresentou em seis anos saldos positivo na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 2.952. No último ano as admissões registraram 16.690 contratações contra 15.735 demissões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 17.847 postos, 38,7% a mais em relação a 2004. O desempenho

do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

A estrutura econômica municipal, conforme já descrito, demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, que responde por 55,46% do PIB municipal (2012). Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 11,41% em 2012 contra 12,9% em 2005.

A aptidão e a importância da atividade leiteira para o estado de Minas Gerais são grandes. A produção de leite em Minas Gerais corresponde a cerca de 30% do total nacional. A migração da pecuária leiteira para o cerrado, fenômeno nacional, também é observada em Minas Gerais. O maior crescimento da produção leiteira mineira se observou na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em detrimento da produção em bacias leiteiras mais tradicionais.

Patrocínio é um dos municípios protagonistas desta mudança, tendo a produção de galináceos e suínos também importantes na produção pecuária municipal.

Neste cenário, as condições físicas, tais como clima, solo e disponibilidade hídrica possibilitam ao município o desenvolvimento das atividades relacionadas ao uso da terra, conforme apresentado acima, com dados do PIB. Em relação a estas condições é imprescindível que se leve em consideração a localização do município na bacia hidrográfica, unidade de gestão mais utilizada quando se trata de meio ambiente e possíveis impactos.

Em relação a bacia hidrográfica, Patrocínio está inserida na bacia do Rio Paranaíba, bacia esta que abrange parte do território de três estados (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás) e do Distrito Federal, correspondendo a 178 municípios e a uma área de drenagem de mais de 220 mil km^2.

A bacia do Rio Paranaíba em Minas Gerais está dividida em três sub-bacias:

- ✓ PN1 – Bacia Hidrográfica do Alto Paranaíba;
- ✓ PN2 - Bacia Hidrográfica do rio Araguari e,
- ✓ PN3 - Bacia hidrográfica dos afluentes do baixo Paranaíba.

O Município de Patrocínio está 100% inserido na Bacia do Rio Paranaíba, estando inclusive no divisor de águas entre as sub-bacias hidrográficas dos afluentes Mineiros do Alto Paranaíba e do Rio Araguari.

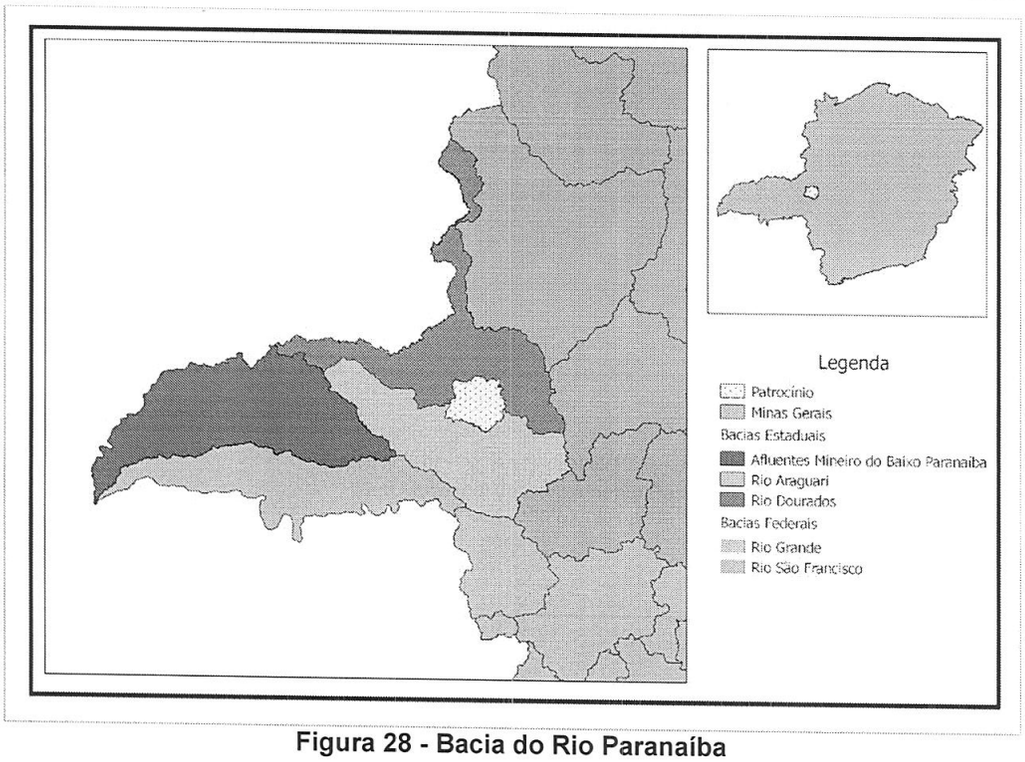


Figura 28 - Bacia do Rio Paranaíba

A Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba abrange um total de 18 sedes municipais, possui uma população estimada de 434.241 habitantes e uma área de drenagem de 22.291 km². O clima na bacia é considerado semiúmido, com período seco durando entre quatro e cinco meses por ano, situando-se a disponibilidade hídrica entre 10 e 20 litros por segundo por quilômetro quadrado.

Na bacia PN1, existe ponto de monitoramento da qualidade das águas, denominado PB 038. Este ponto está localizado no Rio Dourados, a jusante do Município de Patrocínio e recebe os efluentes tratados da ETE Serra Negra:

Coliformes fecais (*Escherichia coli)* e enriquecimento orgânico (caracterizado pela DBO) apresentarem não conforme de acordo com legislação que prevê os parâmetros de potabilidade.

A bacia do rio Araguari compreende uma área de 22.091Km², abrangendo vinte municípios. Localiza-se no oeste do Estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 18° 20' e 20° 10' de latitude sul e 46° 00' e 48° 50' de longitude oeste.

Referente ao Estudo Publicado pelo IGAM, na bacia PN2, existem dois pontos de monitoramento da qualidade das águas, denominados PB 055 e PB 15. Estes pontos estão localizados nos Ribeirões do Salitre e Santo Antônio respectivamente. O ribeirão do Salitre nasce na porção leste do Município de Patrocínio e também não recebe contribuição de efluentes sanitários da sede do Município, mas recebe contribuição de

algumas localidades rurais, entre elas: Esmeril, Malhadouro, Córrego do Açude, Mata da Bananeira, Tejuco, São Benedito e Salitre de Minas. Conforme poderá ser visto nos capítulos adiante o Distrito de Salitre de Minas está com Estação de Tratamento de Esgoto em fase de testes. Para o povoado de São Benedito há rede coletora em toda a localidade, mas ainda não é feito o tratamento do mesmo. Tal fato pode ser verificado nos dados a seguir:

Coliformes fecais (*Escherichia coli)* e enriquecimento orgânico (caracterizado pela DBO) apresentarem não conforme de acordo com legislação que prevê os parâmetros de potabilidade.

Outras características gerais do município que se relacionam diretamente com os componentes do saneamento básico são a saúde, educação e programas sociais.

Em 2013 haviam cadastradas junto ao DATASUS, 143 unidades de saúde, sendo que destas, 43 são da rede pública de atendimento. A Secretaria Municipal de Saúde é a responsável no município pela gestão e funcionamento do Sistema de Saúde. Para isto conta com o Conselho Municipal de Saúde, que tem caráter deliberativo e de fiscalização, assim como possui ainda, o Fundo Municipal de Saúde.

O total de famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2013 era de 12.500 dentre as quais:

- ✓ 12.500 famílias registradas no cadastro único e
- ✓ 4.268 famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família.

Foram transferidos R$ 553.654,00 às famílias beneficiárias do Programa em julho de 2013. De junho de 2011 a julho de 2013, houve diminuição de 25,21 % no total de famílias beneficiárias. Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

No município, 85,17 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,69 %. O município está abaixo da média.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 79,57 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,12 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as

secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde.

Quanto ao índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB, em comparação com o estado de Minas Gerais, o Município de Patrocínio alcançou índices superiores para escolas públicas em todos os anos para somatório das escolas para a 8ª/9º ano, exceto em 2.007.

Outro dado importante é a proporção da população residente alfabetizada por faixa etária. A partir da tabela, verifica-se que nos últimos 20 anos há um aumento considerável da população alfabetizada.

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo

TAXA DE ANALFABETISMO %												
Local	11 a 14 anos			15 a 17 anos			18 a 24 anos			25 anos ou mais		
	1991	2000	2010	1991	200	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	14.62	5.03	3.24	11.43	4.03	2.20	11.39	5.69	2.61	22.80	16.04	11.82
Patrocínio (MG)	3.15	1.22	1.28	5.38	0.92	1.27	4.24	2.94	1.26	16.60	11.05	8.10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano PNUD 2013.

O Município de Patrocínio possui Consórcio público estadual e com a União e, consórcio administrativo intermunicipal, estadual e com a união. Tendo em vista, a existência de Instituições de Ensino estadual e federal, significa que necessariamente há um Consórcio de Cooperação dos entes com o Município de Patrocínio. O Conselho Municipal de Educação tem caráter consultivo e fiscalizador, tendo maior representação na sociedade civil.

Algumas medidas ou ações são adotadas pelo órgão gestor da educação no desenvolvimento de projetos específicos.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do município também apresenta destaque em relação ao cenário nacional, obtendo um aumento nos últimos 20 anos, passando de 0,49 em 1991 para 0,729 em 2010, ficando acima da média nacional (0,727), mas abaixo da média mineira (0,810).

Em relação as finanças e orçamento do município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o principal mecanismo institucional de orientação para formulação de políticas públicas, ao definir quais são as prioridades a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano fiscal seguinte. Entretanto, foi verificado que somente a definição e indicação destas prioridades não estão sendo suficientemente efetivas.

Todas as ações no município devem ser melhor planejadas, em conjunto com todas as secretarias, a fim de que sejam identificadas as verdadeiras prioridades do município, para que os gastos, despesas, investimentos, planejamentos orçamentários, enfim, sejam melhor executados. Dessa forma, será alcançada uma adequada prestação e manutenção, não só dos Serviços relacionados aos quatro eixos do Saneamento básico, como também aos serviços que envolvem todas as Secretarias do município de Patrocínio, uma vez que existe uma inter-relação administrativa entre todas as áreas da gestão pública municipal.

Para que isso ocorra, é necessário que haja uma maior comunicação e articulação entre as Secretarias da Administração Pública local. A falta dessas ações integradas faz com os investimentos e propostas não sejam executados da devida maneira, comprometendo a capacidade de investimento do município, uma vez que não há uma definição clara de quais demandas são as reais prioridades.

É extremamente necessário também, que os dados financeiros do município sejam coletados e analisados periodicamente pela equipe responsável, e disponibilizados corretamente quando necessário (por exemplo, através do preenchimento completo dos dados do SNIS). A falta da publicação dessas informações, que refletem de fato a realidade financeira enfrentada pelo município e o DAEPA, é preocupante, pois leva a crer que tais dados não são verificados e analisados com a frequência necessária.

Hoje, o DAEPA não possui condições financeiras para arcar com financiamentos de altos valores a fim de financiar as obras e investimentos necessárias para execução das melhorias propostas nos Produtos 3 e 4 deste PMSB, e que sanarão os problemas identificados no Diagnóstico – Produto 2, bem como a prefeitura, que, em seu limite de endividamento (uma vez que ela já arcou com os empréstimos do BDMG para as obras nos sistemas de abastecimento de água e esgoto), não possui condições de arcar também com valores altos de imediato.

O DAEPA deve trabalhar em conjunto com a Prefeitura, e também com as demais secretarias, de maneira integrada, para planejamento e execução de obras em prol de melhorias nos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, para que consigam a assinatura de Convênios e Repasses, obtenham recursos não onerosos, financiamentos, enfim, valores que possam auxiliar as obras requeridas e em prol de melhorias nos quatro eixos do Saneamento Básico, tendo em vista os problemas localizados durante trabalho de campo e que serão descritos nos próximos itens deste Diagnóstico, para que a adequada prestação e manutenção dos serviços seja viabilizada.

Com relação as obras do sistema de Drenagem, já foram pleiteados valores e aprovados convênios com verbas destinadas a este fim, com repasses do Governo Federal. Cabe lembrar que as obras relacionadas a esta área são obras complexas, infraestruturas que demandam dispêndio de valores elevados de capital, além de um tempo maior para planejamento e execução, pois possui uma dependência da viabilidade técnica operacional. Mais uma vez, verifica-se a extrema importância da contratação de projetos bem elaborados e do devido planejamento para execução correta dessas obras.

Com relação ao eixo de Resíduos Sólidos, as melhorias e investimentos propostos neste PMSB são de menor montante financeiro do que drenagem pluvial, porém, de extrema importância prática. Desta forma, para se pleitear recursos juntos aos órgãos financiadores, o instrumento a ser utilizado, principalmente no que diz respeito a prioridades (metas estabelecidas) será este Plano Municipal de Saneamento Básico.

5.2 SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Um Sistema de Abastecimento de Água inicia-se pela captação da água bruta do meio ambiente, seguida de tratamento adequado para torná-la potável conforme normas de potabilidade e, por último, há a distribuição até os consumidores, em quantidade suficiente para suprir suas necessidades de consumo e em qualidade conforme as leis e portarias que definem padrões de qualidade da água potável para consumo.

O Sistema de Abastecimento de Água representa o "conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos".

Segundo dados disponibilizados no site oficial do DAEPA, o volume de água fornecido à população urbana é em média de 570 milhões de litros por mês, o que representa mais de 19 milhões de litros de água por dia. Além da sede do município, o DAEPA distribui água potável nos seguintes distritos e localidades rurais: Boa Vista, Boqueirão, Caxambu, Chapadão de Ferro, Córrego da Mata, Córrego Feio, Lajinha, Macaúbas de Baixo, Macaúbas de Cima, Pedros, Santa Luzia dos Barros, Santo Antônio do Quebranzol, Silvano, Tejuco, Mata do Silvano, Salitre de Minas, Samambaia, São João da Serra Negra e São Benedito.

Em 2013 o consumo per capta em Patrocínio foi de 136 l/hab./dia, apresentando um aumento linear de aproximadamente 33% em relação a 2010. O valor de perda no sistema para o cálculo do consumo per capta foi de 44,57%, valor considerado alto em

um sistema de distribuição de água. O valor do consumo per capta, apesar de apresentar aumento nos últimos anos permanece abaixo das médias mineira e brasileira, que giram em torno de 150 l/hab./dia.

O sistema de abastecimento de água de Patrocínio conta atualmente com 2 captações de água na área urbana, ambas outorgadas junto ao órgão ambiental competente:

Tabela 4 - Dados das outorgas urbanas

Captação	Córrego Feio	Córrego Sem Nome afluente do Córrego das Bombas Velhas
Vazão outorgada	0,30m³/s ou 300 l/s	4,8 L/s
Bacia Hidrográfica Estadual	Rio Dourados	Rio Dourados
Bacia Hidrográfica Federal	Rio Paranaíba	Rio Paranaíba
Localização	Fazenda Serra Negra	0,0048m³/s ou 4,8L/s
	18°53'14" Latitude S	18°55'25,2" Latitude S
	46°59'45" Longitude W	46°59'08,7" Longitude W
Data de vencimento	21/03/2018	26/01/2022

A captação do Córrego Feio é responsável pelo fornecimento de 90% da vazão distribuída, correspondendo a 200 l/s. A captação no córrego sem nome, afluente do córrego das Bombas Velhas capta 20 l/s, valor 4 vezes maior que o outorgado.

Nas localidades rurais atendidas apenas 3 possuem seus pontos outorgados:

Tabela 5 - Dados das outorgas rurais

Captação	Córrego São Benedito	Poço Tejuco	Poço Bairro Homero Tafter em Salitre de Minas
Bacia Hidrográfica Estadual	Rio Araguari	Rio Araguari	Rio Araguari
Bacia Hidrográfica Federal	Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	Rio Paranaíba
Vazão outorgada	0,015m³/s ou 15L/s	9m³/h ou 32,4L/s	8m³/h ou 28,8L/s
Localização	19°03'32,8" Latitude	19°00'45" Latitude	19°04'10" Latitude
	46°48'47,2" Longitude	46°51'34" Longitude	46°47'53" Longitude
Data de vencimento	24/01/2021	08/12/2024	21/08/2024

Quantos aos demais pontos de captação na área rural existem 5 processos em análise junto a SUPRAM TMAP, a saber:

Tabela 6 - Processo de outorga em Análise

Número do Processo	Tipo	Localidade
10358/2011	Poço Tubular	Santo Antônio do Quebra Anzol
10362/2011	Poço Tubular	Mata do Silvano
10361/2011	Poço Tubular	Macaúbas de Baixo

Número do Processo	Tipo	Localidade
10966/2011	Poço Tubular	Macaúbas de Cima
10965/2011	Poço Tubular	Boa Vista

Para as demais localidades atendidas, 18 no total, não há regularização do ponto de captação de água para abastecimento. O sistema conta ainda com 2 adutoras de água bruta, sendo uma para cada captação e duas estações elevatórias de água tratada. Uma delas na Estação de Tratamento de Água do bairro São Judas Tadeu, e um booster na Av. Jacinto Barbosa.

Para a área urbana o município conta atualmente com uma estação de tratamento de água, com capacidade operacional de 100 l/s, mas que está tratando em média 200 l/s. Esta estação conta com Autorização Ambiental de Funcionamento para a vazão de 220 l/s. Devido ao fato de operar acima de sua capacidade operacional, o tratamento utilizado – convencional apresentou em 2012 problema em 98% das amostras de turbidez da estação.

O DAEPA disponibilizou os formulários de controle de abastecimento de água encaminhados mensalmente a Secretaria de Vigilância Sanitária contendo informações referentes à qualidade da água tratada nos seguintes indicadores: turbidez, cor, pH, cloro residual livre, coliformes, bactérias heterotróficas, fluoreto e ainda dados quanto a possíveis reclamações de falta d´água, reparos na rede e intermitência. Os dados do ano de 2012 referentes aos valores de turbidez e cloro residual livre na saída do tratamento e no sistema de distribuição estão reproduzidos a seguir:

Tabela 7 - Turbidez na saída do tratamento ano 2012

Turbidez - Saída do Tratamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Número de amostras realizadas	120	94	108	108	98	286	483	412	89	86	101	78
Número de amostras fora dos padrões	115	92	105	100	98	286	483	411	89	80	93	59
Turbidez média mensal (UT)	2,5	2,96	1,79	1,52	1,08	2,39	1,34	1,51	1,33	0,97	1,63	1,22
Turbidez máxima (UT)	25,3	37,6	13,2	10,7	3,26	8,22	3,28	3,35	4	2,5	5,05	5,63

Fonte: SVS, 2013

Nas localidades rurais o tipo de tratamento ou ausência do mesmo, varia conforme tabela a seguir:

Tabela 8 – Localidades Rurais Com Abastecimento pelo DAEPA

Localidade	Tipo	Serviço
Salitre de Minas	Distrito	Cloração Simples
São João da Serra Negra	Distrito	Cloração Simples
Silvano	Distrito	Cloração Simples
Boa Vista	Povoado	Distribuição sem tratamento
Chapadão de Ferro	Povoado	Cloração Simples
Córrego Feio	Povoado	Distribuição sem tratamento
Macaúbas de Cima	Povoado	Distribuição sem tratamento
Macaúbas de Baixo	Povoado	Distribuição sem tratamento
Pedros	Povoado	Distribuição sem tratamento
Santa Luzia dos Barros	Povoado	Distribuição sem tratamento
Santo Antônio do Quebranzol	Povoado	Distribuição sem tratamento
São Benedito	Povoado	Cloração Simples
Tejuco	Povoado	Cloração Simples
Boqueirão	Localidade	Queda d'água e reservação
Caxambu	Localidade	Distribuição sem tratamento
Córrego da Mata	Localidade	Cisterna e reservação
Lajinha	Localidade	Poço e reservação
Mata do Silvano	Localidade	Poço e reservação
Samambaia	Localidade	Distribuição sem tratamento

De acordo com o resumo dos dados apresentados verifica-se lacunas a serem sanadas, tais como:

- ✓ Não atendimento a todas as localidades rurais;
- ✓ Amostras de água tratada fora dos padrões de potabilidade;
- ✓ Captações em desacordo com a Outorga de Direito de Uso;
- ✓ Captações sem as Outorgas de Direito de Uso;
- ✓ Estação de tratamento de Água operando acima de sua capacidade operacional;
- ✓ Falta de capacidade de endividamento do DAEPA;
- ✓ Falta de articulação Interna entre os setores e autarquia da Prefeitura;
- ✓ Alto índice de perda de água tratado no sistema;
- ✓ Devido a ETA São judas estar operando acima de sua capacidade, grande volume de água tratada é utilizado para retrolavagem dos filtros, ou seja, utilização superior a 10% em relação ao volume de água consumido;
- ✓ Inexistência de Plano Diretor de Abastecimento de Água;
- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado; e
- ✓ Falta de Planejamento Integrado.

Mesmo com estes problemas existentes a prestação de serviços pelo DAEPA no município é considerada satisfatória, tanto pela percepção popular, quanto em relação ao crivo técnico, não caracterizando este componente do saneamento como o mais crítico do Município.

O Produto 3 do Plano Municipal de Saneamento Básico foi desenvolvido a partir dos problemas identificados no diagnóstico para cada componente do saneamento, através dos Programas, Projetos e Ações visando a solução dos problemas e melhoria contínua na prestação dos serviços.

Os serviços prestados pelo DAEPA quanto ao abastecimento de água potável, tanto na área urbana, quanto na área rural, necessitam de ajustes pontuais, mas importantes para o município, principalmente quando se pensa no horizonte de 20 anos do PMSB. Mesmo sendo um serviço que tem a aprovação da maioria da população conforme comprovado pelos questionários aplicados, está sendo acima de seu limite operacional, logo requer atenção para que mantenha a qualidade no atendimento e aumente abrangência do mesmo.

Os vetores de crescimento, atualizados através do novo Plano Diretor Municipal devem ser levados em consideração para o Planejamento de aumento de redes e acesso à água potável, logo, a urgência no Planejamento Integrado citado acima.

5.3 SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Município de Patrocínio possui sistema de esgotamento sanitário, abrangendo 88% da população. A sede do município é atendida com 100% de rede coletora, passando 99% por tratamento em estação de tratamento de esgoto (ETE). Na área rural são 4 localidades atendidas com coleta dos efluentes líquidos domésticos e 3 localidades atendidas com tratamento dos efluentes: Silvano, São João da Serra Negra e Salitre de Minas, atendidas pela coleta e tratamento dos efluentes, e São Benedito somente com coleta.

No Distrito de Silvano verifica-se que cerca de 10% das residências não fizeram a ligação dos esgotos. O Povoado de São Benedito demanda estação elevatória de esgotos e emissário, interligando as redes coletoras existentes à ETE de Salitre de Minas (em fase de testes). Esta obra está orçada em aproximadamente 120 mil reais e não há previsão de execução pelo DAEPA, sendo a implantação de cerca de 1,5 km de emissário e uma estação elevatória. Atualmente o povoado tem 100% do efluente sanitário da área adensada coletado, mas despejado *in natura* no curso d'água.

Na área urbana do município, verifica-se a presença de três Estações Elevatórias de Esgotos - EEE, sendo: do Bairro Belvedere, do Bairro Manoel Nunes e do Bairro Nações.

As elevatórias referidas direcionam os esgotos para a ETE Rangel, sendo que a elevatória do bairro Nações direciona o esgoto para a Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Serra Negra.

A área urbana é atendida por duas estações de tratamento de esgoto, sendo a ETE Rangel, responsável pelo tratamento do esgoto gerado na bacia urbana no Córrego Rangel e a ETE Serra Negra, responsável pelo tratamento dos esgotos gerados nos bairros Serra Negra e Nações.

A ETE Rangel realiza o tratamento utilizando o sistema de reator anaeróbio, seguido de lagoas facultativas e de maturação, em série. Duas Lagoas facultativas com 20.700m² cada, com capacidade de receber 160.000.000 L de esgoto, e 4 lagoas de maturação com 7.400 m² cada, com capacidade de 57.000.000 L de esgoto. O Sistema está projetado para que no ano de 2015 atenda a uma população de 60.655 habitantes, o que corresponde a vazões médias de 126,12 l/s e 154 l/s, em atendimento de 71% da população urbana e 99% da população residente na bacia do Córrego Rangel.

Para uma segunda etapa a vazão será de 184,83 l/s. Esta ETE atende a todos os bairros urbanos, com exceção dos bairros Serra Negra, Jardim Europa e Nações. O sistema de tratamento possui eficiência superior a 80% conforme informação do DAEPA.

O Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários do Bairro Serra Negra é realizado por meio de lagoas anaeróbias, lagoas facultativas e casa de controle, distribuídos em uma área de 36.100 m². Atualmente a eficiência da ETE Serra Negra é de 76%, atendendo a uma população de aproximadamente 15.000 habitantes com vazão tratada de 21 L/s.

O Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários do distrito de Silvano conta com tratamento preliminar, lagoa facultativa, além de uma casa de controle. Este sistema possui capacidade de atender a cerca de 2000 habitantes, população estimada para o ano de 2029, fim do horizonte de projeto. Atualmente a eficiência da ETE Silvano é de 84% com vazão tratada de 1,94L/s.

O sistema de tratamento de esgotos sanitários do distrito de São João da Serra Negra é constituído de tratamento preliminar, reatores anaeróbios, filtros anaeróbios e leitos de secagem, além de uma casa de controle. Atualmente a eficiência da ETE de São João da Serra Negra é de 93% com vazão tratada de 3,54 L/s.

O sistema de tratamento de esgotos sanitários do Distrito de Salitre de Minas é constituído de tratamento preliminar, reatores anaeróbios, filtros anaeróbios e leitos de secagem, além de uma casa de controle e estação elevatória situada na área da ETE.

Esta estação está em fase de testes, logo não há dados quanto a sua eficiência atual. Vale ressaltar que esta unidade está apta, conforme projeto, a receber a demanda de esgotamento sanitário do Povoado de São Benedito.

Este povoado conta com redes coletoras de esgoto em toda a sua área urbanizada, não havendo até a presente data sistema de emissários que faça a ligação da rede coletora do povoado até a rede do Distrito de Salitre de Minas. Para tanto o DAEPA, conforme exposto anteriormente deverá realizar o projeto detalhado, para posterior implantação de rede de emissário, com aproximadamente 1,5 km de extensão, do Povoado de São Benedito até a rede existente em Salitre de Minas. Além disto, é necessária também a implantação de estação elevatória de esgoto para finalizar o sistema. Este projeto está previamente orçado em 120 mil reais.

No que diz respeito a Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário para o Município de Patrocínio foram identificadas lacunas a serem sanadas, tais como:

- ✓ Não atendimento a todas as localidades rurais;
- ✓ Lançamento de esgoto captado *in natura*;
- ✓ Lançamento de esgoto *in natura* quando da manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto do Córrego Rangel;
- ✓ Infraestrutura de acesso ao ponto de lançamento em estado crítico;
- ✓ Lançamentos clandestinos de esgotos na rede pluvial
- ✓ Inexistência de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Falta de capacidade de endividamento do DAEPA;
- ✓ Falta de articulação Interna entre os setores e autarquia da Prefeitura;
- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado; e
- ✓ Falta de Planejamento Integrado.

Mesmo com estes problemas existentes, a prestação de serviços pelo DAEPA no município é considerada satisfatória, tanto pela percepção popular, quanto em relação ao crivo técnico, não caracterizando este componente do saneamento como o mais crítico do Município.

O Produto 3 do Plano Municipal de Saneamento Básico foi desenvolvido a partir dos problemas identificados no diagnóstico para cada componente do saneamento, através dos Programas, Projetos e Ações visando a solução dos problemas e melhoria contínua na prestação dos serviços.

Os serviços prestados pelo DAEPA quanto ao esgotamento sanitário, tanto na área urbana, mas principalmente na área rural, necessitam de ajustes e investimentos, principalmente quanto a universalização dos serviços quando se pensa no horizonte de 20 anos do PMSB. Mesmo sendo um serviço que tem a aprovação da maioria da população conforme comprovado pelos questionários aplicados, está com falhas na cobertura, logo requer atenção para que mantenha a qualidade no atendimento e aumente abrangência do mesmo.

Os vetores de crescimento, atualizados através do novo Plano Diretor Municipal, assim como para o abastecimento de água devem ser levados em consideração para o Planejamento quanto ao aumento de redes coletoras e interceptores, logo, a urgência no Planejamento Integrado citado acima.

5.4 SITUAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E DO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Inclui-se nessa concepção uma ampla visão dos respectivos serviços ao longo dos anos, a descrição e avaliação de estudos voltados para o tema, da caracterização dos serviços, da situação atual da limpeza pública e do gerenciamento dos resíduos com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros, contemplando ainda, atividades de varrição, poda e capina, limpeza de margens e de córregos, coleta seletiva, análise técnica da forma de disposição dos resíduos e dos equipamentos, usinas voltadas para o tratamento e reaproveitamento dos resíduos gerados, bem como avaliação do gerenciamento dos resíduos sólidos de construção civil e de serviços de saúde.

A tabela a seguir expõe uma breve descrição dos responsáveis pelo gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos tipos de resíduos:

Tabela 9 - Responsáveis pelo gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos

TIPOS DE LIXO - RESÍDUO	RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO
Domiciliar	Prefeitura Municipal
Comercial	Prefeitura Municipal
Urbano	Prefeitura Municipal
Industrial	Gerador
Serviço da Saúde	Gerador
Portos, Aeroportos e Terminais Rodoviários e Ferroviários	Gerador
Agrícola-Agricultura	Gerador
Construção Civil	Gerador
Radioativos	CNEN[2]

Em Patrocínio os serviços de limpeza pública são realizados pela própria administração, exceto resíduos de saúde que o serviço é terceirizado, através de equipamentos e mão de obra própria. Os serviços executados pelo município, conforme tabela acima tem periodicidade e rotas definidas por planejamento em duas secretarias distintas: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos que é responsável pelos serviços da coleta convencional, varrição, limpeza de sistema de microdrenagem, pintura de meio fio; e Secretaria de Agricultura e meio ambiente, responsável por podas e cortes de árvores e capina e roçada.

O município não possui áreas ambientalmente adequadas para nenhum tipo de resíduo. Os resíduos da coleta domiciliar, da capina e da varrição são encaminhados para o lixão municipal, onde é verificada a presença de famílias que desenvolvem serviços de catação de material.

Os resíduos construção civil e resíduos volumosos são encaminhados para área no barro Manoel Nunes, onde não há segregação do material conforme preconiza a legislação.

Portanto, ambas as formas de disposição de resíduos utilizadas no município estão em desconformidade com a legislação vigente.

Atualmente a média per capta de resíduos em Patrocínio é de 1,01 kg/hab./dia conforme estudos realizados nos resíduos domiciliares do município. A composição gravimétrica do resíduo domiciliar apresentou grande volume de materiais passíveis

[2] CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear

de reciclagem, fato este de demonstra grande potencial para a implantação de Coleta Seletiva de resíduos, o que hoje não existe em Patrocínio. Pode-se verificar a prática de catação através de catadores individuais nas ruas, mas a coleta seletiva, como sistema de gestão de resíduos, de forma organizada e fomentada pelo poder pública, não existe em Patrocínio.

Projetos de educação sócio ambientais relacionados a conscientização em massa, a realização de programas e ações específicas da área de saneamento também não foram verificados. O DAEPA possui alguns projetos voltados para a importância da água, mas que também necessitam ser melhorados e majorados, inclusive com o apoio da administração pública.

De maneira geral verifica-se que a prestação dos serviços de limpeza pública, voltados principalmente para as sedes urbanas do município e de seus distritos, está satisfatória, tanto no que diz respeito a percepção visual, quando a percepção da sociedade (questionários aplicados).

De qualquer forma, isto não significa que este componente não apresente problemas, aliás, muito pelo contrário. Foram identificados diversos pontos de bota fora, contendo resíduos de construção civil, resíduos volumosos e até resíduos domiciliares. Estas áreas, além de proporcionar o desenvolvimento de vetores de doenças, gera mal cheiro e desconforto para a população vizinha. Portanto, por se trataram de diversos pontos ao longo do município, ações de conscientização sobre a destinação correta dos resíduos, assim como divulgação dos serviços oferecidos pela administração pública deverão ser realizadas visando acabar com áreas de bota fora.

Visto que a responsabilidade pela prestação dos serviços está em duas secretarias distintas, um planejamento eficiente e integrado deverá ser realizado, visando a eficiência e eficácia no sistema de gestão da limpeza pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou prazo para que os municípios extinguissem os lixões e dessem destinação correta para seus resíduos. Este prazo foi finalizado em agosto de 2014. Até o presente momento o município de Patrocínio continua descumprindo a legislação, portanto, foi identificado como o componente de saneamento mais crítico no município.

As principais lacunas identificadas e que deverão ser sanadas são:

- ✓ Inexistência de área ambientalmente adequada para disposição correta dos resíduos sólidos;
- ✓ Existência e operação de lixão no município;
- ✓ Inexistência de qualquer controle quanto a vida útil da área do lixão;
- ✓ Presença de catadores na área do lixão;
- ✓ Inexistência de área ambientalmente adequada para disposição de resíduos da Construção Civil;
- ✓ Descumprimento de Legislação Federal – 12.305/2010 - quanto à operação de lixões;
- ✓ Inexistência da Coleta Seletiva de Resíduos, assim como Associações de Catadores;
- ✓ Inexistência de taxa específica no IPTU destinada a prestações dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos;
- ✓ Inexistência de regularização ambiental para a área de disposição dos resíduos de construção civil;
- ✓ Coleta e destinação de Resíduos de Saúde de origem privada;
- ✓ Falta de articulação interna entre os setores e autarquia da Prefeitura;
- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado; e
- ✓ Falta de Planejamento Integrado.

A situação da destinação inadequada de todos os resíduos sob responsabilidade da Administração Pública (exceto resíduos de saúde que está terceirizado) agrava drasticamente a gestão da limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos.

Devido ao descumprimento da legislação ambiental, prazo vencido em agosto de 2014, o atual lixão poderá ser fechado a qualquer momento, seja pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Minas Gerais, seja por fiscais da SUPRAM TMAP, seja por fiscais vinculados ao Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, ou mesmo por decisão Judicial e/ou do Ministério Público. Isto implicaria em dispêndio financeiro imediato para o transporte, destinação e tratamento dos resíduos para área externa ao município, área esta devidamente licenciada ambientalmente. Outro impacto imediato seria o fato do cessar imediato da fonte de renda das famílias que atuam no atual lixão, gerando um grande problema social.

O Produto 3 do Plano Municipal de Saneamento Básico foi desenvolvido a partir dos problemas identificados no diagnóstico para cada componente do saneamento, através dos Programas, Projetos e Ações visando a solução dos problemas e melhoria contínua na prestação dos serviços.

Diante disso, além de não atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Município também não atende a Lei de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, em que prevê, dentre outras prestações, o desenvolvimento dos serviços de forma adequada à saúde pública e à proteção do Meio Ambiente, já que não possui destinação de resíduos de forma ambientalmente adequada, além da iminência de causar poluição dos solos e dos recursos hídricos por chorume, e poluição atmosférica através do metano. Este Diagnóstico identifica este componente no saneamento como o mais crítico no Município de Patrocínio.

5.5 SITUAÇÃO DA DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Um sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais é composto por estruturas e instalações de engenharia destinadas ao transporte, retenção, tratamento e disposição final das águas das chuvas.

Os sistemas de drenagem são classificados de acordo com seu tamanho em sistemas de microdrenagem e sistemas de macrodrenagem. A microdrenagem inclui a coleta das águas superficiais ou subterrâneas através de pequenas e médias galerias. Já a rede de macrodrenagem engloba, além da rede de micro drenagem, galerias de grande porte e os corpos receptores destas águas (rios ou canais). O sistema de macrodrenagem na área urbana é formado pelos risos e córregos, a saber:

Tabela 10 - Situação da Macrodrenagem Urbana

Curso d'água	Situação	Sub Bacia
Córrego Rangel	Canalização fechada, aberta e natural	Rangel - PN2
Córrego Congonhas	Natural	Congonhas - PN2
Córrego das Bombas e Afluente	Natural	Dourados - PN1
Córrego Sem Nome (Rua Altino Guimarães)	Canal fechado	Rangel - PN2
Córrego Sem Nome (Rua Walter Pereira Nunes)	Canal Aberto	Rangel - PN2

De acordo com levantamento social cerca de 11% da população indicou alagamentos em suas ruas. Mesmo sendo um percentual pequeno, os alagamentos apresentam um grande problema para a administração municipal, causando prejuízos e perdas materiais, tanto para a administração pública quanto para a população atingida.

Verificou-se ainda que a maioria do município não possui rede de microdrenagem, e parte da rede existente está subdimensionada devido ao crescimento urbano a montante destes sistemas.

As maiores áreas de alagamento estão situadas na porção mais baixa do município, próximas ao córrego Rangel.

O traçado do sistema de microdrenagem da sede de Patrocínio é em função da arquitetura urbana, da topografia da sede e da disposição dos corpos hídricos. A malha resultante de seus condutos depende da disposição dos arruamentos. Sendo assim, as vazões são conduzidas de acordo com as ruas da área de projeto, obedecendo ao alinhamento arquitetônico das fachadas dos quarteirões, criando-se minicursos.

Vale ressaltar que a administração pública vem desenvolvendo projetos que visem a melhoria do sistema de microdrenagem, mas projetos desta natureza são bastante onerosos aos cofres públicos, e muitas vezes devido a este fator, estes projetos são desenvolvidos de forma parcial.

No que diz respeito a Situação da Prestação dos Serviços Drenagem e Manejo das Águas Pluviais para o Município de Patrocínio foram identificadas as seguintes lacunas a serem sanadas, tais como:

- ✓ Inexistência de Estudo Hidrológico atualizado das bacias hidrográficas onde são pleiteados e executados projetos de drenagem;
- ✓ Inexistência de cadastro e detalhamento da rede de micro drenagem do município;
- ✓ Inexistência de Plano Diretor de Drenagem;
- ✓ Elaboração de projetos sem se levar em conta a real situação hidrológica da bacia;
- ✓ Inexistência de equipe específica para manutenção, limpeza e reparos no sistema de drenagem;
- ✓ Inexistência de Projetos de drenagem específicos para às áreas rurais – principalmente estradas vicinais e proteção dos recursos hídricos;
- ✓ Grande ocupação – edificação e sistema viário – nas áreas de inundação dos cursos d'água urbanos;

- ✓ Inexistência de sistema de micro drenagem nas sedes urbanas dos distritos e povoados;
- ✓ Falta de articulação interna entre os setores e autarquia da Prefeitura;
- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado; e.
- ✓ Falta de Planejamento Integrado.

Conforme dados referentes ao Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais do Município de Patrocínio verifica-se que devido à falta de Planejamento Integrado, houve um crescimento desordenado, sem que houvesse o acompanhamento quanto à implantação do sistema de microdrenagem, principalmente na Sede do Município.

Quando do adensamento e povoamento urbano, houve um processo acelerado de intervenção na macrodrenagem. Este processo se deu através do povoamento e implantação de edificação nas áreas de inundações dos cursos d'água, áreas estas geralmente com topografia plana, o que se torna um grande chamativo para edificar. Historicamente no Brasil, tal processo de desenvolvimento urbano se deu de forma generalizada e descontrolada, sem que fossem projetados e executados planos de contenção e prevenção de problemas oriundos destas ocupações desorganizadas.

Com o passar dos anos e o aumento dos problemas oriundos dos processos de inundação e enchentes houve a necessidade de se pensar em remediar o problema da ocupação desordenada. Este processo engloba várias alternativas e procedimentos visando sempre o bem-estar da população, segurança e minimização dos danos ambientais.

O Produto 3 do Plano Municipal de Saneamento Básico foi desenvolvido a partir dos problemas identificados no diagnóstico para cada componente do saneamento, através dos Programas, Projetos e Ações visando a solução dos problemas e melhoria contínua na prestação dos serviços.

Diferentemente da situação referente ao Abastecimento de Água Potável e Sistema de Esgotamento Sanitário, no Município de Patrocínio ainda há muito que se estruturar em relação a drenagem e manejo de águas pluviais. A malha urbana conta com vários cursos d'água, que formam a macrodrenagem, que está, em boa parte, comprometida devido a ocupação antrópica desordenada. A microdrenagem existente também está comprometida, visto se tratar de sistema antigo, em boa parte realizado a mais de 20 anos, sem projetos adequados. A ineficiência da microdrenagem ficou evidenciada

quando pontos de alagamentos e inundações foram identificados em locais onde a mesma está presente.

Mesmo com estas considerações este componente não foi caracterizado como sendo o maior problema do município, contudo demandará projetos e intervenções (ações) de maior volume financeiro. Apesar das grandes lacunas no sistema de drenagem, principalmente no que se refere à sede do município este problema só é percebido em determinada época do ano (período chuvoso), quando há intensos volumes de precipitações, em curtos períodos de tempo, gerando alagamentos e inundações em alguns pontos da cidade.

Desta forma, o sistema de drenagem pluvial urbano está comprometido, necessitando de várias intervenções, desde projeto de recuperação ambiental das bacias urbanas a medidas estruturais que devem ser realizadas visando sanar inundações recorrentes que acontecem no município.

Portanto, o Produto 2 – Diagnóstico do PMSB trouxe um detalhamento da situação atual dos 4 componentes do saneamento básico em Patrocínio, tendo concluído, em relação ao grau de prioridade de intervenção, que:

Tabela 11 - Grau de Prioridade dos Componentes de Saneamento

Componente	Grau de Prioridade
Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos	
Drenagem e Manejo das Águas Pluviais	
Abastecimento de Água Potável	
Esgotamento Sanitário	

Legenda	
Grau de prioridade	Cor
Muito Crítico	
Crítico	
Menos Crítico	
Requer atenção	

O quadro acima não foi baseado em nenhuma metodologia existente, tendo sido elaborado de forma ilustrativa para identificar o atual cenário dos componentes de saneamento, conforme dados expostos ao longo do Diagnóstico.

Portanto, o Produto 2 - Diagnóstico identificou que todos os serviços municipais de saneamento básico necessitam de melhoria na prestação e aumento na abrangência

dos mesmos, com destaque para o serviço de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e à Reorganização Institucional a ser realizada.

6 PRODUTO 3 - PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

O Produto 3 do PMSB de Patrocínio, têm como objetivo geral ser a base orientadora das Ações do PMSB, da definição dos objetivos específicos, das diretrizes, das metas e do detalhamento dos Programas, Projetos e Ações.

Os objetivos específicos são as projeções das demandas e as prospectivas técnicas, em cada componente do saneamento para atingir a universalização, no horizonte temporal de 20 anos, assim como estabelecer as metas para a melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico, em conformidade com as diretrizes gerais adotadas para sua execução.

O Produto 3 teve como base o Produto 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico de Patrocínio, a partir dos problemas diagnosticados.

As metodologias para o desenvolvimento do Prognóstico buscaram identificar os cenários futuros possíveis e desejáveis, com o objetivo de nortear a ação presente. Por meio dos cenários, pode-se transformar as incertezas em condições racionais de tomada de decisão, servindo como base para a elaboração do Planejamento Estratégico de execução dos Programas, Projetos e Ações propostos no Produto 4 do PMSB de Patrocínio - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB – Definição das ações para emergência e contingência, assim como o Planejamento Estratégico.

Ações previstas e executadas na elaboração e consolidação dos Prognósticos, a partir dos problemas identificados no Produto 2, saber:

- ✓ Análise de Cenário definidos no Produto 2 - Análise SWOT;
- ✓ Prospectiva do cenário atual e construção do cenário futuro;
- ✓ Definição dos objetivos gerais e abrangentes;
- ✓ Verificação das aspirações sociais, atendendo desejos, potencialidades e oportunidades estratégicas;
- ✓ Consolidação dos Objetivos e Metas;

- ✓ Projeção de demandas e prospectivas técnicas em cada componente - metas e,
- ✓ Análise da Temporalidade pela Matriz GUT.

As ações previstas e realizadas para a elaboração dos Prognósticos e alternativas para a Universalização dos serviços de saneamento básico – Objetivos e Metas estão a seguir, descritas em seus quatro componentes do saneamento básico, após a apresentação da análise SWOT.

Para o levantamento dos objetivos pretendidos com o PMSB e definição das respectivas metas há que se verificar o processo de criação das mesmas. Desta forma apresentam-se as metodologias utilizadas pela equipe técnica para levantamento dos objetivos.

No Produto 2 foi realizado o levantamento da situação atual do saneamento básico, gerando assim cenários, que foram classificados utilizando a metodologia CDP – Condicionante, Deficiência ou Potencialidade. Estes cenários foram estabelecidos a partir de levantamentos técnicos de campo e levantamento sociais, utilizando como fontes os mecanismos de controle social (audiências e reuniões públicas).

A partir daí estes cenários identificados no diagnóstico foram analisados utilizando a ferramenta SWOT/FOFA/PFOA (Potencialidades, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), a fim de realizar a análise do ambiente, além de ser base para a gestão e o planejamento estratégico do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio. Trata-se de um sistema simples, para posicionar ou verificar a posição estratégica da prestação dos serviços de saneamento básico, ou seja, do ambiente em questão.

A análise SWOT de cenário foi dividida em Ambiente Interno (Forças e Fraquezas) e Ambiente Externo (Oportunidades e Ameaças) realizado durante a elaboração dos Prognósticos.

As forças e fraquezas foram determinadas pela posição atual das políticas públicas do governo do município de Patrocínio, na prestação dos serviços de saneamento básico, em seus 4 componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial. Já as oportunidades e ameaças foram às antecipações do futuro e se relacionaram como os fatores externos.

O ambiente interno é e pode ser controlado pelos dirigentes municipais, uma vez que o resultado das estratégias de atuação foi consolidado pelos dirigentes dos serviços públicos e/ou seus representantes, no caso, o Departamento Municipal de Água e Esgoto - DAEPA de Patrocínio e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Desta forma, durante a Análise SWOT, quando percebido um ponto forte, ele foi ressaltado ao máximo; e quando percebido um ponto fraco, foi criado mecanismo (ação) para controlar ou minimizar os seus efeitos.

Ressalta-se que o ambiente externo está totalmente fora do controle da organização pública, pois, não podendo ser controlado pelo poder público, deve ser conhecido e monitorado com frequência, de forma a aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

A importância da análise foi devido ao apoio à formulação de estratégias, derivadas de sua capacidade de promover o confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como, das linhas de ações.

Desta forma, há que se avaliar como foram definidos os cenários. De qualquer forma, tanto como deficiência, quanto como potencialidade será a Matriz GUT que trará a temporalidade de intervenção, se a curto, médio ou longo prazo, não existindo assim uma perda de informação ao se caracterizar o mesmo cenário de forma distinta. Esta variação se dá de acordo com a percepção do envolvido na situação.

Conforme exposto no Produto 2 – Diagnóstico foram verificados itens de fraqueza presentes nos quatro componentes do saneamento básico, tais como:

- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado;
- ✓ Falta de Planejamento Integrado;
- ✓ Falta de articulação Interna entre os setores e autarquia da Prefeitura.

Aplicando a análise SWOT nestes itens verificasse que se tratam de fraquezas – pontos fracos, uma vez que a inexistência ou carência dos serviços está prejudicando a boa condução dos serviços públicos de saneamento. Portanto, trabalhar estes cenários ao longo do item, propondo Programas, Projetos e/ou ações afim de melhorar estas fraquezas é imprescindível.

Após a aplicação na análise SWOT foi definido o seguinte quantitativo de cenários:

Tabela 12 - Resumo da Análise SWOT

Item do Saneamento	Cenários			
	Ambiente Interno		Ambiente Externo	
	Leitura Técnica	Leitura Social	Leitura Técnica	Leitura Social
Geral	3	--	--	--
Água	31	13	2	3
Esgoto	16	11	5	1
Resíduos Sólidos	26	9	4	0
Drenagem	27	8	2	0
Total	103	41	13	4

6.1 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

A literatura preconiza que o modelo de gestão é um conjunto de escolhas feitas por gestores sobre o trabalho de gestão, como eles definem objetivos, motivações, esforços, coordenação das atividades e alocação de recursos.No âmbito das Prefeituras Municipais, principalmente no que tange o Saneamento Básico, a definição da Política e do Modelo de Gestão a serem utilizados pela administração não fogem a esta definição.

Conforme artigo técnico "Diferentes modelos de Gestão de Serviços de Saneamento produzem os mesmos resultados? Um Estudo comparativo em Minas Gerais com base em Indicadores", Heller (2006) no Estado de Minas Gerais existem três principais modelos de gestão do Saneamento Básico :

- ✓ ***Modelo Centralizado ou administração direta:*** *Trata-se de serviço de abastecimento de água e, ou, de esgotamento sanitário prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, por meio de secretaria, departamento ou repartição da administração direta.*
- ✓ ***Modelo descentralizado ou por administração indireta:*** *Corresponde aos serviços organizados sob a forma de autarquias municipais, tendo sido no passado em muitos casos administrados pela Fundação Nacional de Saúde — FUNASA (ou a antiga Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP).*
- ✓ ***Companhia Estadual – Companhia de Saneamento de Minas Gerais:*** *A COPASA é uma entidade, cuja criação ou extinção é autorizada por lei estadual, dotada de personalidade jurídica de direito privado com a finalidade de exploração de atividade econômica ou de prestação de serviço público, vinculado a controle estatal e aos fins especificados na lei (Ministério do Planejamento e Orçamento, 1997).*

As alternativas institucionais, conforme o ordenamento jurídico-legal brasileiro, são variadas, podendo a administração pública fazer o uso de diversos arranjos institucionais conforme julgar mais conveniente, sempre na busca da melhoria dos serviços prestados e alcance das políticas públicas estabelecidas. Algumas destas alternativas são: os consórcios, as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, fundações e contratos de gestão.

No município de Patrocínio, as alternativas institucionais adotadas para a prestação dos serviços de saneamento básico foram o Modelo de Gestão Centralizado, ou Administração Direta, e a Gestão Descentralizado, ou Administração Indireta; sendo o primeiro modelo para os serviços de Manejo dos Resíduos Sólidos e Manejo das Águas Pluviais e Sistema de Drenagem, e o segundo modelo para Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

6.1.1 GESTÃO E PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Especificamente para a atividade de Planejamento Municipal de maneira ampla e geral, tendo como princípio as Políticas Públicas e os Planos Municipais Setoriais, não há no município de Patrocínio uma gestão bem definida e que traga resultados eficazes e eficientes atualmente.

Um bom Planejamento Público deve levar em consideração instrumentos de gestão já existentes, e também prever a elaboração de outros instrumentos que são previstos por lei, como por exemplo, a elaboração dos Planos Municipais Setoriais e as Políticas Públicas Setoriais. Dessa forma, todo o Planejamento a curto, médio e longo prazo do município já deveria estar, de forma geral, estabelecido.

Portanto, há que se implantar em Patrocínio, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, uma Gestão Integrada, que incorpora todos os gestores municipais, com o objetivo de realizar o Planejamento Municipal Integrado. Devem-se levar em conta os instrumentos de Gestão existentes, para que os mesmos possam ser efetivamente garantidos e assegurados na Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme as prioridades estabelecidas. Sugere-se que cada secretaria e autarquia do município tenha vez e voz quando da elaboração da LOA, para que todos sejam beneficiados com suas ações, assim como sejam cumpridos os percentuais orçamentários previstos em Lei.

Para que esta Gestão seja de fato implementada, há de se capacitar os gestores municipais, principalmente no que diz respeito a treinamentos na área de gestão de

processo em conformidade com as Políticas Públicas existentes no Município, a fim de coloca-las em prática.

Os gestores deverão ser capacitados para que possam realizar o melhor planejamento das atividades setoriais, visando sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantindo a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e a aumentando o nível de satisfação social.

A articulação entre os diversos setores da administração pública também é imprescindível para que o planejamento integrado seja realizado com sucesso. Atualmente, conforme identificado no Produto 2 deste PMSB, a articulação interna, o planejamento integrado e a estrutura organizacional estão fragilizadas na administração pública de Patrocínio.

Para se falar em eficiência na Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento, há de se falar também em reestruturação do Modelo de Gestão e Planejamento dos Serviços Públicos de Patrocínio, que vai desde a capacitação e treinamento dos gestores e servidores, passando pela adequação do organograma municipal, pelo estabelecimento de Políticas e Planos Setoriais (habitação, saúde, meio ambiente, educação, saneamento, segurança, etc.), pela articulação interna (principalmente no que diz respeito à gestão compartilhada e planejamento integrado), assim como a articulação externa, com órgãos e organizações que não sejam vinculadas a administração pública municipal (como é o caso da União, do Estado, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e também das Organizações não Governamentais – ONG's) e que podem estabelecer convênios e/ou parcerias com a administração pública no que diz respeito a capacitações, treinamentos, melhoria da prestação dos serviços públicos e gestão dos recursos.

6.1.2 GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Quanto aos modelos de gestão atuais relativos aos serviços de saneamento básico, tem-se a seguinte situação:

Tabela 13 – Modelo de Gestão Saneamento Básico Municipal

COMPONENTE	MODELO DE GESTÃO
Abastecimento de Água	Descentralizado – Adm. Indireta
Esgotamento Sanitário	Descentralizado – Adm. Indireta
Resíduos Sólidos	Centralizado – Adm. Direta
Drenagem Pluvial	Centralizado – Adm. Direta

Para os serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o modelo Descentralizado ou por Administração Indireta está sob a responsabilidade do DAEPA – Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio, criado através da Lei Municipal nº 1.081 de 18 de novembro de 1.968 como Entidade Autárquica Municipal. A Lei Municipal definiu ainda as ações a serem executadas pelo DAEPA, assim como a fonte de receita.

Atualmente, o DAEPA está concentrando esforços para atender a legislação no que diz respeito a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Conforme exposto anteriormente no Produto 2, 100% da área urbana é atendida com o fornecimento de água tratada, sendo que, nas localidades rurais, apenas oito possuem fornecimento de água tratada.

Em relação ao esgotamento sanitário 100% da área urbana é atendida com rede coletora de esgoto, sendo encaminhado às Estações de Tratamento Rangel e Serra Negra. Ressalta-se que o percentual de atendimento do tratamento do esgoto da ETE Serra Negra é de 100%, e da ETE Rangel é de 99%.

Nas localidades rurais, três contam com serviços de coleta e tratamento do efluente doméstico: Distrito de Silvano, São João da Serra Negra e Salitre de Minas, esta última em fase de testes. Há ainda o Povoado de São Benedito, que conta apenas com rede coletora de esgoto.

O DAEPA ao longo dos anos estabeleceu procedimentos e normas visando o bom funcionamento da autarquia, tanto institucional, quanto relacionado à prestação dos serviços públicos à população, visando sempre a universalização e a qualidade dos serviços prestados. Atualmente, o DAEPA passa por restrições no que diz respeito a sua capacidade de endividamento, visto não possuir, no momento, capacidade para contrair novos contratos financeiros com valores de contrapartida, assim como o investimento de recurso próprio em obras.

Alguns fatores que interferem na gestão financeira do DAEPA como: isenção tarifária à órgãos públicos, alto índice de perda no sistema de distribuição de água, inadimplência dos usuários e falta de efetividade do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico – CRESB, impactam diretamente no que diz respeito a gestão e planejamento das atividades do órgão. Visto que o mesmo se encontra sem capacidade de endividamento, o mesmo se torna 100% dependente da administração pública para contrair qualquer recurso financeiro junto aos órgãos financiadores.

A alternativa de gestão (administração indireta) utilizada na administração pública de Patrocínio para os componentes de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário deverá ser mantida, visto que possibilita melhor planejamento no que diz respeito ao orçamento do município e transparência quanto a prestação de contas à sociedade. Por outro lado, alguns procedimentos e normas, deverão ser revistos, a fim de melhorar os gastos/investimentos e o desperdício de recursos públicos, principalmente no que diz respeito à diminuição do índice de perdas no sistema de abastecimento de água e à política de isenção tarifária à órgãos públicos. Portanto, a alternativa de gestão adotada pelo município é satisfatória, necessitando de melhorias no que diz respeito a normas e à política adotada referente aos serviços prestados para órgãos públicos, sem perder a essência da de pessoa jurídica de direito público.

Quanto aos serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos, e Drenagem e Manejo das Águas Pluviais, a alternativa institucional adotada pela Administração Pública Municipal é o Modelo de Gestão Centralizado ou Administração Direta, ou seja, todos os serviços são realizados e/ou geridos pelos órgãos da administração direta (secretarias municipais e seus departamentos) do município. As atividades de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos de Patrocínio são executados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e os serviços de poda, capina, roçada e manutenção de jardins e praças são de responsabilidade das Secretarias Municipais de Agricultura e a de Meio Ambiente.

Somente os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequado dos resíduos sólidos de saúde são terceirizados, mas não perdem a característica do modelo de gestão aplicado, cabendo a administração pública a responsabilidade, gestão, planejamento e fiscalização dos mesmos.

A atual forma de planejamento das diversas atividades relacionadas à limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos está ficando a desejar: como as mesmas estão diretamente relacionadas entre si, devem ser planejadas e executadas de forma integrada, e não separadamente, como ocorre hoje. A competência e responsabilidade pelo planejamento, atendimento às demandas e execução destas atividades estão distribuídas em três secretarias no organograma municipal; não há entre elas qualquer integração e/ou articulação para a eficácia do planejamento e execução das atividades, que resultariam na melhoria da eficiência do sistema e efetividade nos gastos dos recursos públicos.

Desta forma, há que se realizar uma readequação da alternativa de gestão para o componente limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, para que haja melhor eficiência na qualidade dos serviços prestados e na aplicação dos recursos envolvidos. A atual forma de planejar a execução dos serviços não está sendo tão eficiente quanto possível, levando-se também em consideração a mão de obra e equipamentos existentes na administração pública.

Quanto a execução das atividades referentes ao componente limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos propriamente dita, as mesmas poderão ser realizadas de formas distintas, por atores públicos ou privados (terceirização), desde que sejam geridas e planejadas de forma integrada, sob a gestão da administração pública. Estas atividades podem ser divididas em:

Tabela 14 – Alternativas para prestação de atividades em geral

ATIVIDADE	ALTERNATIVA	
	Atual	Possível
Resíduos de Saúde[3]	Terceirização	Terceirização, Parceria Público Privada
Capina, varrição, corte e poda de árvores, jardinagem pública, coleta e transporte	Mão de obra e equipamentos próprios	Mão de obra e equipamentos próprios, Terceirização, Parceria Público Privada
Disposição dos Resíduos Domiciliares	Mão de obra e equipamentos próprios	Consórcio, Terceirização, Parceria Público Privada
Resíduos de Construção Civil[4]	Mão de obra e equipamentos próprios	Mão de obra e equipamentos próprios, Terceirização, Parceria Público Privada

Acima estão listadas os principais grupos de atividades relacionadas ao componente limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, assim como a forma de prestação atual do serviço e algumas alternativas para a prestação futura.

Visto que o Produto 2 identificou este componente do Saneamento como muito crítico em relação ao grau de prioridade comparando-se aos demais, principalmente devido a inexistência de uma forma ambientalmente adequada para disposição dos resíduos sólidos domiciliares, será dado destaque para alternativas de gestão relacionadas a esta atividade. Entre estas alternativas a entrarem na pauta de discussão da administração pública estão o consorciamento entre municípios e a instituição de parceria público privada.

[3] Somente os resíduos sob responsabilidade do Município, gerados nas unidades municipais.

[4] Somente os resíduos sob responsabilidade do Município: resíduos próprios e pequenos geradores.

Uma forma de consorciamento, proposta pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM pelo Programa Minas Sem Lixões é o "Plano Preliminar de Regionalização para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos", que visa a possibilidade de consorciamento de municípios, ancorados na Lei Federal nº 11.107/2005 e seu decreto regulamentador. Este estudo possibilitou a divisão do Estado de Minas Gerais em Arranjos Territoriais Ótimos – ATO's, que são uma sugestão de agrupamento que servirá como referência para a formação de consórcios.

> *"O consorciamento é visto como uma forma eficiente de se garantir a viabilidade da gestão que compreende, além da disposição final adequada, sistemas complementares, coletiva seletiva, compostagem, reciclagem, comercialização de recicláveis, educação ambiental e planejamento constante, portanto, mais amplo que o consorciamento dito anteriormente. Dessa forma, a expectativa é que haja sistemas para diversos momentos da gestão e que, com a maior participação efetiva de toda a sociedade, a produção de resíduos seja reduzida de forma a aumentar a vida útil dos aterros sanitários". (Fonte: FEAM)*

Para muitos municípios que não apresentam capacidade financeira, recursos técnicos e profissionais especializados para gerir os sistemas públicos de sua competência, os consórcios públicos são alternativas a serem consideradas e analisadas. Conforme a legislação referente ao saneamento básico, o consórcio público seria a melhor entidade para realizar a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico.

Alguns Municípios brasileiros já adotaram a prática do consorciamento. Dentre os fatores que levaram a esta alternativa estão a indisponibilidade de áreas, a dificuldade técnica e financeira de operar, monitorar e realizar a manutenção do aterro sanitário, além de ser uma alternativa de divide as responsabilidades de gestão, manutenção e operação entre os municípios envolvidos. Um Consórcio que pode ser dado como exemplo, é o ECOTRES, Consórcio Público Intermunicipal de Tratamento de Resíduos dos Municípios Mineiros de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

No caso de Patrocínio os fatores mais interessantes para o consorciamento seriam:

- ✓ Existência de área já impactada e apta a receber a remediação do atual lixão e implantação do aterro sanitário;

- ✓ Ganho de escala de operação e rateio dos custos administrativos e operacionais com os demais municípios;
- ✓ Otimização do uso de máquinas e equipamentos no aterro;
- ✓ Maior disponibilidade de recursos para a proteção ambiental da região;
- ✓ Priorização no acesso aos recursos da União.

Além disto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 prevê como instrumento de gestão "o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vista à elevação das escalas de aproveitamento e a redução dos custos envolvidos".

Como desvantagem podem-se citar:

- ✓ A responsabilidade socioambiental, em seu território (jurisdição), de resíduos gerados em municípios vizinhos;
- ✓ Insatisfação da população em geral devido ao fato de receber em seu município resíduos de terceiros;
- ✓ Minimização da vida útil da área, caso não seja realizada a coleta seletiva nos demais municípios;
- ✓ Falta de gestão sobre os resíduos gerados e processos de acondicionamento e transporte.

Outra alternativa a ser analisada pela administração pública, é a possibilidade de realizar parceria público privada. Conforme dito anteriormente, esta parceria baseia-se na concessão de serviços ou obras públicas do parceiro público ao parceiro privado. As vantagens desta alternativa para a administração pública são:

- ✓ Garantia da prestação dos serviços/obras conforme contratada, ou cancelamento do contrato;
- ✓ Divisão de responsabilidades socioambientais entre as partes;
- ✓ Garantia da continuidade dos serviços/obras sem intermitência devido a problemas com maquinários, o que geralmente ocorre na administração municipal;
- ✓ Possibilidade de realizar todas as atividades inerentes aos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos pela própria parceira, desde a concepção, planejamento e execução das mesmas;

- ✓ Desafogar a mão de obra da administração pública, podendo a mesma focar nas atividades de fiscalização, drenagem e manejo das águas pluviais;
- ✓ Garantia do cumprimento de condicionantes, monitoramentos e normas ambientais pela parceira.

Como desvantagem estaria:

- ✓ Aumento do custo imediato aos cofres públicos.

Ressalta-se que esta desvantagem, quando analisado o ponto de visto total de gestão de recursos, seria anulada em médio prazo. Além disto, as garantias socioambientais, que não são medidas necessariamente por índices financeiros, teriam um incremento: a satisfação quanto a prestação dos serviços, a melhoria ambiental devido a prática de tecnologias corretas, além de inclusão sócia que deverá ser promovida com os catadores de lixo, serão resultados positivos para a qualidade de vida no município.

Para os resíduos de saúde, a terceirização dos serviços realizada atualmente atende a legislação no que diz respeito à responsabilidade do gerador em destinar corretamente seus resíduos, além de atender a perspectiva quanto a qualidade dos serviços prestados pela terceirizada. Deverá ser revista a política atual quanto a coleta, transporte e destinação de resíduos de saúde gerados em estabelecimentos privados, atualmente executados pela administração pública, uma vez que a resolução CONAMA nº 358/2005 em seu artigo 3º informa:

> *"Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no artigo 1º desta resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, (...)".*

Caberá a administração pública analisar a viabilidade de instituir taxa específica para coleta, transporte e destinação dos resíduos de saúde ou a paralização da prestação do serviço, visto estar em desconformidade com a legislação vigente.

Sanada esta pendência, a alternativa adotada poderá ser mantida, melhorando o monitoramento e fiscalização do contrato de terceiro por parte da administração pública. Vale ressaltar, que conforme dito anteriormente, a alternativa de parceria público privada poderá abranger todas as atividades inerentes aos serviços deste componente, inclusive quanto aos serviços de resíduos de saúde.

Quanto ao componente drenagem pública e manejo das águas pluviais a gestão deverá ser analisada de forma distinta no que diz respeito a dois cenários:

- ✓ Gestão dos Recursos Hídricos no âmbito das bacias hidrográficas; e
- ✓ Gestão do sistema de micro e macrobacias urbanas.

No primeiro caso, a análise deverá ser abrangente, inclusive extrapolando a jurisdição territorial do município de Patrocínio. Isto porque a delimitação de uma bacia hidrográfica não necessariamente é a mesma delimitação da jurisdição administrativa do município. No caso de Patrocínio, esta situação é ainda mais delicada, visto que é um divisor de água de duas grandes sub-bacias hidrográficas.

Conforme identificado no Produto 2, Patrocínio está 100% inserido na Bacia do Rio Paranaíba, estando no divisor de águas entre as sub-bacias hidrográficas dos afluentes Mineiros do Alto Paranaíba (PN1) e do Rio Araguari (PN2).

Em Patrocínio, os comitês de bacia do PN1 e do PN2, assim como seus respectivos Planos diretores de recursos hídricos, deverão estar em conformidade. Ressalta-se que o Plano de Diretor de Recursos Hídricos da Bacia dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba (PN1), segundo dados do IGAM, tinha previsão de término para 2014, com alcance para 2030. O Plano de Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari, segundo dados do IGAM, foi finalizado em 2008, com alcance para 2016.

Atualmente, não existe nenhum tipo de gestão compartilhada ou meio de comunicação formal entre os comitês e a administração pública municipal. É imprescindível que este canal seja construído, principalmente para trazer discussões no que diz respeito aos usos da água nas bacias, aos possíveis conflitos de uso, a qualidade das águas, aos interesses difusos sobre os recursos hídricos em suas diversas esferas, possíveis empreendimentos a serem instalados no município e seus impactos para a sociedade e para o meio ambiente, entre outros assuntos correlatos.

Além das políticas públicas municipais e do plano de recursos hídricos, o comitê possui outros instrumentos que poderão ser utilizados pela administração pública a fim de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, tais como:

- ✓ A cobrança pelo uso da água o qual objetiva:
  - Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
  - Incentivar a racionalização do uso da água;

- Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água, ou vindo de órgãos financiadores através do comitê, poderão ser utilizados em projetos de recuperação de bacias, nascentes e mananciais de abastecimento de água, em obras de saneamento que visem a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, e na elaboração de planos e projetos ambientais e de saneamento. Ou seja, a administração pública municipal e os comitês poderão alinhar objetivos em comum, visando a melhoria socioambiental da bacia hidrográfica.

Projetos de recuperação de áreas e nascentes na região de captação de água para o abastecimento pública – Córrego Feio, integrante do PN1 poderá ser um dos projetos a ser realizado em parceria com o comitê, inclusive a captação dos recursos para implementação.

Portanto, caberá a administração pública instituir meios para realizar uma gestão integrada de recursos hídricos e meio ambiente com os comitês de bacia, assim como melhorar a articulação junto aos órgãos estaduais responsáveis pela regularização ambiental de empreendimentos, visando melhor acompanhamento e desenvolvimento dos projetos que forem de interesse do município. Inclusive, esta articulação poderá possibilitar ao município a municipalização da regularização ambiental, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011.

Quanto a gestão do sistema de drenagem pluvial, que inclui as micro e macrodrenagens das sedes urbanas, atualmente inexiste em Patrocínio um sistema de gestão instituído e em pleno funcionamento.

Os serviços relacionados ao componente drenagem pública e manejo das águas pluviais estão sob responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, sendo que algumas atividades são relacionadas a limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, tal como a capina e limpeza dos sistemas de drenagem. Desta forma, assim como não existe um sistema de gestão instituído que seja efetivo e eficiente para os dois componentes, uma alternativa de gestão, além das já citadas para resíduos, seria a concessão dos serviços para uma autarquia, seja para o próprio DAEPA, desde que devidamente amparado legal e tecnicamente, seja com a criação de uma outra autarquia específica para os sistemas de resíduos e drenagem.

Um grande diferencial deste componente do saneamento é a falta de cultura quanto a cobrança pelos serviços prestados, tal como é feito pelos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. A Lei federal nº 11.445/2007 prevê como princípio fundamental da prestação dos serviços de saneamento básico, a eficiência e sustentabilidade econômica. Portanto, caberá a administração pública, além definir um sistema de gestão para o componente, incorporar forma de cobrança pelos serviços prestados.

A gestão "municipal" do sistema de drenagem deverá ser baseada não somente nas atividades de limpeza e manutenção do sistema existente, mas também no desenvolvimento e execução de projetos de micro e macrodrenagem, que visem a melhoria do sistema existente, a implantação do sistema onde inexiste, a solução dos problemas de inundações e alagamentos, todos estes problemas identificados no Produto 2 deste PMSB. Para que estes projetos sejam desenvolvidos, há a necessidade de se conhecer detalhadamente a situação da micro e macrodrenagem do município, sendo este detalhamento objeto do Plano Diretor de Drenagem que deverá ser elaborado com prioridade.

Além do Plano Diretor de Drenagem, que será o instrumento de gestão a nortear as ações a serem realizados, estudos hidrológicos com diferentes tempos de detenção deverão ser elaborados, para que os projetos sejam desenvolvidos a partir destes dados. Devido às mudanças significativas que vêm ocorrendo nos últimos anos no que se refere à índices pluviométricos, tempo versus volume de precipitação, estes estudos são imprescindíveis para desenvolvimento de projetos de drenagem urbana, seja da sede ou dos distritos e localidades.

Outro instrumento que a administração pública deverá adotar, visando a instituição e melhoria da gestão dos componentes do saneamento, é o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

O Município de Patrocínio possui Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, constituído a partir da publicação do Decreto Municipal nº 3.004 de 19 de setembro de 2013, que "Dispõe sobre a constituição, estruturação, competências e funcionamento do Comitê regulador dos Serviços de Saneamento Básico e dá Outras Providências - CRESB".

O CRESB é um órgão colegiado de carácter técnico-executivo e consultivo, tendo por atribuição principal assessorar o Executivo Municipal no exercício das funções de

regulação e fiscalização técnica dos serviços públicos municipais de saneamento básico.

Outra ferramenta de gestão, prevista também na Lei 11.445/2007, é o controle social. O controle social é definido como o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. No Plano de Trabalho do PMSB (Produto 1) foram previstos vários mecanismos de controle social a serem realizados ao longo do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, sendo eles:

- ✓ Audiência Pública de Lançamento do PMSB;
- ✓ Audiência Pública de Apresentação do Diagnóstico para sociedade;
- ✓ Pré-conferências Municipais (Urbanas, rurais e estudantis);
- ✓ Conferência Municipal de Saneamento Básico (a ser realizada).

Todos estes encontros públicos foram desenvolvidos para atender a previsão de controle social prevista na Lei de Saneamento Básico e seu decreto regulamentador.

Além disto, após a conferência municipal de saneamento, o PMSB será apresentado em formato de Lei Municipal a ser discutido em reunião na Câmara Municipal de Vereadores, que como representantes do povo, poderão também opinar e incorporar demandas da sociedade.

Em se tratando de um assunto dinâmico, o PMSB deverá ser revisto com prazo máximo de 4 anos e ser utilizado na rotina dos trabalhos relacionados, principalmente quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, visto que a maioria das ações previstas irão demandar recursos para sua efetividade. Diante disto, é necessário que ao longo dos anos, a sociedade possa acompanhar o desenvolvimento, adequações e a implementação do PMSB. Para isto, existem alternativas de controle social a serem adotadas pela Administração Pública. Uma delas é a criação de um órgão colegiado de caráter consultivo, que contará com a participação de representantes da sociedade relacionados ao setor de saneamento básico.

A administração municipal deverá definir qual alternativa de controle social será mais efetiva para o modelo de gestão escolhido. Poderão ser estabelecidas diferentes

formas de controle social, visando sempre a maior participação popular, levando a informação a toda a população.

Portanto, antes de se estabelecer modelos de gestão para os componentes de saneamento básico, ou mesmo realizar qualquer julgamento quanto aos modelos atuais, deverá ser definido e implementado um modelo de gestão municipal para toda a administração pública de Patrocínio. Este modelo deverá prever a melhoria da articulação entre os diversos setores da administração, assim como melhorar os canais de comunicação da administração pública com a sociedade. Treinamentos e capacitações, no intuito de levar o conhecimento e valorização para todos os gestores e servidores públicos, também deverão ser ministrados.

O partir da definição deste modelo, políticas e planos setoriais deverão ser estabelecidos e/ou revistos e adequados ao modelo. Um planejamento integrado de toda a administração pública deverá ser feito, contemplando cada setor da administração e definindo quais as reais prioridades, conforme demanda da sociedade e responsabilidade dos gestores.

6.2 DEMANDA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

De forma geral a principal demanda do município de Patrocínio, no que diz respeito a administração pública, está relacionada a necessidade de se instituir um sistema de gestão e planejamento efetivo e eficaz. Isto se faz necessário também quando o assunto é saneamento básico.

Atualmente no município, há a iminente necessidade de se elaborar instrumentos de planejamento e gestão, para que os gestores públicos possam estabelecer suas rotinas visando a universalização dos serviços, a melhoria da qualidade na prestação dos serviços e responsabilidade com os recursos públicos.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada para definição dos cenários macros para o saneamento básico.

6.3 METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS:

A metodologia utilizada aqui é a mesma utilizada pelo Governo Federal na elaboração do PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico. Para cada componente do saneamento básico foram estabelecidas variáveis de interesse, onde posteriormente foi elaborada uma matriz de interação relacionando hipóteses que vislumbram

horizontes variados de planejamento e, consequentemente, ao atendimento às metas futuras propostas.

Para cada componente do saneamento básico foram definidas variáveis de estudo, a saber:

SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO			
Abastecimento de Água	**Esgotamento Sanitário**	**Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos**	**Drenagem Pública e Manejo dos Águas Pluviais**
Índice de atendimento	Índice de cobertura de esgoto	Índice de cobertura pela coleta convencional	Número de áreas de risco
Consumo per capta		Geração per capta	Cobertura por microdrenagem
Índice de perdas	Índice de tratamento de esgotos	Índice de cobertura pela coleta seletiva	Cobertura por macrodrenagem
		Índice de adesão da coleta seletiva	Índice de impermeabilização de vias
		Índice de recuperação de recicláveis	Índice de impermeabilização de lotes

Como unidade de planejamento para os serviços de saneamento básico em Patrocínio levou-se em consideração sua unidade territorial, visto que um dos objetivos da Política Nacional de Saneamento Básico é a universalização dos serviços, tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais.

Quanto às variáveis utilizadas para todos os componentes, as mesmas foram estabelecidas de acordo com os principais objetivos da Política Nacional. Ressalta-se que, para o atendimento dos mesmos, programas, projetos e ações deverão ser realizados ao longo do horizonte do PMSB.

As variáveis definidas para os componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário têm como principal ator a população, visto que os índices de atendimento, consumo per capta e índice de tratamento estão diretamente ligados a ela.

Quanto às variáveis de resíduos sólidos, a população também possui papel importante, visto que a geração per capta dependerá de cada indivíduo, e, consequentemente, do volume de resíduos a serem encaminhados para o destino final. A adesão à coleta seletiva dependerá não somente do esforço e trabalho dos órgãos públicos, mas também do interesse e aceitação da sociedade. Outros itens foram adicionados a este componente, como o índice de cobertura da coleta seletiva e reaproveitamento do material coletado pela coleta seletiva, podendo ou não diminuir o volume de material aterrado.

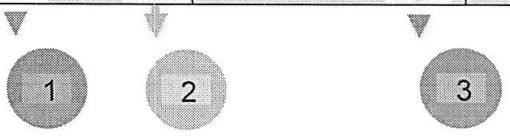
Para o componente drenagem pluvial, as variáveis não estão diretamente relacionadas ao comportamento da sociedade, mas sim às estruturas do sistema de drenagem. Isto não quer dizer que o comportamento da sociedade não irá influenciar diretamente no funcionamento do sistema. A variável "número de áreas de risco" está sim relacionada ao comportamento da sociedade, principalmente no que diz respeito a edificações irregulares em áreas inadequadas. Neste caso, uma atitude da sociedade, devido a problemas variados, gera demanda para a administração pública, não somente no que diz respeito a questão social e de segurança, mas também no que diz respeito a drenagem pluvial devido aos possíveis danos e acidentes que possam ser originários desta situação, principalmente em períodos de chuvas, devido à ausência de equipamentos para captação da água pluvial.

Após a definição das variáveis de cada componente, foram propostas hipóteses diversas combinando as variáveis, buscando sempre um futuro esperado. Estas hipóteses irão variar em função do que se pretende planejar para um atendimento de qualidade à população, além de buscar o objetivo do Plano Nacional de Saneamento Básico, que é a universalização dos serviços. Após o estabelecimento das variáveis e definição das hipóteses, serão definidos alguns cenários possíveis de ocorrer no município. A seguir um exemplo do PLANSAB:

Tabela 15 – Cenários plausíveis para a política de saneamento básico no Brasil

VARIÁVEIS	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
Política macroeconômica	Elevado crescimento em relação à dívida do PIB	Política macroeconômica orientada para o controle da inflação	---
Papel do Estado (modelo de desenvolvimento) / Marco regulatório/ Relação interfederativa	Estado provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos	Redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais e fraca cooperação entre os entes federativos	Estado mínimo com mudanças nas regras regulatórias e conflitos na relação interfederativa
Gestão, Gerenciamento, Estabilidade e continuidade de políticas públicas, Participação e controle social	Avanços na capacidade de gestão com continuidade entre mandatos	Políticas de estado contínuas e estáveis	Prevalência de políticas de governo
Investimentos no setor	Crescimento do patamar de investimentos públicos submetidos ao controle social	Atual patamar de investimentos públicos distribuídos parcialmente com critérios de planejamento	Diminuição do atual patamar de investimentos públicos aplicados sem critérios
Matriz tecnológica, disponibilidade de recursos	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas a ambientalmente sustentáveis	Adoção de tecnologias sustentáveis de forma dispersa	Soluções não compatíveis com as demandas e com as tendências internacionais

Fonte: PLANSAB 2011.

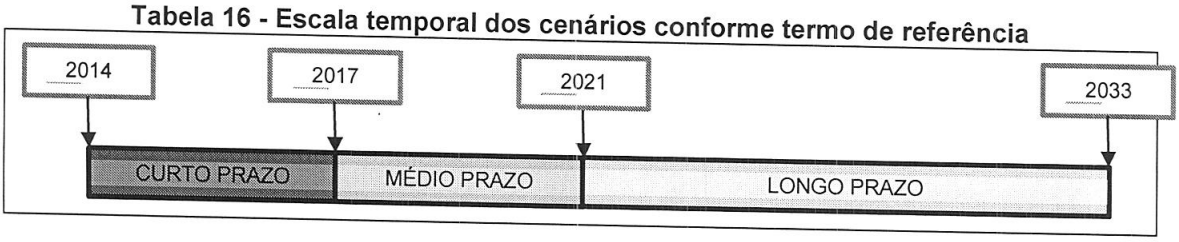


Quanto ao horizonte de planejamento ordenou-se a prioridade de realização de cada cenário conforme Termo de Referência – TR como de Curto (1-4 anos), Médio (4-8 anos) ou Longo Prazo (8-20 anos), por meio de uma escala de cores conforme legenda que segue.

Curto Prazo (1-4 anos)	
Médio Prazo (4-8 anos)	
Longo Prazo (8-20 anos)	

Em escala temporal, o horizonte ficou assim definido:

Tabela 16 - Escala temporal dos cenários conforme termo de referência



A seguir, serão apresentados os cenários das demandas de cada um dos componentes do saneamento básico, conforme os dados técnicos disponibilizados no Produto 2 deste PMSB. Estes cenários serão definidos conforme as variáveis técnicas estabelecidas, e as hipóteses consideradas para cada uma delas. Vale ressaltar, que são cenários de demandas técnicas e, conforme dito no capítulo anterior, há a necessidade iminente de reestruturação administrativa na gestão municipal.

O Produto 4 do PMSB será complementar a este produto, trazendo o que deverá ser realizado, e de que forma, para que o cenário ideal seja atendido.

6.3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para o item abastecimento de água, conforme informações disponibilizadas pelo DAEPA através do SNIS, foram apresentados os seguintes dados referentes aos volumes de água totais, produzidos, disponibilizados, faturados, consumidos e micromedidos, para os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Tabela 17 - Dados do SNIS referente a produção e medição de água

Volumes (1.000 m³/ano)	2013	2012	2011	2010
Volume produzido (m³)	6.220	5.384	5.816	6.307
Volume disponibilizado (m³)	6.220	5.384	5.816	6.307
Volume faturado (m³)	3.454	3.197	3.131	2.851
Volume consumido (m³)	3.550	3.360	3.266	3.151
Volume micromedido (m³)	3.440	3.197	3.131	2.851

Fonte: SNIS

A partir destes dados é possível calcular as variáveis apresentadas, por meio de indicadores de desempenho relacionados à medição dos serviços de abastecimento de água e redução de perdas, calculando em conformidade com a metodologia do SNIS.

Apresentam-se a seguir os valores das variáveis utilizada para os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. A primeira variável é o índice de atendimento de água que traduz o percentual da população efetivamente ligada à rede e, portanto, atendida pelo serviço.

Tabela 18 - Dados do SNIS referente ao índice de atendimento com o serviço de abastecimento de água

	2013	2012	2011	2010
Índice de atendimento de água	99,141%	99,142%	99,138%	99,927%

Fonte: SNIS

Outra variável identificada e selecionada para a construção dos cenários de demanda foi o índice de perdas na distribuição. Esta variável é importante quando de se trata da verificação da demanda de água necessária para suprir o abastecimento da população. Este índice informa o volume de água a mais que precisou ser produzido além do que foi consumido. Estas perdas ocorrem devido, principalmente, a vazamentos, ligações clandestinas, entre outras. Este índice é calculado por:

Tabela 19 - Dados do SNIS referente ao índice de perda no sistema de distribuição de água

	2013	2012	2011	2010
Índice de perda no sistema	42,926%	37,592%	43,844%	50,039%

Fonte: SNIS

No Produto 2 do PMSB foi apresentado um valor de perda do sistema referente ao ano de 2013 de 44,57%. Vale ressaltar que, quando do levantamento dos dados para elaboração do produto, o SNIS não havia publicado os dados daquele ano, logo o dado foi repassado diretamente pelo DAEPA. Para efeito de cálculos, será levado em consideração neste tópico apenas a base de dados do SNIS; os dados ali constantes foram também repassados pelo DAEPA.

A última variável identificada para o componente abastecimento de água é o consumo per capta, que contribui em demasia com o volume necessário a ser produzido pelo sistema de abastecimento de água. Este valor é obtido através da razão entre o volume de água produzido pela população, e o número de pessoas atendidas pelo sistema.

No produto 2 do PMSB foram identificados os seguintes valores do consumo per capta:

Tabela 20 – Consumo per capta

Ano	Consumo per capta de água (l/hab./dia)
2006	86,3
2007	92,6
2008	87,6
2009	94,1
2010	102,2
2011	108,5
2012	110,7
2013	136,0

Fonte: Produto 2 do PMSB

Assim como na variável "Índice de perda no sistema", a variável "consumo per capta" apresentou valores divergentes entre o SNIS e o valor informado pelo DAEPA. Para o ano de 2013 o SNIS apresenta um consumo per capta de 112,531 l/hab./dia, sendo que para 2010 o valor do SNIS é de 104,754 l/hab./dia.

Estes valores foram obtidos a partir dos seguintes dados:

Tabela 21 - Dados do SNIS referente ao consumo per capta

	2013	2012	2011	2010
Índice de consumo per capta	112,531	110,692	108,498	104,754

De acordo com a metodologia apresentada, e tendo em vista as variáveis definidas para o componente, a seguir serão apresentadas as possíveis relações entre as variáveis e as hipóteses plausíveis para a construção dos cenários alternativos de demanda dos serviços de abastecimento de água.

Tabela 22 – Variáveis e hipóteses dos serviços de abastecimento de água

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	---
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

A partir destes dados foram elaborados 5 cenários para o componente abastecimento de água em Patrocínio.

6.3.1.1 Cenário 1

Para o cenário 1 foi considerada a elevação do índice de atendimento de 99,14% para 100%, bem como na redução das perdas no sistema, demonstrando um reflexo de investimento, tanto na universalização do serviço à população, quanto na melhoria dos componentes do sistema de distribuição. Quanto a variável consumo per capta, para o cenário 1, foi estabelecida uma redução no mesmo, considerando a conscientização da população no tocante ao uso racional dos recursos hídricos. Portanto, no quadro apresentado pela Tabela 22 – Variáveis e hipóteses dos serviços de abastecimento de água, tem-se:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

1

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as três variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de atendimento:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	99,14	100	100	100

- ✓ Consumo Per Capta

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Consumo l/hab./dia	136,0	134	131	120

✓ Índice de Perdas

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
%Índice de Perdas	42,93	40,00	36,00	25,00

Este cenário demonstra que, mesmo havendo investimentos em infraestrutura, melhoria do sistema de abastecimento de água e educação ambiental, a demanda de produção de água será maior que a demanda atual.

6.3.1.2 Cenário 2

Para o cenário 2, foi considerada a elevação do índice de atendimento de 99,14% para 100%, bem como na redução das perdas no sistema, demonstrando um reflexo de investimento, tanto na universalização do serviço à população, quanto na melhoria dos componentes do sistema de distribuição. Quanto a variável consumo per capta, para o cenário 2 foi estabelecida que a mesma será mantida, considerando que não houveram, por parte da população, mudanças nos hábitos quanto ao consumo de água. Portanto, no quadro apresentado pela Tabela 22 tem-se:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	---
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

2

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as três variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

✓ Índice de atendimento:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	99,14	100	100	100

✓ Consumo Per Capta

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Consumo l/hab./dia	136,0	136,0	136,0	136,0

✓ Índice de Perdas

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
%Índice de Perdas	42,93	40,00	36,00	25,00

Este cenário demonstra que, mesmo havendo investimentos em infraestrutura e melhoria do sistema de abastecimento de água, a demanda de produção de água será maior que a demanda atual já de imediato.

6.3.1.3 Cenário 3

Para o cenário 3 foi considerada a elevação do índice de atendimento de 99,14% para 100% e as demais variáveis foram mantidas constantes, considerando que não houveram investimentos em infraestrutura do sistema, programas de conscientização junto a população e, por parte da população, mudanças nos hábitos quanto ao consumo de água. Portanto, no quadro apresentado pela Tabela 22 – Variáveis e hipóteses dos serviços de abastecimento de água, tem-se:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	---
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

3

As metas estabelecidas para este cenário, e que levam em consideração as três variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

✓ Índice de atendimento:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	99,14	100	100	100

✓ Consumo Per Capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Consumo l/hab./dia	136,0	136,0	136,0	136,0

✓ Índice de Perdas:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
%Índice de Perdas	42,93	42,93	42,93	42,93

Este cenário demonstra que, mesmo havendo investimentos em infraestrutura para a universalização do componente abastecimento de água, a demanda de produção de água será maior que a demanda atual já de imediato.

6.3.1.4 Cenário 4

Para o cenário 4 foi considerada a elevação do índice de atendimento de 99,14% para 100%, manutenção do consumo per capta e aumento do índice de perdas no sistema. Apesar de ser um cenário pessimista, principalmente no que diz respeito ao aumento do índice de perda do sistema, não é um cenário muito distante da realidade de Patrocínio, visto que de 2012 para 2013 houve um aumento de 14,19% no índice de perdas, passando de 37,59 para 42,93%. Neste cenário, também não serão realizados investimentos em programas de educação ambiental visando a conscientização quanto ao uso consciente dos recursos hídricos.

A manutenção do índice do consumo per capta indica a inexistência de investimentos em programas e ações de educação ambiental e, por parte da população, não houveram mudanças nos hábitos quanto ao consumo de água. Portanto, no quadro apresentado pela Tabela 22 – Variáveis e hipóteses dos serviços de abastecimento de água tem-se:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	---
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

4

As metas estabelecidas para este cenário, e que levam em consideração as três variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de atendimento:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	99,14	100	100	100

- ✓ Consumo Per Capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Consumo l/hab./dia	136,0	136,0	136,0	136,0

- ✓ Índice de Perdas:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
%Índice de Perdas	42,93	45,0	47,0	50,0

Este cenário demonstra que, mesmo havendo investimentos em infraestrutura para a universalização do componente abastecimento de água, é necessário o investimento e melhoria no sistema, visando a diminuição do índice de perdas. Além disto, trabalhar programas e ações junto à sociedade, na busca do consumo consciente, também é primordial. Conforme dito anteriormente, apesar deste cenário ser o mais negativo e improvável de acontecer, não é impossível, visto já ter ocorrido o aumento no índice de perdas em anos anteriores em Patrocínio. Este cenário jamais deverá ser

considerado para planejamento futuro, visto que ninguém espera que o pior cenário aconteça.

6.3.1.5 Cenário 5

Para o cenário 5, foi considerada a elevação de todas as variáveis: índice de atendimento de 99,14% para 100%, consumo per capta e índice de perdas no sistema. Apesar de ser um cenário ainda mais pessimista, assim como já dito no cenário 4, já houve em Patrocínio caso de aumento do índice de perdas, quando em 2013 houve um incremento de 14,19% no mesmo, passando de 37,59 para 42,93%. Neste cenário 5, para piorar ainda mais, os hábitos de consumo de água da população pioraram, aumentando o consumo per capta. Neste cenário também não serão realizados investimentos com programas de educação ambiental visando a conscientização quanto ao uso consciente dos recursos hídricos e investimentos na infraestrutura do sistema já existente.

A piora do índice do consumo per capta indica a inexistência de investimentos em programas e ações de educação ambiental. Portanto, no quadro apresentado pela Tabela 22 – Variáveis e hipóteses dos serviços de abastecimento de água tem-se:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento %	Manutenção do índice de atendimento de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de água até a universalização dos serviços (100%)	---
Consumo per capta l/hab./dia	Manutenção do consumo per capta de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do consumo per capta de água ao longo do horizonte de planejamento
Índice de perdas %	Manutenção do índice de perdas no sistema de distribuição de água conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de perdas no sistema de distribuição de água ao longo do horizonte de planejamento

5

As metas estabelecidas para este cenário, e que levam em consideração as três variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

✓ Índice de atendimento:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	99,14	100	100	100

✓ Consumo Per Capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Consumo l/hab./dia	136,0	140,0	145,0	150,0

✓ Índice de Perdas:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
%Índice de Perdas	42,93	45,0	47,0	50,0

Este cenário demonstra que, mesmo havendo investimentos em infraestrutura para a universalização do componente abastecimento de água, a falta de investimento em educação ambiental e conscientização da população, e também investimentos na manutenção e melhoria do sistema de abastecimento de água existente irá gerar um aumento da demanda de produção. Este aumento, além de gerar custos de produção para a administração pública, vai à contramão do que hoje se propõe com relação à disponibilidade hídrica. No último ano por exemplo, o Estado de São Paulo, principalmente na região abastecida pelo sistema Cantareira, houve racionamento de água devido à escassez de chuva, não tendo havido a reposição necessária dos índices do manancial.

Nesta linha, a Agência Nacional de Águas desenvolveu o "Atlas Brasil", um estudo que consolida um trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas. Para o município de Patrocínio, este estudo apontou que o sistema de abastecimento "requer ampliação", apresentando como proposta de solução futura a "ampliação/adequação do sistema existente" no que diz respeito ao manancial do Córrego Feio.

6.3.1.6 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Abastecimento De Água

A comparação dos 5 cenários apresentados tem o objetivo de apresentar o reflexo das diferentes variáveis e hipóteses estabelecidas para o horizonte de planejamento, analisando as demandas futuras de águas com os objetivos esperados pela administração pública e pela população do município para os próximos anos.

Ressalta-se, conforme dito anteriormente, que os cenários 4 e 5, onde houve o aumento do índice de perdas, apesar de ser pessimista, para o município de Patrocínio não é irreal, haja visto que já houve o aumento do índice de perdas no sistema em anos anteriores. Apesar disto, não é este o cenário que se espera para o futuro do município, considerando a situação de indisponibilidade hídrica que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil. Além disto, o aumento do consumo per capta, identificado no cenário 5, vai à contramão das campanhas associadas ao tema da escassez hídrica.

Uma gestão que visa, conforme previsto na Lei nº 11.445/2007, a economia, a eficiência e a universalização do atendimento, não pode poderá jamais ter como base de planejamento os cenários 4 e 5.

A tabela abaixa apresenta um resumo dos cenários:

Tabela 23 - Resumo das variáveis conforme os cenários

Variável	Índice de Atendimento	Consumo per capta	Índice de Perdas
Cenário 1	Elevação	Redução	Redução
Cenário 2	Elevação	Manutenção	Redução
Cenário 3	Elevação	Manutenção	Manutenção
Cenário 4	Elevação	Manutenção	Elevação
Cenário 5	Elevação	Elevação	Elevação

Tabela 24 – Resumo quantitativo das variáveis conforme os cenários

Variável	Ano	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Índice de Atendimento de água %	2014	99,14	99,14	99,14	99,14	99,14
	2018	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	2022	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	2027	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	2033	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Consumo per capta – l/hab./dia	2014	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00
	2018	134,00	136,00	136,00	136,00	140,00
	2022	131,00	136,00	136,00	136,00	145,00
	2027	126,00	136,00	136,00	136,00	147,00
	2033	120,00	136,00	136,00	136,00	150,00
Índice de perda de água no sistema %	2014	42,93	42,93	42,93	42,93	42,93
	2018	40,00	40,00	42,93	45,00	45,00
	2022	36,00	36,00	42,93	47,00	47,00
	2027	31,00	31,00	42,93	48,00	48,00
	2033	25,00	25,00	42,93	50,00	50,00

Abaixo serão apresentadas informações quanto ao que se espera de cada uma das variáveis, conforme anseio da população, realidade da administração pública e previsões da Lei da Saneamento básico.

- ✓ Índice de atendimento do sistema de abastecimento de água:

Para Patrocínio esta é uma variável que já está quase atingindo a previsão da universalização da prestação dos serviços: o índice atual é de 99,14%, sendo que a

área urbana da sede do município e 13 localidades rurais já são atendidas com 100% de rede de distribuição de água. Levando em conta a situação estipulada pelo marco regulador (lei nº 11445/2007), onde o objetivo é a universalização dos serviços de saneamento básico, não se pode vislumbrar uma queda neste item. Logo, em todos os cenários, esta variável sofreu elevação, chegando ao final com 100% de atendimento.

- ✓ Consumo per capta:

O consumo per capta atual disponibilizado pelo DAEPA em Patrocínio é de 136 l/hab./dia. Nos cenários apresentados, foram vislumbrados para esta variável as 3 hipóteses possíveis: manutenção (cenários 2, 3 e 4), redução (cenário 1) e elevação (cenário 5) do valor per capta. Para que haja uma redução, e até mesmo a manutenção deste índice, a administração pública deverá realizar programas e ações voltadas para a conscientização da população em geral, investindo recursos em campanhas, eventos, dentre outras ações, com o único objetivo de levar informações à população sobre a importância de reduzir o consumo de água, visando sempre evitar problemas futuros. Caso estas ações não sejam realizadas, a elevação do índice poderá ser uma realidade.

O índice per capta de Patrocínio, comparado a outros municípios similares e também aos índices Brasileiro e Mineiro, se mantêm abaixo da média. Ressalta-se ainda que, apesar da situação de escassez hídrica que vem assolando o país de forma geral, nos últimos anos, o consumo per capta em Patrocínio aumentou.

O gráfico abaixo ilustra variações para os três cenários:

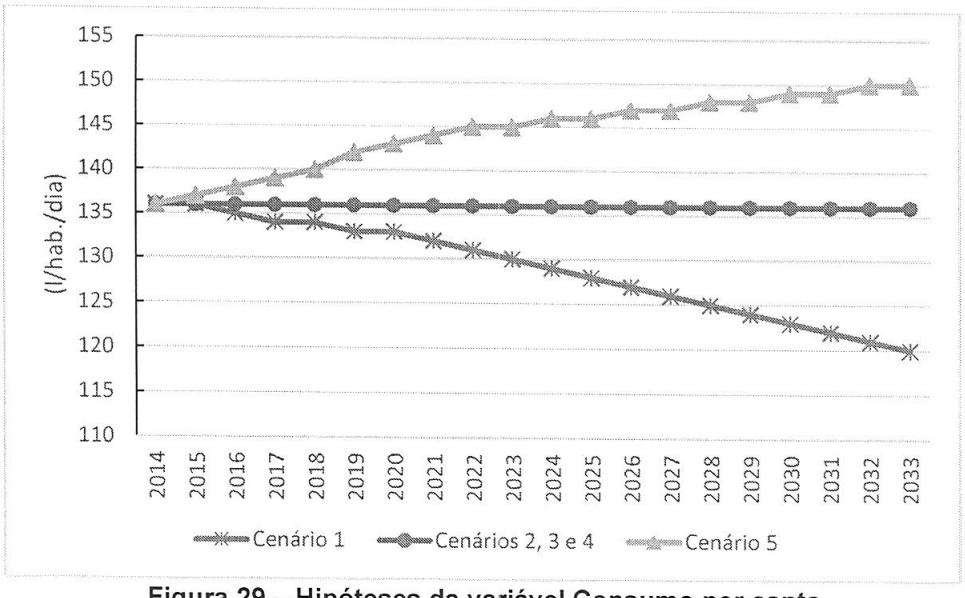


Figura 29 – Hipóteses da variável Consumo per capta

De acordo com o gráfico pode-se perceber que para o cenário 1, a medida que os anos se passam, há um decréscimo do consumo per capta, comprovando a mudança de hábito da população e consequentemente, a redução da produção de água.

O cenário 5, já identificado como cenário pessimista, há um aumento do consumo per capta e, consequentemente, o aumento na produção de água. Esta situação de aumento do consumo per capta, apesar de já ter acontecido, não poderá ser admitida no município.

Quanto aos 3 outros cenários, houve a manutenção do consumo per capta atual. Em se tratando do valor e do comportamento atual da população, além do cenário nacional, esta seria a hipótese mais plausível para esta variável.

- ✓ Índice de perdas no sistema:

Este indicador traz como informação a quantidade de água produzida que se perde ao longo do sistema. Ou seja, no caso de Patrocínio, o DAEPA tem os custos de captação, produção da água potável para distribuição, os custos de distribuição desta água, mas não tem o retorno através da tarifação, visto que neste caminho esta água e se perde ou é desviada, não havendo assim a medida através da hidrometração. Atualmente esta perda está em 42,93%, tendo havido um aumento deste índice em relação a medição anterior. Esta situação, em se tratando de um sistema de gestão que visa eficiência e redução de custos é inaceitável. O sistema de abastecimento de água deverá receber manutenção e investimentos, para que não haja crescimento deste índice, sendo que o ideal é a diminuição do mesmo. O índice de perdas no sistema de patrocínio está bem acima da média sugerida, que gira em torno de 30%, o que se comparando a outros países, também é um valor bastante alto.

Os valores gastos nos últimos três anos em Patrocínio, referentes aos índices de perdas, segundo dados do SNIS, são maiores que os valores previstos para a implantação da nova Estação de tratamento de água. Daí, verifica-se o quantitativo de recurso público que está sendo perdido, onde poderia estar sendo investido na melhoria da própria rede de distribuição.

O gráfico a seguir demonstra a variação do índice de perdas conforme os cenários propostos:

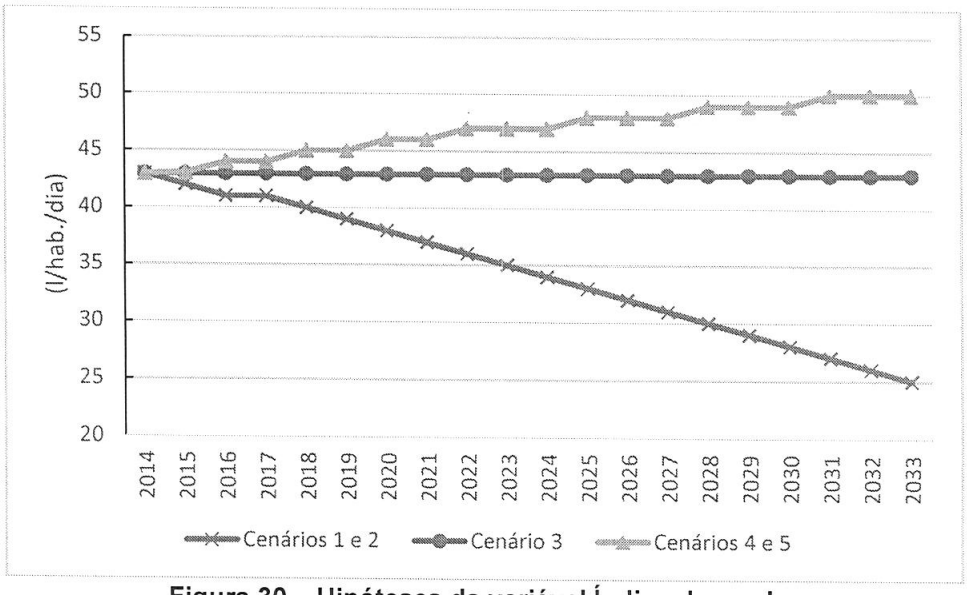


Figura 30 – Hipóteses da variável Índice de perdas

Conforme apresentado no gráfico acima e já falado anteriormente, mesma já tendo ocorrido em Patrocínio o crescimento do índice de perdas, este não é um cenário adequado, visto que perda no sistema significa perda de recursos públicos e perda de um bem natural imprescindível para a manutenção da vida – a água. Portanto, é uma hipótese que poderá ser desprezada.

Já o cenário 3 demonstra a manutenção dos valores atuais, sem que haja qualquer investimento público na melhoria e manutenção do sistema existente, o que também não condiz com uma administração que preza pela eficiência na gestão dos recursos públicos.

Os cenários 1 e 2 apresentam uma queda quase que linear da variável até atingir, a longo prazo, o índice aceitável, mas não ideal, de 25%.

Assim como os programas e ações voltadas para a educação ambiental e conscientização da população quanto ao consumo consciente, os investimentos e manutenção no sistema de distribuição de água deverão ocorrer ao longo de todo o horizonte de planejamento, até porque, a previsão de atingir a meta final, está no último ano do horizonte previsto.

- ✓ Produção de água necessária para o abastecimento:

Para este item será considerado o valor já com o incremento de k1, visto que o sistema deverá estar preparado para esta situação de maior consumo. Portanto, o gráfico abaixo apresenta as informações, para os 5 cenários, do consumo de água para o horizonte de planejamento proposto.

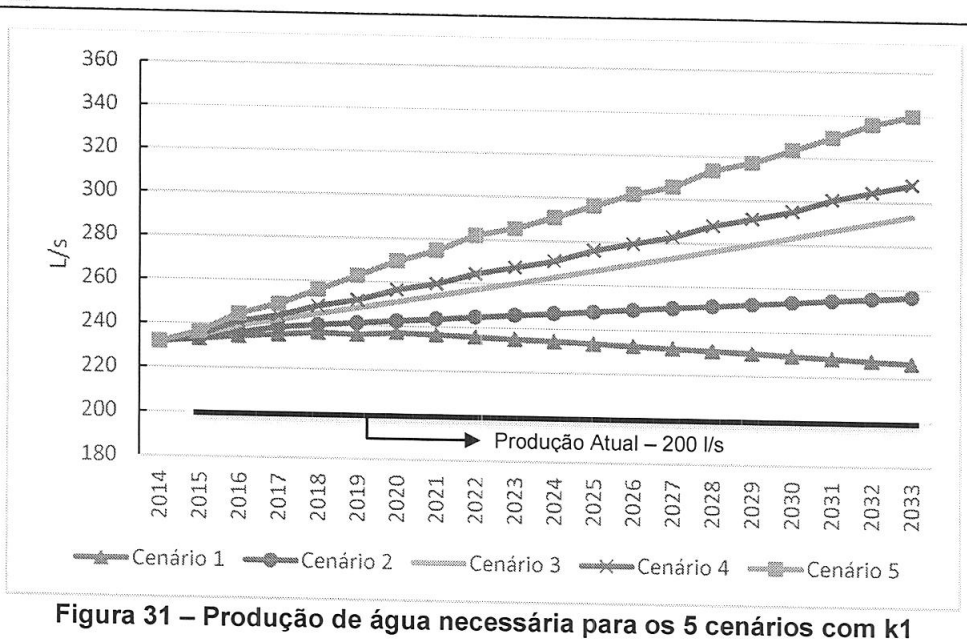


Figura 31 – Produção de água necessária para os 5 cenários com k1

Analisando o gráfico, verifica-se que no cenário 1, onde em todas as variáveis foram aplicadas as melhores hipóteses, a produção ao final do horizonte será menor que a produção inicial, tendendo a diminuir, não sendo este um cenário adequado quando se almeja a melhoria do sistema, pois deve-se prever uma folga na produção para situações emergenciais. Os cenários 4 e 5 conforme já dito anteriormente, não são cenários adequados para a situação esperada pela administração pública, nem pela sociedade. Quanto aos cenários 2 e 3, a única diferença é quanto ao índice de perdas no sistema: no cenário 2, este índice sofreu uma redução, o que indica ser um cenário plausível e executável conforme planejamento da administração pública, e também os objetivos da Política Nacional do Saneamento, quando prevê eficiência e efetividade na prestação dos serviços de saneamento básico.

Desta forma, o cenário 2, apesar de apresentar crescimento conforme o passar dos anos, se dará exclusivamente pelo crescimento da população, o que significa que a administração pública deverá investir em programas e ações educativas e de conscientização da população para que não haja aumento do consumo per capta. Além disto, investimentos na manutenção e melhoria do sistema deverão ser realizados ao longo de todo o horizonte de planejamento.

6.3.1.7 Conclusão

Conforme apresentado nos itens anteriores e no Produto 2, apesar do sistema de abastecimento de água ter sido identificado como um componente de grau de prioridade menos crítico, há vários programas, projetos e ações em torno deste componente a serem desenvolvidos buscando a universalização dos serviços e melhoria do sistema.

Desta forma, levado em consideração o cenário proposto que já apresenta defasagem na produção de água necessária e a situação de todo o sistema de abastecimento de água que ainda não está totalmente universalizado e ainda apresenta problemas quanto a qualidade no fornecimento de água, o sistema de abastecimento de água de Patrocínio necessita de investimentos.

Conforme exposto no início deste capítulo o DAEPA necessita de melhorias na gestão, principalmente no que diz respeito à retomada da capacidade de endividamento do mesmo, para que possa realizar ao longo do horizonte de planejamento deste plano, suas obras e intervenções sem depender tanto da Prefeitura Municipal, que também terá suas responsabilidades. Uma alternativa já estudada e definida pela administração pública é à implantação da nova Estação de Tratamento de Água para atender a área urbana, apontada em estudo desenvolvido pelo DAEPA como melhor alternativa técnico-financeira para solucionar os problemas oriundos da sobrecarga da atual estação de tratamento.

Além disto, o desenvolvimento de estudo para verificar a capacidade da bacia do Córrego Feio em fornecer água nos próximos anos em quantidade e qualidade necessárias também deverá ser realizado. Em relação a área rural, deverá ser realizado estudo visando identificar a melhor forma de prestação dos serviços de saneamento, visando a universalização conforme previsto no marco regulatório, de acordo com as características de cada comunidade, seu adensamento e distância entre as residências, partindo como base do Diagnóstico do PMSB onde foi identificada a situação de cada uma das comunidades e localidades rurais em relação a prestação do serviço de abastecimento de água.

Para sanar estes problemas, é imprescindível que seja elaborado, a curto prazo, o Plano Diretor de Abastecimento de Água. Este Plano irá englobar toda esta demanda, que será a base para o desenvolvimento de projetos, investimentos e ações relacionadas ao abastecimento de água em Patrocínio.

Programas voltados para a gestão, controle, manutenção e melhoria do sistema de abastecimento de água também deverão ser instituídos visando sempre a eficiência, eficácia e efetividade da prestação do serviço público, incorporados como rotina no DAEPA.

Portanto, investimentos financeiros deverão ser realizados no sistema de abastecimento de água como um todo, levados em consideração os programas a

serem propostos. Em capítulo específico estes programas serão detalhados e prazos serão estabelecidos para sua realização.

6.3.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para o componente esgotamento sanitário o DAEPA, através do SNIS e do Produto 2 disponibilizou os seguintes dados:

Tabela 25 – Esgoto coletado, tratado e faturado

Volumes (1.000 m³/ano)	2013	2012	2011	2010
Coletado	2.840	2.688	2.612	2.422
Tratado	2.754	2.150	2.090	1.937
Faturado	2.272	2.107	2.046	1.898

Fonte: SNIS

Para o índice de abrangência, foi adotado o valor fornecido pelo DAEPA quando da elaboração do Produto 2 deste PMSB de 88% de atendimento, sendo que 100% da área urbana é atendida.

Para o índice de tratamento, foi considerado para efeito de cálculos o volume de esgoto tratado conforme SNIS. A partir de regra de três simples foi identificado o índice de atendimento, a saber:

Se 88% do município é atendido com rede de coleta, e o volume coletado em 2013 foi de 2.840.000 m³; tem-se que foi gerado 3.227.700 m³ de esgoto. Deste total, 2.754.000 m³ foi tratado, o que equivale a 85,32%. Portanto, para o período de 2010 a 2013.

De acordo com a metodologia apresentada e, tendo em vista as variáveis definidas para o componente, a seguir serão apresentadas as possíveis relações entre nas variáveis e as hipóteses plausíveis para a construção dos cenários alternativos de demanda dos serviços de esgotamento sanitário.

Tabela 26 – Variáveis e hipóteses dos serviços de esgotamento sanitário

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede de coleta - cobertura %	Manutenção do índice de atendimento de rede de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de rede até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de tratamento de esgoto %	Manutenção do índice de tratamento de esgoto conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento

A partir destes dados foram elaborados 3 cenários para o componente esgotamento sanitário em Patrocínio.

6.3.2.1 Cenário 1

Para o cenário 1 foi considerada a elevação do índice de atendimento pela cobertura de rede, de 88,0% para 100%, bem como a elevação do índice de tratamento dos esgotos, passando de 85,32% para 100% até o final do horizonte de planejamento. Este cenário requer investimentos no sistema de coleta e no tratamento dos esgotos, lembrando que, para isto, é imprescindível a elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para que sejam definidas as melhores alternativas para cada localidade rural não atendida.

Ressalta-se ainda que, uma vez definido que o cenário 2 de abastecimento de água será o cenário a ser implementado e que, neste cenário, o consumo per capta de água se mantem constante ao longo do horizonte de planejamento, a geração per capta de esgoto também será constante para todos os cenários.

O quadro abaixo demonstra as variáveis:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede de coleta - cobertura %	Manutenção do índice de atendimento de rede de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de rede até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de tratamento de esgoto %	Manutenção do índice de tratamento de esgoto conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento

1

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as duas variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de atendimento por rede de coleta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	88,0	90,0	95,0	100,0

- ✓ Índice de tratamento de esgoto:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% tratamento	85,32	87,0	95,0	100,0

Este cenário requer investimentos em técnicas apropriadas para cada localidade rural, visto que na área urbana já ocorre o atendimento de 100%, havendo a necessidade de melhoria do sistema de tratamento existente e ampliação da ETE Rangel, conforme previsto em projeto.

Há também a necessidade de investimentos em programas e ações voltados para a conscientização da população quanto a importância de realizar a ligação da rede doméstica à rede pública de coleta, além da instituição do programa caça esgoto, que tem por objetivo identificar ligações clandestinas dos sistemas de esgoto sanitário e drenagem pluvial, e corrigir estes problemas.

6.3.2.2 Cenário 2

Para este cenário manteve-se a elevação do índice de atendimento pela cobertura de rede, até porque o marco legal prevê a universalização dos serviços; portanto, haverá o incremento de 88,0% para 100%. Quanto ao índice de tratamento o mesmo será mantido no cenário 2 no percentual de 85,32% dos esgotos coletados. Este cenário demandará investimentos no sistema de coleta, lembrando da necessidade da elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, conforme já exposto.

O quadro abaixo demonstra as variáveis:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede de coleta - cobertura %	Manutenção do índice de atendimento de rede de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de rede até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de tratamento de esgoto %	Manutenção do índice de tratamento de esgoto conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento

2

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as duas variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de atendimento por rede de coleta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	88,0	90,0	95,0	100,0

✓ Índice de tratamento de esgoto:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% tratamento	85,32	85,32	85,32	85,32

Neste cenário, há o crescimento do índice de atendimento, atingindo 100% da população ao longo do horizonte de planejamento, mas o índice de tratamento de esgoto se mantem constante. Este índice está relacionado a vazão coletada, e não a vazão gerada. Portanto, verifica-se neste cenário que há um aumento gradual do volume coletado, mas não há qualquer incremento do índice de tratamento.

Há a demanda investimentos na cobertura do sistema, com implementação de redes e melhoria das já existente, assim como investimentos relacionados às formas de tratamento, já que a vazão tratada irá aumentar ao longo dos anos.

Há também a necessidade de investimentos em programas e ações voltados para a conscientização da população quanto a importância de realizar a ligação da rede doméstica à rede pública de coleta, além da instituição do programa caça esgoto que tem por objetivo identificar ligações clandestinas dos sistemas de esgoto sanitário e drenagem pluvial, e corrigir estes problemas.

6.3.2.3 Cenário 3

Para este cenário manteve-se o índice de atendimento pela cobertura de rede atual em 88%. Quanto ao índice de tratamento o mesmo será elevado, passando de 85,32% para 100%. Este cenário demandará investimentos no sistema de tratamento, lembrando da necessidade da elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário conforme já exposto.

O quadro abaixo demonstra as variáveis:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de atendimento por rede de coleta - cobertura %	Manutenção do índice de atendimento de rede de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice atendimento de rede até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de tratamento de esgoto %	Manutenção do índice de tratamento de esgoto conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento	Redução do índice de tratamento de esgoto ao longo do horizonte de planejamento

3

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as duas variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de atendimento por rede de coleta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% Atendimento	88,0	88,0	88,0	88,0

- ✓ Índice de tratamento de esgoto:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% tratamento	85,32	87,0	95,0	100,0

O cenário demanda investimentos na cobertura do sistema, com implementação de redes, assim como investimentos relacionados às formas de tratamento, já que a vazão tratada irá aumentar ao longo dos anos, até atingir 100% da vazão coletada.

Há também a necessidade, assim como nos demais cenários, de investimentos em programas e ações voltados para a conscientização da população quanto a importância de realizar a ligação da rede doméstica à rede pública de coleta, além da instituição do programa caça esgoto, que tem por objetivo identificar ligações clandestinas dos sistemas de esgoto sanitário e drenagem pluvial, e corrigir estes problemas.

6.3.2.4 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Esgotamento Sanitário

A comparação dos 3 cenários apresentados, assim como para o componente abastecimento de água, tem o objetivo de apresentar o reflexo das diferentes variáveis e hipóteses estabelecidas para o horizonte de planejamento, analisando as demandas

futuras do sistema de coleta e tratamento de esgoto com os objetivos esperados pela administração pública e pela população do município para os próximos anos.

Os cenários 2 e 3 não atenderiam o objetivo principal do marco regulatório do saneamento básico: a universalização dos serviços. O componente esgotamento sanitário não apenas requer a coleta dos efluentes sanitários gerados, mas também o seu tratamento; portanto, caso as duas variáveis analisadas não tenham o seu índice em 100% ao longo do horizonte de planejamento, o objetivo não será atendido.

Este objetivo é atingido no cenário 1. Patrocínio, devido à investimentos recentes no componente esgotamento sanitário, apresenta índices de atendimento e tratamento acima da média nacional, portanto, apesar do componente não estar universalizado, os índices como são elevados, poderão ser incrementados ao longo dos 20 anos de planejamento.

A tabela abaixa apresenta um resumo dos cenários:

Tabela 27 - Resumo das variáveis conforme os cenários

Variável	Índice de Atendimento	Índice de tratamento
Cenário 1	Elevação	Elevação
Cenário 2	Elevação	Manutenção
Cenário 3	Manutenção	Elevação

Tabela 28 – Resumo quantitativo das variáveis conforme os cenários

Variável	Ano	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Índice de Atendimento de esgotamento sanitário – cobertura de rede %	2014	88	88	88
	2018	90	90	88
	2022	95	95	88
	2027	97	97	88
	2033	100	100	88
Índice de tratamento do esgoto coletado %	2014	85,32	85,32	85,32
	2018	87	85,32	87
	2022	95	85,32	95
	2027	97	85,32	97
	2033	100	85,32	100

Abaixo serão apresentadas informações quanto ao que se espera para cada uma das variáveis conforme anseio da população, realidade da administração pública e previsões da Lei da Saneamento básico.

- ✓ Índice de atendimento do sistema de esgotamento sanitário:

Esta variável está relacionada principalmente ao sistema de coleta dos efluentes sanitários gerados. Atualmente, o município de Patrocínio apresenta um percentual de 88% de atendimento, sendo que 100% da área urbana já é contemplada pelo serviço. Ressalta-se que se trata de 100% de rede disponível, o que não significa que todas as

residências estejam interligadas a rede. Daí a necessidade de implantação de programa específico para identificar estes lançamentos fora da rede, e programas para conscientizar a população sobre a importância de ligar a rede doméstica na rede pública.

Na área rural, 4 localidades são atendidas com redes de coleta. Para que haja a coleta e posterior tratamento nas demais localidades, há que se realizar um estudo, que deverá ser parte integrante do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, identificando características específicas de cada local, principalmente quanto ao volume gerado e logística de coleta devido a distância entre as residências. Para tanto, o cenário 1 prevê um aumento deste índice somente após o quarto ano de execução do Plano, visto que os primeiros anos ficariam para a realização de todos os procedimentos, inclusive captação de recursos, de contratação do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.

O gráfico abaixo demonstra as possíveis variações deste índice se comparando o mesmo à vazão de efluentes gerados.

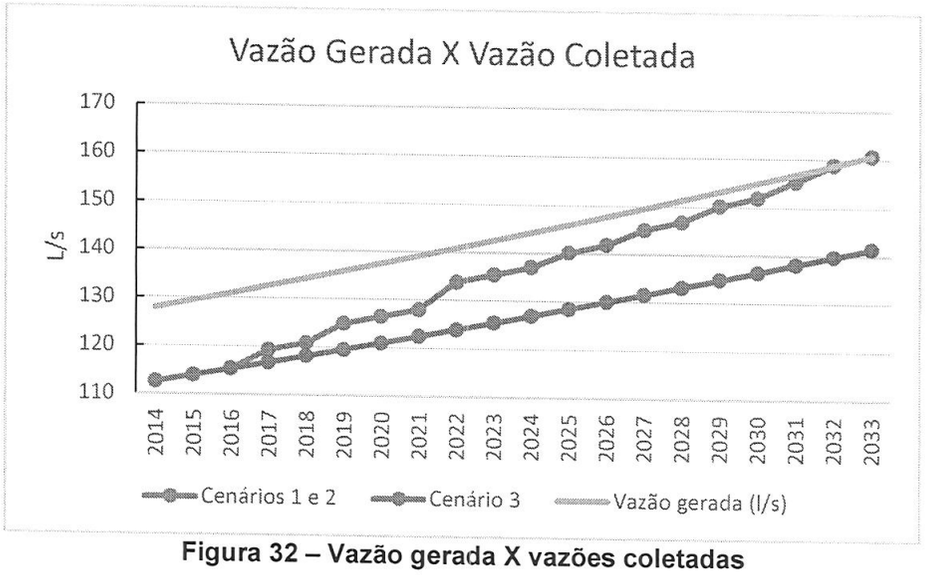


Figura 32 – Vazão gerada X vazões coletadas

O gráfico acima demonstra um constante crescimento da vazão de esgotos gerados, crescimento este atribuído pelo crescimento populacional. Analisando o cenário 3, onde o índice de atendimento permanecerá o mesmo, verifica-se que o crescimento da vazão coletada é proporcional, justamente pelo crescimento da população.

Já para os cenários 1 e 2 onde há o aumento gradual do índice de atendimento, verifica-se que ao longo do horizonte de planejamento há um crescimento à medida que os anos passam, sendo que ao final do plano os valores de vazão gerada e vazão

coletada são os mesmos, ou seja, todo o volume de efluentes sanitários gerados serão coletados pela rede pública.

- ✓ Índice de tratamento do Esgoto Coletado:

Este índice prevê o tratamento dos esgotos que foram coletados pela rede pública. Atualmente o município de Patrocínio trata 85,32% dos efluentes coletados por redes públicas, sendo um percentual aproximado de 99% da sede urbana. Três localidades rurais contam atualmente com o tratamento dos esgotos coletados, o que também não significa que todos os esgotos gerados, tanto na sede, quanto nestas localidades, estejam sendo tratados, visto que não há a ligação de todos as residências conforme já exposto.

O gráfico abaixo demonstra o desempenho do índice de tratamento dos esgotos coletados ao longo do horizonte de planejamento de acordo com o cenário proposto, e a comparação com o volume de esgoto gerado.

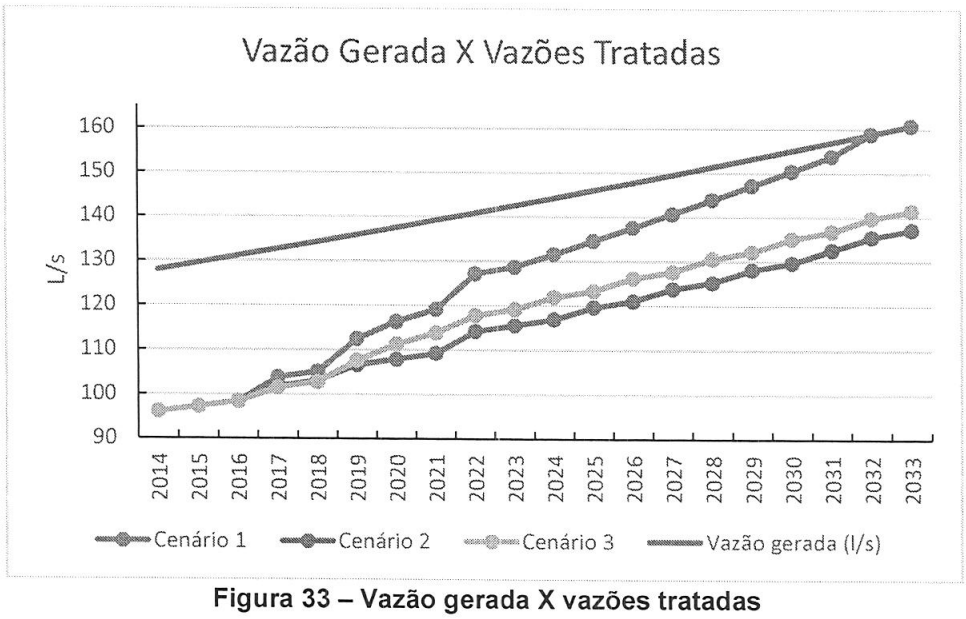


Figura 33 – Vazão gerada X vazões tratadas

Este gráfico ilustra de forma clara a situação ao final do horizonte de planejamento, não só referente ao índice de tratamento, mas também relacionada ao índice de atendimento. Isto porque o índice de tratamento está diretamente relacionado ao índice de esgoto coletado. Portanto, ao final do plano, percebe-se que somente o cenário 1 atenderá a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Por mais que no cenário 3 haja o aumento do índice de tratamento, uma vez que não há aumento do índice de atendimento/coleta, este índice irá chegar no valor máximo de 88% dos esgotos gerados.

Posto isto, verifica-se que o melhor cenário para este componente é o cenário 1, que ao final do horizonte de planejamento de 20 anos irá atender ao objetivo principal da Política Nacional de Saneamento Básico, assim como não irá gerar sobrecarga financeira a curto prazo para o DAEPA e/ou administração pública. Desta forma, haverá tempo de realizar o planejamento para se realizar as obras e investimentos necessários, inclusive captação de recursos financeiros junto aos órgãos financiadores.

Outro fator levado em consideração, são os anos iniciais do Plano que serão destinados à preparação e elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, no que diz respeito a este componente.

6.3.2.5 **Conclusão**

Portanto, mediante os cenários e demandas apresentadas, sugere-se para este componente, que os primeiros anos sejam destinados a preparação de processo licitatório, caso a administração pública não tenha condições de realizar o serviço com mão de obra própria, para contratação e elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário. Este estudo trará informações mais precisas a serem realizadas no município para se atingir as metas estabelecidas no cenário 1, principalmente no que diz respeito às localidades ainda não atendidas pelo DAEPA.

Visto que nos primeiros anos não haverá incremento no índice de atendimento, mas que o volume coletado irá aumentar, devido ao crescimento populacional, conforme já abordado, a administração pública e o DAEPA deverão estar atentos para a implantação de novos loteamentos. Estes loteamentos irão demandar a prestação do serviço.

É imprescindível uma política rigorosa quanto a implantação de novos loteamentos e/ou parcelamentos de solo, visto que os mesmos jamais poderão ser entregues ou repassados à administração pública, sem que a infraestrutura mínima de saneamento básico esteja pronta. Nestes casos, os lotes só poderão ser vendidos e edificados após o recebimento, pela administração pública, do loteamento com toda a infraestrutura, de abastecimento de água, redes de coleta de esgoto interligada a rede do DAEPA existente ou que tenha tratamento próprio, e sistema de drenagem pluvial.

Vale ressaltar ainda, alguns dados gerais sobre a capacidade atual de tratamento no município.

Tabela 29 – Capacidade de tratamento atual x Necessidade final do Plano

Estação de tratamento de esgoto	Capacidade atual de tratamento L/s	Necessidade final de Plano
ETE Rangel	126,12	100,70
ETE Serra Negra	21	41,13
ETE Silvano	1,94	0,98
ETE São João da Serra Negra	3,54	2,69
ETE Salitre de Minas	2,23	2,66
Total	154,83	148,17

O quadro acima levou em consideração os dados populacionais para cada distrito conforme já apresentado neste estudo. Para a demanda de final de plano da ETE Salitre de Minas, levou-se em consideração a população dos distritos de Salitre de Minas e de São Benedito, visto que a ETE irá atender a duas demandas. Verifica-se que algumas estações deverão sofrer ampliação de sua capacidade atual, conforme projeções já apresentadas.

Outro dado relevante é quanto ao percentual da população: na área urbana 71% da população atual está situada na bacia do Rangel, onde encaminha os esgotos para a ETE Rangel, logo 29% está na bacia da ETE Serra Negra. Os dados acima levam em consideração a manutenção desta proporcionalidade.

Visto que a vazão prevista de geração de esgoto para o final do Plano é de 160,77 l/s, e a vazão de final de Plano para estas localidades citadas acima é de 148,17 l/s, ficam dependendo de definição de técnica para coleta e tratamento uma vazão de 12,60 l/s, referente a geração nas demais localidades rurais. Daí a grande necessidade de realizar o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.

6.3.3 LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

De acordo com o Produto 2 deste PMSB, este foi o componente do saneamento básico que teve o maior grau de prioridade, sendo classificado como muito crítico. Isto devido, principalmente, a inexistência de disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, além de estar em pleno funcionamento no município, um lixão com a presença de catadores. A execução dos serviços urbanos, tais como coleta, varrição, capina, pintura de meio fio, poda e corte de árvores, é considerado satisfatório, mas esta á apenas uma parte deste componente.

A inexistência de programa de coleta seletiva de resíduos, assim como a falta da destinação ambientalmente correta de resíduos da construção civil, ou o seu uso alternativo através de reaproveitamento ou reciclagem, também é fator para potencializar os problemas inerentes ao componente. Municípios que tenham e

realizam a coleta seletiva terão prioridade de crédito junto ao governo federal, conforme Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicada em 2010.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê ainda que somente poderão ser encaminhados para o aterro sanitário, ou outra forma correta de disposição final, aqueles resíduos que não puderem ser reaproveitados de forma alguma, são os chamados rejeitos.

Objetivando a melhoria no gerenciamento dos resíduos sólidos, assim como a universalização de todo o manejo do sistema, foram propostos cenários de estudo, cujas variáveis influenciam o volume de resíduos que seguem para a destinação final. São eles:

- ✓ Índice de cobertura da coleta convencional:

A variação deste índice visa identificar qual o volume de resíduos é encaminhado à destinação final. Atualmente, conforme identificado no produto 2, 100% da área urbana é atendida com coleta convencional, e 7 localidades rurais também são atendidas. O percentual de atendimento atual está em 92,96% da população. Visto que quase todo o município é atendido pelo serviço e que o município conta com equipamentos e equipe para suprir a demanda restante, necessitando apenas de melhoria na gestão e planejamento das atividades, para todos os cenários o índice mínimo adotado será o índice atual, não havendo decréscimo no atendimento.

- ✓ Índice de cobertura da coleta seletiva:

Este índice apresenta o percentual da população que é atendida pela coleta seletiva. Atualmente, Patrocínio não conta com este tipo de coleta, mas como o município tem a intensão de implantar e a Legislação também prevê a reutilização, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos como objetivo, a mesma deverá ser implementada ao longo do horizonte de planejamento. Para que isto aconteça, o município deverá se estruturar. Contar com locais para a destinação ambientalmente correta de resíduos, unidades de triagem, compostagem e reaproveitamento de resíduos, cooperativas de catadores de materiais recicláveis, ou seja, toda uma estrutura para que a cadeia da reciclagem possa funcionar e perdurar ao longo dos anos. Programas de educação ambiental e conscientização também deverão ser implementados, uma que vez sem a participação popular, de nada irá adiantar a estrutura mais moderna existente.

Atualmente o índice de cobertura da coleta seletiva é 0%.

✓ Índice de adesão à coleta seletiva:

Seguindo a linha do item anterior, este índice dependerá tanto da vontade e interesse da população, quanto das atividades de mobilização e conscientização que serão implementados, visto que, uma vez existindo a coleta, a população poderá aderir a ela ou não, conforme for o seu interesse. Visto que atualmente não existe a prestação do serviço de coleta seletiva o índice inicial será 0%. Levando-se em consideração que nem todos têm interesse ou condições em participar do programa, o índice final será de 85%.

✓ Índice de recuperação de recicláveis:

Dos resíduos coletados pela coleta seletiva e encaminhar para o galpão de triagem e/ou associação de catadores, nem tudo será aproveitado. Desta forma, este índice irá indicar qual o real índice que será reaproveitado, e o índice de rejeito que estará junto aos resíduos recicláveis. Estes rejeitos também serão encaminhados ao aterro sanitário ou outra forma de destinação ambientalmente correta. Visto que atualmente o sistema não está implantado o índice inicial é 0%, e ao final quando a população e os trabalhadores dos galpões de triagem já estiverem treinados em como segregar corretamente os resíduos, o índice esperado será de 90%.

✓ Geração per capta:

A geração per capta é uma variável importante no que visa apontar o índice comportamental da população diante do panorama de resíduos de um município. O importante deste índice está na reeducação da população e na mudança de hábitos, objetivando a minimização da geração de resíduos e também do consumo exacerbado, vinculado principalmente ao aumento da renda, ou seja, quanto mais se consome, mais se compra mais se gera. A própria Lei prevê como principal fundamento, a não geração.

✓ Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta:

Este índice visa identificar os resíduos que estão sendo destinados de forma ambientalmente corretas no município. Atualmente em Patrocínio, somente os resíduos de saúde são destinados de forma correta. Todos os demais resíduos, sob responsabilidade da administração pública são destinados de forma ilegal. Para tanto, o dimensionamento será realizado da seguinte forma:

Tabela 30 – Grupos de resíduos e seus responsáveis

Item	Tipo de Resíduo	Responsabilidade pela destinação
1	Domiciliar[5]	Administração Pública
2	Saúde	Administração Pública
3	Construção Civil	Pequeno gerador: Administração Pública Grande gerador: Gerador
4	Volumosos	Administração Pública
5	Lodos de ETA's e ETE's	Administração Pública
6	Agrícola	Gerador
7	Industrial	Gerador

Posto isto, cada tipo de resíduos será representado por 1 ponto. O índice inicial é de 1 ponto, visto que somente os resíduos de saúde são encaminhados de forma correta para tratamento e posterior destinação final. O índice final será de 5, visto que a administração pública é responsável pela destinação de 5 classes de resíduos. Vale lembrar, que a definição de pequeno e grande gerador de resíduos da construção civil, assim como os procedimentos sobre os serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos está detalhado no Plano Municipal de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos.

Ressalta-se ainda que, é de extrema importância a inclusão social dos atuais catadores de resíduos do lixão municipal, visto que em aterro sanitário não é permitida a presença de catadores. Desta forma, tanto a sociedade, quanto os catadores devem ser envolvidos no processo de remodelação da gestão dos resíduos sólidos desde a sua concepção.

Para a concepção dos cenários foram consideradas as hipóteses a seguir:

Tabela 31 – Variáveis e hipóteses dos serviços de manejo dos resíduos sólidos

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de cobertura da coleta convencional	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de cobertura da coleta seletiva	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---[6]
Índice de adesão à coleta seletiva	Manutenção do índice conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de adesão	
Índice de recuperação de recicláveis	Manutenção do índice recuperação conforme o último	Elevação do índice de recuperação de recicláveis	

[5] Estão incluídos resíduos de varrição, capina, jardinagem pública, limpeza do sistema de drenagem, coleta seletiva, poda e corte de árvores.

[6] Visto que o índice atual é 0%, não há que se falar em redução.

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	ano base - 2013		
Geração per capta	Manutenção do índice per capta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice per capta	Redução do índice per capta
Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta	Manutenção do índice de destinação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de destinação dos resíduos	Redução do índice de destinação dos resíduos

A seguir serão apresentados os cenários idealizados para o serviço de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos.

6.3.3.1 **Cenário 1**

Neste cenário haverá um aumento do índice per capta, possivelmente devido a um aumento da renda populacional, provocando um incremento no consumo, e consequentemente, um aumento do volume de resíduos. O índice de cobertura também irá aumentar ao longo do horizonte de planejamento. Os índices relacionados à coleta seletiva e recicláveis serão mantidos. O índice de resíduos destinados de forma correta também será o mesmo.

O quadro a seguir ilustra as características desse cenário:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de cobertura da coleta convencional	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de cobertura da coleta seletiva	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Manutenção do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---[7]
Índice de adesão à coleta seletiva	Manutenção do índice conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de adesão	
Índice de recuperação de recicláveis	Manutenção do índice recuperação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de recuperação de recicláveis	
Geração per capta	Manutenção do índice per capta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice per capta	Redução do índice per capta
Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta	Manutenção do índice de destinação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de destinação dos resíduos	Redução do índice de destinação dos resíduos

[7] Visto que o índice atual é 0%, não há que se falar em redução:

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de cobertura da coleta convencional:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	92,95	96,0	100,0	100,0

- ✓ Geração per capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Per capta kg/hab./dia	1,0188	1,3	1,5	2,0

Ao se analisar os dados obtidos, verifica-se que não houve qualquer alteração quanto ao sistema de coleta atual ao longo do horizonte de planejamento, os valores das massas de resíduos coletados e destinados ao lixão são os mesmos. O crescimento da geração se dá pelo crescimento do índice de atendimento da coleta convencional, que passou de 92,95% a 100%, do crescimento populacional e da geração per capta. Este cenário, além de ser irreal, visto que o sistema atual está totalmente fora das previsões legais, é também um cenário pessimista, levando em consideração o aumento do consumo per capta, visto que a tendência mundial é a conscientização da população quanto a não geração dos resíduos, haja visto, que a sociedade deverá adequar seus hábitos para almejar uma sociedade melhor para todos.

6.3.3.2 Cenário 2

Neste cenário será considerada a manutenção do índice per capta. Para tanto, programas de conscientização da população quanto a não geração de resíduos deverá ser realizada para que não haja aumento deste índice. O índice de cobertura também irá aumentar ao longo do horizonte de planejamento, visando a universalização dos serviços. Portanto. Os índices relacionados à coleta seletiva também serão elevados gradativamente ao longo do horizonte de planejamento. O índice de resíduos destinados de forma correta também será elevado, indicando que o município irá realizar investimentos em infraestrutura ou exportação dos resíduos para área ambientalmente adequada, conforme já acontece para os resíduos de saúde.

O quadro a seguir ilustra as características desse cenário:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de cobertura da coleta convencional	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de cobertura da coleta seletiva	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---[8]
Índice de adesão à coleta seletiva	Manutenção do índice conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de adesão	
Índice de recuperação de recicláveis	Manutenção do índice recuperação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de recuperação de recicláveis	
Geração per capta	Manutenção do índice per capta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice per capta	Redução do índice per capta
Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta	Manutenção do índice de destinação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de destinação dos resíduos	Redução do índice de destinação dos resíduos

2

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de cobertura da coleta convencional:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	92,95	96,0	100,0	100,0

- ✓ Geração per capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Per capta kg/hab./dia	1,0188	1,0188	1,0188	1,0188

- ✓ Índice de cobertura da coleta seletiva:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	0	20	50	100,0

- ✓ Índice de adesão à coleta seletiva:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo

[8] Visto que o índice atual é 0%, não há que se falar em redução.

Ano	2014	2018	2022	2033
% adesão	0	20	50	80

✓ Índice de recuperação de recicláveis:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% recuperação	0	15	50	80

Para este índice a previsão é que:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Índice de destinação correta[9]	1	5	5	5

Portanto, entende-se que a curto prazo todos os resíduos deverão ser encaminhados de forma ambientalmente correta. Caso o município realmente mantenha o planejamento atual, o encaminhamento deverá ser realizado da seguinte forma:

Tabela 32 – Grupos de resíduos sob responsabilidade da administração pública e sua destinação

Item	Tipo de Resíduo	Responsabilidade pela destinação	Destinação
1	Domiciliar[10]	Administração Pública	Aterro Sanitário
2	Saúde	Administração Pública	Terceirização da coleta, transporte e destinação
3	Construção Civil	Pequeno gerador: Administração Pública	Aterro de Resíduos da Construção Civil
4	Volumosos	Administração Pública	Unidade de triagem/ Aterro de Resíduos da Construção Civil/ Aterro Sanitário
5	Lodos de ETA's e ETE's	Administração Pública	Aterro Sanitário

Desta forma, o município deverá nos primeiros anos investir recursos em projetos para a implantação do aterro sanitário, assim como regularizar a área e o funcionamento do aterro de resíduos da construção civil (Bairro Manoel Nunes)

Quanto a unidade de triagem a mesma deverá ser realiza também nos primeiros anos, até porque, será a unidade que irá receber já em 2016 um montante de resíduos da coleta seletiva.

Este é o cenário mais próximo da realidade de Patrocínio, visto o interesse da administração pública em realizar investimentos, e devido também ao interesse da sociedade como um todo em participar dos programas.

[9] Conforme dito este índice varia de 0 a 5 visto que são 5 os grupos de resíduos sob responsabilidade da administração pública.

[10] Estão incluídos resíduos de varrição, capina, jardinagem pública, limpeza do sistema de drenagem, coleta seletiva, poda e corte de árvores.

6.3.3.3 Cenário 3

Este será o cenário mais perfeito possível, onde todos os índices de prestação de serviços serão elevados, assim como os índices de adesão, recuperação de resíduos e o índice de destinação ambientalmente correta. Somente o consumo per capta terá o percentual reduzido.

O quadro a seguir ilustra as características desse cenário:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Índice de cobertura da coleta convencional	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---
Índice de cobertura da coleta seletiva	Manutenção do índice de coleta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice coleta até a universalização dos serviços (100%)	---[11]
Índice de adesão à coleta seletiva	Manutenção do índice conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de adesão	
Índice de recuperação de recicláveis	Manutenção do índice recuperação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de recuperação de recicláveis	
Geração per capta	Manutenção do índice per capta conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice per capta	Redução do índice per capta
Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta	Manutenção do índice de destinação conforme o último ano base - 2013	Elevação do índice de destinação dos resíduos	Redução do índice de destinação dos resíduos

3

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Índice de cobertura da coleta convencional:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	92,95	96,0	100,0	100,0

[11] Visto que o índice atual é 0%, não há que se falar em redução.

✓ Geração per capta:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Per capta kg/hab./dia	1,0188	1,0	0,80	0,60

✓ Índice de cobertura da coleta seletiva:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	0	20	50	100,0

✓ Índice de adesão à coleta seletiva:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% adesão	0	20	50	80

✓ Índice de recuperação de recicláveis:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% recuperação	0	15	50	80

Da mesma forma que para o cenário 2, no cenário 3 haverá o mesmo comportamento em relação ao índice destinação correta dos resíduos.

Desta forma, o município deverá nos primeiros anos investir recursos em projetos para a implantação do aterro sanitário, assim como regularizar a área e o funcionamento do aterro de resíduos da construção civil (Bairro Manoel Nunes)

Quanto a unidade de triagem a mesma deverá ser realiza também nos primeiros anos, até porque, será a unidade que irá receber já em 2016 um montante de resíduos da coleta seletiva.

Outra ação importante a ser realizada de imediato e ao longo de todo o horizonte de planejamento é o trabalho de conscientização da população quanto aos novos serviços a serem prestados, buscando a maior adesão possível no programa de coleta seletiva, assim como fornecer subsídio e informações à população quanto a forma correta de separação dos resíduos para as duas formas de coleta a serem realizadas. Além disto, neste cenário a massificação da informação quanto a não geração de resíduos deverá ser grande, isto para se atingir a redução do consumo per capta previsto.

Este é o cenário é o cenário ideal. Mesmo havendo crescimento populacional, devido à redução do da geração per capta, após um crescimento nos primeiros anos, a

massa de resíduos a médio e longo prazo só diminui, o que aumenta a vida útil de um aterro sanitário, ou diminui a área necessária para a implantação do mesmo.

Só que esta realidade é mais improvável de ser alcançada, visto que dependerá muito mais da mudança de hábito da sociedade como um todo, do que da própria administração pública.

6.3.3.4 Análise comparativa dos Cenários das demandas para o Serviço de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos

A comparação dos 3 cenários apresentados, assim como para o componente abastecimento de água e esgotamento sanitário, tem o objetivo de apresentar o reflexo das diferentes variáveis e hipóteses estabelecidas para o horizonte de planejamento, analisando as demandas futuras do sistema de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos com os objetivos esperados pela administração pública e pela população do município para os próximos anos.

O cenário 1 é bastante pessimista e final do plano não atenderia o objetivo principal do marco regulatório do saneamento básico, a universalização da prestação dos serviços. O componente em questão engloba a execução de serviços de limpeza urbana, como capina, varrição e jardinagem de áreas públicas, como também o transporte e a destinação ambientalmente adequada destes e de outros resíduos, tais como: resíduos domiciliares, resíduos volumosos, resíduos de saúde de estabelecimentos públicos e resíduos domiciliares. Desta forma, não basta apenar executar parte dos serviços, como por exemplo a coleta convencional, varrição e capina, há que se falar também na destinação correta destes resíduos.

Já nos cenários 2 e 3 este objetivo é atendido ao longo do horizonte de planejamento do plano, sendo que no cenário 3, a geração per capta reduz quase que pela metade ao longo do plano.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários:

Tabela 33 - Resumo das variáveis conforme os cenários

Variável	Geração Per Capta	Índice de atendimento coleta convencional	Índice de atendimento coleta seletiva	Índice de adesão à coleta seletiva	Índice de recuperação de recicláveis
Cenário 1	Elevação	Elevação	Manutenção	Manutenção	Manutenção
Cenário 2	Manutenção	Elevação	Elevação	Elevação	Elevação
Cenário 3	Redução	Elevação	Elevação	Elevação	Elevação

Tabela 34 – Resumo quantitativo das variáveis conforme os cenários

Variável	Ano	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Geração Per Capta	2014	1,0188	1,0188	1,0188
	2018	1,3	1,0188	1,0
	2022	1,5	1,0188	0,8
	2027	1,7	1,0188	0,7
	2033	2,0	1,0188	0,6
Índice de atendimento da coleta convencional	2014	92,95	92,95	92,95
	2018	96,0	96,0	96,0
	2022	100,00	100,00	100,00
	2027	100,00	100,00	100,00
	2033	100,00	100,00	100,00
Índice de atendimento da coleta seletiva	2014	0,0	0,0	0,0
	2018	0,0	20,0	20,0
	2022	0,0	50,0	50,0
	2027	0,0	70,0	70,0
	2033	0,0	100,0	100,0
Índice de adesão à coleta seletiva	2014	0,0	0,0	0,0
	2018	0,0	20,0	20,0
	2022	0,0	50,0	50,0
	2027	0,0	65,0	65,0
	2033	0,0	80,0	80,0
Índice de recuperação de recicláveis	2014	0,0	0,0	0,0
	2018	0,0	20,0	20,0
	2022	0,0	50,0	50,0
	2027	0,0	65,0	65,0
	2033	0,0	80,0	80,0

Abaixo serão apresentadas informações quanto ao que se espera para cada uma das variáveis conforme anseio da população, realidade da administração pública e previsões da Lei da Saneamento básico.

O gráfico abaixo demonstra as possíveis variações da massa de resíduos gerada quando não há coleta seletiva, e conforme o índice de atendimento da coleta convencional ao longo do horizonte de planejamento conforme os cenários estudados.

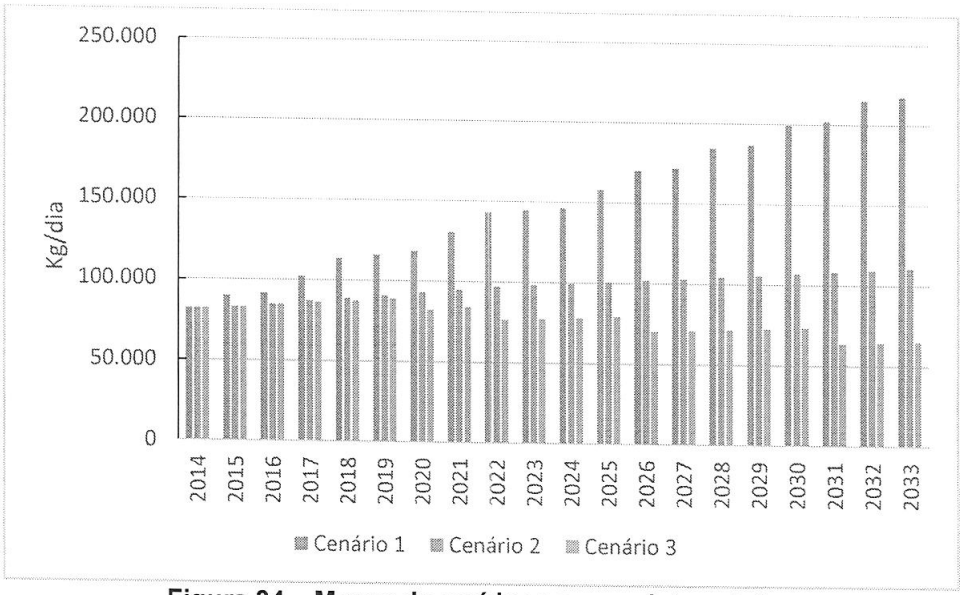


Figura 34 – Massa de resíduos sem coleta seletiva

O gráfico acima demonstra para os cenários 1 e 2 um crescimento do volume de geração. Somente no cenário 3 haverá decréscimo desta geração, mesmo com o crescimento populacional. Este fato se dá devido ao decréscimo do consumo per capta.

Mesmo havendo crescimento da massa no cenário 2, este crescimento não é tão significativo quanto o cenário 1. Com a implantação da coleta seletiva o valor de geração do cenário 2 se igualaria ao cenário 3 apresentado sem a coleta seletiva.

O próximo gráfico apresenta a massa de resíduos destinada à disposição final com a coleta seletiva implementada, conforme exposto em cada cenário estudado.

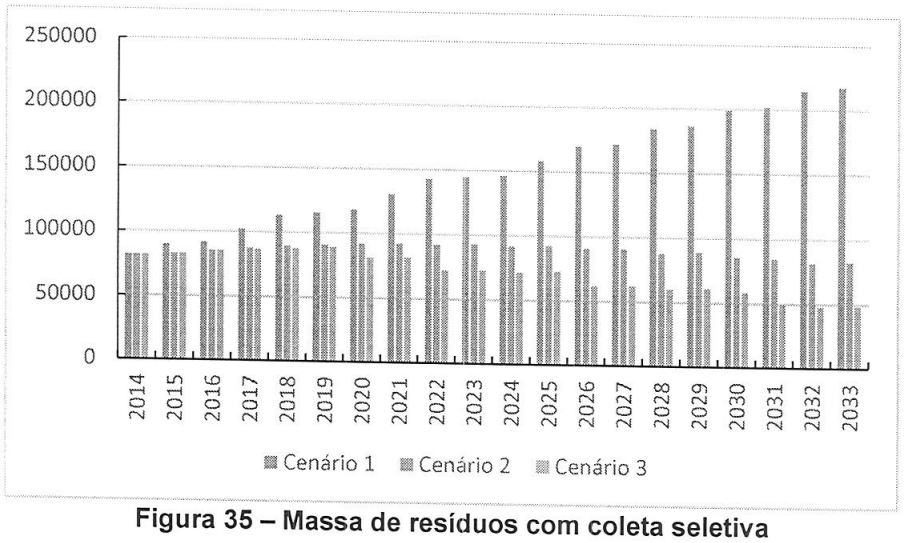


Figura 35 – Massa de resíduos com coleta seletiva

Este gráfico ilustra bem a importância da implantação da coleta seletiva, não somente no que diz respeito a atendimento às previsões legais, mas em relação a encaminhamento de massa de resíduos para a destinação final. Verifica-se que no cenário 1, como não há a coleta seletiva, o crescimento da massa de resíduos encaminhado para destinação final é sempre crescente, e se comparando a massa deste cenário com a massa do cenário 3 ao final do horizonte de planejamento, os valores são mais que o triplo. Em se comparando ao cenário 2, o valor é mais que o dobro.

Portanto, um dos grandes investimentos que a administração pública deverá realizar ao longo do horizonte de planejamento no que diz respeito a limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos está relacionado a conscientização e educação ambiental da população.

Conforme já exposto, o cenário 2 é o cenário definido como mais adequado a plausível. Nele, mesmo não havendo a diminuição do índice de geração per capta

haverá, devido a implementação da coleta seletiva, um decréscimo da massa de resíduos ao longo do horizonte de planejamento.

Um instrumento que deverá ser utilizado também para que atingir estes objetivos estabelecidos no cenário 2, é o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos, que diferentemente dos demais componentes do Saneamento Básico, já estará pronto e disponível à população juntamente com o PMSB.

Este plano deverá ser um instrumento de Gestão Municipal, que trará regras e procedimentos relativos à geração, acondicionamento, responsabilidades de destinação e tratamento de resíduos sólidos em Patrocínio.

Portanto, conforme exposto e pelos motivos expostos o cenário 2 será o cenário a ser atingido e desenvolvido pela administração pública ao longo do horizonte de planejamento.

6.3.3.5 **Conclusão**

O componente limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, diferentemente dos demais componentes terá, já ao final do PMSB um instrumento de gestão disponível para aplicação junto a sociedade – O Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos. Este instrumento está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado em 2010, onde prevê diversas obrigações para todos os envolvidos no setor de geração e destinação de resíduos, ou seja, toda a sociedade.

Com este instrumento a administração pública deverá promover a sua divulgação, já que nele estarão previstas diversas ações e responsabilidades para diversos setores da sociedade. Com este instrumento em mãos a administração pública poderá redimensionar todo o sistema de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, a fim de melhorar e universalizar os serviços prestados, conforme prevê a Lei de Saneamento Básico e este Plano Municipal de Saneamento Básico.

Em si tratando de importância, este foi o componente identificado no Produto 2 como sendo o mais crítico, ficando novamente identificado como um item que requer grande atenção da administração pública. Uma das razões desta classificação é quanto ao descumprimento da Lei Federal que estabeleceu prazo para a operação dos aterros sanitários, prazo este findado em agosto de 2014.

Posto isto, justifica-se a importância da implantação dos Programas, Projetos e Ações que serão melhor detalhados em capítulo posterior, em consonância com o cenário estabelecido e com os instrumentos de gestão que estão sendo finalizados.

6.3.4 INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

No Produto 2 do PMSB foram apresentadas as condições físicas e de gestão relacionadas ao componente em estudo. Em se tratamento de Gestão, este é o componente que menos gestão sobre ele o município exerce, isto porque não há programações específicas para o desenvolvimento destas atividades, assim como não há equipes específicas para realizar os serviços de manutenção, limpeza e melhoria dos sistemas de micro e macrodrenagem.

Diante desta fragilidade relacionadas a falta de informações específicas do componente, diferentemente da metodologia utilizada para os demais componentes, neste caso será utilizada um desenvolvimento teórico sobre os cenários.

Os indicadores adotados para este componente foram:

- ✓ Número de áreas de risco

Esta variável considera a quantidade de áreas avaliadas como risco de inundação e alagamentos no Produto 2 do PMSB, visto que não existe nenhum estudo mais preciso no município relacionando as áreas de risco. O mesmo deverá ser detalhado no Plano Diretor de Drenagem. De acordo com o diagnóstico deste componente foram identificadas 40 áreas de alagamento e/ou problemas na microdrenagem. Estes dados serão trabalhados como ponto de partida para a solução dos problemas.

- ✓ Índice de cobertura das vias públicas por microdrenagem

Trata-se do percentual de vias urbanas e das sedes urbanas dos distritos com sistemas de microdrenagem (sarjetas, bocas de lobo coletoras/grelhas, poços de visita e galerias de pequeno e médio porte) em relação ao número total de vias urbanas e das sedes urbanas dos distritos. Este índice permitirá avaliar o desenvolvimento do sistema de microdrenagem ao longo dos anos devido a implantação do sistema. Atualmente, esta é uma das informações mais deficitárias da administração pública.

- ✓ Índice de cobertura por macrodrenagem:

Trata-se da porcentagem de áreas cobertas por estruturas de macrodrenagem que coletam a água pluvial proveniente dos sistemas de microdrenagem. Geralmente

localizadas nos pontos de cota mais baixa, cuja estrutura pode se apresentar *in natura*, ou cujas margens e canal sofram melhorias ou mesmo canais que tenham sido retificados e canalizados.

Assim como para o índice anterior, não existe base de dados completa sobre este dado no município.

✓ Índice de impermeabilização de vias

Para esta variável está sendo considerado o percentual de vias pavimentadas partindo-se do pressuposto que há 78,09% de impermeabilização nas áreas urbanas do Município e, considerando-se o alcance de 100% a longo prazo. Este índice foi mensurado de acordo com a prestação dos serviços de varrição de vias, que somente são realizadas em vias pavimentadas. Portanto, visto que a varrição abrange cerca de 78,09% da população, estipulou-se que o mesmo percentual de vias é pavimentado/ impermeabilizado. (2013)

✓ Índice mínima de permeabilidade de lotes

De acordo com a Lei de Uso e ocupação do solo de Patrocínio, a taxa de permeabilidade é definida de acordo com cada zona do município, a saber:

Tabela 35 – Zonas Urbanas e taxa de permeabilidade

Zonas[12][13]	Taxa mínima de permeabilidade TP (%)
ZR	20%
ZCS	20%
ZM	20%
ZI	30%
ZIHC	40%
ZPV	70%
ZCU	40%

Sendo assim, como exemplo, significa que em uma zona residencial no mínimo 20% da área total do lote deverá permanecer sem qualquer tipo de impermeabilização, permitindo assim a infiltração das águas de chuva.

A partir da definição das variáveis serão apresentadas a seguir as possíveis hipóteses para a construção dos cenários.

[12] ZR: Zona Residencial, ZCS: Zona comercial e de serviço, ZM: Zona mista, ZI: Zona Industrial, ZIHC: Zona de interesse histórico e cultural, ZPV: Zona de preservação verde, ZCU: Zona de contenção urbana.

[13] No caso das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social os parâmetros urbanísticos serão definidos em lei específica.

Tabela 36 - Hipóteses

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2
Número de áreas de risco	Manutenção e/ou aumento do número de áreas	Diminuição do número de áreas
Índice de cobertura das vias por microdrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de cobertura por macrodrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de impermeabilização das vias	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de permeabilidade	Manutenção da do índice	Aumento da taxa

A seguir serão apresentados os estudos de cenários.

6.3.4.1 Cenário 1

Neste cenário todos os índices atuais serão mantidos, caracterizando um cenário pessimista, sem qualquer investimento público visando a melhoria na prestação dos sérvios públicos do componente. Posto isto, poderá ainda haver o aumento do número de áreas de risco, visto que o município está em pleno crescimento, e mesmo que os projetos de novos empreendimentos tenham que ser aprovados junto à administração pública, é sabido que intervenções irregulares são possíveis de ocorrer, até mesmo porque, existe ainda fragilidade quanto a fiscalização de obras e intervenções no município.

O quadro a seguir ilustra as características desse cenário:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2
Número de áreas de risco	Manutenção e/ou aumento do número de áreas	Diminuição do número de áreas
Índice de cobertura das vias por microdrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de cobertura por macrodrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de impermeabilização das vias	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de permeabilidade	Manutenção da do índice	Aumento da taxa

1

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Número de áreas de risco:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Número de áreas	40	40	50	60

- ✓ Índice de cobertura das vias por microdrenagem:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014[14]	2018	2022	2033
% cobertura	60	60	60	60

- ✓ Índice de cobertura por macrodrenagem:

	Curto Prazo[15]	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	50	50	50	50

- ✓ Índice de impermeabilização de vias:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	78,09	78,09	78,09	78,09

- ✓ Índice de permeabilidade[16]:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% permeabilidade	20%	20%	20%	20%

Este é o cenário é um cenário pessimista e irreal, visto que o município já apresenta iniciativas e projetos em desenvolvimento neste componente. Diferentemente dos demais componentes, assim como já informado no produto 2, o desenvolvimento dos índices deste componente não está diretamente relacionado ao crescimento populacional. O componente está relacionado a outros fatores que para os demais componentes não foram importantes.

Isto indica que para se realizar uma gestão deste componente, serão necessários também profissionais específicos, com formação específica na área de drenagem, visto que até mesmo os índices para monitoramento e desenvolvimento de projeto não são os mesmos dos demais componentes. Uma gestão compartilhada e integrada aos

[14] Valor estimado devido à falta de informações detalhadas

[15] Valor estimado devido à falta de informações detalhadas

[16] Será baseado no índice da zona residencial e mista – 20%

demais componentes é necessária, desde que as equipes do processo sejam formadas por profissionais especializados.

6.3.4.2 Cenário 2

Para o cenário 2 serão propostos investimentos no setor, o que irá alterar os índices. O número de áreas de risco irá diminuir devido a projetos e investimentos em infraestrutura identificados pelo Plano Diretor de Drenagem. O número inicial se manterá o mesmo até que seja realizado o Plano Diretor. Espera-se que este estudo apresente novas áreas, que deverão, ao longo do horizonte de planejamento ser eliminadas.

O índice de cobertura de vias com microdrenagem deverá aumentar para que toda a malhar urbana seja atendida pelo sistema, sendo esta uma das maneiras de conduzir os volumes de água e eliminar possíveis áreas de alagamento. O mesmo será considerado para o índice de atendimento da macrodrenagem.

O Índice de impermeabilização das vias será aumentado, visto que é uma tendência das administrações públicas brasileiras o uso de asfalto como melhor alternativa de pavimentação, não sendo mais utilizados outras formas que possibilitavam um índice de infiltração.

Quanto ao índice de permeabilidade, visto que o menor índice da lei atual é de 20%, será mantido. Há que se garantir, quando da aprovação dos projetos urbanísticos, que este percentual mínimo seja mesmo respeitado, fiscalizando e aplicando as penalidades da lei caso contrário.

O quadro a seguir ilustra as características desse cenário:

Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2
Número de áreas de risco	Manutenção e/ou aumento do número de áreas	Diminuição do número de áreas
Índice de cobertura das vias por microdrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de cobertura por macrodrenagem	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de impermeabilização das vias	Manutenção da do índice	Aumento do índice
Índice de permeabilidade	Manutenção da do índice	Aumento da taxa

2

As metas estabelecidas para este cenário e que levam em consideração as variáveis no horizonte de planejamento do PMSB, são:

- ✓ Número de áreas de risco:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
Número de áreas	40	50	20	0

- ✓ Índice de cobertura das vias por microdrenagem:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014[17]	2018	2022	2033
% cobertura	60	70	80	100

- ✓ Índice de cobertura por macrodrenagem:

	Curto Prazo[18]	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	50	60	80	100

- ✓ Índice de impermeabilização de vias:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% cobertura	78,09	80	90	100

- ✓ Índice de permeabilidade[19]:

	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Ano	2014	2018	2022	2033
% permeabilidade	20%	20%	20%	20%

Este é o cenário mais apropriado para os interesses da administração pública, que também vão ao encontro do interesse da população. É também um cenário que requer grande investimento de recursos financeiros ao longo do horizonte de planejamento. Não somente pelo volume da demanda de infraestrutura, mas também pelos valores de mercado relacionados a ela, este é o componente do saneamento que demandará maior investimento de recursos financeiros ao longo de toda a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Quanto ao número de áreas de risco, verifica-se que haverá um incremento inicial. Este incremento provavelmente virá quando da elaboração do Plano Diretor de Drenagem, podendo ser ainda maior que o apresentado. De qualquer forma, a perspectiva para o cenário, é que ao final do plano não haja mais áreas de risco no

[17] Valor estimado devido à falta de informações detalhadas

[18] Valor estimado devido à falta de informações detalhadas

[19] Será baseado no índice da zona residencial e mista – 20%

município, que as intervenções, programas e projetos a serem realizados sejam suficientes ao ponto de finalizar estas áreas.

6.3.4.3 Análise comparativa dos Cenários das demandas para Drenagem Pública e Manejo das Águas Pluviais

O cenário 1 é bastante pessimista e final do plano não atenderia o objetivo principal do marco regulatório do saneamento básico, a universalização da prestação dos serviços. Mantendo este cenário 1 não haveria nenhuma mudança em relação a situação atual no município, sendo que esta falta de investimentos e gestão sobre o território, iria possibilitar o aumento de áreas de risco. Este aumento das áreas de risco, irá gerar para a administração pública problemas futuros, quanto a questões de segurança, sociais, ambientais, entre outros.

Já no cenário 2 estão previstas diversas alterações e investimentos no sistema de drenagem atual, chagando ao final do horizonte de planejamento a universalização dos serviços, com rede de micro e macrodrenagem abrangendo todo o município. Além disto, as áreas de riscos já existentes iriam ser resolvidas.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários:

Tabela 37 - Resumo das variáveis conforme os cenários

Variável	Índice de vias com microdrenagem	Índice de macrodrenagem	Nº de áreas de risco	Taxa de Permeabilidade	Índice de impermeabilização das vias
Cenário 1	Manutenção	Manutenção	Elevação	Manutenção	Manutenção
Cenário 2	Elevação	Elevação	Diminuição	Manutenção	Elevação

Tabela 38 – Resumo quantitativo das variáveis conforme os cenários

Variável	Ano	Cenário 1	Cenário 2
Índice de vias com microdrenagem	2014	60	60
	2018	60	70
	2022	60	80
	2027	60	85
	2033	60	100
Índice de macrodrenagem	2014	50	50
	2018	50	60
	2022	50	80
	2027	50	90
	2033	50	100
Nº de áreas de risco	2014	40	40
	2018	40	50
	2022	50	20
	2027	50	10
	2033	60	0
Taxa de Permeabilidade	2014	20	20
	2018	20	20

Variável	Ano	Cenário 1	Cenário 2
	2022	20	20
	2027	20	20
	2033	20	20
Índice de impermeabilização das vias	2014	78,09	78,09
	2018	78,09	80
	2022	78,09	90
	2027	78,09	100
	2033	78,09	100

Vale ressaltar que estes dados serão aplicados para as áreas urbanas (sede, distritos e povoados). Mas há também o sistema de drenagem das áreas rurais, que estão voltados para a drenagem em vias e estradas vicinais, uso e utilização dos solos, gestão e planejamento de bacias hidrográficas. Neste sentido, o município demanda de maior articulação junto aos órgãos e organizações gestoras de bacias e recursos hídricos, além de articulação com órgãos responsáveis pela orientação e gestão de empreendimentos agrossilvopastoris, visando sempre o uso de produtos conforme real necessidade, assim como a aplicação das melhores técnicas agrícolas. Isto evitará carreamento e perda de solo, podendo diminuir o volume de sedimentos para os cursos d'água.

Além disto, será necessária a implantação de programas educacionais também nestas localidades e com este público, levando informações relacionadas a preservação ambiental, áreas de preservação permanente, produção de água nas propriedades rurais, desmatamento, regularização ambiental entre outros.

6.3.4.4 Conclusão

Mediante dados apresentados nos itens acima verifica-se que o município demandará de grandes recursos financeiros para solucionar, ao longo do horizonte de planejamento do PMSB, os problemas do componente drenagem pública e manejo das águas pluviais.

Para tanto, a maior demanda é a elaboração do Plano Diretor de Drenagem, que será utilizado como instrumento de gestão e planejamento ao longo dos anos.

Portanto, este capítulo apresentou, para todos os componentes do saneamento básico, alguns cenários possíveis futuros. Conforme já dito anteriormente, o município é dinâmico, demandas surgem a cada dia, prioridades mudam a cada ano. Desta forma, é imprescindível que os Planos setoriais sejam utilizados como fomentador das leis orçamentárias, além de serem revistos sempre que necessário.

Desta forma, ficam aqui expostos os cenários possíveis, prováveis, positivos e negativos para o município, assim como ficam identificados os cenários mais plausíveis para serem seguidos e atingidos os objetivos e as metas.

6.4 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS 4 (QUATRO) EIXOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA ATENDIMENTO DAS CARÊNCIAS EXISTENTES

De forma geral o Município de Patrocínio conta com uma boa prestação na qualidade dos serviços de saneamento básico, em todos os seus componentes.

Existem problemas e oportunidades de melhorias que devem e serão trabalhadas para que todos os objetivos da Lei Federal 11.445/2007 sejam atendidos. Além disto, o município busca ampliação e melhoria na qualidade dos serviços já prestados, compatibilizando o crescimento econômico do município, a sustentabilidade ambiental, a prestação dos serviços e a equidade social.

O próximo item trará todos os pontos fortes, oportunidades, assim como pontos fracos e ameaças (análise SWOT), que resultarão em um detalhamento dos cenários gerais que necessitam de alguma intervenção para que atinjam uma situação ideal.

De qualquer forma, algumas alternativas podem ser adotadas de imediato pela Administração Pública para que a melhoria na qualidade dos serviços já seja percebida, tais como:

- ✓ Realização de reuniões periódicas entre todas as Secretarias de Governo para implementar sistema de Gestão Integrada entre as secretarias e dentro de cada secretaria, em busca da melhoria institucional da administração pública;
- ✓ Reuniões semestrais entre os responsáveis pelos serviços de saneamento básico do município, a fim de realizar planejamento integrado referente aos serviços prestados à população;
- ✓ Reuniões periódicas da equipe de planejamento dos serviços de limpeza pública para que os mesmos sejam realizados de forma integrada, visando a eficiência na prestação dos serviços, assim como a melhora no gasto de recursos públicos;
- ✓ Inclusão no planejamento da limpeza pública serviços vinculados ao sistema de drenagem do município, levando em consideração o ciclo hidrológico. A indicação é que os serviços sejam realizados antes do período de chuvas;

- ✓ Verificação de áreas para implantação do novo aterro sanitário;
- ✓ Buscar junto aos órgãos ambientais o Formulário de Orientação Básica Integrada – FOB para a implantação do Aterro Sanitário, assim como para processo de retificação de outorga do Córrego sem nome, afluente do Córrego das Bombas no que diz respeito à vazão captada estar além da outorgada;
- ✓ Buscar a regularização ambiental – outorga de todos os pontos de captação/poços das localidades rurais;
- ✓ Retirar os catadores que ainda estão no lixão e providenciar seu engajamento social.

6.4.1 DEFINIÇÃO DE ALTERNATIVAS

Para selecionar e priorizar, em um primeiro momento, as oportunidades de melhorias e sanar as deficiências identificadas em campo e levantadas nos encontros sociais, relativas ao saneamento básico, lançou-se mão da ferramenta denominada Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). Vale ressaltar, que este detalhamento dos cenários está em conformidade com os cenários identificados no item 6.2. Neste item específico, os mesmos foram detalhados conforme detalhamento das planilhas CDP's do produto 2, assim como da aplicação da análise SWOT.

Identificadas então, as oportunidades de melhorias, aplicou-se a matriz GUT. Por meio desta atribui-se pontos a cada um dos objetivos ou oportunidades de melhoria, proposto para os 4 componentes do saneamento, conforme os critérios elencados na tabela que segue:

Tabela 39 - Base da Matriz GUT

SITUAÇÃO ATUAL/CENÁRIO	G GRAVIDADE	U URGÊNCIA	T TENDÊNCIA	PRODUTO DOS PONTOS
				Curto Prazo
				Médio Prazo
				Longo Prazo

Para cada um dos problemas (cenário atual) relacionados na análise SWOT foi atribuída uma pontuação relacionada a gravidade do problema, à urgência em se solucionar este problema e a tendência de agravamento do problema caso nenhuma atitude seja tomada. A partir desta pontuação individual, foi então atribuída uma pontuação geral para cada problema (cenário atual), determinando assim, a temporalidade para que cada cenário seja solucionado. A tabela a seguir identifica as possibilidades de pontuações a serem estabelecidas para cada um dos parâmetros.

Tabela 40 - Descrição das possibilidades de classificação e respectiva pontuação - Matriz GUT

GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
Os prejuízos e dificuldades são extremamente graves **(5 pontos)**	É necessária uma ação imediata **(5 pontos)**	Se nada for feito haverá um grande e imediato agravamento dos problemas **(5 pontos)**
Os prejuízos e dificuldades são graves **(3 pontos)**	É necessária uma ação mais rápida possível **(3 pontos)**	Se nada for feito haverá um agravamento em médio prazo **(3 pontos)**
Os prejuízos e dificuldades não são graves **(1 ponto)**	Não há pressa para agir **(1 ponto)**	Se nada for feito, não haverá agravamento e a situação pode até melhorar **(1 ponto)**

A **Gravidade** atribuída ao cenário está relacionada a intensidade ou impacto que o problema poderá causar se não for solucionado. Tais danos podem ser avaliados quantitativa ou qualitativamente. Neste caso a pontuação variou entre 1 e 5 pontos, conforme tabela acima.

A **Urgência** atribuída ao cenário está relacionada a pressão do tempo que existe para resolver determinada situação. Leva em consideração basicamente o para se resolver um determinado problema. Pode se considerar como urgentes prazos definidos por lei, como por exemplo, a situação do aterro sanitário, que atualmente está em desacordo com a Lei Federal. Assim como a gravidade a pontuação variou entre 1 e 5.

A **Tendência** é analisada pelo padrão ou tendência de evolução da situação, podendo analisar o problema de acordo com o desenvolvimento que ele terá na ausência de uma ação efetiva para solucioná-lo. Representa o potencial de crescimento do problema, a probabilidade do problema se tornar maior com o passar do tempo. A pontuação foi a mesma dos anteriores.

Vale ressaltar, que esta metodologia identifica o anseio dos gestores públicos em solucionar os problemas, assim como o desejo da sociedade em melhorar a qualidade dos serviços prestados, mas não são levados em conta alguns fatores que seriam impeditivos para a sua realização, tais como: disponibilidade orçamentária e financeira, ou seja, não necessariamente, todos os objetivos e metas estabelecidas pela metodologia da Matriz GUT terão condições de serem executados na temporalidade prevista. Há que se garantir que os objetivos estabelecidos para cada um dos problemas, sejam sanados ao longo do horizonte de planejamento, adequando as metas estipuladas à realidade financeira/orçamentária do município.

Após a análise e atribuição de pontuação para cada um dos três atributos foi realizada a multiplicação dos mesmos. Outro atributo analisado foi quanto a tendência do problema ser sanado ao longo do tempo sem qualquer intervenção. Para atribuir valor a este atributo deve-se questionar: Caso nenhuma ação seja tomada, há a possibilidade do problema se resolver por si só? Além da resposta ser negativa, e se tratando de um instrumento de gestão, a falta de ação para este cenário trará consequências imediatas para todo o sistema de abastecimento público. Portanto, foi atribuída nota 5 – Se nada for feito haverá um grande e imediato agravamento dos problemas.

Multiplicadas as pontuações atribuídas foi verificado um valor de 125 pontos, atingindo a maior pontuação possível. Desta forma, significa que este problema necessita de intervenção a curto prazo.

A partir daí, verificou as pontuações possíveis, conforme a conjugação dos três atributos. A escala de variação possível e definida foi:

Tabela 41 - Valores atribuídos às metas

VALOR TOTAL	META
125	CP
75	CP
45	MP
27	MP
25	MP
15	MP
9	LP
3	LP
1	LP

Portanto, ao se analisar qual a influência de cada atributo levando em consideração o impacto do problema (gravidade) caso nada seja feito, a pressão relaciona ao tempo (urgência) para solucionar o problema, e ainda qual será a evolução (tendência) do problema se não houver ações, é a análise de possíveis cenários futuros, conforme anseio dos gestores e desejo da população. Após esta análise, foram estabelecidas as metas para que cada um dos problemas, sem se analisar neste momento, disponibilidade financeira, orçamentária, e outros recursos como mão de obra e equipamentos.

Com a pontuação levantada para cada cenário, ordenou-se a prioridade de realização de cada cenário/objetivo conforme Termo de Referência – TR como de Curto (1-4 anos), Médio (4-8 anos) ou Longo Prazo (8-20 anos), por meio de uma escala de cores conforme legenda que segue.

Curto Prazo (1-4 anos)	
Médio Prazo (4-8 anos)	
Longo Prazo (8-20 anos)	

O resultado da análise da matriz GUT, referente a cada componente dos serviços de saneamento básico com a definição do cenário futuro esperado e a meta para solução está estabelecida nos itens a seguir.

O cenário esperado, ou objetivo, é o que se espera para solucionar o problema identificado, conforme a meta estabelecida. Vale relembrar que o PMSB é um instrumento de gestão dinâmico, que deve ser revisto anualmente quando da elaboração da LDO- Lei de diretrizes orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, para que os objetivos a serem realizados no ano subsequente esteja dentro da programação da secretaria e/ou departamento responsável. Além disto, o mesmo deverá ser revisto também quanto ás prioridades, realizações e necessidades, sendo sugerida revisão geral no prazo de 4 anos.

6.5 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA - FINANCEIRA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS DOS OBJETIVOS, METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Nos itens anteriores foram levantados, baseado nos dados do Produto 2, quais os cenários atuais da situação do Saneamento Básico em Patrocínio. Para cada um destes cenários, foram vislumbradas possibilidades de cenários futuros, definidos através dos objetivos e metas a serem alcançados com o PMSB. Desta forma, verificou-se que vários cenários elencados estão diretamente relacionados a problemas de gestão e organização institucional, que deverão ser solucionados prioritariamente, a fim de que as metas estipuladas sejam alcançadas.

Tendo em vista estes cenários, este tópico analisará as viabilidades Técnicas, Sociais, Econômicas e Ambientais da instituição dos Programas, Projetos e Ações que serão detalhados no Produto 4.

6.5.1 ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS, OS OBJETIVOS, METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Em relação a viabilidade técnica do município em relação aos componentes do Saneamento Básico, verifica-se que o Município necessita de investimentos em pessoal, seja através de contratação, terceirização dos serviços ou realização de

concurso público, principalmente para os serviços relacionados a Drenagem Pública e Manejo dos Águas Pluviais.

Além disso, é de extrema importância que os gestores municipais sejam capacitados, para que possam realizar o melhor planejamento e gestão das atividades setoriais e das Políticas Públicas, visando sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantindo a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e a aumentando o nível de satisfação social.

Quanto à situação financeira, é impossível, com o orçamento atual, que o município consiga realizar todos os objetivos elencados com recurso próprio, dentro das metas estabelecidas. Desta forma, é imprescindível a busca de programas e recursos em outras instâncias, seja Federal ou Estadual, conforme alternativas indicadas neste Produto.

Conforme cenários identificados, o item Drenagem e Manejo das Águas Pluviais será o serviço que demandará maior volume financeiro, até porque demandará obras de infraestrutura para que os problemas de inundações e alagamentos sejam sanados. Atualmente, algumas verbas para esta finalidade foram solicitadas junto a entidades de crédito e obras estão sendo desenvolvidas.

6.6 CONCLUSÃO

Conforme dados apresentados neste estudo, assim como no Produto 2 - Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento de Patrocínio, verifica-se que diversas intervenções devem ser realizadas no âmbito do saneamento básico em Patrocínio.

Neste Prognóstico foram elencados conforme prioridade e urgência do município objetivos a serem cumpridos a curto, médio e longo prazo, conforme cenários estabelecidos no item 7. O Produto 4, irá identificar quais os Programas, Projetos e Ações, assim como seus respectivos custos (Média de valores). Desta forma, verifica-se ainda que nem sempre os maiores investimentos financeiros estejam diretamente ligados aos principais problemas. Há casos em que um bom planejamento é primordial para que haja efetivamente a intervenção através de obras, sendo que esta ação em média custa 10% do valor total da obra de engenharia estimada.

Portanto, independente do item do saneamento, um bom planejamento, utilizando as ferramentas de gestão (planos setoriais e diretores) e boa gestão do sistema são

primordiais para que o poder público municipal realize a aplicação do recurso público de forma a realmente atender os problemas e demandas da população.

Portanto, alguns itens identificados anteriormente como fraquezas no sistema geral da Administração Pública merecem destaque quanto ao seu grau de prioridade, até porque, tratam-se de ações voltadas ao Planejamento e Gestão Integradas, a saber:

- ✓ Desenvolvimento Institucional fragilizado;
- ✓ Falta de Planejamento Integrado;
- ✓ Falta de articulação Interna entre os setores e autarquia da Prefeitura.

Conjugando a Matriz GUT e a realidade orçamentária-financeira do município foi determinado para cada componente do saneamento uma meta para solução de cada problema, a saber:

Tabela 42 - Resumo da Aplicação da Matriz GUT

Item do Saneamento	MATRIZ GUT		
	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
Geral	3	0	0
Água	11	15	10
Esgoto	6	15	4
Resíduos Sólidos	25	7	2
Drenagem	14	13	4
Total	**59**	**50**	**20**

Dos 168 cenários, 129 necessitam de intervenções através de programas, projetos e/ou ações para que sejam implementados, melhorados ou mantidos. Importante ressaltar que estas ações são relacionadas aos problemas atuais. Quando da elaboração dos Planos Diretores os problemas poderão aumentar devido ao detalhamento que estes instrumentos irão trazer, principalmente no que diz respeito ao índice de atendimento da microdrenagem e a situação que o sistema apresenta.

Levando-se em consideração a disponibilidade orçamentária-financeira da administração pública, assim como a capacidade de endividamento, mão de obra e infraestrutura disponíveis, chegou-se, de forma geral, às seguintes metas:

- ✓ Abastecimento de água:

Variável	Ano	Cenário 2
Índice de Atendimento de água %	2014	99,14
	2018	100,00
	2022	100,00
	2027	100,00

Variável	Ano	Cenário 2
	2033	100,00
Consumo per capta – l/hab./dia	2014	136,00
	2018	136,00
	2022	136,00
	2027	136,00
	2033	136,00
Índice de perda de água no sistema %	2014	42,93
	2018	40,00
	2022	36,00
	2027	31,00
	2033	25,00

Sendo a Universalização do sistema sanado a curto prazo, lembrando que o instrumento de gestão será o Plano Diretor de Água. A meta estabelecida para o outro índice que sofrerá variação, índice de perdas no sistema, atingirá a meta a longo prazo, ao final do plano, mas desde os primeiros anos (curto prazo) já haverá intervenções para melhoria do mesmo.

Portanto, os itens apontados na matriz GUT deverão estar de acordo com esta caracterização geral, visto que todos os itens levantados no produto 2, tanto pela sociedade, quanto pela equipe técnica da DIEFRA Engenharia e Consultoria LTDA. estão relacionados com o cenário acima.

- ✓ Esgotamento Sanitário:

Variável	Ano	Cenário 1
Índice de Atendimento de esgotamento sanitário – cobertura de rede %	2014	88
	2018	90
	2022	95
	2027	97
	2033	100
Índice de tratamento do esgoto coletado %	2014	85,32
	2018	87
	2022	95
	2027	97
	2033	100

Para o componente esgotamento sanitário terão alterações nos dois índices definidos, sendo que já a curto prazo os mesmos deverão sofrer intervenções para atender às metas estipuladas. Vale ressaltar também que para este componente a elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário é fundamental, principalmente no que diz respeito a disponibilização do sistema nas áreas ainda não atendidas.

- ✓ Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos:

Variável	Ano	Cenário 2
Geração Per Capta	2014	1,0188
	2018	1,0188

Variável	Ano	Cenário 2
	2022	1,0188
	2027	1,0188
	2033	1,0188
Índice de atendimento da coleta convencional	2014	92,95
	2018	96,0
	2022	100,00
	2027	100,00
	2033	100,00
Índice de atendimento da coleta seletiva	2014	0,0
	2018	20,0
	2022	50,0
	2027	70,0
	2033	100,0
Índice de adesão à coleta seletiva	2014	0,0
	2018	20,0
	2022	50,0
	2027	65,0
	2033	80,0
Índice de recuperação de recicláveis	2014	0,0
	2018	20,0
	2022	50,0
	2027	65,0
	2033	80,0

Para este componente foram estabelecidas 5 variáveis, sendo que uma delas, não há previsão de alteração no cenário escolhido. Para os demais, o Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, a ser entregue juntamente com o Produto 6 deste PMSB, será o instrumento de gestão a ser utilizado pela administração pública para atingir as metas.

Já no período de curto prazo há previsões de investimento para que as metas sejam cumpridas, inclusive quanto à disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares conforme exposto no documento.

- ✓ Drenagem Pública e Manejo das Águas Pluviais:

Variável	Ano	Cenário 2
Índice de vias com microdrenagem	2014	60
	2018	70
	2022	80
	2027	85
	2033	100
Índice de macrodrenagem	2014	50
	2018	60
	2022	80
	2027	90
	2033	100
Nº de áreas de risco	2014	40
	2018	50
	2022	20
	2027	10
	2033	0
Taxa de	2014	20

Variável	Ano	Cenário 2
Permeabilidade	2018	20
	2022	20
	2027	20
	2033	20
Índice de impermeabilização das vias	2014	78,09
	2018	80
	2022	90
	2027	100
	2033	100

Devido à falta de informações detalhadas do sistema existente, este item é o que mais demanda de um sistema de gestão eficiente, para que se possa planejar as ações do futuro, e atingir as metas previstas. Para tanto, a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Pluvial é essencial para o desenvolvimento da gestão e posterior atendimento às metas estabelecidas para as 5 variáveis propostas.

Portanto, conforme apresentado, os cenários propostos para cada componente, em conformidade com o deseja da administração pública e anseio da sociedade, deverão atender a todos as demandas de cenário futuro previstas na Matriz GUT, mas levando em consideração o horizonte de planejamento estabelecido nos cenários escolhidos.

O próximo produto do PMSB – *Definições das Ações de Emergência e Contingência* trará em maiores detalhes a previsão de investimentos para cada um dos objetivos apresentados, assim como fontes de financiamento para os mesmos e ainda quais os programas, projetos e/ou ações que poderão ser utilizados em cada cenário levantado.

Destaca-se que um mesmo Programa, Projeto e/ou Ação poderá sanar diversos problemas diferentes, inclusive para componente do saneamento distinto. Este é o caso do Programa de Educação Sócio Ambiental, que tem por objetivo básico conscientizar a população em geral, o setor industrial, comercial, agropecuário, entre outros, da importância e responsabilidades que cada um exerce na sociedade. Traz ainda os meios legais que orientam a sociedade, detalhando quais os direitos e deveres da sociedade civil, do poder público, dos setores da indústria, comércio, agropecuário e demais organizações na sociedade.

Ações relacionadas a Planejamento e Gestão, que não demandem recursos financeiros externos devem ser realizadas com maior brevidade, envolvendo diversos setores da Administração Pública, de forma a realizar um Planejamento consistente e factível com a realidade do Município, mesmo porque, não adianta possuir projetos se não foram previstos, por exemplo, dotação orçamentária e recurso financeiro para execução do mesmo.

Por isto, quanto mais elaboradas as atividades de gestão e planejamento, melhores serão os resultados obtidos a partir daí. O Produto 4 do PMSB trará em detalhes todos os Programas, Projetos e Ações a serem desenvolvidos a fim de sanar os problemas levantados nos Produtos 2 e 3 do PMSB.

O Diagnóstico do PMSB – Produto 2 apontou também um quadro resumo dos indicadores e sua situação, a saber:

Tabela 43 - Principais indicadores do Diagnóstico

Índices	Valores
Planejamento Integrado	Deficiente
Articulação Interna	Deficiente
Déficit Habitacional Quantitativo	4.766
Déficit Habitacional Qualitativo	1.611
Fluxo Migratório	Existente, mas tende a diminuir[20]
Mecanismos Institucionais	Arcabouço de Leis Antigo[21]
Serviços de Abastecimento de Água	Satisfatório
Serviço de Esgotamento Sanitário	Satisfatório
Serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos	Muito Crítico
Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais	Crítico

Esta tabela indica os principais eixos a serem tratados pela Administração Municipal, sendo que o PMSB irá tratar principalmente os indicadores relacionados ao Saneamento Básico. Os Déficits Habitacionais constatados no estudo geram uma demanda voltada para a atualização da ferramenta de Gestão denominada Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Patrocínio – PLHIS. Quanto ao fluxo migratório e diminuição do crescimento populacional a Administração Pública deverá verificar junto aos setores responsáveis Programas de Crescimento e Diversificação Econômica para o Município, a fim de aumentar a oferta vagas de emprego e criar oportunidades de trabalho.

Quanto aos valores identificados para os componentes do saneamento básico "abastecimento de água e esgotamento sanitário", mesmo estando classificado como satisfatório, não significa que os mesmos não necessitem de intervenções, inclusive a curto prazo. A classificação dos indicadores de saneamento foi baseada na metodologia de comparação, ou seja, o componente Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos em comparação aos demais componentes, é o que está em situação mais crítica, isto mediante todo o diagnóstico da prestação dos serviços já

[20] Levando-se em consideração a atual situação de empresas e indústrias do município.

[21] Exceto o novo Plano Diretor aprovado em dezembro de 2014.

apresentados. Desta forma, conclui-se que todos os itens do saneamento básico necessitam de intervenções para promover a melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos no Município, e estas intervenções serão apresentadas no Produto 4 através do detalhamento dos Programas, Projetos e Ações, inclusive com indicação dos responsáveis pelos mesmos, quantificação financeira (dimensionamentos dos investimentos necessários) e possíveis fontes destes recursos, além dos prazos para a execução de cada um.

7 PRODUTO 4 – CONCEPÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ALCANÇÁ-LOS; AS AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

O desenvolvimento dos Programas, Projetos e Ações – PPA, para a organização ou adequação da estrutura municipal, seguido da elaboração do Plano de Execução (Planejamento Estratégico), visam direcionar o caminho para alcançar a melhoria e a equidade da prestação da cobertura pelos serviços dos quatro componentes do saneamento básico.

Neste capítulo serão elencados todos os Programas, Projetos e Ações a serem instituídos para solucionar os problemas e melhorias propostas nos capítulos anteriores (produtos do PMSB). Além disto, ações emergenciais e contingenciais foram propostas para serem executadas em momentos críticos. Em relação a estas ações, foi elaborado o Plano de Emergência e Contingência, documento onde estão definidos os cenários de emergências e contingências, suas ações e as responsabilidades estabelecidas para atendê-las, bem como as informações detalhadas sobre as características da área, pessoal e recursos envolvidos.

O Plano de Emergência e Contingência é um documento onde estão definidos os cenários de emergências e contingências, suas ações e as responsabilidades estabelecidas para atendê-las, bem como, as informações detalhadas sobre as características da área, pessoal e recursos envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de capacitar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas imediatas de controle e combate às ocorrências anormais.

Situações advindas de intemperismos, como elevados índices pluviométricos ou períodos de seca intensa, levam à tomada de decisões como o racionamento de água. Desta forma, o Plano de Emergência e Contingência está detalhado no Produto 4 do PMSB.

Os Programas, Projeto e Ações necessárias para atingir os objetivos e metas devem ser compatíveis com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento e avaliação e de integração entre si e com outros programas e projetos de setores afins.

Desta forma foram concebidos no Produto 4 deste PMSB diversos Programas, Projetos e Ações visando sanar os problemas identificados ao longo do Produto 2, assim como levando em consideração os objetivos e metas estabelecidos (para cada problema) no Produto 3. A partir daí foi elaborado um Planejamento Estratégico – Plano de Execução para o horizonte de 20 anos do PMS. Este planejamento será apresentado mais a frente. Antes serão detalhados os Programas, Projetos e Ações sugeridas no Produto 3 e 4 e aprovadas na 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico.

O Relatório dos Programas, Projetos e Ações - PPA's, indiscutivelmente, trata-se da criação dos programas municipais para alcançar os objetivos que foram definidos na prospectiva e, deverão atingir as metas propostas no horizonte dos 20 anos, na atuação para as ações definidas, conforme os problemas identificados no Produto 2 - Diagnóstico e os Objetivos e Metas definidos no Prognóstico - Produto 3, para a promoção da melhoria da saúde, qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, através da melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico. O objetivo principal é a melhoria na prestação e das condições dos serviços de saneamento básico nos quatro componentes, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial, tendo como referência o que preconiza a Lei Federal nº. 11.445/07.

Os Programas, Projetos e Ações necessários para atingir os objetivos e as metas, foram estabelecidos considerando os resultados dos estudos dos Diagnósticos e Prognósticos do referido plano, e hierarquizados para o alcance de tempo curto, médio e longo prazo. Nas ações deste capítulo (Produto 4) estão elencadas alternativas que visam à solução dos problemas (cenários atuais) diagnosticados, visando atingir os objetivos e metas estabelecidos no PMSB.

Em relação aos resultados a partir do estabelecimento dos PPA's, espera-se a sustentabilidade ambiental, social e econômica dentro dos quatro eixos do saneamento, a fim de aumentar a eficiência na prestação dos serviços, a melhoria da qualidade de vida da população do Município e o uso racional dos recursos hídricos.

As ações do PMSB foram definidas com o objetivo de garantir a universalização, eficácia e eficiência dos serviços de saneamento prestados à comunidade, no intuito de melhorar as condições de salubridade ambiental e de melhorias à saúde da população de Patrocínio.

Ao considerar o alcance da universalização dos serviços no Município, no período de projeção do PMSB, é possível afirmar que a salubridade ambiental terá um grande impacto positivo na saúde pública em geral, ou seja, a prática da medicina preventiva através do saneamento básico é um importante instrumento para elevar os índices de saúde de uma comunidade. De maneira geral, a população considera necessárias as mudanças que visam melhorar as condições da saúde pública, porém, para isso, estas alterações precisam contar com o comprometimento do poder público e dos próprios munícipes, que fazem uso dos serviços de saneamento básico.

Para atingir os objetivos estabelecidos no "Produto 3 foram estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo.

Além dessas metas, existem ações que a Administração Pública poderá realizar de imediato, desde que não haja gastos extra orçamentários, a fim de sanar procedimentos incorretos, descumprimentos da legislação, entre outros. São atitudes da própria Administração Pública que devem ser tomadas imediatamente.

Em resumo, as ações que o município tem condições e equipes para realizarem, sem que haja previsão de gastos extras orçamentários são:

Tabela 44 – Ações a serem realizadas de imediato

AÇÃO IMEDIATA	COMPONENTE	PRAZO[22]
Definição da Política Municipal de Saneamento Básico, detalhando política específica para cada componente do saneamento básico.	Todos os Componentes	Até 90 dias
Protocolar junto a SUPRAM TMAP FCE para regularizar a captação no Córrego sem nome afluente do Córrego das Bombas Velhas	Abastecimento de Água	Até 60 dias
Provisionar para a LOA exercício 2016 recursos para execução do Projeto da Nova ETA	Abastecimento de Água	Até 30 dias
Protocolar junto a SUPRAM TMAP FCE para regularizar todas as 10 intervenções em recursos hídricos das localidades rurais	Abastecimento de Água	Até 60 dias
Solicitar junto a SUPRAM TMAP informações quanto aos processos de outorga em análise técnica	Abastecimento de Água	Até 60 dias
Realocar catadores de materiais recicláveis da área de disposição final de resíduos e incorporá-los aos programas sociais e do município	Resíduos Sólidos	Até 1 ano
Inserir os catadores de materiais recicláveis no Programa de Coleta Seletiva através da criação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ONG, OSCIP, Associação, Instituição e outros.	Resíduos Sólidos	Até 1 ano

[22] Prazos considerados a partir da aprovação deste Produto

AÇÃO IMEDIATA	COMPONENTE	PRAZO[22]
Divulgar projetos e ações já existentes e implantadas no município	Resíduos Sólidos	Até 120 dias
Incluir no planejamento de limpeza pública todas as rotinas de limpeza, manutenção e melhoria do sistema de drenagem do Município.	Drenagem e Resíduos Sólidos	Até 120 dias
Provisionar para a LOA exercício 2016 recursos para execução dos Programas, Projetos e Ações já previstos com metas em curto prazo, assim definidas no Produto 3 - Prognóstico.	Todos os Componentes	Até 30 dias
Iniciar planejamento integrado e reuniões intersetoriais, assim como melhoria da articulação interna, verificando a situação financeira e orçamentária do DAEPA, devido à falta de capacidade de endividamento.	Toda a Administração Pública	Até 30 dias
Analisar a Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico	Todos os Componentes	Até 15[23] dias

Além das ações imediatas, existem ações prioritárias a serem desenvolvidas. Estas ações podem ser consideradas ações que demandam intervenções prioritárias, definidas com grau máximo de Urgência na Matriz GUT (Produto 3), e que consequentemente elevam o grau da Gravidade e da Tendência, mas que devido a algum impedimento, tais como: falta de mão de obra especializada para elaboração de projeto ou de execução dos mesmos, necessidade de elaboração de estudos e projeto, seja por terceiros ou pela própria equipe da Administração Pública Direta ou Indireta; ausência de previsão de recurso financeiro e orçamentário, entre outros, não poderão ser realizadas de imediato. Estas ações demandam maior tempo para seu planejamento e execução. É sabido que a Administração Pública é regida por Legislação específica (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual – PPA e Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 8.666 de 1.993) que definem regras e procedimentos, inclusive prazos legais, para toda e qualquer ação que envolva recursos financeiros da Administração Pública. Desta forma, existem prazos e procedimentos a serem cumpridos, e mesmo que as ações sejam prioritárias, não poderão ser realizadas imediatamente.

Além disto, dentre todos os objetivos propostos no Produto 03, todos são importantes. Há que se verificar para tanto, que existem ainda a restrição quanto à disponibilidade financeira/orçamentária do Município, principalmente quanto a disponibilidade orçamentária, visto que o orçamento municipal para o ano em execução foi concebido e aprovado no ano anterior. Ressalta-se ainda, que a administração pública deverá executar suas ações conforme previsão orçamentária aprovada. Por isto, a importância de elencar Programas, Projetos e Ações prioritárias, para que norteiem a administração pública quando da elaboração da Proposta de Orçamento, de acordo

[23] Prazo contado a partir do recebimento da Minuta, contida no Produto 5 deste PMSB.

com a estimativa de receita e capacidade de endividamento perante aos órgãos e programas dos demais entes federativos.

Desta forma, serão elencadas abaixo ações prioritárias e seus respectivos entraves para execução imediata:

Tabela 45 – Ações Prioritárias

AÇÃO PRIORITÁRIA	COMPONENTE	PROCEDIMENTO IMPEDITIVO
Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	Abastecimento de água	Disponibilidade orçamentária/ financeira
Implantar Nova Estação de Tratamento de Água	Abastecimento de água	Projeto executivo em andamento/ disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto
Regularizar todos os pontos de captação de água sob responsabilidade do DAEPA	Abastecimento de água	Disponibilidade orçamentária/ financeira
Definir forma de tratamento e distribuição de Água tratada para todas as localidades rurais	Tratamento de Água	Requer desenvolvimento de estudos e projetos, identificando as melhores tecnologias por localidade e disponibilidade orçamentária/ financeira /extra orçamentária de grande vulto.
Ampliar sistema de Tratamento de Esgoto na Bacia do Córrego Rangel	Esgotamento Sanitário	Requer estudo/atualização e projeto de ampliação da ETE Rangel e disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto
Definir sistema de Esgotamento Sanitário a ser implantado em todas as localidades rurais que atualmente não são atendidas	Esgotamento Sanitário	Requer estudo de concepção e desenvolvimento de projetos cada localidade a ser implantada e, disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto.
Implantar área para disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e remediar área do lixão	Resíduos Sólidos	Requer estudo para definição da área mais adequada; elaboração de projetos básicos e executivos; licenciamento ambiental e disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto.
Implementar Programa de Coleta Seletiva Municipal	Resíduos Sólidos	Requer elaboração de estudo – PGIRS, projeto e implantação do Programa e disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto.
Fomentar a capacitação e apoiar os catadores clandestinos para que os mesmos saiam da informalidade, incorporando duas atividades no projeto de coleta seletiva.	Resíduos Sólidos	Requer desenvolvimento e implantação do Programa de Coleta Seletiva/ Organização de Cooperativa ou Associação/ Local para implantação do local para triagem, armazenamento e venda do material/ Disponibilidade orçamentária/ financeira.
Implementar Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil	Resíduos Sólidos	Requer estudo – PGIRS, desenvolvimento de projetos básico e executivo, licenciamento ambiental e disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto.
Elaborar de Plano Diretor de Drenagem Pública e Manejo das	Drenagem Pluvial	Requer elaboração de estudos, projetos e execução de obras,

AÇÃO PRIORITÁRIA	COMPONENTE	PROCEDIMENTO IMPEDITIVO
Águas Pluviais		disponibilidade orçamentária/ financeira /extraorçamentária de grande vulto.
Sanar problemas de alagamentos e inundações na parte baixa da bacia do Córrego Rangel	Drenagem Pluvial	Implantar projetos existentes na Administração Pública e disponibilidade orçamentária/ financeira /extra orçamentária de grande vulto
Elaborar e implantar Projeto de Educação Sócio Ambiental no Município	Geral	Disponibilidade de servidores/ orçamentária/ financeira

Vale ressaltar, que todas estas ações estarão elencadas também, quanto às metas de execução.

Um Modelo de Gestão Pública deve estar bem estabelecido na administração para que os Programas, Projetos e Ações a serem estabelecidos sejam realmente executados, respeitando metas e recursos financeiros que serão estabelecidos na sequência deste Produto. Para tanto, será sugerida a instituição de Projeto Estruturador na área do saneamento, assim como programas associados a ele e programas especiais, ligados a outros setores do município, mas que têm correlação direta com o Saneamento Básico.

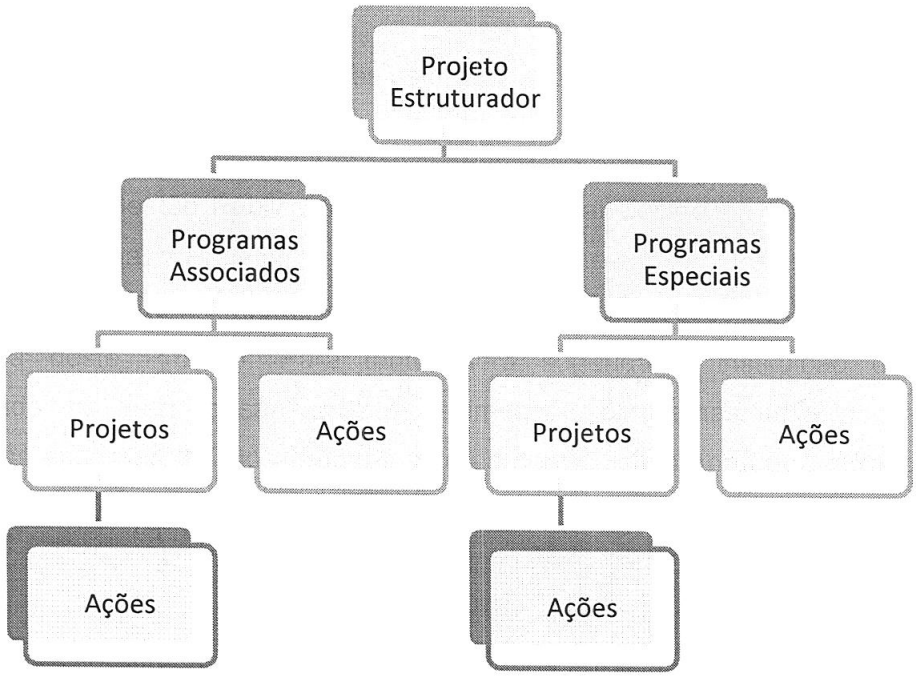


Figura 36 - Organograma de Modelo de Gestão Pública

Nas ações do presente relatório estão elencadas alternativas que visam à solução dos problemas (carências atuais) diagnosticados, em vista de atingir os objetivos e as metas estabelecidos no PMSB.

Os Programas, Projetos e Ações estabelecidos no PMSB abrangem a sustentabilidade ambiental, social e econômica, dentro dos quatro eixos do saneamento, visando o aumento da eficiência na prestação dos serviços, a melhoria da qualidade de vida da população do município e o uso racional dos recursos hídricos.

A definição dos Projetos e Programas, também objetivou a revitalização dos serviços de saneamento, valorizando a maior eficiência na prestação dos serviços e a manutenção da qualidade e sustentabilidade econômica da atual organização, através de ações que auxiliam o melhor desenvolvimento técnico, gerencial econômico e financeiro do município pela prestação dos seus serviços. Além dos Programas, Projetos e Ações, Políticas Públicas setoriais também foram necessárias.

Política Pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. De uma forma ainda mais abrangente, pode-se considerar as Políticas Públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A literatura define ainda o "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente às situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis".

A política pública é concebida a partir do conjunto de ações desencadeadas pelo Estado - no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal -, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Tradicionalmente são compostas baseadas em 04 (quatro) elementos centrais: Dependem do envolvimento do governo, da percepção de um problema, da definição de um objetivo e da configuração de um processo de ação.

Foram identificadas ao longo do estudo realizado, lacunas quanto às Políticas Públicas Municipais, não havendo diretrizes estabelecidas para diversos setores. Dentre eles, destacam-se:

- ✓ Saneamento Básico e seus componentes: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem Pública e Manejo das Águas Pluviais;
- ✓ Fiscalização;
- ✓ Habitação Social;
- ✓ Diretrizes Institucionais e Planejamento;
- ✓ Áreas de Proteção Ambiental e Meio Ambiente.

Desta forma, é imprescindível que o Município estabeleça as diretrizes através das Políticas Setoriais (saúde, educação, saneamento, habitação, acessibilidade, segurança, etc.), política esta que irá nortear os demais Programas, Projetos e Ações que serão elencadas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

A Política de forma geral representa a orientação ou a atitude do governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público. É importante ressaltar que a participação social na elaboração das Políticas é primordial para que a mesma reflita realmente o clamor da sociedade. Desse modo, seguem abaixo as Políticas a serem instituídas:

Tabela 46 - Políticas Públicas Municipais

Município de Patrocínio		
Políticas Públicas Municipais	1	**Política Pública de Saneamento Básico**, contemplando e considerando: ➢ Diretrizes quanto à prestação dos serviços técnicos e administrativos de Água para abastecimento Público; ➢ Diretrizes quanto à prestação dos serviços técnicos e administrativos de Esgotamento Sanitário; ➢ Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; ➢ Política Pública de Gestão da Drenagem e Manejo das Águas Pluviais.
	2	**Política Pública de Fiscalização**, contemplando e considerando: ➢ Todos os setores da administração Pública que exerçam função de fiscalizar.
	3	**Política Pública de Habitação**, contemplando e considerando: ➢ Plano Diretor Participativo de Patrocínio; ➢ Lei de Parcelamento do Solo; ➢ Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Patrocínio (atualização).
	4	**Política Pública de Gestão Institucional,** contemplando e considerando: ➢ Todos os setores da administração Pública.
	5	**Política Pública de Meio Ambiental,** contemplando e considerando: ➢ O arcabouço Institucional Municipal[24], Estadual e Federal.
	6	**Política Pública de Conservação de Solos para área rural,** contemplando e considerando: ➢ Propriedades rurais; ➢ Entidades estaduais para parcerias.

A Política Pública de Saneamento Básico deverá estabelecer diretrizes, objetivos e princípios, no âmbito dos quatro componentes do Saneamento, incluindo diretrizes quanto à tarifação e cobrança pelos serviços prestados, universalização dos serviços, forma e qualidade da prestação dos serviços, entre outros.

A referida Política Pública deverá ser formulada com a participação social, entendida como o conjunto de princípios que conformam as aspirações sociais e/ou

[24] Deverão ser atualizadas as Leis Municipais conforme novas prerrogativas deste Plano.

governamentais no que concerne à regulamentação do planejamento, da execução, da operação, da regulação e da avaliação dos serviços públicos de abastecimento de água.

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico, sendo inclusive uma das diretrizes, a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Desta forma, verifica-se a importância de se estabelecer a Política Municipal de Saneamento por meio de Lei, pois além da Lei ter a representatividade do legislativo, é um instrumento que define ações a serem realizadas, assim como penalidades para o seu não cumprimento.

Além disso, deverá ser previsto o **Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB**, para gerir os recursos financeiros de repasses, contribuições - doações, infrações e outras, ligadas ao saneamento básico do município de Patrocínio.

A Política Pública de Fiscalização tem por objetivo sistematizar e organizar todo o sistema de Gestão em relação à atividade de fiscalização municipal sejam fiscalizações em relação à qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública, seja a fiscalização das ações da sociedade perante a legalidade, fiscalizações do setor tributário, entre outros. Vários setores da Administração Pública têm equipe de fiscalização, dentre eles o fiscal de posturas, ambiental, tributário, obras, zoonose. Portanto, este PMSB prevê que, principalmente no DAEPA e na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a atividade de fiscalização seja efetivada para que Programas e Ações possam ser implementados, assim como a garantia através da fiscalização dos Projetos e Contratos firmados, conforme o estabelecido em seus certames.

Conforme apresentado no Produto 2 – Diagnóstico, o Município de Patrocínio apresenta um déficit habitacional, tanto qualitativo, quanto quantitativo. Verificou-se ainda que o PLHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, elaborado em 2008, está desatualizado e necessita de revisão imediata. Para tanto, a definição de diretrizes por meio da Política Pública de Habitação é de extrema importância até porque, conforme apresentado no Produto 02 o vetor de crescimento populacional, assim como o zoneamento (Plano Diretor) interferem diretamente na gestão e execução dos serviços de saneamento, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de rede de abastecimento de água e rede coletora de esgoto.

A Política deverá estabelecer diretrizes para os programas e projetos habitacionais em geral, executados pela própria administração pública e também pela iniciativa privada. Deverá, respeitado o Plano Diretor Municipal, dar diretrizes quanto ao adensamento populacional do município e definir quais os interesses da população quanto aos Programas e Projetos a serem estabelecidos.

Outro ponto de fragilidade apresentado no Produto 02 foi quanto ao Planejamento Integrado e articulação interna da administração Pública. A falta do Planejamento Integrado na administração Pública gera a possibilidade, por exemplo, de executar vários projetos de áreas distintas ao mesmo tempo, e ao final nenhum deles ser finalizado. Cada Secretaria Municipal entende que seus projetos são os mais importantes.

Para que haja hierarquização e priorização dos Programas e Projetos Prioritários do Governo, visando sempre o bem comum e melhoria da qualidade de vida da população, é necessário o Planejamento de todas as possíveis atividades a serem desenvolvidas em todas as Secretarias Municipais, durante um determinado período.

Para tanto é necessária à elaboração de Política Pública de Gestão Institucional que definirá as diretrizes e programas prioritários da administração pública para o Município.

A Política Pública de Meio Ambiente deverá trazer princípios, objetivos e instrumentos de gestão relacionados às áreas a serem protegidas no Município de Patrocínio, levando em conta as zonas de proteção ambientais já estabelecidas no Plano Diretor. Deverá definir ainda, quais as características das áreas a serem protegidas, a finalidade da proteção e os benefícios que trarão para a sociedade. Além disso, deverá prever instrumentos que irão garantir sua efetividade, implementação e continuidade. É de extrema importância a proteção das áreas de mananciais de abastecimento público de água (Bacia do Córrego Feio e Afluente do Córrego das Bombas Velhas), bem como a recuperação das áreas degradadas. Esta política deverá prever ainda a possibilidade de convênios com órgãos Federativos (Estado e União) através de programas e ações já existentes, principalmente no que diz respeito à Proteção da Biodiversidade e Unidades de Conservação – Programa Associado do Estado de Minas Gerais, através do Instituto Estadual de Florestas.

A Política Pública de Conservação de Solos para área rural visa a conservação do solo na área rural do município através do estabelecimento de diretrizes para o uso adequado do solo, utilizando metodologias e técnicas agrícolas que permitam maior

permeabilidade das águas no solo, assim como a proteção do solo através de serrapilheira, matéria orgânica ou outras formas de proteção do solo. Estas técnicas visam menor carreamento de resíduos para os cursos d'água, assim como maior infiltração. Esta demanda foi incorporada no PMSB por solicitação de delegado na 1ª Conferência Municipal de Saneamento básico, através de votação popular, com 1 abstenção e 25 votos favoráveis.

Para que as Políticas sejam implementadas de forma planejada e eficiente são utilizadas ferramentas de gestão administrativa, baseada no Modelo de Gestão denominado de Nova Gestão Pública. Este novo modelo é baseado na orientação para resultado, flexibilidade, foco no "cliente" (população municipal) e controle social. Instrumentos em formato de Projetos Estruturadores, Programas Associados e Especiais dão o norte para a elaboração das ações a serem executadas em busca de solucionar os problemas ao longo dos anos, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, foram estabelecidos os programas e projetos a serem desenvolvidos no Município de Patrocínio, para que as Políticas Públicas sejam estabelecidas da melhor forma, visando atingir os objetivos previstos para o PMSB ao longo do horizonte de 20 anos, assim como a garantia da participação social.

É imprescindível que as Políticas Públicas sejam instituídas, pois elas serão a base de todos os Programas e Projetos sugeridos.

Para tanto foi definida a seguinte estrutura para a área de saneamento:

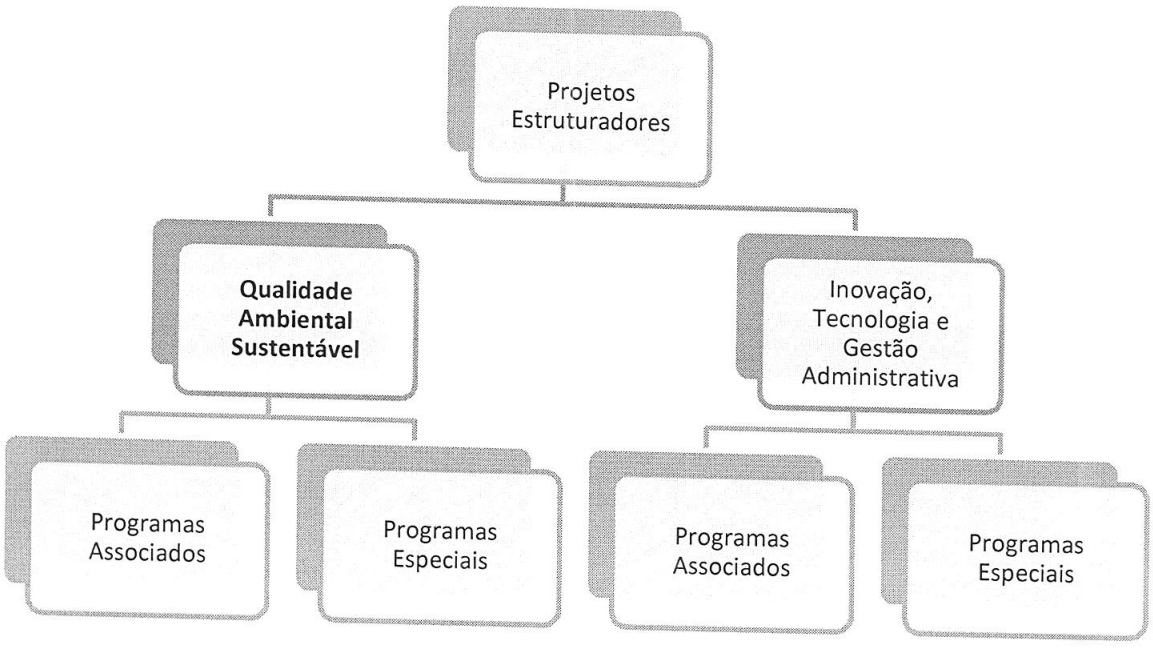


Figura 37 - Sugestão de Projetos Estruturadores

Os **Projetos Estruturadores** representam as escolhas estratégicas da administração, dos quais se esperam os maiores impactos da ação do governo e aos quais os recursos são alocados com prioridade;

Os **Programas Associados** são aqueles que mantêm colaboração sinérgica com os Programas Estruturadores, para o alcance da visão de futuro e dos objetivos estratégicos do Plano;

Os **Programas Especiais** não apresentam identificação evidente com o Projeto estruturador, mas são importantes por contemplarem ações setoriais complementares às ações dos Projetos Estruturadores e Programas Associados.

Conforme identificado no Produto 02, o município de Patrocínio atualmente apresentou, não somente problemas específicos do saneamento básico, mas também problemas relacionados à Gestão Institucional e ao Planejamento Integrado. Desta forma, sugere-se neste PMSB a implantação de dois Projetos Estruturadores: **Qualidade Ambiental Sustentável** e **Inovação, Tecnologia e Gestão**.

O Projeto **Qualidade Ambiental Sustentável** tem por objetivo a melhoria da qualidade ambiental no Município de Patrocínio através dos órgãos e agentes que atuam direta ou indiretamente na área de preservação ambiental, prestação de serviços de saneamento básico, execução de obras e intervenções para a melhoria da qualidade de vida.

O Projeto **Inovação, Tecnologia e Gestão Administrativa** visa a atualização e melhoria institucional do Município, não somente no que diz respeito a área de saneamento básico e meio ambiente, mas em relação a todo o desenvolvimento, planejamento e gestão da administração pública.

A seguir serão detalhados Programas Associados a serem desenvolvidos pelo município ao longo da execução deste Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, sendo que os Programas e Projetos Federais e Estaduais já existentes poderão fazer parte da agenda municipal. Os Programas Associados são:

Qualidade Ambiental Sustentável

Programa de Gestão Ambiental Integrada;

Programa Sociedade ativa, meio ambiente preservado;

Programa Saneamento para todos;

Programa efluente tratado, saúde em evidência;

Programa O Córrego Feio é Bonito;

Programa Água tratada, saúde para todos;

Programa Eficiência na distribuição, redução do desperdício;

Programa Recriar;

Programa Águas de Patrocínio.

Inovação, Tecnologia e Gestão

Programa Fiscalizar e Educar para Melhorar;

Programa Modernização Institucional da Administração Pública;

Programa de Manutenção na prestação dos serviços de saneamento prestados.

Para cada programa proposto, projetos e ações serão estabelecidos, visto que os programas são mais generalistas, e os projetos e ações executivos.

✓ Programa de Gestão Ambiental Integrada

Este programa consiste no fortalecimento municipal quanto à regularização ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores, assim como na gestão das licenças ambientais de empreendimentos municipais. A Lei Complementar nº 140 que delega aos municípios a competência de realizar licenciamento ambiental de empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, desde que no município exista órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente. O Sistema Municipal de Meio Ambiente também deverá estar organizado.

O Objetivo principal é que o município tenha conhecimento quanto aos empreendimentos e seus programas ambientais desenvolvidos no Município, além de realizar a gestão de condicionantes e monitoramentos de seus próprios empreendimentos, evitando danos ambientais, autuações por descumprimentos, entre outros. Para que este objetivo seja alcançado, projetos e ações serão necessários de ser implementados.

O Projeto *Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade* terá como objetivo a regularização ambiental de empreendimentos no município de Patrocínio, conforme legislações federal, estadual e municipal (a ser estabelecida), assim como o acompanhamento do desempenho ambiental dos mesmos ao longo dos anos de vigência das licenças.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Gestão Ambiental Integrada***	
Projeto	***Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade***	
	Ações	Estabelecer a Política Municipal de Meio Ambiente
		Estruturar, organizar e manter o Sistema Municipal de Meio Ambiente
		Reorganizar e manter o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA
		Estabelecer arcabouço Institucional (Legislação) para execução de regularização ambiental, assim como definir procedimentos
		Estabelecer equipe técnica/administrativa para a execução de todos os trabalhos
Projeto	***Empreendimentos Públicos Legais***	

Projeto Estruturador	Qualidade Ambiental Integrada	
Programa	Gestão Ambiental Integrada	
	Ações	Estabelecer procedimentos para acompanhamento de condicionantes e monitoramentos estabelecidos para empreendimentos próprios
		Regularizar todas as intervenções ambientais, existentes e passíveis de implantação (supressão de vegetação, uso de água, empreendimentos) de responsabilidade da administração pública

✓ Programa Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado

Este Programa consiste na implantação de projetos e ações de conscientização da sociedade visando à melhoria do meio ambiente, desde pequenas atitudes no dia a dia, a grandes ações da própria administração pública. A Lei Federal nº 9.795/1999 dispõe sobre educação ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

O principal Projeto a ser instituído em busca do objetivo é o Projeto de *Educação Sócio Ambiental*, que deverá envolver todos os setores da sociedade Patrocinense, desde as instituições de ensino, formadoras de cidadãos, comércio e indústria, e sociedade em geral, responsável pela demanda rotineira dos serviços municipais de saneamento básico.

Outro Projeto: *Todo dia é dia de cuidar do Meio Ambiente.* Este projeto tem o objetivo lembrar a sociedade, através de datas fixas, sobre a importância de cuidar do meio ambiente ao longo de todo o ano. Datas pré-estabelecidas como; Dia do Meio Ambiente (05/06), dia da Água (22/03), dia da Árvore (21/09) e dia do Rio (24/11); deverão fazer parte do calendário da rede escolar municipal, além de serem desenvolvidas oficinas, palestras, aulas, teatros entre outras atividades lúdicas e educacionais (público em geral) visando à disseminação da informação e da importância da preservação do meio ambiente em geral, destacando a responsabilidade de cada cidadão na sociedade.

Vale ressaltar que programas e projetos voltados para a área de educação sócio ambiental irão envolver a sociedade como ator principal, sendo que diversas áreas da administração deverão estar envolvidas, tais como: Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Pública, Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, Secretaria Municipal de Educação e DAEPA.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Sociedade ativa, meio ambiente preservado***	
Projeto	***Todo dia é dia de cuidar do meio ambiente***	
	Ações	Realizar ações de conscientização ambiental em datas comemorativas: dia da árvore – 21/09, dia do rio – 24/11, dia da água – 22/03 e dia do meio ambiente – 05/06
		Estabelecer calendário municipal de datas comemorativas a serem realizadas as ações
		Realizar atividades lúdicas (teatros, oficinas, palestras, aulas temáticas) buscando a conscientização da sociedade
		Realizar blitz educativas nas principais vias da cidade com faixas e panfletos indicativos
		Realizar parceria junto ao Instituto Estadual de Florestas para ações de melhoria da qualidade ambiental
Projeto	***Educação Sócio Ambiental***	
	Ações	Desenvolver o projeto envolvendo todas as áreas da administração pública municipal que foram citadas ao longo dos produtos 02 e 03 deste PMSB, e que apresentaram problemas quanto aos serviços de saneamento básico ou correlatos
		Realizar campanhas educativas para públicos distintos (indústria, comércio, escolas, órgãos públicos) informando e conscientizando as responsabilidades e direitos dos cidadãos na sociedade, com foco no meio ambiente sustentável
		Aplicar o Programa Estadual Ambientação, em parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente – SEMAD
		Realizar campanha sobre consumo consciente da água, principalmente quanto ao atual cenário pluviométrico nacional e do município
		Realizar ações voltadas para o ecoturismo no município junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

✓ Programa Saneamento para todos

Este Programa visa à universalização dos serviços de saneamento em todo o território do Município de Patrocínio. O Diagnóstico do PMSB, Produto 02 identificou as lacunas quanto à prestação dos serviços de saneamento básico no Município. Este Programa visa o levantamento de técnicas e tecnologia que possa dar acessibilidade às localidades, principalmente em relação à área rural, de acesso a água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário, coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos e drenagem pública.

Desta forma, o detalhamento da melhor tecnologia a ser implantada em cada localidade é primordial para que o objetivo seja alcançado. Portanto, o Projeto *Conhecendo cada Realidade* busca o detalhamento de técnicas e tecnologias possíveis de serem utilizadas, conforme a demanda de cada localidade, onde ainda não há a prestação de todos os serviços de saneamento básico.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Saneamento para todos***	
	Ações	Estabelecer logística para coleta de resíduos em todas as localidades rurais, realizando a divulgação dos dias e horários das rotas estabelecidas
		Estabelecer cobrança por todos os serviços de saneamento básico prestados pela administração pública no Município, assim como delegar responsáveis para os serviços de resíduos e drenagem – ponto focal
Projeto	***Conhecendo cada realidade***	
	Ações	Levantamento de técnicas e tecnologias mais adequadas para cada componente do saneamento, em cada localidade onde o mesmo inexiste
		Desenvolver o projeto executivo para implantação dos sistemas estabelecidos no levantamento citado acima
		Universalizar os serviços de saneamento básico

✓ Programa Água Tratada, Saúde para Todos

Este Programa tem como objetivo principal a melhoria da qualidade do tratamento de água do Município de Patrocínio. Uma das ações prioritárias consiste na implantação da Nova Estação de Tratamento de Água, projeto já finalizado pelo DAEPA. Conforme identificado no Diagnóstico a ETA atual apresenta problemas quanto à capacidade de tratamento, alto volume de consumo de água tratada para retro lavagem de filtros, água tratada com padrões de potabilidade fora daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Para que o objetivo seja alcançado é necessária à implantação de alguns projetos, tal qual: *ETA Córrego Feio,* que visa à finalização do projeto executivo da nova Estação de Tratamento de Água a ser implantada na atual captação do Córrego Feio, assim como sua execução. Outros Projetos e ações também deverão ser considerados, a saber: Elaboração do *Plano Diretor de Abastecimento de Água,* que trará diretrizes específicas para a gestão e operacionalização do sistema de abastecimento de água do município; *Tratamento eficiente* que visa a otimização no processo do tratamento da água, com a melhoria da qualidade da

mesma, eficiência no consumo energético e de insumos gastos durante o processo. Este projeto envolve tanto os funcionários operacionais, que deverão passar por capacitações e reciclagem, quanto os funcionários administrativos que participam dos processos de aquisição e compra de insumos, onde deverão também ser capacitados a adquirir produtos condizentes com a necessidade, com qualidade garantida e menor preço do mercado. *Reservar para não faltar* é outro projeto que deverá ser instituído, visando à melhoria na manutenção e segurança dos reservatórios, garantindo a qualidade da água.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Água Tratada, Saúde para Todos***	
	Ações	Elaborar Plano Diretor de água
Projeto	***ETA Córrego Feio***	
	Ações	Executar projeto da nova estação de tratamento de água
Projeto	***Tratamento Eficiente***	
	Ações	Estabelecer normas e critérios de monitoramento para qualidade de água tratada
		Implementar ações visando a eficiência energética no sistema de abastecimento de água
		Atender aos padrões de potabilidade do tratamento de água
Projeto	***Reservar para não faltar***	
	Ações	Estabelecer normas e critérios para lavagem e descarga de fundos nos reservatórios
		Definir cronograma amostral para coleta e análise de água dos reservatórios
		Identificar e isolar todas as áreas dos reservatórios

✓ Programa Efluente Tratado, Saúde em Evidência

Este Programa visa à eficiência no tratamento dos esgotos sanitários nas Estações de Tratamento, a fim de atender aos padrões de lançamento previstos em Lei, e a minimização dos impactos oriundos do lançamento de esgoto *in natura* nos cursos d'água do Município.

Para tanto, a coleta e encaminhamento de 100% do esgoto gerado para as ETE's é primordial. Nas áreas rurais, o Projeto *Conhecendo cada Realidade* irá levantar as melhores tecnologias conforme características específicas de cada localidade, e somente então os esgotos sanitários poderão ser coletados e encaminhados para o devido tratamento.

Assim como no Sistema de Abastecimento de Água, o Projeto de *Tratamento eficiente* deverá ser instituído; logo, este projeto deverá incorporar os dois componentes do

saneamento: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Há ainda que implementar o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, responsável por dar diretrizes específicas quanto ao sistema de coleta, transporte, tratamento, lançamento e destinação dos esgotos sanitários e resíduos oriundos deste processo.

Quanto aos efluentes industriais, sob responsabilidade dos geradores, será necessário o conhecimento das fontes geradoras, assim como as características dos mesmos, para que haja controle e monitoramento, evitando assim, possíveis danos ambientais.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Efluente Tratado, Saúde em Evidência***	
	Ações	Elaborar Plano Diretor de Esgoto
Projeto	***Conhecer para monitorar***	
	Ações	Atualizar o cadastro dos usuários do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente quanto ao uso da água
		Convocar estabelecimentos privados (comércio e indústria) que gerem efluentes não domésticos a apresentar a caracterização dos mesmos – estabelecer prazo
Projeto	***Tratamento Eficiente***	
	Ações	Estabelecer normas e critérios de monitoramento para o esgoto tratado – padrões de lançamento
		Implementar ações visando a eficiência energética no sistema de esgotamento sanitário
		Atender aos padrões de eficiência no tratamento do esgoto

✓ Programa O Córrego Feio é Bonito

Este Programa já está instituído no Município e visa à recuperação ambiental da Bacia do Córrego Feio, principal manancial de abastecimento do Município. Com recurso financeiro da Agência Nacional de Águas – ANA (Programa Produtor de Água) e contrapartida do DAEPA foram construídas 606 barraginhas na região e houve readequação de 35 km de estradas, com o objetivo de redução da perda de solo. Esta etapa do Programa já está concluída, devendo ser desenvolvidos novos projetos e ações para a manutenção do objetivo. Entre eles pode-se citar o Projeto *Mata Ciliar, a proteção dos cursos d'água,* que visa o cercamento e melhoria da qualidade ambiental das áreas de preservação permanentes. Para o sucesso deste Projeto é imprescindível à busca de convênio entre a administração pública Municipal e o Instituto Estadual de Florestas.

Além disso, deverá continuar com a implantação de barraginhas e melhoria das estradas vicinais também são de extrema importância, além da manutenção das já implantadas.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***O Córrego Feio é Bonito***	
	Ações	Desenvolver projeto executivo para recuperação das 12 nascentes degradadas apontadas no Produto 02 deste PMSB
Projeto	***Cacimba***	
	Ações	Implantar cacimbas a montante da captação de água bruta do Córrego Feio
		Realizar manutenção das cacimbas já implantadas
		Realizar manutenção e melhoria das estradas vicinais
Projeto	***Mata Ciliar, a protetora dos cursos d'água***	
	Ações	Estabelecer projeto executivo de recuperação de áreas, contemplando o plantio de espécies arbóreas e arbustivas
		Fomentar o cercamento e identificação de áreas de preservação permanente
		Buscar convênio com o Instituto Estadual de Florestas – IEF para realização de palestras e esclarecimentos sobre o CAR

✓ Programa Eficiência na Distribuição, Redução do Desperdício

Este Programa visa à diminuição da perda de água tratada, assim como perdas financeiras do sistema de tratamento de água. Estes valores estão relacionados ao volume de água tratada distribuído e ao volume de água faturado, sendo o primeiro maior que o segundo. Quando isto ocorre, significa que houve perda no sistema, seja por erro na medição dos hidrômetros, por perda física do sistema de distribuição ou até mesmo pelo fornecimento não medido a determinadas instituições públicas.

Desta forma o Projeto de *Controle/Redução de Perdas* deverá ser instituído visando à melhoria na prestação do serviço, melhoria no controle e manutenção do sistema, implantação do sistema de macromedição na área urbana e macro e micromedição na área rural, além da modernização do parque hidrométrico do Município.

Projeto Estruturador	*Qualidade Ambiental Integrada*	
Programa	*Eficiência na distribuição, redução do desperdício*	
Projeto	*Controle/Redução de Perdas*	
	Ações	Melhorar o sistema de distribuição de água, evitando vazamentos e perdas
		Implantar sistema de macromedição no município e micromedição na área rural
		Implantar telemetria no sistema de água e de esgoto
		Modernizar o parque hidrométrico do município

✓ Programa Recriar

Este Programa visa à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, implementada em agosto de 2010, através da Lei Federal nº 12.305.

Um dos objetivos da citada Lei é a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Para que se cumpra este objetivo específico serão necessárias diversas ações, dentre elas a conscientização da população quanto ao tema, assim como o envolvimento dessa, principalmente através do Projeto *Sociedade ativa, meio ambiente preservado.* Outra ferramenta a ser implementada será o Projeto *Coleta Seletiva,* que prevê que os resíduos sejam segregados ainda no ponto de geração, ou seja, em sua maioria, nas residências. Por tanto, a participação e compreensão da sociedade quanto à importância do Projeto será primordial para seu sucesso. Este projeto prevê ainda a inclusão, através de associação (ões) ou cooperativa (s) dos catadores de materiais que atualmente estão atuando no lixão do Município. O apoio da administração pública na construção destas instituições, seja municipal ou estadual, é importante para que as mesmas criem suas regras e rotinas, assim como se estruturem em relação a local, equipamentos, entre outros.

O processo de mobilização social e conscientização da população quanto à separação dos resíduos na fonte, acondicionamento e destinação deverá ser realizado de forma incessante, pois a participação da sociedade dirá o resultado do projeto.

Outro fator importantíssimo em relação aos resíduos sólidos urbanos é quanto à destinação ambientalmente adequada dos mesmos, ou seja, implantação de aterro sanitário, ou outra forma ambientalmente adequada de disposição. Para tanto, o Projeto *Manejo adequado dos Resíduos* é o projeto mais importante, conforme identificado no Produto 02 – Diagnóstico. Logo, deverá ser elaborado projeto técnico executivo para a implantação do aterro, assim

como projetos ambientais para licenciamento da área e projeto de remediação para a atual área do lixão.

Para outros resíduos, que possuem responsabilidade compartilhada, tal que, resíduos de saúde, resíduos da construção civil, deverá ser implementado o Projeto *Resíduo que gera qualidade de Vida,* com o objetivo de criar procedimentos específicos conforme legislação vigente e origem de cada resíduo. Os Planos de Gerenciamento Integrado, para cada natureza de resíduo, deverão ser apresentados para que a administração pública possa fazer a gestão e o monitoramento dos mesmos, conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que será entregue junto ao Produto 6 deste PMSB.

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Recriar***	
	Ações	Convocar empreendimentos passíveis da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS a apresentar cópia do mesmo, assim como comprovação da aplicação dos mesmos
		Convocar empreendimentos passíveis da elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Saúde – PGIRSS a apresentar cópia do mesmo, assim como comprovação da aplicação dos mesmos
Projeto	***Coleta Seletiva***	
	Ações	Fomentar Associação de Catadores
		Fomentar oficinas sobre classificação e destinação de resíduos
		Estabelecer equipe para processo de mobilização social
		Reestruturar e dar maior visibilidade ao projeto de coleta de pilhas e baterias e de óleo de cozinha
		Instituir no município a Política Reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos
Projeto	***Resíduo que Gera Qualidade***	
	Ações	Elaborar PGIRSS das unidades de saúde municipais
		Realizar estudo de viabilidade técnica/financeira/social para a implantação de unidade de compostagem e unidade de beneficiamento de resíduos da construção civil e fábrica de blocos
		Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município
Projeto	***Manejo Adequado dos Resíduos Sólidos***	
	Ações	Elaborar projeto técnico executivo para implantação de aterro sanitário no município

Projeto Estruturador	Qualidade Ambiental Integrada	
Programa	Recriar	
		Elaborar projeto técnico executivo para remediação da área do lixão
		Buscar a regularização ambiental para os projetos
		Destinar corretamente todos os resíduos sob a responsabilidade da administração pública, incluindo resíduos das ETA's e ETE's

✓ Programa Águas de Patrocínio

Este Programa tem como foco a melhoria do sistema de drenagem, seja urbano ou rural. A região de Patrocínio possui uma larga rede hídrica, mas necessita de ações para melhorar a qualidade das matas ciliares desta rede. Para tanto, o Projeto *Área Rural, Produtora de água* visa exclusivamente ações de monitoramento, melhoria e revitalização das áreas de preservação permanente da área rural. Na área urbana a malha hídrica também se apresenta bem significativa, mas apresenta ainda fatores que potencializam problemas com inundações e alagamentos. Em busca de sanar estes problemas propõe a instituição do Projeto *Revitalização das Bacias Urbanas* tendo como principal objetivo ações voltadas para melhoria e implantação da microdrenagem, principalmente a execução de projetos conceituais já existentes na Prefeitura Municipal.

Uma ação extremamente importante é a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais, que deverá prever as diretrizes quanto à situação da macro e microdrenagem no município. Dentro destas diretrizes deverá ser solicitada ainda a elaboração de Estudo Hidrológico Específico das bacias urbanas, para que projetos de microdrenagem sejam desenvolvidos com base neste estudo.

Projeto Estruturador	Qualidade Ambiental Integrada	
Programa	Águas de Patrocínio	
		Elaborar Plano Diretor de Drenagem
		Programar junto ao setor responsável cronograma para limpeza dos elementos de drenagem
		Desenvolver projeto executivo para recuperação das 12 nascentes degradadas apontadas no Produto 02 deste PMSB
		Desenvolver projetos de um parque linear no trecho do Córrego Rangel conforme previsto no Plano Diretor Participativo
		Estabelecer parcerias junto aos Comitês de Bacia Hidrográficas – PN1 e PN 2 (Incluída na 1ª Conferência Municipal de Saneamento

Projeto Estruturador	***Qualidade Ambiental Integrada***	
Programa	***Águas de Patrocínio***	
		por indicação de delegado e voto popular)
Projeto	***Revitalização das Bacias Urbanas***	
	Ações	Fomentar projeto de reaproveitamento de águas pluviais
		Executar projetos de drenagem existentes: - Av. João Alves do Nascimento - Av. Jorge Elias Abraão - Canalização do Córrego Rangel
		Elaborar estudo hidrológico das bacias urbanas para subsidiar projetos de infraestrutura de drenagem
		Desenvolver novos projetos de drenagem conforme necessidade
		Estabelecer normas e procedimentos para ações de caça esgoto
		Cadastramento de toda a rede de microdrenagem existente, incluindo a situação e estado de conservação da mesma, identificando as lacunas no sistema
		Realizar novas pavimentações somente mediante projeto de microdrenagem
Projeto	***Área rural, produtora de água***	
	Ações	Implementar os projetos "Cacimba e Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"
		Estabelecer normas e critérios de monitoramento da qualidade da água – pontos estratégicos
		Buscar convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
		Buscar junto aos produtores rurais da região parceria para estabelecer o projeto cacimba nas propriedades e preservação de APP's

✓ Programa Fiscalizar e Educar para Melhorar

Este Programa poderá ser instituído não somente para os setores de saneamento básico, meio ambiente e obras, mas também para todos os setores da administração pública que prestam serviços públicos e demandam terceirização de obras ou serviço. Isto porque o objetivo principal deste Programa é garantir à população serviços e obras públicas de qualidade, além da responsabilidade em gerir as finanças públicas.

Dessa forma, será primordial a criação de equipes de fiscalização para avaliar os contratos firmados, se as obras estão sendo executadas conforme contrato, dentro dos prazos e

valores licitados; se os serviços prestados diretamente pela administração pública estão com a qualidade que o cidadão merece, assim como fiscalizar se a legislação vigente está sendo cumprida pela sociedade em geral, desde as indústrias, passando pelo setor comercial e agropecuário, até o cidadão comum.

Para tanto, cada setor da administração pública deverá se organizar para fiscalizar estas demandas. Especificamente para o PMSB o DAEPA, Secretaria Municipais de Obras e Agricultura deverão estabelecer normas e procedimentos para organizarem-se a fiscalizar contratos terceirizados no que diz respeito a qualidade do serviço prestado e atendimento ao produto solicitado, assim como fiscalizar os serviços prestados por seus colaboradores.

O objetivo da fiscalização não deverá ser a punição, mas sim a prestação de serviços de qualidade, com o menor dispêndio de verba pública possível. A punição deverá ser aplicada nos casos de descumprimento da lei e/ou contratos, mas não é o objetivo do Programa.

Projeto Estruturador	***Inovação, Tecnologia e Gestão administrativa***	
Programa	***Fiscalizar e Educar para melhorar***	
	Ações	Estabelecer legislação específica (decreto regulamentador) quanto a normas e critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais estabelecidas
		Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais no Município
		Fiscalizar a execução de obras terceirizadas
		Fiscalizar a prestação de serviços terceirizados
		Fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados
Projeto	***O Patrimônio Público é de Todos***	
	Ações	Zelar pelos prédios públicos
		Instalar sistema de vigilância e controle nos prédios públicos
		Garantir a segurança dos trabalhadores em seus locais de trabalho
		Providenciar o cercamento/isolamento dos prédios públicos que tenham acesso restrito, identificando-os

✓ Programa Modernização Institucional da Administração Pública

A modernização Institucional da Administração Pública tem como objetivo principal a melhoria na prestação dos serviços públicos, assim como a valorização e capacitação dos servidores públicos.

Para tanto, diversas ações devem ser implementadas em busca do objetivo. O Projeto *Valorizar o servidor é valorizar a sociedade* deverá estabelecer metas quantificadas e prazos para a realização das atividades, tanto para os setores, quanto para o indivíduo. A Administração Pública deverá oferecer condições para que estas metas e prazos sejam alcançados pelos servidores. O planejamento das ações deverá ser integrado entre os diversos setores da administração, visando sempre a melhor prestação dos serviços com o menor custo, otimizando a prestação dos serviços prestados à sociedade.

Outro Projeto *Gestão Participativa* deverá ser implementado em busca do objetivo do programa, disponibilizando para a sociedade informações relativas aos serviços prestados, atividades dos servidores, produtividade dos mesmos, funções entre outros. Criar um canal de comunicação com a população, a fim de ouvir suas reinvindicações e demandas e dar um retorno também é necessário. O Projeto *Gestão de Contratos* também resulta em otimização dos processos e recursos públicos, sendo necessário um planejamento integrado em relação às demandas e produtos e serviços de cada setor para compras ou contratação. Além disto, deverá ser previsto ainda a implementação de sistema de informações na administração pública, melhorando a forma de circulação das informações de trabalho e melhorando o tempo de resposta à sociedade.

Desta forma, para que haja melhoria na prestação dos serviços públicos e valorização dos servidores é necessário Planejamento Integrado a partir de um modelo de gestão, incorporando todos os funcionários públicos do Município.

Projeto Estruturador	***Inovação, Tecnologia e Gestão administrativa***	
Programa	***Modernização Institucional da Administração Pública***	
Projeto	***Valorizar o Servidor é Valorizar a Sociedade***	
	Ações	Implantar modelo de gestão administrativa
		Incluir todos os servidores públicos no processo
		Estabelecer metas quantificadas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais
		Instituir agenda de planejamento integrado
		Proporcionar capacitações aos servidores
Projeto	***Gestão Participativa***	
	Ações	Dar visibilidade às ações e seus resultados à população
		Dar voz ao cidadão nas ações do governo
		Ampliar e melhorar os canais de comunicação com a sociedade
Projeto	***Gestão de Contratos***	
	Ações	Planejar de forma integrada demandas similares dos diversos

Projeto Estruturador	*Inovação, Tecnologia e Gestão administrativa*	
Programa	*Modernização Institucional da Administração Pública*	
		setores da administração, a fim de otimizar processos de compras/licitações
		Realizar planejamento integrado anual, tanto para produto, quanto para serviços

✓ Programa Manutenção Planejada

Este Programa visa instituir planejamento integrado quanto as atividades relacionadas à manutenção dos serviços de saneamento básico, otimizando o investimento de recursos (mão de obra e recurso financeiro) na realização das atividades.

Todos os serviços públicos de saneamento necessitam de manutenção, principalmente os sistemas de água, esgoto e drenagem, que possuem infraestrutura instalada em praticamente todo o município. Primeiramente, para que haja a manutenção do sistema, há que se conhecer este sistema, e para o componente drenagem pública e manejo das águas pluviais não há um conhecimento específico quanto a microdrenagem – localização, dimensionamento, detalhamento de bocas de lobo, tubulação, galerias. Logo, primeiramente há que se mapear todo o sistema de microdrenagem existente. Após a definição e conhecimento de todos os sistemas de saneamento existentes deverá ser realizado planejamento integrado de todas as atividades relacionadas à manutenção do sistema, devendo avisar antecipadamente à sociedade quanto às atividades e ações de manutenção no sistema, evitando maiores transtornos.

Projeto Estruturador	*Inovação, Tecnologia e Gestão administrativa*	
Programa	*Manutenção na Prestação dos Serviços de Saneamento Básico*	
	Ações	Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população
		Realizar manutenções programadas
		Estabelecer procedimentos e normas para que a sociedade seja comunicada com certa antecedência das manutenções, para que possa se programar

A seguir será apresentado o detalhamento dos projetos e ações:

✓ *Empreendimentos Públicos Legais* – Estabelecer Procedimentos para acompanhamento de condicionantes e monitoramentos estabelecidos para

empreendimentos próprios; regularizar todas as intervenções ambientais, outorgas e empreendimentos da administração pública;

- ✓ *Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade* – Organizar e manter o sistema municipal de Meio Ambiente; Estabelecer a Política Municipal de Meio Ambiente; organizar e manter o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA); estabelecer arcabouço Institucional (Legislação) para a execução do licenciamento ambiental, assim como definir procedimentos; estabelecer equipe técnica/administrativa para a execução de todos os trabalhos;
- ✓ *Todo dia é dia de cuidar do Meio Ambiente* – Realizar ações de conscientização em dias comemorativos como dia da árvore (21/09), dia do rio (24/11), dia da água (22/03) e dia mundial do Meio Ambiente (05/06); estabelecer calendário de datas locais a serem comemoradas; realizar atividades lúdicas educacionais (teatros, oficinas, palestras, aulas temáticas), blitz educativa; realizar convênio com o Instituto Estadual de Florestas – IEF para doação de mudas, apoio no plantio de mudas e palestras;
- ✓ *Educação Sócio Ambiental* – Realizar campanhas educativas para setores diversos (Indústria, comércio, escolas, órgãos públicos) informando e conscientizando em relação a importância de cada um para a melhoria do Meio Ambiente; Aplicar na administração pública a projeto; Instituir na Administração Pública o Programa Estadual Ambientação, em parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente; nas regiões onde há exploração do turismo ecológico estabelecer regras visando a preservação do Meio Ambiente; Realizar Campanha do consumo consciente da água visto o alto consumo per capta do município;
- ✓ *Conhecendo cada realidade* – Levantamento de técnicas e tecnologias mais adequadas para cada componente do saneamento, para cada localidade ainda não atendida; desenvolver projeto executivo para implantação dos sistemas estabelecidos; estabelecer cobrança pelos serviços públicos prestados;
- ✓ Elaboração de logística para coleta de resíduos domiciliares em todos as localidades rurais;
- ✓ Elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor de Água;
- ✓ *ETA Córrego Feio* – Finalizar o Projeto da Nova Estação de Tratamento de Água; incluir no Projeto a destinação dos resíduos gerados no processo de tratamento da água; implantar a nova Estação de Tratamento de Água; Estabelecer Plano de Segurança da Água.
- ✓ *Tratamento eficiente* – Eficiência no Tratamento da Água e do Esgoto; Eficiência Energética dos sistemas; Melhoria da qualidade da água e do efluente tratados, respeitando as leis vigentes; estabelecer normas e critérios para monitoramento;

- ✓ *Reservar para não faltar* – Estabelecer normas e procedimentos para lavagem e descarga de fundo dos reservatórios de água tratada; estabelecer cronograma amostral para coleta de água nos reservatórios para análise da qualidade; melhorar a identificação e a forma de isolamento de todas as áreas dos reservatórios a fim de evitar acesso de animais e pessoas não identificadas;
- ✓ Elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor de Esgoto;
- ✓ *Conhecer para monitorar* – Convocar estabelecimentos comerciais e industriais geradores de efluentes não domésticos a apresentar a caracterização dos mesmos; estabelecer prazo para apresentação das análises dos monitoramentos do efluente tratado; convocar empreendimentos passíveis da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGRS a apresentar cópia à administração pública; estabelecer prazo para a apresentação de relatório da execução do PGRS;
- ✓ *Mata Ciliar, a Protetora dos Cursos d'água* – Cercamento de áreas de preservação permanente – APP's, principalmente nascentes; Plantio de espécies nativas em APP's; Convênio com o Instituto Estadual de Florestas – IEF para capacitação no CAR, doação de mudas, mourões e arame, além de palestras.
- ✓ *Barraginhas* – Implantação de barraginhas; Manutenção das barraginhas existentes; Manutenção e Melhoria de estradas vicinais para minimizar perda de solo; incentivar proprietários rurais a implantar barraginhas;
- ✓ Desenvolvimento de Projetos Executivos para recuperação das 12 nascentes degradadas conforme Produto 2 – Diagnóstico;
- ✓ *Controle/Redução de Perdas* – Melhoria do sistema de distribuição de água tratada; Implantação do sistema de macro e micromedição na área rural e macromedição na área urbana; Modernização do parque hidrométrico com previsão de troca a cada 5 anos;
- ✓ *Coleta Seletiva* – Estabelecer Associação ou Cooperativa de catadores; estabelecer local para sede administrativa e operacional da Associação ou Cooperativa; oferecer oficinas sobre classificação, separação, acondicionamento e destinação de resíduos; estabelecer equipe para o processo de mobilização do projeto; estabelecer planejamento e cronograma de implantação; buscar parcerias com Organização Não Governamental e Governamental existentes que atuam na área;
- ✓ *Resíduo que gera qualidade de vida* – Elaborar os Planos Integrados de Gerenciamento de Resíduos de Saúde – PGIRSS das Unidades Municipais de Saúde; Realizar estudo quanto à viabilidade social/econômica /ambiental para a implantação de Unidade de Compostagem e unidade de beneficiamento de resíduos da construção civil e fábrica de blocos; Criar procedimento para que todos empreendimentos, passíveis de elaboração apresentem seus PGRS e PGIRSS, para

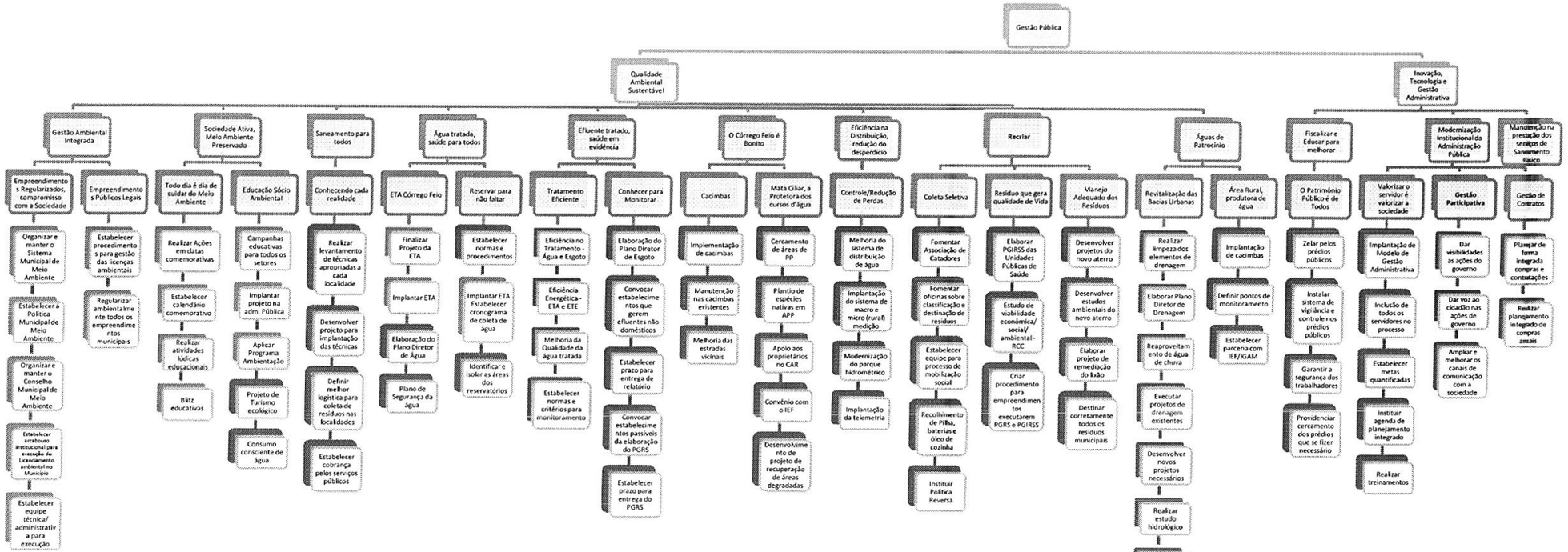
controle e monitoramento da Administração Pública (Projeto Conhecer para Monitorar);

- ✓ *Manejo adequado dos Resíduos* – Elaborar projeto técnico executivo do novo aterro sanitário do Município; elaborar estudos ambientais do projeto; elaborar projeto de remediação e recuperação da área do lixão; destinar corretamente todos os resíduos Municipais sob responsabilidade da Administração Pública;
- ✓ Limpeza dos Elementos de Drenagem;
- ✓ Elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor de Drenagem Pública;
- ✓ *Revitalização das Bacias Urbanas* – Implantar sistema piloto de reaproveitamento de água de chuva em prédios públicos; Elaborar projetos executivos para as Avenidas João Alves do Nascimento e Jorge Elias Abrão, e parte do Córrego Rangel, conforme Produto 2[25]; desenvolver, baseado no estudo hidrológico, novos projetos para a microdrenagem; elaborar estudo hidrológico das bacias urbanas; ação caça esgoto; realizar cadastramento da rede de microdrenagem; desenvolver programação de pavimentação de vias não pavimentadas, mas somente com a contemplação do sistema de microdrenagem; instituir Parques Lineares conforme previsto no Plano Diretor Participativo;
- ✓ *Área Rural, produtora de água* – Implantar Projeto Cacimba e incentivar proprietários rurais a implantar barraginhas para acúmulo de água de chuva, aumentando a infiltração da água; estabelecer pontos de monitoramento da qualidade das águas em parceria com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- ✓ Fiscalizar execução de obras terceirizadas; serviços terceirizados; prestação de serviços públicos;
- ✓ Criar Legislação quanto a definição de regras específicas para a atividade fiscalizadora dentro das políticas setoriais;
- ✓ *Valorizar o servidor é valorizar a sociedade* – Implantar Modelo de Gestão Administrativa; incluir todos os servidores públicos no processo de construção e implantação do modelo de gestão escolhido; estabelecer metas quantificadas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto para os servidores; instituir agente de Planejamento Integrado; Proporcionar capacitações e capacitações aos servidores;
- ✓ *Gestão participativa* – Dar visibilidade das ações e seus resultados à população; fazer com que a população participe da construção das ações da Administração Pública; criar canal de comunicação com a população;

[25] Para estas Avenidas os projetos básicos já foram desenvolvidos. Para as demais Avenidas e ruas que apresentam problemas de drenagem, as mesmas foram citadas no Produto 2, visto não possuir projeto básico desenvolvido.

- ✓ *Gestão de Contratos* – Planejar de forma integrada as demandas similares de setores distintos, a fim de otimizar processos de compras/licitações; realizar planejamento integrado anual, tanto para aquisição de produtos quanto contratação de serviços;
- ✓ Realizar levantamento de todo o sistema de microdrenagem;
- ✓ Realizar Planejamento Integrado das atividades de manutenção;
- ✓ Manutenções programadas e avisos à comunidade para gerar o menor impacto possível.

A seguir, apresenta-se o fluxograma relativo ao modelo de gestão que será adotado pelo município de Patrocínio, a partir dos Projetos Estruturadores, Programas Associados, Projetos e Ações, a serem implementados no período de vigência do PMSB, visando à melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico no Munícipio, e qualidade de vida da população:



LEGENDA

- Modelo de Gestão
- Projeto Estruturador
- Programas Associados
- Projetos
- Ações

A partir da definição das Políticas, Programas, Projetos e Ações a serem estabelecidas para alcançar, no horizonte de 20 anos, os objetivos e metas estabelecidos os mesmos foram atribuídos aos problemas conforme a demanda.

Desta forma, foi aplicada a ferramenta gerencial de definição de planejamento estratégico, denominada de 5W2H, ferramenta de gestão da qualidade que tem por objetivo o gerenciamento dos processos quanto à qualidade, eficiência e desempenho. A aplicação desta ferramenta possibilitou a elaboração de um Plano de Ação, que servirá de base para gerenciar todos os Programas, Projetos e Ações identificados. A sigla 5W2H tem sua origem na língua Inglesa com a elaboração de 07 perguntas básicas:

- ✓ **W**hat? (o que?), **W**hy? (por quê?), **W**ho? (quem?), **W**hen? (quando?), **W**here? (onde?), **H**ow? (como?), **H**ow much/many? (quanto?).

Nas tabelas a seguir estão definidos e planejados os Programas Projetos e Ações - PPA, admitindo soluções de forma emergencial, que visam atingir a universalização, a qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade dos recursos naturais. Vale ressaltar, que tais previsões por si só não asseguram a eficácia e eficiência do PMSB, necessitam também de medidas de implementação, desenvolvimento de projetos e ações efetivas, preconizadas neste PMSB.

Considerando os valores estimados para as ações relacionadas nas tabelas 43 a 46, abrangendo os quatro componentes do saneamento básico e aspectos relacionados aos mesmos, incluindo medidas de fortalecimento institucional, seriam necessários um investimento estimado na ordem de R$ 132 milhões de reais, para a universalização dos serviços em 20 anos, visando solucionar os atuais problemas.

Ressalta-se que novas intervenções e projetos a serem desenvolvidos deverão ser incluídos no Planejamento anual e atualizado o PMSB.

Desta forma, a grande importância de atualizar o PMSB sempre que necessário, sendo imprescindível sua atualização junto ao orçamento anual e ao planejamento plurianual.

Tabela 47 - Valores estimados de custos conforme metas (R$)

DAEPA	-	CUSTEIO	INVESTIMENTO	Total
	CP	R$ 7.470.000,00	R$ 40.120.000,00	R$ 47.590.000,00
	MP	R$ 590.000,00	R$ 4.640.000,00	R$ 5.230.000,00
	LP	R$ 90.000,00	R$ 1.200.000,00	R$ 1.290.000,00
OBRAS/DAEPA	-	CUSTEIO	INVESTIMENTO	Total
	CP	R$ 140.000,00	R$ 2.400.000,00	R$ 2.540.000,00
	MP	R$ 0,00	R$ 1.800.000,00	R$ 1.800.000,00
	LP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
OBRAS	-	CUSTEIO	INVESTIMENTO	Total
	CP	R$ 35.290.000,00	R$ 85.400.000,00	R$ 120.690.000,00
	MP	R$ 27.250.000,00	R$ 7.650.000,00	R$ 34.900.000,00
	LP	R$ 550.000,00	R$ 100.000,00	R$ 650.000,00
ADMINISTRAÇÃO		CUSTEIO	INVESTIMENTO	Total
	CP	R$ 25.905.000,00	R$ 4.000.000,00	R$ 29.905.000,00
	MP	R$ 0,00	R$ 10.600.000,00	R$ 10.600.000,00
	LP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Total	CP	R$ 68.805.000,00	R$ 131.920.000,00	R$ 200.725.000,00
	MP	R$ 27.840.000,00	R$ 24.690.000,00	R$ 52.530.000,00
	LP	R$ 640.000,00	R$ 1.300.000,00	R$ 1.940.000,00
Total		R$ 97.285.000,00	R$ 157.910.000,00	R$ 255.195.000,00

Ponderando a distribuição deste montante num breve período de tempo, faz-se necessária a busca por recursos por parte do Município, junto às esferas Estadual e Federal, e até Internacional, no intuito de viabilizar a realização do maior número possível das ações previstas, sempre procurando um desenvolvimento gradativo em busca da melhor situação possível, dentro da condição econômico-financeira do município.

Tabela 48 - Planejamento Estratégico - Plano de Execução dos Serviços do Sistema de Abastecimento de Água

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Novo Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Legislativo em Dez/2014, e que passa a valer a partir de agosto de 2015	Colocar em prática as novas previsões legais do Plano Diretor, assim como executar a fiscalização quanto ao cumprimento do mesmo	1.1.1	Instituir o Programa "Fiscalizar e educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	CP	R$ 800.000,00[26]	Recurso Próprio
		1.1.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do Município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	Fiscais Municipais	--			R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Existe um ponto de captação para atendimento da área urbana já outorgado e com ligações até uma Estação de Tratamento de Água - Sistema Morada Nova, desativado	Elaborar Plano Alternativo para utilização deste ponto em caso de problemas nos sistemas em funcionamento	1.2.1	Executar Plano de Emergência e Contingência quando necessário – Produto do PMSB	1 – Promover a divulgação do Plano de Emergência e Contingência 2 – Realizar treinamentos e capacitações com os funcionários do DAEPA 3 – Executar o Plano de Emergência e Contingência	Servidores públicos da DAEPA	Redes de Comunicação do Município/ Corpo de Bombeiro/ Polícia Militar	Unidades do DAEPA	LP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio
O DAEPA juntamente com Prefeitura vem promovendo o programa de proteção do Córrego Feio, com a implantação de cacimbas e barraginhas	Manter e melhorar o programa de proteção ao Córrego Feio implantando mais cacimbas e barraginhas conforme necessidade	1.3.1	Manter e Ampliar o Programa "O Córrego Feio é Bonito"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[27], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA/Propriedades rurais/ Bacia do Córrego Feio	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio (DAEPA)/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
		1.3.2	Implementar o projeto "Cacimbas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[28], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais	MP	R$ 600.000,00	Recurso Próprio (DAEPA)/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO

[26] Custeio de todas as áreas que realizam fiscalização/ano.

[27] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[28] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.3.3	Implementar o projeto "Mata Ciliar, a Protetora dos cursos d'água"	1 - Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 - Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública 3 – Buscar junto ao Instituto Estadual de Florestal – Núcleo Patrocínio capacitação no CAR 4 – Delegar funcionário para realizar a capacitação e ser o multiplicador junto aos produtores rurais 5 – Fomentar equipamentos e divulgar a prestação do serviço de auxílio ao cadastro do produtor rural junto ao CAR 6 - Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso 7 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[30], ou se será executado pela própria administração 8 – Elaborar o projeto conforme TR 9 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Obras/ IEF	DAEPA/ Prefeitura	CP	R$ 35.000,00[29]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.3.4	Desenvolver projeto de recuperação de áreas degradadas para as 12 nascentes identificadas no diagnóstico como "degradadas"	1 - Desenvolver e implantar o projeto de recuperação 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA e do horto municipal 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[32], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Responsável pelo Horto Municipal/ Proprietários rurais	Áreas identificadas em estudo	MP	R$ 650.000,00[31]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.3.5	Desenvolver o Programa Especial Produtor de Água	1 – Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso 2 – Desenvolver e implantar o programa 3 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 4 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA conforme orientações da ANA 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[34], ou se será executado pela própria administração 6 – Elaborar o programa conforme TR	DAEPA	ANA	–	CP	R$ 35.000,00[33]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental

[29] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.3.3.6.

[30] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[31] Levando-se em conta produção de mudas no Horto Municipal

[32] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[33] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.3.5.1.

[34] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
As duas captações estão em áreas protegidas amparadas pelos Códigos Florestais Brasileiro e Mineiro, leis nº 12.651/2012 e 20.922/2013, além da Lei Municipal nº 815/1964 que cria a área de proteção do manancial do Córrego Feio	Colocar em prática através de intervenções de proteção e fiscalização tudo que as Leis preconizam, principalmente a Lei Municipal	1.4.1	Manter e ampliar o Programa "O Córrego Feio é Bonito"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[35], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA/Propriedades rurais/ Bacia do Córrego Feio	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio (DAEPA)/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
		1.4.2	Implementar o "Projeto Cacimba"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[36], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais		R$ 600.000,00	Recurso Próprio (DAEPA)/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
		1.4.3	Implementar o Projeto "Mata Ciliar, a Protetora dos cursos d'água	1 - Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 - Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública 3 – Buscar junto ao Instituto Estadual de Florestal – Núcleo Patrocínia capacitação no CAR 4 – Delegar funcionário para realizar a capacitação e ser o multiplicador junto aos produtores rurais 5 – Fomentar equipamentos e divulgar a prestação do serviço de auxílio ao cadastro do produtor rural junto ao CAR 6 - Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso 7 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[38], ou se será executado pela própria administração 8 – Elaborar o projeto conforme TR 9 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Obras/ IEF	DAEPA/ Prefeitura		R$ 35.000,00[37]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.4.4	Instituir o Programa Fiscalizar e	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretarias	--		R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[35] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[36] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[37] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.3.3.6.

[38] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
			Educar para Melhorar	2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais	Municipal de Planejamento	Municipais e DAEPA				
				2 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				3 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				4 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						
				5 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		1.4.5	Desenvolver o Programa Especial Produtor de Água	1 – Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso	DAEPA	ANA	Mananciais de abastecimento		R$ 35.000,00[39]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Desenvolver e implantar o programa						
				3 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro						
				4 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA conforme orientações da ANA						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[40], ou se será executado pela própria administração						
				6 – Elaborar o programa conforme TR						
				7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Necessidade de modernização institucional do DAEPA	Fortalecer e modernizar a gestão e operação do DAEPA	1.5.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do Prefeito	Demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[41], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.5.2	Implementar o projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Estabelecer e Implantar modelo de Gestão administrativa, conforme Política Pública de Gestão	Secretaria Municipal de Planejamento	Todos os servidores públicos em exercício	Administração pública municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio/ Secretaria Municipal do Planejamento de MG
				2 – Incluir todos os servidores públicos no processo						
				3 – Estabelecer metas quantificadas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais						
				4 - Instituir agenda de planejamento integrado						
				5 – Proporcionar treinamentos e capacitações aos servidores						
		1.5.3	Implementar o projeto "Gestão participativa"	1 – Ampliar e melhorar os canais de comunicação com a sociedade	Secretaria Municipal de	Todos os servidores	Administração pública		R$ 60.000,00	Recurso Próprio

[39] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.3.5.1.

[40] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[41] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quanto?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				2 - Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Planejamento	públicos em exercício	municipal			
				3 - Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todos os setores da administração						
				4 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[42], ou se será executado pela própria administração						
				5 – Elaborar o projeto conforme TR						
				6 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				7 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				8 – Dar voz ao cidadão nas ações do governo						
				9 – Dar visibilidade às ações e seus resultados à população						
		1.5.4	Instituir o Programa "Eficiência na distribuição, redução do desperdício"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[43], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.5.5	Implementar o projeto "Controle/Redução de perdas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Elaborar termo de referência – TR, contemplando a implantação de macromedição no município e micromedição na área rural, assim como a modernização do parque hidrométrico e implementação da telemetria						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[44], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar capacitação a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento do sistema quanto a idade das instalações e possíveis vazamentos						
		1.5.6	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[45], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						

[42] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[43] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[44] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[45] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.5.7	Implementar o projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de Água		R$ 40.000,00[46]	Recurso Próprio
				2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro						
				3 – Realizar levantamento quanto a locais potenciais para troca de lâmpadas e equipamentos de melhor consumo energético						
				4 – Estabelecer cronograma (financeiro principalmente) para a troca das lâmpadas e equipamentos levantados acima						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição dos equipamentos e lâmpadas e da execução das trocas[47], ou se será executado pela própria administração						
		1.5.8	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	--		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG/
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[48], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Ausência de Plano Diretor específico do Sistema de Abastecimento de Água	Elaborar Plano Diretor Específico do Sistema de Abastecimento de Água - SAA	1.6.1	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[49], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.6.2	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	--		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[50], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						

[46] Não está incluído neste valor quantitativo referente a aquisição de lâmpadas e/ou equipamentos. Somente será possível após o levantamento dos mesmos.

[47] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[48] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[49] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[50] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
A vazão captada no córrego sem nome, localizado na área conhecida como área das bombas velhas, é de 20L/s, valor superior ao outorgado que é de 4,8L/s	Regularização junto ao órgão competente a outorga de direito de uso da água conforme necessidade	1.7.1	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[51], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.7.2	Implementar o projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Sistema de abastecimento e água		R$ 50.000,00[52]	Recurso Próprio/ Fundo Municipal de Saneamento
				2 – Realizar junto à SUPRAM TMAP a regularização ambiental de todos os pontos de uso da água (captação e/ou poço) já em operação						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[53], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
A rede adutora de água bruta, de 400 mm, possui um trecho constituída de ferro fundido e outro de chapa de aço; o trecho constituído de chapa de aço rompe com frequência	Resolver o problema dos frequentes rompimentos da rede	1.8.1	Instituir o Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	DAEPA	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[54], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção						
				8 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA		Local da substituição de rede adutora	MP	R$ 600.000,00	Orçamento Municipal, Ministério das Cidades, PAC, FHIDRO, BDMG, DAEPA
				9 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição do material e execução da obra[55], ou se será adquirido/executado pela própria administração						
				10 – Executar a obra de substituição da rede						
A Estação de	Executar Projeto da	1.9.1	Instituir o Programa "Água tratada,	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/

[51] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[52] Não estão incluídos valores de futuras intervenções. Para novas intervenções levar em consideração valor aproximado de R$ 4.000,00 por ponto (atualizar valor conforme mercado e UFEMG.

[53] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[54] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[55] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Tratamento de Água - ETA - está operando com sobrecarga. Capacidade operacional 100L/s. Está operando cerca de 200 L/s	Nova Estação de Tratamento de Água		saúde para todos"	2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[56], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.9.2	Implementar o projeto "ETA Córrego Feio"	1 – Finalizar projeto executivo da nova Estação de Tratamento de Água 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução da obra[58], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar obra conforme projeto e cronograma 5 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento/ Empresa terceirizada	Área para implantação da nova ETA		R$ 20.000.000,00[57]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.9.3	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[59], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	--		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
No ano de 2012, em média, 95% das amostras realizadas para o parâmetro turbidez, não atenderam o padrão de potabilidade na saída do tratamento, conforme Portaria do MS nº 2.914/2011	Atender ao padrão de potabilidade conforme preconiza a Portaria MS nº 2.914/2011	1.10.1	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[60], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.10.2	Implementar o projeto "ETA Córrego Feio"	1 – Finalizar projeto executivo da nova Estação de Tratamento de Água 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento/	Área para implantação da nova ETA		R$ 20.000.000,00[61]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê

[56] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[57] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização.

[58] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[59] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[60] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[61] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução da obra[62], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar obra conforme projeto e cronograma 5 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto		Empresa terceirizada				de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.10.3	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[63], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	--		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.10.4	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[64], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.10.5	Fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS	Fiscais Municipais	--	--		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
No ano de 2012, em média, 4% das amostras realizadas para o parâmetro cloro residual livre, não atenderam o padrão de potabilidade no sistema de distribuição, conforme Portaria do MS nº 2.914/2011	Atender ao padrão de potabilidade conforme preconiza a Portaria MS nº 2.914/2011	1.11.1	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[65], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental

[62] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[63] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[64] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[65] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		1.11.2	Implementar o projeto "ETA Córrego Feio"	1 – Finalizar projeto executivo da nova Estação de Tratamento de Água 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução da obra[67], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar obra conforme projeto e cronograma 5 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento/ Empresa terceirizada	Área para implantação da nova ETA		R$ 20.000.000,00[66]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.11.3	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[68], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	--		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.11.4	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[69], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.11.5	Fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS	Fiscais Municipais	--	--		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Não existe sistematização das rotinas de lavagem e descarga de fundo dos reservatórios de água tratada	Sistematizar rotina de lavagem de fundos dos reservatórios de água tratada	1.12.1	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[70], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	DAEPA	--	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental

[66] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização.

[67] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[68] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[69] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[70] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quanto?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.12.2	Implementar projeto "Reservar para não faltar"	1 – Estabelecer normas e critérios para lavagem e descarga de fundo dos reservatórios 2 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução das atividades[71], ou se será executado pela própria administração 3 – Realizar atividades 4 – Definir cronograma amostral para coleta e análise de água dos reservatórios 5 – Identificar e cercar todos os reservatórios	DAEPA	--	Reservatórios de água		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Ausência de sistema de macromedição na ETA	Implantar sistema de macromedição na ETA	1.13.1	Instituir Programa "Eficiência na distribuição, redução do desperdício"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[72], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.13.2	Implementar projeto "Controle/Redução de Perdas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR, contemplando a implantação de macromedição no município e micromedição na área rural, assim como a modernização do parque hidrométrico e implementação da telemetria 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[73], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar capacitação a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento do sistema quanto a idade das instalações e possíveis vazamentos	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
Distrito de São João da Serra Negra realiza captação por meio de poço tubular e trata a água somente com cloração simples. Necessita de ETA simplificada, para atender aos padrões de potabilidade da Portaria do MS nº	Implantar ETA no Distrito de São João da Serra Negra	1.14.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Estabelecer cobrança pelos serviços prestados pelo DAEPA nas localidades rurais 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[74], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o programa conforme TR 6 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Finanças	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ Fundo Mun. De Saneamento

[71] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[72] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[73] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[74] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
2.914/2011				7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.14.2	Implantar projeto da estação de tratamento de água - ETA	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR conforme projeto executivo existente 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[75], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar obra conforme cronograma 6 – Fiscalizar o cumprimento do TR conforme previsto	DAEPA	–	Distrito de são João da Serra Negra	MP	R$ 300.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
Distrito de São Benedito possui Estação de Tratamento de Água - ETA simplificada, mas não há monitoramento da qualidade da água tratada	Realizar o monitoramento da qualidade da água tratada no Distrito de São Benedito	1.15.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Estabelecer cobrança pelos serviços prestados pelo DAEPA nas localidades rurais 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[76], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o programa conforme TR 6 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Finanças	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ Fundo Mun. De Saneamento
		1.15.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[78], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	Localidades Rurais		R$ 35.000,00[77]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.15.3	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[79], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental

[75] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[76] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[77] Não estão incluídos valores referentes à implantação de técnicas e tecnologias.

[78] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[79] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
		1.15.4	Implementar Projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade 2 – Delegar servidor para realizar coletas de água e encaminhar as mesmas para análise no DAEPA 3 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água	DAEPA	--	Distrito de São Benedito	LP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio
Ausência de Cobrança pelo sistema de abastecimento de água nas comunidades rurais	Implantar sistema de cobrança pelo serviço de abastecimento de água nas comunidades rurais	1.16.1	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[80], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Secretaria Municipal de Planejamento	LP	R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.16.2	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Estabelecer cobrança pelos serviços prestados pelo DAEPA nas localidades rurais 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[81], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o programa conforme TR 6 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Finanças	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ Fundo Mun. De Saneamento
Programa de combate a perdas de água do sistema, pouco eficiente e eficaz	Melhorar programa de combate a perdas de água	1.17.1	Instituir Programa "Eficiência na distribuição, redução do desperdício"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[82], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.17.2	Implementar o projeto "Controle/Redução de Perdas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR, contemplando a implantação de macromedição no município e micromedição na área rural, assim como a modernização do parque hidrométrico e implementação da telemetria 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[83], ou se será executado pela própria administração	DAEPA	--	Sistema de Abastecimento de água		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG

[80] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[81] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[82] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar capacitação a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento do sistema quanto a idade das instalações e possíveis vazamentos						
Falta de projeto e planejamento visando a ampliação da capacidade de reservação, em função do crescimento habitacional e substituição e ampliação de redes de distribuição de água	Otimizar sistema de reservação	1.18.1	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	DAEPA	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[84], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
		1.18.2	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[85], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.18.3	Implementar projeto "Reservar para não faltar"	1 – Estabelecer normas e critérios para lavagem e descarga de fundo dos reservatórios	DAEPA	–	Reservatórios de água		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução das atividades[86], ou se será executado pela própria administração						
				3 – Realizar atividades						
				4 – Definir cronograma amostral para coleta e análise de água dos reservatórios						
				5 – Identificar e cercar todos os reservatórios						
Não existe uma Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR que trate o lodo e os resíduos da ETA.	Implantar Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR da ETA, condizente com a solução dada a sobre carga da ETA	1.19.1	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[87], ou se será executado pela própria administração						

[83] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[84] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[85] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[86] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[87] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO									
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA									
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO									
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Atualmente todos os resíduos provenientes da limpeza das unidades e do tanque de contato são lançados "in natura" no Córrego Tributário do Rio Dourados				4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.19.2	Implementar o projeto "ETA Córrego Feio"	1 – Finalizar projeto executivo da nova Estação de Tratamento de Água 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução da obra[89], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar obra conforme projeto e cronograma 5 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento/ Empresa terceirizada	Área para implantação da nova ETA		R$ 20.000.000,00[88]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.19.3	Elaborar Plano Diretor de Abastecimento de Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[90], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	Secretaria Municipal de Planejamento		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		1.19.4	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[91], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG/ Compensação Ambiental
		1.19.5	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[93], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[92]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG

[88] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização.

[89] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[90] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[91] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[92] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[93] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[94], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[95]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
Ausência de Plano de Segurança da Qualidade da Água	Implantar Plano de Segurança da Qualidade da Água	1.20.1	Instituir o Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[96], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.20.2	Estabelecer Plano de Segurança da Água	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Sistema de Abastecimento de água		R$ 300.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[97], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Ausência de Plano de Emergência e contingência do sistema de abastecimento de água	Implantar Plano de Emergência e Contingência do Sistema de Abastecimento de Água - SAA	1.21.1	Executar Plano de Emergência e Contingência quando necessário – Produto do PMSB	1 – Promover a divulgação do Plano de Emergência e Contingência	Servidores públicos da DAEPA	Redes de Comunicação do Município/ Corpo de Bombeiro/ Polícia Militar	Unidades do DAEPA	MP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar capacitação e capacitações com os funcionários do DAEPA						
				3 – Executar o Plano de Emergência e Contingência						
Falta de tratamento de água em 8 localidades rurais, onde atualmente são atendidos somente com água bruta (Boa	Elaborar projeto visando a implementação de sistema de abastecimento e tratamento de água	1.22.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[98], ou se será executado pela própria administração						

[94] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[95] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[96] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[97] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[98] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quanto?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Vista, Córrego Feio, Macaúbas de Baixo, Macaúbas, Caxambu, Pedros, Santa Luzia dos Barros, Santo Antônio do Quebra Anzol e Comunidade da Mata do Silvano)	em todas as localidades rurais			4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.22.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[100], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Localidades rurais		R$ 35.000,00[99]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.22.3	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[101], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.22.4	Implementar Projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade 2 – Delegar servidor para realizar coletas de água e encaminhar as mesmas para análise no DAEPA 3 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água	DAEPA	--	DAEPA		R$ 40.000,00	Recurso Próprio
Não há atendimento em todas as comunidades	Elaborar projeto visando a implementação de sistema de abastecimento e tratamento de água em todas as localidades rurais	1.23.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[102], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.23.2	Implementar projeto "Conhecendo	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Localidades		R$ 35.000,00[103]	Recurso Próprio/ ANA/

[99] Não estão incluídos valores referentes à implantação de técnicas e tecnologias.

[100] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[101] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[102] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
			cada realidade"	2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[104], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas			rurais			Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.23.3	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[105], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.23.4	Implementar projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade 2 – Delegar servidor para realizar coletas de água e encaminhar as mesmas para análise no DAEPA 3 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água	DAEPA	--	DAEPA		R$ 40.000,00	Recurso Próprio
Não há controle e monitoramento dos mananciais de abastecimento rurais	Implantar sistema de monitoramento dos mananciais rurais	1.24.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa e dos projetos de recuperação de áreas degradadas para as 12 nascentes identificadas no diagnóstico como "degradadas" 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[107], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa e os projetos conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar os projetos	DAEPA	Responsável pelo Horto Municipal/ Proprietários rurais	Áreas identificadas em estudo	LP	R$ 600.000,00[106]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.24.2	Implementar projeto "Área rural, produtora de água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"	DAEPA	ANA	Manancial do Córrego Feio		R$ 635.000,00[108]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/

[103] Não estão incluídos valores referentes à implantação de técnicas e tecnologias.

[104] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[105] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[106] Levando-se em conta produção de mudas no Horto Municipal.

[107] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[108] Valor referente aos Projeto "Cacimba e Mata Ciliar, protetora dos cursos d'água".

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[109], ou se será executado pela própria administração						Compensação Ambiental
				4 – Elaborar os projetos conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento da água do manancial					R$ 35.000,00	
				7 – Estabelecer convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						
				8 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água						
				9 – Estabelecer canal junto aos produtores rurais para a execução de cacimbas nas propriedades rurais						
				10 – Fortalecer o Programa Especial "Produtor de Água"					R$ 35.000,00	
Ausência de outorga para todos os pontos de captação/poço das localidades rurais	Regularização junto ao órgão competente as outorgas de direito de uso da água para todos os pontos em uso	1.25.1	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[110], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.25.2	Implementar o projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Sistema de Abastecimento de Água		R$ 50.000,00[111]	Recurso Próprio/ Fundo Municipal de Saneamento
				2 – Realizar junto à SUPRAM TMAP a regularização ambiental de todos os pontos de uso da água (captação e/ou poço) já em operação						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[112], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Informações disponibilizadas no SNIS estão em desconformidade com informações verificadas nos órgãos da Prefeitura Municipal	Informar de forma consistente os dados solicitados pelo SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	1.26.1	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretarias Municipais e DAEPA	Município	CP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						

[109] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[110] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[111] Não estão incluídos valores de futuras intervenções. Para novas intervenções levar em consideração valor aproximado de R$ 4.000,00 por ponto (atualizar valor conforme mercado e UFEMG.

[112] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		1.26.2	Fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades	Fiscais Municipais	Todas as Secretarias Municipais fiscalizadoras	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
				2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS						
		1.26.3	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do Prefeito	Demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública municipal		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[113], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.26.4	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito e demais Secretarias Municipais	Administração Pública municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
				2 – Incluir todos os servidores públicos no processo						
				3 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais						
				4 – Instituir agenda de planejamento integrado						
				5 – Estabelecer calendário para treinamentos e capacitações						
				6 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas						
				7 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro						
Necessidade de projeto de educação ambiental e sua execução em todos as localidades do Município	Elaboração de Projeto de Educação Ambiental incorporando todos os itens do saneamento básico	1.27.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[114], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.27.2	Implementar projeto "Todo dia é dia de cuidar do meio ambiente"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de	Administração Pública, Rede municipal de ensino		R$ 240.000,00[115]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[116], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						

[113] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[114] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[115] Referente a três de eventos para cada data pré-estabelecida (4 ao todo). Para cada nova data estabelecer valor de R$ 60.000,00 por três dias de eventos.

[116] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas		Educação				
				7 – Elaborar calendário municipal de eventos ambientais						
				8 – Realizar atividades lúdicas e blitz educativas para conscientizar a população						
				9 – Buscar parceria com o Núcleo Regional do Instituto Estadual de Florestas – IEF em Patrocínio						
		1.27.3	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[117], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Necessidade de preservação e fiscalização das nascentes	Elaborar projeto, em parcerias com entes públicos e privados, com a finalidade de preservação das nascentes	1.28.1	Manter o Programa "O Córrego Feio é Bonito	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	DAEPA/Propriedades rurais/ Bacia do Córrego Feio	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[118], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.28.2	Implementar o Projeto "Mata Ciliar, a Protetora dos cursos d'água	1 - Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Obras/ IEF	DAEPA/ Prefeitura		R$ 35.000,00[119]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 - Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública						
				3 – Buscar junto ao Instituto Estadual de Florestal – Núcleo Patrocínia capacitação no CAR						
				4 – Delegar funcionário para realizar a capacitação e ser o multiplicador junto aos produtores rurais						
				5 – Fomentar equipamentos e divulgar a prestação do serviço de auxílio ao cadastro do produtor rural junto ao CAR						
				6 - Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso						

[117] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[118] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[119] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.28.2.6

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				7 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[120], ou se será executado pela própria administração						
				8 – Elaborar o projeto conforme TR						
				9 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		1.28.3	Instituir o Programa Fiscalizar e Educar para Melhorar	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		1.28.4	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Responsável pelo Horto Municipal/ Proprietários rurais	Áreas identificadas em estudo		R$ 500.000,00[121]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa e dos projetos de recuperação de áreas degradadas para as 12 nascentes identificadas no diagnóstico como "degradadas"						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[122], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa e os projetos conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar os projetos						
		1.28.5	Implementar o projeto "Área rural, produtora de água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	ANA	Manancial do Córrego Feio		R$ 635.000,00[123]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[124], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar os projetos conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento da água do manancial					R$ 35.000,00	
				7 – Estabelecer convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						
				8 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água						

[120] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[121] Levando-se em conta produção de mudas no Horto Municipal

[122] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[123] Valor referente aos Projeto "Cacimba e Mata Ciliar, protetora dos cursos d'água".

[124] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				9 – Estabelecer canal junto aos produtores rurais para a execução de cacimbas nas propriedades rurais						
				10 – Fortalecer o Programa Especial "Produtor de Água"					R$ 35.000,00	
		1.28.6	Desenvolver o Programa Produtor de Água	1 – Identificar novas áreas e/ou propriedades passíveis de recuperação para desenvolvimento de projetos específicos conforme cada caso 2 – Desenvolver e implantar o programa 3 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 4 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA conforme orientações da ANA 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[126], ou se será executado pela própria administração 6 – Elaborar o programa conforme TR 7 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	ANA	Mananciais de abastecimento		R$ 35.000,00[125]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
Adequação no sistema de distribuição de água no Distrito de Salitre de Minas	Verificar quais adequações são necessárias no sistema visando solucionar os problemas elencados	1.29.1	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[127], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		1.29.2	Implementar projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade 2 – Delegar servidor para realizar coletas de água e encaminhar as mesmas para análise no DAEPA 3 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água	DAEPA	--	DAEPA		R$ 40.000,00	Recurso Próprio
		1.29.3	Implementar sistema de cobrança de uso de água	1 – Verificar existência de Lei que prevê a cobrança pelos serviços prestados pelo DAEPA na Zona Rural 2 – Estabelecer, por força de Lei, cobrança por todos os serviços públicos prestados 3 – Levar ao conhecimento da população a necessidade da cobrança e colocar em prática	DAEPA	Prefeitura Municipal, Vereadores Municipais	Localidades onde há serviço público prestado, mas não há cobrança pelo mesmo		R$ 40.000,00	Recurso Próprio
Necessidade de manutenção e limpeza nas caixas d'água	Incluir no Projeto de Educação Ambiental informações sobre a importância da manutenção e	1.30.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[128], ou se será executado pela própria administração	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de	Administração Pública, Rede municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[125] Custo referente a elaboração do Programa e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos do item 1.28.6.1.

[126] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[127] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	limpeza das caixas d'água			4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas		Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação				
		1.30.2	Implementar projeto "Todo dia é dia de cuidar do meio ambiente"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[130], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Elaborar calendário municipal de eventos ambientais 8 – Realizar atividades lúdicas e blitz educativas para conscientizar a população 9 – Buscar parceria com o Núcleo Regional do Instituto Estadual de Florestas – IEF em Patrocínio	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino		R$ 240.000,00[129]	Recurso Próprio/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Ministério do Meio Ambiente
		1.30.3	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[131], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Bairros e localidades rurais apresentam problemas como pouca pressão, pouca água, intermitência no fornecimento devido à queda de energia e bomba estragada, sujeira e coloração na	Incorporar estes e demais possíveis problemas quando da elaboração do Plano de Emergência e Contingência para que não haja intermitência ou	1.31.1	Executar Plano de Emergência e Contingência quando necessário – Produto do PMSB	1 – Promover a divulgação do Plano de Emergência e Contingência 2 – Realizar capacitações com os funcionários do DAEPA 3 – Executar o Plano de Emergência e Contingência	Servidores públicos da DAEPA	Redes de Comunicação do Município/ Corpo de Bombeiro/ Polícia Militar	Unidades do DAEPA	MP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio
		1.31.2	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA	DAEPA	--	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/

[128] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[129] Referente a três de eventos para cada data pré-estabelecida (4 ao todo). Para cada nova data estabelecer valor de R$ 60.000,00 por três dias de eventos.

[130] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[131] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
água entre outros problemas	comprometimento no fornecimento e qualidade de água ao consumidor. Vale ressaltar que onde os problemas já foram resolvidos fica apesar o alerta para possíveis manutenções			3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[132], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						Compensação Ambiental
		1.31.3	Implementar o projeto "Reservar para não faltar"	1 – Estabelecer normas e critérios para lavagem e descarga de fundo dos reservatórios 2 – Verificar necessidade de terceirização quando da execução das atividades[133], ou se será executado pela própria administração 3 – Realizar atividades 4 – Definir cronograma amostral para coleta e análise de água dos reservatórios 5 – Identificar e cercar todos os reservatórios 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	DAEPA	--	Reservatórios de Água		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
A crise hídrica que o país vem enfrentando desde o penúltimo ciclo de cheias no país - 2013/2014 e que se agravou no último período 2014/2015	Levar em consideração a situação proveniente da escassez de chuva nos últimos períodos quando da elaboração de planos projetos do sistema de abastecimento de água	1.32.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[134], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		1.32.2	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[135], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica

[132] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[133] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[134] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[135] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas		Educação				
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
		1.32.3	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Responsável pelo Horto Municipal/ Proprietários rurais	Áreas identificadas em estudo		R$ 500.000,00[136]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa e dos projetos de recuperação de áreas degradadas para as 12 nascentes identificadas no diagnóstico como "degradadas"						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[137], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa e os projetos conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar os projetos						
		1.32.4	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Meio Ambiente	--		R$ 100.00,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP
				2 – Fomentar projeto piloto para reaproveitamento de água de chuva						
				3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto						
				4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[138], ou se será executado pela própria administração						
				5 – Elaborar o projeto conforme TR						
				6 – Realizar divulgação do projeto						
				7 – Executar projeto						
		1.32.5	Implementar projeto "Área rural, produtora de água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	ANA	Manancial do Córrego Feio		R$ 635.000,00[139]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[140], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar os projetos conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento da água do manancial					R$ 35.000,00	
				7 – Estabelecer convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						
				8 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água						

[136] Levando-se em conta produção de mudas no Horto Municipal

[137] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[138] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[139] Valor referente aos Projetos "Cacimba e Mata Ciliar, protetora dos cursos d'água".

[140] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				9 – Estabelecer canal junto aos produtores rurais para a execução de cacimbas nas propriedades rurais						
				10 – Fortalecer o Programa Especial "Produtor de Água"					R$ 35.000,00	
A média per capta do consumo de água no município está muito acima das médias nacional e estadual	Incorporar ao projeto de educação ambiental o tema conscientização e consumo excessivo de água	1.33.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[141], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		1.33.2	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[142], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica

[141] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[142] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

Tabela 49 - Planejamento Estratégico -Plano de Execução dos Serviços do Sistema de Esgotamento Sanitário

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Não existe um Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, utiliza-se a Lei Orgânica do Município	Elaborar Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES	2.1.1	Instituir o Programa "Efluente tratado, saúde em evidência"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[143], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		2.1.2	Elaborar Plano Diretor de Esgotamento Sanitário	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[144], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA		R$ 1.200.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
Otimização do sistema de tratamento da ETE Rangel para melhorar a eficiência do tratamento	Emitir relatório técnico quanto a eficiência do novo sistema	2.2.1	Elaborar relatório técnico com informações referentes ao novo sistema implantado na ETE, principalmente quanto a eficiência	1 – Delegar funcionários responsável por elaborar relatório 2 – Elaborar relatório técnico quanto a eficiência da ETE 3 – Criar rotina de monitoramento, e caso apresente problemas aplicar o Plano de Emergência e Contingência	DAEPA	–	ETE Rangel	CP	R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Em três comunidades rurais verifica-se coleta e tratamento de esgoto, sendo que no Distrito de Salitre de Minas a mesma está em fase de testes	Emitir relatório técnico quanto a eficiência do novo sistema	2.3.1	Elaborar relatório técnico com informações referentes à nova ETE do Distrito de Salitre de Minas	1 – Delegar funcionários responsável por elaborar relatório 2 – Elaborar relatório técnico quanto a eficiência da ETE 3 – Criar rotina de monitoramento, e caso apresente problemas aplicar o Plano de Emergência e Contingência	DAEPA	–	ETE Salitre de Minas	CP	R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Necessidade de elaborar plano de fiscalização em oficinas e postos de combustível	Elaborar em parceria ao CODEMA Plano de fiscalização em oficinas e postos de combustível para que não haja descarte de efluente e/ou resíduos perigosos em locais proibidos	2.4.1	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretarias Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[143] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[144] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		2.4.2	Criar Legislação quanto a definição de regras específicas para a atividade de fiscalização dentro das políticas setoriais	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	--	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		2.4.3	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do Município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	--	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		2.4.4	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[145], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		2.4.5	Implementar o projeto "Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Elaborar leis, normas e procedimentos, baseadas nas leis ambientais estaduais e federais vigentes, contemplando requisitos para a municipalização do licenciamento ambiental 4 – Estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente 5 – Reorganizar e fomentar o Conselho Municipal de Meio Ambiente 6 - Implementar o projeto conforme estabelecido, para os envolvidos 7 – Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente para apoiar o processo de descentralização 8 - Realizar campanhas para divulgação do projeto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento, CODEMA	Prefeitura Municipal	CP	R$ 100.000,00	Recurso Próprio
Regularização Ambiental (Outorga) de ponto de lançamento de efluente	Buscar junto aos órgãos ambientais a regularização ambiental conforme legislação - ressaltando que atualmente não há a obrigatoriedade desta ação	2.5.1	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[146], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		2.5.1	Implementar o projeto	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Sistema de		R$ 50.000,00	Recurso Próprio

[145] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[146] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
			"Empreendimentos Públicos Legais"	2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada			Esgotamento Sanitário			
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[147], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Ausência de Estação Elevatória e emissários ligando a rede da Comunidade São Benedito a Estação de Tratamento de Esgoto de Salitre de Minas	Implantar estação elevatória de Esgoto e seus emissários para que o esgoto possa ser encaminhado até a ETE para tratamento	2.6.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[148], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.6.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Localidades rurais não atendidas		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[149], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste						
				5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.6.3	Executar obras de complementação da rede	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Localidade de São Benedito		R$ 120.000,00	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ FHIDRO
				2 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição do material e execução da obra[150], ou se será adquirido/executado pelo próprio DAEPA						
				3 – Executar a obra de complementação da rede e estação elevatória						
Ausência de implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, na comunidade de Martins.	Destinar adequadamente os efluentes sanitários, produzidos na comunidade de Martins.	2.7.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[151], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						

[147] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[148] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[149] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[150] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[151] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.7.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Localidades rurais não atendidas		R$ 1.000.000,00[152]	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[153], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste						
				5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Na comunidade de Silvano, verifica-se que há residências que não fizeram as ligações domiciliares no sistema de esgotamento sanitário, cerca de 10%.	Estimular os moradores a efetuarem a ligação domiciliar no sistema de esgotamento sanitário	2.8.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[154], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.8.2	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[155], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
ETE do Bairro Serra Negra e as dos distritos são cercadas com cerca de arame	Impedir o acesso não permitido de pessoas e animais na área da ETE	2.9.1	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						

[152] Previsão para implantação de sistema. Dependerá da melhor tecnologia identificada em estudo a ser realizado.

[153] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[154] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[155] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
farpado. Este tipo de fechamento permite o acesso de animais de pequeno porte às unidades, como cachorros e outros.				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		2.9.2	Implementar projeto "O patrimônio público é de todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência do projeto - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[156], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar o projeto conforme TR 5 – Realizar o cercamento de todas as unidades do DAEPA que necessitam de acesso restrito 6 – Instalar sistema de vigilância e controle nos prédios públicos da DAEPA 7 - Realizar campanha educativa com funcionários e usuários visando a preservação e zelo pelos prédios públicos	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	Unidades públicas do DAEPA		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Ministérios da Cidade/ FHIDRO
Falta de monitoramento dos efluentes das ETE's Silvano e São João da Serra Negra	Realizar o monitoramento da qualidade dos efluentes	2.10.1	Instituir Programa "Água tratada, saúde para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[157], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		2.10.2	Implementar projeto "Tratamento eficiente"	1 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento para a qualidade de água tratada, para atender aos padrões de potabilidade 2 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 3 – Realizar levantamento quanto a locais potenciais para troca de lâmpadas e equipamentos de melhor consumo energético 4 – Estabelecer cronograma (financeiro principalmente) para a troca das lâmpadas e equipamentos levantados acima 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição dos equipamentos e lâmpadas e da execução das trocas[158], ou se será executado pela própria administração	DAEPA	--	Sistema de Esgotamento Sanitário		R$ 40.000,00	Recurso Próprio
Durante procedimento de manutenção da	Elaborar Plano contingencial e/ou	2.11.1	Executar Plano de Emergência e Contingência quando necessário –	1 – Promover a divulgação do Plano de Emergência e Contingência	Servidores públicos da	Redes de Comunicação	Unidades do DAEPA	CP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio

[156] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[157] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[158] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
ETE o Esgoto é lançado sem tratamento no curso d'água	Emergencial para que não haja lançamento de esgoto "in natura" quando da paralização da estação		Produto do PMSB	2 – Realizar treinamentos e capacitações com os funcionários do DAEPA	DAEPA	do Município/ Corpo de Bombeiro/ Polícia Militar				
				3 – Executar o Plano de Emergência e Contingência						
		2.11.2	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de saneamento básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	DAEPA	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[159], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
Ausência de elevatórias e emissários para captar esgotos no Bairro Santo Antônio, Jardim Eldorado	Coletar e encaminhar para tratamento os esgotos oriundos do Bairro Santo Antônio, Jardim Eldorado e Ipiranga	2.12.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[160], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.12.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Localidades rurais não atendidas		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[161], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste						
				5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.12.3	Executar obras de complementação da rede	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	–	Bairros Santo Antônio, Jardim Eldorado e Piranga		R$ 1.500.000,00	Recurso Próprio/ Ministério da Cidade/ PAC/ FHIDRO
				2 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição do material e execução da obra[162], ou se será adquirido/executado pelo próprio DAEPA						
				3 – Executar a obra de complementação da rede e estação elevatória						

[159] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[160] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[161] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[162] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Estruturas de acesso à visitação ao ponto de lançamento de efluente tratado estão danificadas	Consertar estruturas para que haja acessibilidade ao local com a devida segurança, tanto para visitantes, quanto para funcionários que necessitam realizar manutenção	2.13.1	Executar obras necessárias	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Verificar necessidade de terceirização quando da aquisição do material e execução da obra[163], ou se será adquirido/executado pelo próprio DAEPA 3 – Executar a obra de complementação da rede e estação elevatória	DAEPA	--	ETE	LP	R$ 700.000,00	Recurso Próprio/ Ministério da Cidade/ PAC/ FHIDRO
Necessidade de campanhas educativas e de conscientização em geral	Elaborar de Projeto de Educação Ambiental incorporando todos os itens do saneamento básico	2.14.1	Instituir Programa "Sociedade ativa, Meio Ambiente Preservado	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[164], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.14.2	Implementar projeto "Todo dia é dia de cuidar do meio ambiente"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[166], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino		R$ 240.000,00[165]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
		2.14.3	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[167], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica

[163] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[164] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[165] Referente a três de eventos para cada data pré-estabelecida (4 ao todo). Para cada nova data estabelecer valor de R$ 60.000,00 por três dias de eventos.

[166] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[167] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Necessidade de melhoria no sistema de segurança da ETE Silvano	Viabilizar melhoria no sistema de segurança	2.15.1	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio
		2.15.2	Implementar projeto "O patrimônio público é de todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência do projeto - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[168], ou se será executado pela própria administração 4 – Executar o projeto conforme TR 5 – Realizar o cercamento de todas as unidades do DAEPA que necessitam de acesso restrito 6 – Instalar sistema de vigilância e controle nos prédios públicos da DAEPA 7 - Realizar campanha educativa com funcionários e usuários visando a preservação e zelo pelos prédios públicos	DAEPA	Secretaria Municipal de Planejamento	Unidades públicas do DAEPA		R$ 1.000.00,00	Recurso Próprio/ Ministérios da Cidade/ FHIDRO
Necessidade de projeto para destinação correta do esgoto na comunidade de Salitre de Minas	Verificar a efetividade e eficiência da ETE em fase final de testes através de relatório técnico a ser elaborado	2.16.1	Elaborar relatório técnico quanto a eficiência da ETE	1 – Delegar funcionários responsável por elaborar relatório 2 – Elaborar relatório técnico quanto a eficiência da ETE 3 – Criar rotina de monitoramento, e caso apresente problemas aplicar o Plano de Emergência e Contingência	DAEPA	–	ETE's	CP	R$ 50.000,00	Recurso Próprio
		2.16.2	Realizar intervenções de melhorias caso sejam necessárias conforme relatório técnico	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[170], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR e necessidade	DAEPA	–	Sistema de Esgotamento Sanitário		–[169]	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Ausência de fiscalização a fim de verificar lançamentos clandestinos na Praça da Saúde, Morada Nova, Salitre de Minas (Fábrica de Queijo),	Sanar lançamentos clandestinos de esgoto no município	2.17.1	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[168] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[169] Valores deverão ser verificados e planejados conforme demandas futuras.

[170] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
lavador de postos de combustível e São João da Serra Negra				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		2.17.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	–	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		2.17.3	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[171], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	DAEPA	–	Sistema de esgotamento sanitário		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.17.4	Implementar o projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver projeto caça esgoto 3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[172], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Executar projeto 7 – Fiscalizar e executar projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de obras	Sistema de esgotamento sanitário e sistema de microdrenagem		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
		2.17.5	Instituir o Programa "Efluente tratado, saúde em evidência"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[173], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		2.17.6	Implementar o projeto "Conhecer para Monitorar"	1 – Realizar a atualização do cadastro de usuários dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente quanto ao uso de cada 2 – Reclassificar e recalcular tarifas, de acordo com recadastramento, conforme necessidade 3 – Convocar estabelecimento privados, geradores de efluentes não domésticos a apresentar a caracterização de seus efluentes, assim como forma de tratamento e eficiência do mesmo, além do ponto de lançamento	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário		R$ 250.000,00	Recurso próprio

[171] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[172] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[173] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Estabelecer normas e procedimentos para rotina de monitoramento destes efluentes a fim de garantir a qualidade dos recursos hídricos						
				5 – Fiscalizar os pontos conforme informações prestadas						
Bairro Santa Terezinha apresenta retorno para dentro das casas (quando chove)	Sanar retorno de efluente da rede pública para dentro das residências	2.18.1	Realizar intervenções no sistema para que não haja retorno de esgoto, principalmente quanto a presença de esgoto na rede pluvial e vice-versa	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Sistema de esgotamento sanitário e sistema de microdrenagem	MP	R$ 70.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Realizar e identificar pontos críticos						
		2.18.2	Implantar válvula de retenção em pontos críticos do sistema	3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/aquisição[174], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Implantar válvulas de retenção conforme necessidade						
Ausência de rede de esgoto nas localidades de Santo Antônio do Quebranzol e Santa Luzia dos Barros	Implantar sistema de Esgotamento sanitário nas localidades citadas	2.19.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[175], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.19.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Localidades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[176], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste						
				5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Bairros São Cristóvão, Olímpio Nunes, São João da Serra Negra apresentam água de chuva na rede de esgoto	Verificar ligações de esgoto na rede de drenagem assim como drenagem na rede de esgoto	2.20.1	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						

[174] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[175] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[176] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quanto?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		2.20.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	–	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		2.20.3	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[177], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	DAEPA	–	Sistema de esgotamento sanitário		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.20.4	Implementar projeto Revitalização das Bacias Urbanas	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver projeto caça esgoto 3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[178], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Executar projeto 7 – Fiscalizar e executar projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de obras	Sistema de esgotamento sanitário e sistema de microdrenagem		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Bairro São Vicente e Salitre de Minas possuem esgoto ao ar livre/empossado na rua e lançado diretamente no rio	Levar a todas as localidades do município sistema de coleta e tratamento dos efluentes para que não haja esgoto a céu abeto	2.21.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[179], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.21.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[180], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	Localidades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[177] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[178] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[179] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[180] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
		2.21.3	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	--	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Bairro Santa Terezinha apresenta mau cheiro	Verificar possibilidade de lançamentos fora do sistema de coleta de esgoto	2.22.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[181], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	–	DAEPA	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.22.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[182], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Localidades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.22.3	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	--	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Há evidências de ligações clandestinas de água pluvial nas redes coletoras de esgoto, devido ao aumento dos esgotos no período chuvoso, assim como ligações de esgoto no sistema de drenagem	Isolar 100% das redes pluviais e de esgotamento sanitário de Patrocínio	2.23.1	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[181] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[182] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		2.23.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	DAEPA	--	DAEPA		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		2.23.3	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[183], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	DAEPA	--	Sistema de esgotamento sanitário		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.23.4	Implementar projeto Revitalização das Bacias Urbanas	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver projeto caça esgoto 3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[184], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Executar projeto 7 – Fiscalizar e executar projeto	DAEPA	Secretaria Municipal de obras	Sistema de esgotamento sanitário e sistema de microdrenagem		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Dispersão locacional das residências rurais dificulta a implantação de sistema de coleta e tratamento dos efluentes	Verificar melhor forma de sistema de coleta e tratamento de esgoto em todas as localidades rurais	2.24.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[185], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.24.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[186], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste 5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	--	Localidades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.24.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR	DAEPA	Secretaria Municipal de	Administração Pública, Rede		R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[183] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[184] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[185] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[186] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[187], ou se será executado pela própria administração		Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	municipal de ensino			
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.24.4	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[188], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Macaúbas de Baixo, Mata do Silvano, Coelhos, Fazenda Bom Jardim, Santo Antônio da Lagoa Seca, Salitre de Minas, São João da Serra Negra – Utilização de fossas negras	Verificar melhor forma de sistema de coleta e tratamento de esgoto em todas as localidades rurais, visando substituição desta forma de destinação	2.25.1	Instituir Programa "Saneamento para todos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	DAEPA	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[189], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		2.25.2	Implementar projeto "Conhecendo cada realidade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	--	Localidades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[190], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Realizar levantamento das técnicas e tecnologias mais adequadas a ser implantada em cada localidade rural, onde a prestação do serviço inexiste						
				5 – Realizar a divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						

[187] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[188] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[189] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[190] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 2 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		2.25.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[191], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		2.25.4	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[192], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, Comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica

[191] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[192] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

Tabela 50 - Planejamento Estratégico e Plano de Execução dos Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
A melhora da coleta de Resíduo da Construção Civil pode gerar matéria prima para a utilização em serviços públicos	Elaborar programa de gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil, incluindo reaproveitamento dos resíduos, assim como levantamento de viabilidade financeira da implantação de Usina de tratamento e reaproveitamento dos mesmos	3.1.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[193], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros/ Demais secretarias municipais/ Sociedade civil	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.1.2	Implementar projeto "Resíduo que gera qualidade de vida"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Delegar responsável pela elaboração dos PGIRSS – Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos de Saúde 3 – Elaborar PGIRSS de todas as Unidades Públicas de Saúde (R$ 100.000,00) 4 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de beneficiamento de resíduos sólidos da Construção Civil e fábrica de blocos (R$ 180.000,00) 5 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de compostagem (R$ 180.000,00) 6 – Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município 7 – Realizar capacitação nas unidades públicas de saúde para a correta implantação e manejo do PGRISS	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde	Município		R$ 460.000,00	Recurso Próprio
		3.1.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[194], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Demais secretarias Municipais, DAEPA, despachantes, empreendedores, comerciantes	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		3.1.4	Implementar projeto "Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Elaborar leis, normas e procedimentos, baseadas nas leis ambientais estaduais e federais vigentes, contemplando requisitos para a municipalização do licenciamento ambiental 4 – Estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente 5 – Reorganizar e fomentar o Conselho Municipal de Meio Ambiente 6 - Implementar o projeto conforme estabelecido, para os envolvidos	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Planejamento/ CODEMA/ Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal		R$ 100.000,00	Recurso Próprio

[193] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[194] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				7 – Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente para apoiar o processo de descentralização						
				8 - Realizar campanhas para divulgação do projeto						
		3.1.5	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública/ Rede Municipal de ensino		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[195], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.1.6	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[196], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
O cadastro de pontos de geradores de Resíduos Sólidos de Saúde deve ser atualizado	Atualizar o Cadastro dos geradores de resíduos sólidos de saúde no Município	3.2.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros/ Demais secretarias municipais/ Sociedade civil	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[197], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.2.2	Implementar projeto "Resíduo que gera qualidade de vida"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde	Município		R$ 460.000,00	Recurso Próprio
				2 – Delegar responsável pela elaboração dos PGIRSS – Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos de Saúde						
				3 – Elaborar PGIRSS de todas as Unidades Públicas de Saúde						

[195] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[196] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[197] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de beneficiamento de resíduos sólidos da Construção Civil e fábrica de blocos						
				5 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de compostagem						
				6 – Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município						
				7 – Realizar capacitação nas unidades públicas de saúde para a correta implantação e manejo do PGRISS						
Melhoria das técnicas de formação e logística das equipes	Capacitar todos os agentes públicos envolvidos no processo de planejamento e gestão dos resíduos de limpeza urbana	3.3.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do Prefeito	Demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[198], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.3.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
				2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa						
				3 – Incluir todos os servidores públicos no processo						
				4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais						
				5 – Instituir agenda de planejamento integrado						
				6 – Estabelecer calendário para treinamentos e capacitações						
				7 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas						
Melhoria na logística da capina urbana	Realizar planejamento das atividades incorporando todos os bairros do município	3.4.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do Prefeito	Demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[199], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.4.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
				2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa						
				3 – Incluir todos os servidores públicos no processo						
				4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais						
				5 – Instituir agenda de planejamento integrado						
				6 – Estabelecer calendário para treinamentos e capacitações						
				7 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas						

[198] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[199] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
Evidência de que o município possui coleta de carcaças de pneus e projeto de recolhimento de pilhas e baterias (política reversa)	Ampliar o projeto existente a todo o município e dar visibilidade do mesmo	3.5.1	Realizar campanha de divulgação dos projetos existentes - Coleta de Pneus e de pilhas e baterias	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer procedimentos e cronograma de divulgação das atividades 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[200], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar a capacitação e capacitação da equipe que irá trabalhar na campanha 5 – Realizar atividades de divulgação	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sociedade civil/ Secretaria de obras	Município	CP	R$ 60.000,00	Recurso Próprio/ Ministério do Meio Ambiente/ FHIDRO
		3.5.2	Ampliar os pontos de coleta de pilhas e baterias para as repartições públicas do município	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/aquisição[201], ou se será executado pela própria administração 4 – Identificar melhores lugares para alocação dos pontos de coleta 5 – Realizar divulgação dos pontos ampliados	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sociedade Civil/ Secretaria de Obras	Município	LP	R$ 150.000,00	Recurso Próprio/ Ministério do Meio Ambiente/ FHIDRO
Evidência de que a Prefeitura Municipal possui infraestrutura e corpo técnico capacitado para a coordenação do sistema de limpeza pública e geração de relatórios gerenciais	Capacitar todos os agentes públicos envolvidos no processo de planejamento e gestão dos resíduos de limpeza urbana, assim como os funcionários envolvidos nos diversos serviços visando a melhoria contínua dos serviços prestados	3.6.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[202], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Gabinete do Prefeito	Demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.6.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo 4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais 5 – Instituir agenda de planejamento integrado 6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações 7 – Proporcionar treinamento e capacitações dos servidores – internas e externas	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
		3.6.3	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[200] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[201] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[202] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		3.6.4	Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços públicos prestados	1 – Estabelecer normas e procedimentos para definição das atividades de fiscalização interna	Servidores responsáveis	Todas as Secretaria Municipais fiscalizadoras	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar relatório evidenciando a qualidade da prestação dos serviços, buscando a melhoria no atendimento ao cidadão						
Evidência de que a Prefeitura Municipal possui infraestrutura para manutenção de equipamentos, inclusive mão de obra especializada	Viabilizar melhores condições de trabalho aos agentes públicos, além de realizar capacitações continuadas	3.7.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do Prefeito	Demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[203], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.7.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretaria Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
				2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa						
				3 – Incluir todos os servidores públicos no processo						
				4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais						
				5 – Instituir agenda de planejamento integrado						
				6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações						
				7 – Proporcionar tratamento e capacitações dos servidores – internas e externas						
		3.7.3	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		3.7.4	Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços públicos prestados	1 – Estabelecer normas e procedimentos para definição das atividades de fiscalização interna	Servidores responsáveis	Todas as Secretaria Municipais fiscalizadoras	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar relatório evidenciando a qualidade da prestação dos serviços, buscando a melhoria no atendimento ao cidadão						
Necessidade de campanhas educativas, fiscalização e penalização nas	Elaborar projeto, incorporando todos os itens do saneamento básico, de educação e	3.8.1	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de	Administração Pública/ Rede Municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[204], ou se será executado pela própria administração						

[203] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
localidades e bairros quanto a correta gestão dos resíduos	conscientização ambiental			4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas		Educação				
		3.8.2	Implementar o projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[205], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
		3.8.3	Implementar o projeto "Todo dia é dia de cuidar do Meio Ambiente"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[207], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Elaborar calendário municipal de eventos ambientais 8 – Realizar atividades lúdicas e blitz educativas para conscientizar a população 9 – Buscar parceria com o Núcleo Regional do Instituto Estadual de Florestas – IEF em Patrocínio	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 240.000,00[206]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
		3.8.4	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais 3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas 4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio

[204] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[205] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[206] Referente a três de eventos para cada data pré-estabelecida (4 ao todo). Para cada nova data estabelecer valor de R$ 60.000,00 por três dias de eventos.

[207] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
Criar Usina de Tratamento de Resíduos no Bairro Santa Terezinha	Incorporar demanda dentro do projeto de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil a ser elaborado	3.9.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros/ Demais secretarias municipais/ Sociedade civil	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[208], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.9.2	Implementar projeto "Resíduo que gera qualidade de vida"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde	Município		R$ 460.000,00	Recurso Próprio
				2 – Delegar responsável pela elaboração dos PGIRSS – Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos de Saúde						
				3 – Elaborar PGIRSS de todas as Unidades Públicas de Saúde						
				4 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de beneficiamento de resíduos sólidos da Construção Civil e fábrica de blocos						
				5 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de compostagem						
				6 – Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município						
				7 – Realizar capacitação nas unidades públicas de saúde para a correta implantação e manejo do PGRISS						
		3.9.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[209], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.9.4	Implementar projeto "Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Planejamento/ CODEMA/ Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Elaborar leis, normas e procedimentos, baseadas nas leis ambientais estaduais e federais vigentes, contemplando requisitos para a municipalização do licenciamento ambiental						
				4 – Estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente						
				5 – Reorganizar e fomentar o Conselho Municipal de Meio Ambiente						
				6 - Implementar o projeto conforme estabelecido, para os envolvidos						

[208] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[209] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				7 – Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente para apoiar o processo de descentralização						
				8 - Realizar campanhas para divulgação do projeto						
		3.9.5	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[210], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.9.6	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[211], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Implantação do sistema de coleta seletiva, assim como aumento do número de caçambas e lixeiras nas localidades e nos bairros: Macaúbas de baixo, Olímpio Nunes, Regional Amir Amaral, Centro, Jardim Sul, Santo Antônio, Jd. Eldorado, Silvano, Morada Nova, Barra do Salitre, São João da Serra Negra	Instituir Programa de Coleta Seletiva em todo o município	3.10.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[212], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.10.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[213], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do

[210] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[211] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[212] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[213] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos		Planejamento				Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's
				5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social						
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[214]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
		3.10.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[215], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.10.4	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[216], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Criação de entulhódromo, aterro sanitário, implantação de ecoblocos, ecopontos,	Incorporar demanda dentro do projeto de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil a ser	3.11.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						

[214] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[215] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[216] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
cooperativa de reciclagem, parcerias público privada para reciclagem de materiais da construção civil	elaborado e quanto ao aterro sanitário elaborar projeto e buscar a regularização ambiental do mesmo			3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[217], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.11.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[218]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[219], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[220], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.00,00[221]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.11.3	Implementar projeto "Resíduo que gera qualidade de vida"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde	Município		R$ 460.000,00	Recurso Próprio
				2 – Delegar responsável pela elaboração dos PGIRSS – Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos de Saúde						
				3 – Elaborar PGIRSS de todas as Unidades Públicas de Saúde						
				4 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de beneficiamento de resíduos sólidos da Construção Civil e fábrica de blocos						
				5 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de compostagem						
				6 – Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município						
				7 – Realizar capacitação nas unidades públicas de saúde para a correta implantação e manejo do PGRISS						

[217] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[218] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[219] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[220] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[221] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
		3.11.4	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[222], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		3.11.5	Implementar projeto "Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Elaborar leis, normas e procedimentos, baseadas nas leis ambientais estaduais e federais vigentes, contemplando requisitos para a municipalização do licenciamento ambiental 4 – Estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente 5 – Reorganizar e fomentar o Conselho Municipal de Meio Ambiente 6 - Implementar o projeto conforme estabelecido, para os envolvidos 7 – Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente para apoiar o processo de descentralização 8 - Realizar campanhas para divulgação do projeto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Planejamento/ CODEMA/ Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
		3.11.6	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[223], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.11.7	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[224], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica

[222] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[223] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[224] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Existem grupos de catadores atuando no setor de recicláveis de forma clandestina	Capacitar e apoiar os catadores clandestinos para que os mesmos saiam da informalidade, incorporando suas atividades no projeto de coleta seletiva	3.12.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[225], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.12.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[227], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD 5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município	CP	R$ 500.000,00[226]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[228], ou se será executado pela própria administração 7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão 8 – Executar obra conforme projeto e cronograma 9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.00,00[229]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		3.12.3	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[230], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos 5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's

[225] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[226] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[227] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[228] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[229] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[230] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[231]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
Evidência de alguns pontos com resíduos sólidos espalhados pelas vias urbanas e terrenos baldios	Intensificar a fiscalização quanto a política de limpeza de lotes sujos e elaborar relatório identificando os pontos de reincidência para que o proprietário seja identificado	3.13.1	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[232], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.13.2	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[233], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
		3.13.3	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretaria Municipal Municipais e DAEPA	Município		R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						

[231] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[232] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[233] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		3.13.4	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	Fiscais Municipais	--	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
Evidência de uso de tambores e baldes plásticos no armazenamento de resíduos disponibilizados para a coleta em vias públicas (forma inadequada)	Realizar campanha de conscientização com a população a fim de abolir esta prática, que poderá ser incorporado ao projeto de educação ambiental	3.14.1	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[234], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA/ Secretaria de Desenvolvimento Social	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.14.2	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[235], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria de Desenvolvimento Social	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Não existe sistema de coleta seletiva no município	Elaborar Projeto de Coleta Seletiva em todo o município	3.15.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[236], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros/ Demais secretarias municipais/ Sociedade civil	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.15.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[237], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do

[234] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[235] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[236] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos		Planejamento				Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's
				5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social						
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[238]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
		3.15.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[239], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.15.4	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[240], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Não existe ponto de triagem e armazenamento de	Incorporar no projeto de coleta seletiva galpão para triagem	3.16.1	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de	Município	CP	R$ 500.000,00[241]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						

[237] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[238] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[239] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[240] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[241] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
recicláveis	e armazenamento dos resíduos			3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[242], ou se será executado pela própria administração		Meio Ambiente				de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[243], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[244]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.16.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's
				2 – Elaborar termo de referência – TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[245], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos						
				5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social						
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[246]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
Não existe associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis no município	Incorporar no projeto de coleta seletiva a criação de cooperativas e/ou associações de catadores	3.17.1	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município	CP	R$ 500.000,00[247]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[248], ou se será executado pela própria administração						

[242] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[243] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[244] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[245] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[246] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[247] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[249], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.00,00[250]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.17.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's
				2 – Elaborar termo de referência – TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[251], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos						
				5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social						
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[252]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
A coleta de RCC é o principal gargalo em relação a passivo ambiental gerado por resíduos sólidos no município	Elaborar programa de gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil, incluindo reaproveitamento dos resíduos, assim como levantamento de viabilidade financeira da	3.18.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[253], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						

[248] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[249] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[250] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[251] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[252] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[253] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	implantação de Usina de tratamento e reaproveitamento dos mesmos			6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.18.2	Implementar projeto "Resíduo que gera qualidade de vida"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Delegar responsável pela elaboração dos PGIRSS – Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos de Saúde 3 – Elaborar PGIRSS de todas as Unidades Públicas de Saúde 4 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de beneficiamento de resíduos sólidos da Construção Civil e fábrica de blocos 5 – Realizar estudo de viabilidade técnica/ financeira/ social para implantação de unidade de compostagem 6 – Criar normas e procedimentos para o monitoramento dos resíduos perigosos no município 7 – Realizar capacitação nas unidades públicas de saúde para a correta implantação e manejo do PGRISS	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde	Município		R$ 460.000,00	Recurso Próprio
		3.18.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[254], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria de Meio Ambiente	Demais secretarias Municipais, DAEPA, despachantes, empreendedores, comerciantes	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.18.4	Implementar projeto "Empreendimentos Regularizados, compromisso com a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Elaborar leis, normas e procedimentos, baseadas nas leis ambientais estaduais e federais vigentes, contemplando requisitos para a municipalização do licenciamento ambiental 4 – Estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente 5 – Reorganizar e fomentar o Conselho Municipal de Meio Ambiente 6 - Implementar o projeto conforme estabelecido, para os envolvidos 7 – Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente para apoiar o processo de descentralização 8 - Realizar campanhas para divulgação do projeto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Planejamento/ CODEMA/ Secretaria Municipal de Estado de Meio Ambiente	Prefeitura Municipal		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
Passivo ambiental da vala séptica do lixão precisa ser recuperado ambientalmente	Elaborar projeto de recuperação ambiental da vala séptica existente no aterro, assim como projeto de remediação de toda a área do aterro	3.19.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[255], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[254] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[255] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.19.2	Implementar projeto "Manejo Adequado dos Resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[256]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[257], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[258], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[259]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.19.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[260], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.19.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[261], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						

[256] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[257] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[258] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[259] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[260] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[261] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Evidência de que diversas vias públicas estão carentes do serviço de varrição	Realizar planejamento das atividades incorporando todos os bairros do município, assim como incorporar ao mesmo equipe de fiscalização dos serviços executados	3.20.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[262], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Gabinete do Prefeito	Demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.20.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo 4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais 5 – Instituir agenda de planejamento integrado 6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
Evidência de diversas vias públicas necessitando dos serviços de capina	Realizar planejamento das atividades incorporando todos os bairros do município, assim como incorporar ao mesmo, equipe de fiscalização dos serviços executados	3.21.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[263], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Gabinete do Prefeito	Demais Secretaria Municipal e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.21.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo 4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais 5 – Instituir agenda de planejamento integrado 6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
Os resíduos de poda estão sendo destinados à mesma área do RCC	Adequar a disposição de todos os resíduos gerados que sejam de responsabilidade da Prefeitura	3.22.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[264], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[262] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[263] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[264] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.22.2	Implementar projeto "Manejo Adequado dos Resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[266], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD 5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[265]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[267], ou se será executado pela própria administração 7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão 8 – Executar obra conforme projeto e cronograma 9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[268]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
		3.22.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[269], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.22.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[270], ou se será executado pela própria administração 4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação 5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
O aterro de resíduos	Implantação de	3.23.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretaria	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[265] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[266] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[267] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[268] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[269] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[270] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
sólidos urbanos encontra-se atualmente com características de depósito de lixo a céu aberto - lixão	aterro sanitário e remediação da área utilizada como aterro controlado			2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba	Municipal De Obras	Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros				
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[271], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.23.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[272]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[273], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[274], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[275]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.23.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[276], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.23.4	Implementar projeto	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretaria	Empreendiment		R$ 100.000,00	Recurso Próprio

[271] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[272] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[273] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[274] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[275] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[276] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
			"Empreendimentos Públicos Legais"	2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada	Municipal de Obras	Municipal de Meio Ambiente	os passíveis de regularização/ Lixão			
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[277], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Evidência de atividade de catação no lixão	Incorporar catadores ao programa de coleta seletiva e retirá-los do aterro	3.24.1	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município	CP	R$ 500.000,00[278]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[279], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[280], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[281]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.24.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[282], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos 5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social 6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento	Município		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's

[277] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[278] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[279] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[280] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[281] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[282] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO									
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS									
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO									
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[283]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
Evidência de inexistência de drenagem pluvial na área do lixão	Realizar projeto de remediação e recuperação ambiental desta área	3.25.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[284], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.25.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[285]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[286], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[287], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[288]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.25.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de	--	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						

[283] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

[284] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[285] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[286] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[287] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[288] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[289], ou se será executado pela própria administração	Obras					
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.25.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[290], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Evidências de queima de resíduos na área do lixão	Realizar projeto de remediação e recuperação ambiental desta área	3.26.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[291], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.26.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município	CP	R$ 500.000,00[292]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[293], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[294], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de	Município		R$ 10.000.000,00[295]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê

[289] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[290] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[291] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[292] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[293] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[294] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão		Meio Ambiente				de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.26.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[296], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.26.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[297], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Evidência de pontos de deposição de materiais diversos na área do lixão criando focos de proliferação de vetores de doenças	Realizar projeto de remediação e recuperação ambiental desta área	3.27.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[298], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.27.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[299]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[300], ou se será executado pela própria administração						

[295] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[296] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[297] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[298] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[299] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[301], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[302]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.27.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[303], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.27.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[304], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						
Insegurança para os garis - Bairro Santa Terezinha	Garantir os direitos de segurança para os profissionais que exercem a profissão de gari, constituídos em Leis trabalhistas	3.28.1	Fornecer equipamentos de proteção individual a todos os garis e cobrar sua utilização	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Funcionários da limpeza pública	CP	R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[305], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Adquirir equipamentos caso não haja						
				5 – Realizar capacitação a fim de orientar os usuários quanto a importância de utilizar os equipamentos						

[300] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[301] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[302] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[303] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[304] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[305] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				6 – Fiscalizar quanto a utilização correta dos mesmos						
Bairro Santa Terezinha e São Benedito: lixo na esquina e cachorros espalham	Conscientizar a população quanto aos horários de disposição dos resíduos	3.29.1	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[306], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.29.2	Implementar projeto "Educação sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[307], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Bairro Manoel Nunes e São Cristóvão: Acúmulo de resíduos da construção civil	Identificar pontos de acúmulo de resíduos para que sejam notificados os proprietários	3.30.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[308], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.30.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[310], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[309]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG

[306] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[307] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[308] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[309] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[310] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[311], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[312]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.30.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[313], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.30.4	Implementar projeto "Educação sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[314], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer Parcerias Público Privadas – PPP, com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Bairros Centro e Santo Antônio: os garis deixam resíduos espalhados pelo chão	Fiscalizar os serviços de coleta para que não haja resíduos espalhados após a	3.31.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						

[311] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[312] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[313] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[314] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	passagem da mesma			3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[315], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.31.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[316]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[317], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD						
				5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)						
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[318], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 10.000.000,00[319]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão						
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.31.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[320], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.31.4	Implementar projeto "Educação sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[321], ou se será executado pela própria administração						

[315] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[316] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[317] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[318] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[319] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[320] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (r$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				4 – Elaborar o projeto conforme TR		Municipal de Educação	indústria			Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
Comunidade de Silvano: Enterram resíduos	Conscientizar a população quanto às formas corretas de disposição dos resíduos, assim como os horários e dias da coleta	3.32.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[322], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.32.2	Implementar projeto "Coleta Seletiva"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, DAEPA, Secretaria Municipal de Planejamento	Município	CP	R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's
				2 – Elaborar termo de referência – TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[323], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar cronograma de implantação do projeto, definindo bairros pilotos						
				5 - Definir e capacitar equipes para o processo de mobilização social						
				6 – Realizar mobilização social e implantar projeto conforme termo de referência						
				7 – Fomentar Associação de Catadores	Secretaria Municipal de Meio	Secretaria Municipal de Obras/ ONG's/ Centro Mineiro de Resíduos/ FEAM[324]	Associação de Catadores		R$ 2.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP's/ Ministério das Cidades
				8 – Fomentar capacitação e capacitação aos associados						
		3.32.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De	Secretaria Municipal de	Administração Pública, Rede		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						

[321] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[322] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[323] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[324] Fundação Estadual do Meio Ambiente.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[325], ou se será executado pela própria administração	Meio Ambiente	Obras, Secretaria Municipal de Educação, DAEPA	municipal de ensino, comércio e indústria			
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.32.4	Implementar projeto "Educação sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[326], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução						
				8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo						
				9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004						
São João da Serra Negra: Lixo espalhado nas ruas, lotes, passeios, queimado e também nas margens da ferrovia	Intensificar a fiscalização quanto a política de limpeza de lotes sujos e elaborar relatório identificando os pontos de reincidência para que o proprietário seja identificado	3.33.1	Instituir Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretarias Municipais e DAEPA	Município	CP	R$ 800.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer legislação específica (decretos regulamentadores) quanto aos critérios para exercer a atividade de fiscalização, conforme políticas setoriais						
				3 – Elaborar normas e procedimentos, baseadas no arcabouço legal do município, contemplando todas as áreas administrativas						
				4 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				5 – Implementar o programa conforme estabelecido, para os envolvidos						
				6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização						
				7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		3.33.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades	Fiscais Municipais	–	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
				2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.						
		3.33.3	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal De Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação,	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[327], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						

[325] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[326] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[327] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos		DAEPA				
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.33.4	Implementar projeto "Educação sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[328], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras/ Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino, comércio e indústria		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
A Política Nacional de Resíduos Sólidos previa que até agosto de 2014 os sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos dos municípios deveriam estar operando. Não existe o sistema em operação no município	Implantação de aterro sanitário e remediação da área utilizada como aterro controlado	3.34.1	Instituir Programa "Recriar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de empresas privadas que executam servido de caçamba 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[329], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal De Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Caçambeiros	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		3.34.2	Implementar projeto "Manejo adequado dos resíduos"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Definir área (s) para possível implantação do aterro sanitário 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[331], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudos ambientais para a regularização ambiental do aterro sanitário conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Estado do Meio Ambiente - SEMAD 5 – Realizar junto a SUPRAM TMAP a regularização da (s) área (s)	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 500.000,00[330]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				6 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[332], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA/ Secretaria Municipal de	Município		R$ 10.000.000,00[333]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê

[328] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[329] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[330] Valor referente aos estudos ambientais e taxas ambientais, não incluindo valor de aquisição de área caso seja o caso.

[331] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 3 - SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO ATUAL – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (r$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Elaborar projetos executivos do aterro sanitário em conformidade com a aprovação ambiental e projetos da remediação da área do atual lixão		Meio Ambiente				de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				8 – Executar obra conforme projeto e cronograma						
				9 – Delegar servidor responsável pela fiscalização da execução da obra conforme projeto						
		3.34.3	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[334], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		3.34.4	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Empreendimentos passíveis de regularização/ Lixão		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Verificar junto à SUPRAM TMAP quanto a regularização ambiental dos pontos de lançamento de água tratada						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[335], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP conforme orientação						
				5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão						

[332] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[333] Valor referente a execução da obra e 3% para fiscalização. Fonte: Estimativa dos custos de implantação de aterros sanitários nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

[334] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[335] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

Tabela 51 - Planejamento Estratégico e Plano de Execução dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
O Município de Patrocínio não possui uma lei municipal que regularize a Drenagem Urbana, utilizando-se das diretrizes da lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, de saneamento básico e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais)	Elaborar Plano Diretor do Sistema de Drenagem Pública com objetivo caracterizar as causas das inundações ocorridas no município e, apresentar propostas de ações estruturais e não estruturais de controle de cheias, nos horizontes de curto, médio e longo prazo; objetivando reduzir progressivamente a frequência, a intensidade e a gravidade destas ocorrências	4.1.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa e do projeto do parque linear no Córrego Rangel 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[336], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa e o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar os projetos 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sistema de Drenagem Pluvial	CP	R$ 1.235.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.1.2	Elaborar Plano Diretor de Drenagem Pública	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR, incluindo levantamento documental e de campo, além da comparação destes valores e detalhamento da rede atual 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[337], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 3.000.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
Há evidencias de que há manilhas do sistema de microdrenagem subdimensionadas, assoreadas e danificadas, pois estas não comportam a vazão das águas pluviais	Executar reparos, ampliações e melhorias necessárias, que visem o pleno funcionamento do sistema de microdrenagem da sede do município	4.2.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[338], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Sistema de Drenagem Pluvial	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.2.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública 2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma 3 – Fiscalizar a execução dos serviços	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial	CP	R$ 500.000,00	Recurso Próprio
		4.2.3	Realizar o levantamento de todo o	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretaria	Sistema de	MP	R$ 3.000.000,00[339]	ANA/ Comitê de Bacia

[336] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[337] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[338] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
			sistema de microdrenagem	2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem	Municipal de Obras	Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	microdrenagem pluvial			Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[340], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.2.4	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[341], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudo conforme TR						
				5 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
				6 – Desenvolver novos projeto de infraestrutura de drenagem a partir do estudo hidrológico e do Plano Diretor de Drenagem que trará a situação detalhada do sistema de microdrenagem					R$ 0,00[342]	
		4.2.5	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[343], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
Há evidências de lançamento de esgotos domésticos nas redes de	Intensificar a fiscalização, com o objetivo de inibir ligações clandestinas	4.3.1	Instituir o Programa "Fiscalizar e Educar para Melhorar"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretarias Municipais e DAEPA	Município	MP	R$ 800.000,00[344]	Recurso Próprio/ Ministério das Cidades/ PAC/ FHIDRO/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ BDMG
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas da administração pública						

[339] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de microdrenagem.

[340] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[341] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[342] Valores somente poderão ser atribuídos após a finalização do Plano Diretor de Drenagem e do Estudo Hidrológico.

[343] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[344] Valor já contabilizado no orçamento de drenagem e do DAEPA.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
drenagem pluvial, identificado pela coloração e cheiro característico percebidos nos canais abertos	e, execução de obras necessárias para a separação dos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário			3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[345], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Realizar campanhas para divulgação das leis para posterior fiscalização 7 – Exercer a atividade de fiscalização						
		4.3.2	Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais do município	1 – Estabelecer normas e procedimentos para que os fiscais executem suas atividades 2 – Fornecer condições de trabalho para que os fiscais executem suas atividades – veículo, computadores, GPS.	Fiscais municipais	–	Município		R$ 200.000,00	Recurso Próprio
		4.3.3	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[346], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa	Secretaria Municipal de Obras	–	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.3.4	Implementar projeto Revitalização das Bacias Urbanas	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver projeto caça esgoto 3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[347], ou se será executado pela própria administração 5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Executar projeto 7 – Fiscalizar e executar projeto	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA	Sistema de esgotamento sanitário e sistema de microdrenagem		R$ 1.000.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
Na superfície das vias asfaltadas, verifica-se o escoamento laminar superficial, a maioria destes não tem declividade ideal para direcionar as águas pluviais para as sarjetas ou boca de lobo	Promover melhorias necessárias, no sistema de microdrenagem (meio-fio, sarjetas, bocas de lobo, bueiros, redes e galerias), de forma a disciplinar o escoamento das águas pluviais	4.4.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[348], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Sistema de Drenagem Pluvial	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.4.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública 2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio

[345] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[346] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[347] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[348] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO – Por que?	ITEM	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?	COMO	QUEM	OUTROS ATORES	ONDE	META – Quando?	QUANTO (R$)	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO
				3 – Fiscalizar a execução dos serviços						
		4.4.3	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[349], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR 6 – Desenvolver novos projeto de infraestrutura de drenagem a partir do estudo hidrológico e do Plano Diretor de Drenagem que trará a situação detalhada do sistema de microdrenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 1.200.000,00 R$ 0,00[350]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.4.4	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar 4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[351], ou se será executado pelo próprio DAEPA 6 – Realizar comunicação 7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.4.5	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[353], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[352]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
Evidência de escoamento laminar, tubulações de drenagem com diâmetros insuficiente,	Promover melhorias necessárias, no sistema de microdrenagem (meio-fio, sarjetas,	4.5.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[354], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[349] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[350] Valores somente poderão ser atribuídos após a finalização do Plano Diretor de Drenagem e do Estudo Hidrológico.

[351] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[352] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[353] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
danificadas, assoreadas e ainda contribuições de esgoto sanitários nas ruas João Alves do Nascimento e Av. Dom José Coimbra	bocas de lobo, bueiros, redes e galerias), de forma a disciplinar o escoamento das águas pluviais			4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.5.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública 2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma 3 – Fiscalizar a execução dos serviços	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio
		4.5.3	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[355], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 7 – Elaborar termo de referência – TR referente ao projeto de macrodrenagem da Av. João Alves do Nascimento 8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[357], ou se será executado pela própria administração 9 – Elaborar conforme TR 10 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial da Av. João Alves do Nascimento		R$ 30.500.000,00[356]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				11 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 12 – Elaborar termo de referência – TR referente aos projetos de microdrenagem na Av. Dom José Coimbra 13 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[358], ou se será executado pela própria administração 14 - Elaborar projetos conforme TR 15 - Fiscalizar a entrega do projeto conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial da Av. Dom José Coimbra		R$ 2.500.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.5.4	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[354] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[355] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[356] Valor previsto do projeto revisado, acrescido do valor da revisão.

[357] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[358] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[359], ou se será executado pelo próprio DAEPA 6 – Realizar comunicação 7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
		4.5.5	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[361], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[360]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
Inexistência de projeto de drenagem que visem sanar os problemas de alagamentos e inundações no município, principalmente na bacia do Córrego Rangel	Elaborar Projetos visando sanar os problemas de inundações e alagamentos, prevendo ações que deverão ser executadas	4.6.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[362], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.6.2	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[363], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 7 – Elaborar termo de referência – TR referente a novos projetos de drenagem conforme necessidade identificada no Plano Diretor de Drenagem	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial conforme Plano	MP	R$ 6.000.000,00[364]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/

[359] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[360] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[361] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[362] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[363] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[364] Este valor poderá sofre incremento de acordo com as necessidades levantadas no Plano Diretor de Drenagem.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[365], ou se será executado pela própria administração			Diretor de Drenagem			Ministério do Meio Ambiente
				9 - Elaborar projetos conforme TR						
				10 - Fiscalizar a entrega do projeto conforme TR						
A linha férrea que corta os bairros Boa Esperança, N. Sra. de Fátima, São Judas e São Francisco não conta com mecanismos eficientes de microdrenagem. Verifica-se ainda, falhas na declividade da pavimentação, os deflúvios não são direcionados para o equipamento existente, permitindo o escoamento laminar superficial. A linha férrea funciona como divisor de águas, onde a água passa por cima da rua e depois cai na rede de drenagem. Rua José Coimbra e Rua Jacinto Alves Pereira, no B. Santa Terezinha	Monitorar e promover melhorias necessárias para o adequado direcionamento, controle da vazão e da velocidade do escoamento das águas pluviais, no entorno da linha férrea	4.7.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[366], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.7.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Ferrovia Centro Atlântica
				2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma						
				3 – Fiscalizar a execução dos serviços						
		4.7.3	Estabelecer normas e procedimentos para monitoramento	1 – Estabelecer junto a equipe de limpeza pública rotina de trabalho para melhorar a manutenção do sistema de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Delegar funcionário, encarregado, para verificar o cumprimento e qualidade do serviço executado conforme rotina estabelecida						
		4.7.4	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[367], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudo conforme TR						
				5 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial conforme Plano Diretor de Drenagem		R$ 3.000.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente/ Ferrovia Centro Atlântica
				7 – Elaborar termo de referência – TR referente a projeto de melhoria da microdrenagem ao longo da linha férrea						
				8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[368], ou se será executado pela própria administração						
				9 - Elaborar projetos conforme TR						
				10 - Fiscalizar a entrega do projeto conforme TR						

[365] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[366] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[367] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[368] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				11 – Verificar junto a empresa Ferrovia Centro Atlântica (FCA) quanto a manutenção do sistema de drenagem ao longo da ferrovia e manutenção da mesma						
		4.7.5	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar 4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[369], ou se será executado pelo próprio DAEPA 6 – Realizar comunicação 7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.7.6	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[371], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[370]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
Existem pontos de aquaplanagem (na Av. Faria Pereira, João Alves Nascimento, Altino Guimarães, José Amando de Queiroz e Dom José André Coimbra), que precisam de estruturas para conduzir as águas pluviais laminares e dispersores de energia cinética	Monitorar e promover melhorias necessárias para o adequado direcionamento, controle da vazão e da velocidade do escoamento das águas pluviais, na Av. Faria Pereira, João Alves Nascimento, Altino Guimarães, José Amando de Queiroz e Dom José André Coimbra	4.8.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[372], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.8.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública 2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma 3 – Fiscalizar a execução dos serviços	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Ferrovia Centro Atlântica

[369] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[370] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[371] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[372] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
		4.8.3	Estabelecer normas e procedimentos para monitoramento	1 – Estabelecer junto a equipe de limpeza pública rotina de trabalho para melhorar a manutenção do sistema de drenagem 2 – Delegar funcionário, encarregado, para verificar o cumprimento e qualidade do serviço executado conforme rotina estabelecida	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
		4.8.4	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[373], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 7 – Elaborar termo de referência – TR referente ao projeto de macrodrenagem da Av. José Amando de Queiroz – Parte restante 8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[374], ou se será executado pela própria administração 9 – Elaborar conforme TR 10 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial Av. José Amando de Queiroz		R$ 35.700.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				11 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 12 – Elaborar termo de referência – TR referente aos projetos de microdrenagem nas Avenidas: Faria Pereira, Altino Guimarães e Dom José André Coimbra 13 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[375], ou se será executado pela própria administração 14 - Elaborar projetos conforme TR 15 - Fiscalizar a entrega do projeto conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial nas avenidas citadas		R$ 5.000.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				16 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 17 – Elaborar termo de referência – TR referente ao projeto de macrodrenagem da Av. João Alves do Nascimento 18 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[376], ou se será executado pela própria administração 19 – Elaborar conforme TR 20 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial da Av. João Alves do Nascimento		R$ 30.500.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.8.5	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[373] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[374] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[375] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[376] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[377], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
		4.8.6	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[378]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[379], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
As ruas do bairro Nações e Serra Negra possuem boca de lobo e rede de drenagem pluvial somente na parte baixa, nas proximidades da rua Japão. O escoamento laminar superficial ao atingir este ponto, já possui velocidade e volume que não são adequadamente absorvidos e sobrecarregam a rede de drenagem da rua Japão	Complementar o sistema de drenagem e promover melhorias necessárias, para o adequado direcionamento, controle da vazão e da velocidade do escoamento das águas pluviais, no Bairro Nações e Serra Negra	4.9.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[380], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.9.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Ferrovia Centro Atlântica
				2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma						
				3 – Fiscalizar a execução dos serviços						
		4.9.3	Estabelecer normas e procedimentos para monitoramento	1 – Estabelecer junto a equipe de limpeza pública rotina de trabalho para melhorar a manutenção do sistema de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
				2 – Delegar funcionário, encarregado, para verificar o cumprimento e qualidade do serviço executado conforme rotina estabelecida						
		4.9.4	Implementar projeto "Revitalização	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia

[377] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[378] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[379] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[380] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
			das bacias Urbanas"	2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem	Municipal de Obras					Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[381], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudo conforme TR						
				5 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial nos Bairros Nações e Serra Negra	MP	R$ 2.500.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				7 – Elaborar termo de referência – TR referente a projeto de microdrenagem nos bairros Serra Negra e Nações						
				8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[382], ou se será executado pela própria administração						
				9 – Elaborar conforme TR						
				10 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.9.5	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[383], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
		4.9.6	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[384]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[385], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
A rua Japão no Bairro	Conter processo	4.10.1	Elaborar projeto executivo para	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretaria	Área	CP	R$ 300.000,00[386]	ANA/ Comitê de Bacia

[381] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[382] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[383] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[384] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[385] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[386] Levando-se em conta produção de mudas no Horto Municipal

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Serra Negra está em processo de erosão e, consequentemente assoreando o córrego tributário do Rio Dourados	erosivo nas imediações da Rua Japão no Bairro Serra Negra		recuperação da área degradada	2 – Elaborar termo de referência - TR do projeto de recuperação de área degradada 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[387], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa e os projetos conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar os projetos	Municipal de Obras	Municipal de Meio Ambiente	degradada nas proximidades da Rua Japão			Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
No Bairro Manoel Nunes, devido a topografia acentuada de algumas ruas, as águas pluviais atingem altas velocidades causando o escoamento superficialmente e, provocando erosões em taludes no final do bairro (localização: atrás da elevatória de esgotos). Obras de drenagem foram feitas minimizando o problema. Falta instalar um dissipador de energia	Controlar a velocidade e coleta de escoamento superficial, inclusive com dissipador de energia, no Bairro Manoel Nunes	4.11.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[388], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.11.2	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[389], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 7 – Elaborar termo de referência – TR referente a projeto de microdrenagem no bairro Manoel Nunes 8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[390], ou se será executado pela própria administração 9 – Elaborar conforme TR 10 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial no Bairro Manoel Nunes		R$ 500.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.11.3	Instalar dissipador de energia	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar no termo de referência – TR para execução da obra 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[391], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar obra conforme TR 5 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	–	Dissipador no Bairro Manoel Nunes		R$ 100.000,00	Recurso Próprio/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente

[387] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[388] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[389] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[390] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[391] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
O Bairro Congonhas, ocupa área ao pé da serra, verifica-se a ausência de rede de drenagem, mecanismos dissipadores de energia e controle da velocidade do escoamento	Implantar sistema de drenagem nas ruas do bairro Congonhas	4.12.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[392], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.12.2	Realizar limpeza dos elementos de microdrenagem	1 – Elaborar cronograma incluindo os elementos de drenagem às atividades de limpeza pública 2 – Realizar limpeza dos elementos de drenagem conforme cronograma 3 – Fiscalizar a execução dos serviços	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 500.000,00	Recurso Próprio/ Ferrovia Centro Atlântica
		4.12.3	Estabelecer normas e procedimentos para monitoramento	1 – Estabelecer junto a equipe de limpeza pública rotina de trabalho para melhorar a manutenção do sistema de drenagem 2 – Delegar funcionário, encarregado, para verificar o cumprimento e qualidade do serviço executado conforme rotina estabelecida	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelas atividades de limpeza pública	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 100.000,00	Recurso Próprio
		4.12.4	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[393], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				6 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 7 – Elaborar termo de referência – TR referente a projeto de microdrenagem no bairro Congonhas 8 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[394], ou se será executado pela própria administração 9 – Elaborar conforme TR 10 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Urbanismo	Sistema de Drenagem Pluvial no Bairro Congonhas		R$ 500.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.12.5	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar 4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[392] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[393] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[394] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[395], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
		4.12.6	Realizar o levantamento de todo o sistema de microdrenagem	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de microdrenagem pluvial		R$ 3.000.000,00[396]	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar no termo de referência – TR do Plano Diretor de Drenagem, o levantamento documental e de campo da microdrenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[397], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
Os deflúvios do Bairro Boa Esperança desaguam no Córrego Rangel sem dissipadores de energia, provocando erosões e, contribuindo ainda, com o assoreamento do tributário do Córrego Rangel	Implantar dissipadores de energia e promover a contenção e reparo dos processos erosivos, verificados no Córrego Rangel	4.13.1	Instituir Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[398], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.13.2	Implementar projeto "Revitalização das bacias Urbanas	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[399], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar estudo conforme TR						
				5 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.13.3	Instalar dissipador de energia	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Dissipador no Bairro Boa Esperança		R$ 100.000,00	Recurso Próprio/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar no termo de referência – TR para execução da obra						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[400], ou se será executado pela própria administração						

[395] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[396] O valor será incorporado ao Plano de Drenagem visto que o Plano deverá contemplar o levantamento do sistema de micro drenagem.

[397] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[398] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[399] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[400] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				4 – Elaborar obra conforme TR						
				5 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.13.4	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[401], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		4.13.5	Buscar junto aos órgãos ambientais outorga para desassoreamento e/ou dragagem de curso d'água assim como regularização para intervenção em área de preservação permanente	1 – Preencher Formulário de Caracterização do empreendimento junto a SUPRAM TMAP 2 – Elaborar estudos técnicos referente a outorga conforme estabelecido no Formulário de Orientação Básica emitido pela SUPRAM TMAP 3 – Executar conforme item 4.13.6	Secretaria Municipal de Obras	–	SUPRAM TMAP/ Município		R$ 15.000,00	Recurso Próprio
		4.13.6	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Realizar junto à SUPRAM TMAP a regularização ambiental de todos os pontos de uso da água (captação e/ou poço) já em operação 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[402], ou se será executado pela própria administração 4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP 5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município – Obras que necessitam de regularização ambiental		R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Necessidade de Regularização Ambiental das estruturas que demandem intervenção ambiental (supressão de vegetação, intervenção em APP, licenciamento ambiental, outorga)	Realizar o licenciamento ambiental para todas as intervenções, obras e serviços de drenagem e manejo de águas pluviais	4.14.1	Instituir Programa "Gestão Ambiental Integrada"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[403], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
		4.14.2	Implementar projeto "Empreendimentos Públicos Legais"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Realizar junto à SUPRAM TMAP a regularização ambiental de todos os pontos de uso da água (captação e/ou poço) já em operação 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração dos estudos técnicos[404], ou se será executado pela própria administração 4 – Formalizar processos junto à SUPRAM TMAP 5 – Acompanhar andamento dos processos até sua concessão	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Município – Obras que necessitam de regularização ambiental		R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Não existe	Realizar	4.15.1	Instituir Programa "Modernização	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Gabinete do	Demais	Administração	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[401] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[402] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[403] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[404] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
planejamento e programação para limpeza e manutenção do sistema de microdrenagem existente, tendo sido observada bocas de lobo e gradis sujos e com depósitos de solos desagregados. Há evidência de que as operações são motivadas pela solicitação de moradores quando o problema advindo das águas pluviais aflora	planejamento para a execução dos serviços de manutenção, limpeza e melhoria de todo o sistema de drenagem existente (macro e micro) levando em consideração, principalmente, o período chuvoso e a interlocução com os responsáveis pelo serviço de coleta do resíduo		Institucional da Administração Pública	2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[405], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Prefeito	Secretarias Municipais e DAEPA	Pública Municipal			
		4.15.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo 4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais 5 – Instituir agenda de planejamento integrado 6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações 7 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
		4.15.3	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar 4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[406], ou se será executado pelo próprio DAEPA 6 – Realizar comunicação 7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.15.4	Realizar o planejamento integrado das atividades de manutenção	1 – Incluir demanda de limpeza do sistema de drenagem na programação de rotina da Secretaria Municipal de obras 2 – Estabelecer rotina e cronograma de limpeza e manutenção do sistema de drenagem 3 – Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento do cronograma	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado da limpeza pública	Município		R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Presença de resíduos sólidos urbanos nas bocas de lobo e sarjetas, caracterizando problemas futuros no sistema de drenagem, assim como	Realizar planejamento para a execução dos serviços de manutenção, limpeza e melhoria de todo o sistema de drenagem existente	4.16.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[407], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos	Gabinete do Prefeito	Demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio

[405] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[406] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[407] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
caracteriza problemas no sistema de limpeza urbana	(macro e micro) levando em consideração, principalmente, o período chuvoso e a interlocução com os responsáveis pelo serviço de coleta de resíduo			6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		4.16.2	Implementar projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo 4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais 5 – Instituir agenda de planejamento integrado 6 – Estabelecer calendário para treinamentos e capacitações 7 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio
		4.16.3	Instituir Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população 2 – Realizar manutenções programadas 3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar 4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido 5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[408], ou se será executado pelo próprio DAEPA 6 – Realizar comunicação 7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.16.4	Realizar o planejamento integrado das atividades de manutenção	1 – Incluir demanda de limpeza do sistema de drenagem na programação de rotina da Secretaria Municipal de obras 2 – Estabelecer rotina e cronograma de limpeza e manutenção do sistema de drenagem 3 – Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento do cronograma	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado da limpeza pública	Município		R$ 50.000,00	Recurso Próprio
Inexistência de um sistema de microdrenagem projetado para toda a área urbana do município, prevendo declividade de 2%, sarjetas e bocas de lobo em quantidade e dimensões suficientes para coletar e direcionar as águas pluviais	Incorporar no Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais as devidas orientações técnicas para que o sistema seja implantado de forma a atender e suprir as lacunas existentes	4.17.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[409], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.17.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/

[408] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[409] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[410], ou se será executado pela própria administração						Ministério do Meio Ambiente
				4 – Elaborar estudo conforme TR						
				5 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.17.3	Elaborar Plano Diretor de Drenagem Pública	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 3.000.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência – TR, incluindo levantamento documental e de campo, além da compa0ração destes valores e detalhamento da rede atual						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[411], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
Inexistência de plano de evacuação e alerta da população em período de enchente	Contemplar no Plano de Emergência e Contingência ações de Evacuação e Alerta da População	4.18.1	Executar Plano de Emergência e Contingência quando necessário – Produto do PMSB	1 – Promover a divulgação do Plano de Emergência e Contingência	Servidores públicos	Redes de Comunicação do Município/ Corpo de Bombeiro/ Polícia Militar	Unidades da Prefeitura	CP	R$ 40.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar treinamentos e capacitações com os funcionários da Prefeitura Municipal						
				3 – Executar o Plano de Emergência e Contingência						
Falta de manutenção e necessidade de novas cacimbas nas localidades rurais	Executar manutenção e construção de novas cacimbas	4.19.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[412], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.19.2	Implementar o projeto "Área Rural, produtora de água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA	Município		R$ 35.000,00[413]	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[414], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						

[410] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[411] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[412] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[413] Custo referente a elaboração do Projeto "Mata ciliar, protetora dos cursos d'água" e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos.

[414] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				7 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA/ Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Obras/ IEF/ IGAM/ ANA	DAEPA/ Prefeitura		R$ 635.000,00[415]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				8 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"						
				9 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[416], ou se será executado pela própria administração						
				10– Elaborar os projetos conforme TR						
				11 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				12 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento da água do manancial					R$ 35.000,00	
				13 – Estabelecer convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						
				14 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água						
				15 – Estabelecer canal junto aos produtores rurais para a execução de cacimbas nas propriedades rurais						
				16 – Fortalecer o Programa Especial "Produtor de Água"					R$ 35.000,00	
		4.19.3	Manter o Programa "O Córrego Feio é Bonito"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[417], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		4.19.4	Implementar o "Projeto Cacimba"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais		R$ 600.000,00[418]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[419], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
Canalização do Córrego Rangel	Verificar a real necessidade de canalização do Córrego Rangel, a fim de sanar problemas de	4.20.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[420], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						

[415] Valor referente aos Projeto "Cacimba e Mata Ciliar, protetora dos cursos d'água". Ressalta que há a previsão de se estabelecer 4 convênios ao longo dos 20 anos.

[416] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[417] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[418] Projeto a ser elaborado e executado em parceria com o DAEPA.

[419] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[420] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
	alagamentos e inundações			5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.20.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR para a revisão do projeto 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[421], ou se será executado pela própria administração 4 – Realizar a revisão do projeto verificando a real necessidade da canalização	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 700.000,00	Recurso Próprio/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
São João da Serra Negra, Córrego da Mata (em frente ao grupo) – falta de drenagem nos bairros Constantino, Cidade Jardim, São Lucas, Boa Esperança, outros bairros da cidade.	Incorporar no Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais toda a área urbana para que sejam elaborados projetos da microdrenagem	4.21.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[422], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.21.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[423], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.21.3	Elaborar Plano Diretor de Drenagem Pública	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR, incluindo levantamento documental e de campo, além da comparação destes valores e detalhamento da rede atual 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[424], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 3.000.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente

[421] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[422] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[423] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[424] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Av. Orlando Barbosa, Silvestre Moreira, Av. JK, Lindolfo Pereira Guimarães, Manoel Damas, Nhonhô Paiva, Miguel Marques, Carlos Pereira, Av. João Furtado de Menezes, Salitre de Minas - Redes pluviais insuficientes.	Incorporar no Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais toda a área urbana para que sejam elaborados projetos da microdrenagem	4.22.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[425], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.22.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR referente a elaboração de estudo hidrológico do município, a fim de subsidiar projetos de drenagem 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[426], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar estudo conforme TR 5 - Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	--	Município		R$ 1.200.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
		4.22.3	Elaborar Plano Diretor de Drenagem Pública	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência – TR, incluindo levantamento documental e de campo, além da comparação destes valores e detalhamento da rede atual 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[427], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o plano conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos 6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Fiscalizar a implementação conforme TR	Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 3.000.000,00	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
B. Santa Terezinha, B. São Benedito, B. São Judas, B. Santo Antônio (R. 12 de setembro, R. Joel de Souza, Av. Marciano Pires), B. Serra Negra (bocas de lobo entupidas com lixo), Av. da Prefeitura, Av. do Catiguá, B. São Vicente (arranca o asfalto), R. Cesário Alvim, R. Furtado de	Incorporar no planejamento de limpeza e manutenção todos os bairros do município	4.23.1	Instituir Programa "Modernização Institucional da Administração Pública"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[428], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Gabinete do Prefeito	Demais Secretarias Municipais e DAEPA	Administração Pública Municipal	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.23.2	Implementar o projeto "Valorizar o servidor é valorizar a sociedade"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Desenvolver e implantar modelo de gestão administrativa 3 – Incluir todos os servidores públicos no processo	Secretaria Municipal de Planejamento	Gabinete do Prefeito, demais Secretarias Municipais e	Administração Pública Municipal		R$ 250.000,00	Recurso Próprio

[425] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[426] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[427] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[428] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
Menezes com Av. Orlando Fernandes Botelho, R. Pedro Gonçalves dos Reis, B. São Cristóvão (R. Levino José da Silva e R. Aprígio Alves, com R. H, B. Jardim Sul (R. 3, R. 92), B. Nações (bocas de lobo com lixo), B. Jd. Eldorado, Silvano, Salitre de Minas - Sem bocas de lobo/ sob a linha férrea/ invade as casas/ empossada/ alagamentos.				4 – Estabelecer metas quantitativas e prazos para as atividades, tanto para os setores, quanto individuais		DAEPA				
				5 – Instituir agenda de planejamento integrado						
				6 – Estabelecer calendário para treinamento e capacitações						
				7 – Proporcionar treinamentos e capacitações dos servidores – internas e externas						
		4.23.3	Instituir o Programa "Manutenção na prestação dos serviços de Saneamento Básico"	1 – Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno à população	Secretaria Municipal de Obras	Meios de Comunicação	Locais atingidos pelas manutenções		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Realizar manutenções programadas						
				3 – Estabelecer normas e procedimentos de comunicação à população, informando de paralisações e manutenção com antecedência, para que a população possa se programar						
				4 – Estabelecer meios de comunicação para que os avisos atinjam o público definido						
				5 – Verificar necessidade de terceirização quando da contratação de meio de comunicação[429], ou se será executado pelo próprio DAEPA						
				6 – Realizar comunicação						
				7 – Realizar intervenção quando se fizerem necessárias						
		4.23.4	Realizar o planejamento integrado das atividades de manutenção	1 – Incluir demanda de limpeza do sistema de drenagem na programação de rotina da Secretaria Municipal de obras	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado da limpeza pública	Município		R$ 50.000,00	Recurso Próprio
				2 – Estabelecer rotina e cronograma de limpeza e manutenção do sistema de drenagem						
				3 – Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento do cronograma						
Sistema de macrodrenagem na área urbana adensada é bastante significativo, contando com vários cursos d'água	Elaborar projeto de recuperação das áreas de preservação permanente dos córregos urbanos	4.24.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[430], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.24.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 1.635.000,00[431]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência - TR do projeto e do projeto do parque linear no Córrego Rangel e demais bacias urbanas						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[432], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						

[429] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[430] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[431] Valor referente ao projeto e aos parques lineares urbanos. Valor complementar ao item 4.24.2.

[432] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Executar o projeto 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
Sistema de microdrenagem construído sob residência, podendo romper e gerar danos	Implantar sistema de drenagem urbana na via pública, acompanhando as vias, para que não haja problemas na residência	4.25.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[433], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	LP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.25.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do estudo para levantamento deste tipo de intervenção e identificação de solução para cada caso. 3 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 4 – Elaborar termo de referência - TR para as soluções levantadas 5 - Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[435], ou se será executado pela própria administração 6 - Elaborar o programa e o projeto conforme TR 7 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 8 – Executar os projetos 9 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	Encarregado pelo sistema de drenagem/ Engenheiro Civil	Município		R$ 50.000,00 R$ 500.000,00[434]	Recurso Próprio Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
O Município de Patrocínio não possui uma lei municipal que regularize a Drenagem Urbana, utilizando-se das diretrizes da lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, de saneamento básico e Lei de Uso e Ocupação do Solo	Elaborar Lei com regulamentação sobre drenagem urbana. O Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais é uma excelente ferramenta, desde que transformada em Lei	4.26.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[436], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.26.2	Elaborar Plano Diretor de	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria	Secretaria	Sistema de		R$ 3.000.000,00	ANA/ Comitê de Bacia

[433] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[434] Valores poderão sofrer alterações.

[435] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[436] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
			Drenagem Pública	2 – Elaborar termo de referência – TR, incluindo levantamento documental e de campo, além da comparação destes valores e detalhamento da rede atual	Municipal de Obras	Municipal de Meio Ambiente/ DAEPA	Drenagem Pluvial			Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[437], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o plano conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do plano a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o plano conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Fiscalizar a implementação conforme TR						
				8 – Aprovar o Plano Diretor de Drenagem através de Lei Municipal						
Elaboração de projeto de recuperação de áreas degradadas ao longo da macrodrenagem urbana, assim como dos solos desprotegidos, afim de evitar o escoamento laminar nestes locais, o que pode levar a formação de processos erosivos. Além disto, os sedimentos desagregados são carreados pelas águas pluviais e conduzidos para os corpos d'água, constituindo a maior parte da carga de poluentes nas águas superficiais. Quando em altas concentrações, há aumento na turbidez, redução na luminosidade, diminuição da vegetação aquática, com consequente impacto na biota aquática, podendo haver desequilíbrio no	Elaborar projeto de recuperação das áreas de preservação permanente dos córregos, recuperação de áreas degradadas, áreas antropizadas	4.27.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[438], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Executar o programa						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
		4.27.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	--	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 1.635.000,00[439]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				2 – Elaborar termo de referência - TR do projeto e do projeto do parque linear no Córrego Rangel e demais bacias urbanas						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[440], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Executar o projeto						
				7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem						
				8 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro					R$ 8.000.000,00	Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
				9 – Elaborar termo de referência – TR referente ao projeto de macrodrenagem da Av. Jorge Elias Abrão						
				18 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração/execução[441], ou se será executado pela própria administração						

[437] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[438] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[439] Valor referente ao projeto e aos parques lineares urbanos. Valor complementar ao item 4.1.1.

[440] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
ecossistema e prejuízo no abastecimento de água.				19 – Elaborar conforme TR						
				20 - Fiscalizar a implementação conforme TR						
		4.27.3	Implementar projeto "Área Rural, produtora de água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA	Município		R$ 35.000,00[442]	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[443], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o projeto conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
				7 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro					R$ 635.000,00[444]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental
				8 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"						
				9 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[445], ou se será executado pela própria administração						
				10– Elaborar os projetos conforme TR						
				11 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
				12 – Estabelecer normas e procedimentos de monitoramento da água do manancial					R$ 35.000,00	
				13 – Estabelecer convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						
				14 – Realizar relatório periódico quanto a qualidade da água						
				15 – Estabelecer canal junto aos produtores rurais para a execução de cacimbas nas propriedades rurais						
				16 – Fortalecer o Programa Especial "Produtor de Água"					R$ 35.000,00	
		4.27.4	Instituir o Programa "O Córrego Feio é Bonito"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais		R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
				2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA						
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[446], ou se será executado pela própria administração						
				4 – Elaborar o programa conforme TR						
				5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos						
				6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas						
		4.27.5	Implementar projeto "Mata Ciliar, a Protetora dos cursos d'água"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA	Município		R$ 35.000,00	Recurso Próprio
				2 – Elaborar termo de referência - TR dos projetos "Cacimba" e "Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água"						

[441] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[442] Custo referente a elaboração do Projeto "Mata ciliar, protetora dos cursos d'água" e identificação das áreas, não incluindo custos com a execução dos projetos.

[443] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[444] Valor referente aos Projeto "Cacimba e Mata Ciliar, protetora dos cursos d'água".

[445] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[446] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[447], ou se será executado pela própria administração 4– Elaborar os projetos conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos						
Elaboração de projeto visando o aumento de áreas permeáveis que permitam maior infiltração das águas, espaços estes, que foram impermeabilizados com o crescimento da urbanização	Incorporar nos projetos de recuperação de Áreas de PP e degradadas aumento de áreas permeáveis, como parques lineares, por exemplo	4.28.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[448], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.28.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do projeto e do projeto do parque linear no Córrego Rangel e demais bacias urbanas 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[450], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Executar o projeto 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	–	Sistema de Drenagem Pluvial		R$ 1.635.000,00[449]	ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério das Cidades/ Ministério do Meio Ambiente
Necessidade de campanhas educativas nos bairros Santa Terezinha, Nações, Santo Antônio da Bocaina, Salitre de Minas	Implementar campanhas educativas à população em geral incorporando todos os itens do saneamento básico, principalmente a correlação entre eles	4.29.1	Instituir Programa "Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[451], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
		4.29.2	Implementar projeto "Todo dia é dia de cuidar do Meio Ambiente"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR	Secretaria Municipal de	DAEPA, Secretaria	Administração Pública, Rede		R$ 240.000,00[452]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia

[447] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[448] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[449] Valor referente ao projeto e aos parques lineares urbanos. Valor complementar ao item 4.1.1.

[450] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[451] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[452] Referente a três de eventos para cada data pré-estabelecida (4 ao todo). Para cada nova data estabelecer valor de R$ 60.000,00 por três dias de eventos.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[453], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Elaborar calendário municipal de eventos ambientais 8 – Realizar atividades lúdicas e blitz educativas para conscientizar a população 9 – Buscar parceria com o Núcleo Regional do Instituto Estadual de Florestas – IEF em Patrocínio	Obras	Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	municipal de ensino			Hidrográfica/ FHIDRO/ Compensação Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Cidade
		4.29.3	Implementar projeto "Educação Sócio Ambiental"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[454], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas 7 – Estabelecer cronograma detalhado do projeto conforme área de interesse e viabilidade de execução 8 – Estabelecer forma de aplicação conforme público alvo 9 – Estabelecer parcerias público privadas com empreendimentos do município que se enquadrem no artigo 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação	Administração Pública, Rede municipal de ensino		R$ 600.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica
B. Jd. Sul, Morada Nova - Necessidade de pontos verdes para captação da água da chuva, estudo de drenagem e limpeza das margens do córrego Rangel	Elaborar projeto para coleta de água de chuva para consumos alternativos, nas áreas urbana e rural	4.30.1	Instituir o Programa "Águas de Patrocínio"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR do Programa 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[455], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Executar o programa 7 – Programar junto ao setor responsável pela limpeza pública a inclusão do serviço nos elementos de drenagem	Secretaria Municipal de Obras	--	Município	MP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio
		4.30.2	Implementar projeto "Revitalização das Bacias Urbanas"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Fomentar projeto piloto para reaproveitamento de água de chuva 3 – Elaborar termo de referência - TR do Projeto 4 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[456], ou se será executado pela própria administração	Secretaria Municipal de Obras	DAEPA	Município		R$ 100.000,00	Recurso Próprio/ Compensação Ambiental/ Condicionante Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ PPP

[453] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[454] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[455] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

PLANO DE EXECUÇÃO – PMSB PATROCÍNIO										
COMPONENTE 4 - SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
SITUAÇÃO ATUAL	**OBJETIVO – Por que?**	**ITEM**	**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES – O que?**	**COMO**	**QUEM**	**OUTROS ATORES**	**ONDE**	**META – Quando?**	**QUANTO (R$)**	**POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO**
				5 – Elaborar o projeto conforme TR 6 – Realizar divulgação do projeto 7 – Executar projeto						
Santo Antônio da Lagoa Seca, Salitre de Minas - Necessidade de drenagem nas estradas/construção de cacimbas.	Executar manutenção e construção de novas cacimbas	4.31.1	Instituir o Programa "O Córrego Feio é Bonito"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR envolvendo representantes de todas as áreas do DAEPA 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[457], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o programa conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do programa a todos os envolvidos 6 – Implementar o programa conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais	CP	R$ 35.000,00	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO
		4.31.2	Implementar projeto "Cacimba"	1 – Verificar e disponibilizar recurso financeiro 2 – Elaborar termo de referência - TR 3 – Verificar necessidade de terceirização quando da elaboração[459], ou se será executado pela própria administração 4 – Elaborar o projeto conforme TR 5 – Realizar a capacitação e divulgação do projeto a todos os envolvidos 6 – Implementar o projeto conforme estabelecido de acordo com as áreas envolvidas	DAEPA	Secretaria Municipal de Obras	Propriedades rurais		R$ 600.000,00[458]	Recurso Próprio/ ANA/ Comitê de Bacia Hidrográfica/ FHIDRO

[456] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[457] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

[458] Projeto a ser elaborado e executado em parceria com o DAEPA.

[459] Caso seja definida a terceirização adotar normas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 e junho de 1993.

Portanto, este será o instrumento a ser utilizado como base para o planejamento e gestão do PMSB ao longo dos 20 anos de seu desenvolvimento. Destaca-se que, a atualização do plano, seja anualmente ou a cada 4 anos, deverá revisar este Plano de execução, juntamente com as Políticas e as previsões orçamentárias municipais.

8 PRODUTO 5 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DOS INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES

Para a elaboração do **Produto 5 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática da Eficiência, Eficácia e Efetividade das Ações Programadas no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB**, o processo se manteve conforme os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, seguindo como base as informações e orientações do Termo de Referência. Trata-se da utilização de indicadores de desempenho, que abrangem os serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos, e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, além de um indicador específico para gerir o Plano Municipal de Saneamento Básico, através de um Sistema de Informação, de fácil compreensão e aplicação, que permitirá ao município analisar e monitorar os Programas, Projetos e Ações definidos no PMSB.

A construção de indicadores é a metodologia utilizada para traduzir a evolução das ações do PMSB e melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, os indicadores contidos no Caderno Técnico Núcleo Setorial Saneamento - GESPÚBLICA (2008), foram inseridos em um programa que funciona através do sistema ACCESS, do pacote Office, desenvolvido pela DIEFRA - Engenharia e Consultoria Ltda.

Nos próximos tópicos será apresentada, na forma de Quadro Resumo, a utilização do Sistema de Informação, bem como a descrição dos indicadores utilizados para monitoramento e avaliação dos Planos, Projetos e Ações, referentes ao Plano Municipal de Saneamento – PMSB e os quatro componentes do Saneamento Básico: Abastecimento de água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Pluvial.

8.1 PROCEDIMENTOS PARA O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

Para a avaliação e monitoramento dos serviços de saneamento básico no município de Patrocínio serão utilizados Indicadores de Desempenho, que são definidos como valores

para medir e descrever um evento ou fenômeno de forma simplificada, ou como uma "medida quantitativa da eficiência e eficácia de uma entidade gestora relativamente a aspectos específicos da atividade desenvolvida". (ALEGRE et al, 2008).

Tais indicadores irão efetuar a medição e/ou monitoramento e avaliação dos Planos, Projetos e Ações, ou, do Plano de Execução. A medição é associada a melhoramento e serve para obter o controle para a tomada de decisão; assim, torna-se necessária para confirmar que os esforços dispendidos na melhoria pretendida tiveram efeito e permitirá quantificar todo este o processo, pois indicará a diferença entre a situação desejada (meta estipulada) e a situação atual.

Portanto, os Indicadores de Desempenho, bem como os que serão utilizados neste trabalho, para a avaliação dos serviços de saneamento, devem ser:

- representativos, devem ser adequados para representar apenas os aspectos relevantes do desempenho da Prestadora de serviço;
- de fácil compreensão, pois a facilidade com que os envolvidos tirem suas conclusões a partir de sua análise é fundamental para a sua utilidade;
- simples de serem calculados e serem determinados de maneira fácil e rápida, permitindo que o seu valor seja facilmente atualizado;
- disponíveis em tempo hábil, pois dados atrasados não representam a situação atual;
- devem permitir a identificação antecipada de problemas e situações de emergência.,
- serem compatíveis com os métodos de coleta disponíveis;
- devem subsidiar o acompanhamento e a verificação do cumprimento dos contratos de concessão ou contratos de programa, e
- devem direcionar planos e estratégias que estimulem a expansão e a modernização da infraestrutura dos serviços, de modo a buscar a sua universalização do Saneamento Básico em Patrocínio.

Todos os itens listados acima indicam a busca pela Eficácia e a Eficiência na utilização destes Indicadores como Medidores de Desempenho, tanto do Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto dos Programas, Projetos e Ações que o envolvem. Com a Eficiência, melhora-se o resultado, otimizando continuamente as operações e procurando-se obter o máximo rendimento com o mínimo de recursos (humanos, financeiros, materiais, tempo); a partir da Eficácia, é possível medir o grau de atingimento de resultados: quanto mais eficaz for uma tarefa, melhores os resultados.

Após a definição dos Indicadores de Desempenho (item seguinte), como próximo passo para a sua implantação, deve-se:

- definir a frequência para coleta dos dados, para a elaboração dos relatórios e qual o seu formato;
- estabelecer para cada um deles uma situação aceitável, desejada e ideal (as metas);
- comparar essa situação com a situação real, a de fato encontrada; e,
- após a coleta dos dados e cálculo dos Indicadores, efetuar a divulgação dos mesmos.

A partir dos resultados encontrados e após as devidas análises, os responsáveis por gerir o PMSB devem investigar as causas das diferenças negativas entre a meta proposta e o resultado alcançado, e propor soluções que eliminem essas causas.

8.2 DEFINIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

As principais informações acerca do saneamento básico no Brasil são apresentadas sob a forma de indicadores pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, onde são recolhidos e publicados anualmente dados a respeito da situação do Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e da prestação de serviços relacionados a Resíduos Sólidos; o SNIS utiliza uma grande variedade de indicadores a fim de gerir as áreas operacional, gerencial, financeira e de qualidade da prestação destes serviços. Para o alcance dos objetivos do PMSB de Patrocínio, não se fará necessária a utilização de todos os indicadores existentes no SNIS; levar em consideração todos os itens de verificação existentes iria tornar difícil a gestão do PMSB e o acompanhamento da efetividade de suas ações.

Dessa forma, os Indicadores de Desempenho utilizados no PMSB de Patrocínio foram escolhidos de acordo com os cenários, os objetivos e as metas estipuladas nos produtos anteriores. Serão utilizados alguns indicadores do SNIS e também dados locais considerados de extrema importância para gerir e alcançar as metas estipuladas (de acordo com os cenários observados no Produto 3 – Prognóstico), e que refletem a realidade do município.

8.3 Indicadores Calculados - Abastecimento de Água

Com relação ao serviço de Abastecimento de Água, o SNIS disponibiliza dados para que seja realizada a gestão das Ações relacionadas a este componente. Através dos indicadores

abaixo, qualitativos e quantitativos, será possível gerir a busca pelo alcance das metas definidas no Prognóstico, que visam promoção da universalização deste serviço em Patrocínio.

8.3.1 Quadro resumo dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento

DEFINIÇÃO DO INDICADOR	PROPÓSITO	IMPACTOS	FÓRMULA	UNIDADE	SENTIDO[1]	PERFIL[2]			
Tempo médio de execução de ligação de água.	Medir a eficiência do serviço de ligação de água.	FINANCEIRO E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{SP47}{SP46}$	h/ligação	↓	A			
Índice de Atendimento por rede de distribuição.	Medir o nível do atendimento urbano do serviço de fornecimento de água.	RECURSOS NATURAIS, SALUBRIDADE AMBIENTAL, QUALIDADE DE VIDA E EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{CM01}{CM03} * 100$	%	↑	A			
Índice de Aferição da Qualidade da Água Distribuída Fora do Padrão.	Qualificar a água distribuída no município de Patrocínio.	RECURSOS NATURAIS, SALUBRIDADE AMBIENTAL E SAÚDE	$Cálculo: \frac{SP27}{SP25} * 100$	%	↑	A			
Índice de Perdas na Distribuição	Medir as perdas de água ocorridas na distribuição.	RECURSOS NATURAIS E SALUBRIDADE AMBIENTAL	$Cálculo = \frac{SP07 - SP15}{AP07} * 100$	%	↓	A			
Consumo per capta	Identificar o volume de água consumido por habitante em um dia	RECURSOS NATURAIS	$Cálculo = \frac{SP15}{CM01}$	m³/hab	↓	A			

DEFINIÇÃO DO INDICADOR	PROPÓSITO	IMPACTOS	FÓRMULA	UNIDADE	SENTIDO[1]	PERFIL[2]			
Índice de atendimento (cobertura) por rede coletora de esgotos	Medir o mercado de atendimento do serviço de coleta de esgoto urbano no município.	RECURSOS NATURAIS, SALUBRIDADE AMBIENTAL, QUALIDADE DE VIDA E EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{CM06}{CM08} * 100$	%	↑		E		
Índice de tratamento de Esgoto	Medir quanto do esgoto coletado é tratado no município.	RECURSOS NATURAIS, SALUBRIDADE AMBIENTAL, QUALIDADE DE VIDA E EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{QEC}{QET} x\ 100$	%	↑		E		
Índice de qualidade de Esgotos	Avaliar a qualidade do efluente tratado no município.	SALUBRIDADE AMBIENTAL E EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{DBOF}{DBO} x\ 100$	%	↓		E		
Índice de Produtividade da Força de Trabalho para os Sistemas de Água e Esgotos Sanitários.	Medir a produtividade do sistema de trabalho, o seu desempenho operacional.	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{SP01 + SP71}{PE01}$	Empregados/ 1000 habitantes	↑	A	E		
Índice de Cobertura por coleta normal de Resíduos	Identificar qual o volume de resíduos é encaminhado à destinação final	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{CM18}{CM19} * 100$	%	↑			R	

DEFINIÇÃO DO INDICADOR	PROPÓSITO	IMPACTOS	FÓRMULA	UNIDADE	SENTIDO[1]	PERFIL[2]			
Índice de Resíduos Sólidos Totais com Destinação Adequada	Medir o nível da destinação adequada de resíduos sólidos	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{SP93}{SP94} * 100$	%	↑			R	
Índice de Produtividade da Força de Trabalho para o Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Medir a produtividade do sistema de trabalho, ou seja, seu desempenho operacional.	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{PE01}{CM20} * 100$	%	↑			R	
Índice de cobertura da coleta seletiva	Este índice apresentará o percentual da população que é atendida pela coleta seletiva.	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{CS01}{CM19} * 100$	%	↑			R	
Índice de Recuperação de Materiais Recicláveis	Medir a recuperação de resíduos sólidos recicláveis	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{SP91}{SP92} * 100$	%	↑			R	
Índice de adesão à coleta seletiva	Verificar qual percentual da população aderiu de fato à Coleta Seletiva.	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{PCSC1}{PCSC2} * 100$	%	↑			R	
Geração per capta	Medir o volume de resíduos gerados por habitante em um dia	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{KG\ dia}{CM20}$	kg/dia	↓			R	

DEFINIÇÃO DO INDICADOR	PROPÓSITO	IMPACTOS	FÓRMULA	UNIDADE	SENTIDO[1]	PERFIL[2]			
Índice de resíduos destinados de forma ambientalmente correta	Identificar os resíduos que estão sendo destinados de forma ambientalmente corretas no município	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Variação de 1 a 5		↑			R	
Índice de Produtividade da Força de Trabalho para a Coleta de Águas Pluviais	Medir a produtividade do sistema de trabalho e o seu desempenho operacional	EFICIÊNCIA	$\boldsymbol{Cálculo}: \frac{PE01}{CM20} * 100$	%	↑				D
Índice de cobertura das vias públicas por microdrenagem	Permitir a avaliação do desenvolvimento do sistema de microdrenagem ao longo dos anos, devido a implantação do sistema	EFICIÊNCIA	$\boldsymbol{Cálculo} = \frac{VM\,x\,100}{TV}$	%	↑				D
Índice de cobertura por macrodrenagem	Determinar qual o índice de cobertura por macrodrenagem no município	EFICIÊNCIA	$\boldsymbol{Cálculo} = \frac{VMA\,x\,100}{TV}$	%	↑				D
Índice de impermeabilização de vias	Determinar qual o índice de impermeabilização das vias no município.	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$\boldsymbol{Cálculo} = \frac{VI\,x\,100}{TV}$	%	↑				D
Índice mínimo de permeabilidade de lotes	Determinar qual o índice Mínimo de Permeabilidade dos lotes.	SALUBRIDADE AMBIENTAL, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	DETERMINADO PELA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	%	↑				D

DEFINIÇÃO DO INDICADOR	PROPÓSITO	IMPACTOS	FÓRMULA	UNIDADE	SENTIDO[1]	PERFIL[2]			
Efetividade do Planejamento Estratégico	Tem como propósito mensurar a aplicação do Planejamento Estratégico do PMSB	EFICIÊNCIA	$Cálculo: \frac{PA13}{PA14} * 100$	%	↑	A	E	R	D
Índice de Reclamações e de Comunicação de Problemas	Quantificar a quantidade de reclamações recebidas, fazendo com que haja como qualificar a prestação dos serviços ligados ao Saneamento Básico	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{CM11}{SP01 + SP71}$	Reclamação/Ligação	↓	A	E	R	D
Tempo Médio de Resposta à Reclamação dos Cidadãos/Usuários	Medir o tempo gasto pelos prestadores de serviço para dar resposta às reclamações dos cidadãos/usuários	EFICIÊNCIA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	$Cálculo: \frac{CM22}{CM23}$	Horas/ Reclamação	↓	A	E	R	D
Índice de Satisfação dos Clientes	Medir a satisfação dos clientes.	EFICIÊNCIA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	PESQUISA DE OPINIÃO	%	↑	A	E	R	D

Notas:

1 - A coluna SENTIDO indica como o indicador em questão deve ser tratado. Se a seta está apontada para cima, significa que o Município deve ter como meta um indicador cada vez maior (quanto maior melhor para o município) ; se a seta está apontada para baixo, significa que a meta do município deve ser diminuir cada vez mais o indicador (quanto menor, melhor para o município).

2 - A coluna PERFIL indica os componentes de serviços de saneamento básico aplicáveis para o indicador referenciado, sendo A para Abastecimento de Água, E para Esgotamento Sanitário, R para Resíduos Sólidos e D para Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

8.4 DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS INDICADORES E DEFINIÇÃO DOS PADRÕES E NÍVEIS DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA A SEREM SEGUIDOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – METAS

A necessidade em se prestar serviços voltados para o alcance da qualidade e eficiência torna-se importante tanto pelo aumento da exigência por serviços melhores por parte dos usuários, que vêm mostrando uma sensibilidade cada vez maior quanto à transparência na gestão pública, quanto pelos próprios prestadores de serviços, que tem como dever atender aos desejos dos usuários e buscar uma maneira clara de constituir políticas públicas que de fato atendam aos interesses da população e apliquem de maneira eficiente os recursos públicos.

Os indicadores definidos para a avaliação dos serviços de saneamento de Patrocínio deverão ser capazes de permitir o acompanhamento das melhorias que forem sendo feitas ao longo da aplicação dos Planos, Projetos e Ações do PMSB.

É necessário então, que se estabeleçam padrões para a avaliação destes indicadores, a partir da comparação de dados históricos dos últimos anos, inclusive da situação atual observada no decorrer do Produto 2 – Diagnóstico, e as metas estabelecidas diante dos cenários, atuais e futuros, expostos no Produto 3 – Prognósticos. Caso as mesmas não sejam atingidas, é necessário que ações corretivas sejam tomadas, a fim de que novos padrões sejam atingidos, e o uso dos indicadores escolhidos seja otimizado.

Para que haja a gestão efetiva dos Indicadores de Desempenho do PMSB, foi criado o Sistema Municipal de Informações do Saneamento Básico - SMISB. Tal sistema utiliza-se das metas, que definirão os padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços, tendo em vista a expectativa de melhoria de cada um dos indicadores calculados pelo SIMSB.

8.5 DEFINIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO PMSB.

Para a realização dos procedimentos de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, foram necessários que se definissem quais seriam as políticas, os recursos humanos, tecnológicos e administrativos necessários à sua execução, avaliação, fiscalização e monitoramento.

8.5.1 Recursos Humanos e de Fiscalização

Como recursos humanos e administrativos a serem utilizados, deverão ser adequadas as competências do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico – CRESB, agora com as funções de Fiscalização e Regulação da prestação dos serviços dos quatro componentes do Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais; e não somente dos itens de competência do DAEPA, como ocorre atualmente. As funções do CRESB serão exercidas através de comissões técnicas e de acompanhamento e avaliação, conforme descrição em seus Art.10 a 12, abaixo extraídos da lei da Política Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio/MG:

TÍTULO II
Da Regulação e Fiscalização

Art. 10. A Regulação e Fiscalização da prestação dos serviços dos quatro componentes do Saneamento Básico - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais - serão exercidas pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB de Patrocínio.

CAPÍTULO I
Do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB

Art. 11. Fica autorizada a adequação da estruturação e das competências do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, como órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador da prestação dos serviços dos quatro componentes do Saneamento Básico de Patrocínio - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

Parágrafo Único - Cabe ao Município de Patrocínio e ao Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA proporcionarem as condições físicas e funcionais para o bom desempenho do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

Art. 12. Competirá ao Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB:

I - Auxiliar na formulação das Políticas Públicas de Saneamento Básico e exercer o Controle Social, auxiliar na planificação da execução das Políticas de Saneamento Básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução;

II - Opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Saneamento Básico,

assim como convênios, acordos, contratos e outros instrumentos;
III - Opinar sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;
IV - Acompanhar a execução dos Programas, Projetos, Ações e Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, relativos à cobertura e qualidade dos serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos e Manejo e Drenagem Pluvial, de forma a garantir a universalização do acesso aos serviços relacionados aos quatro componentes;
V - Acompanhar a execução das metas e ações relativas à cobertura e otimização dos serviços contidos no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;
VI - Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora para a realização das Conferências Municipais de Saneamento Básico;
VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA, emitindo opiniões e sugestões;
VIII - Propor mudanças e referendar os Regulamentos dos Serviços de Saneamento Básico prestados pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA;
IX - Avaliar e opinar sobre os orçamentos anuais propostos pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA, destinados a prestação dos serviços de Saneamento Básico;
X - Avaliar e acompanhar os indicadores de desempenho constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;
XI - Aprovar as tarifas, taxas e preços públicos dos serviços de Saneamento Básico;
XII - Deliberar sobre a aplicação de Fundo Municipal de Saneamento Básico;
XIII - Examinar as propostas e denúncias e responder às consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços de Saneamento Básico;
XIV - Revisar o seu Regimento Interno;
XV- Estabelecer diretrizes para a formulação de programas, projetos e ações de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
XVI - Estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
XVII - Articular-se com outros conselhos/comitês existentes no País, nos Municípios e no Estado, com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
XVIII - Apoiar o Executivo Municipal e os prestadores de serviços para captar recursos financeiros extra orçamentários, para aplicação em saneamento básico;
IXX - Realizar em conjunto com o Executivo Municipal e o Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;
XX - Monitorar e apresentar resultados juntamente com o Executivo Municipal e o Departamento de Água e Esgoto de

Patrocínio - sobre o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico - SMISB e,
XXI - Orientar o Executivo Municipal para a Realização das Conferências Municipais de Saneamento Básico.

Além disso, a composição dos Comitês deve ser reformulada, de modo que seus componentes sejam formados por representantes da sociedade, autoridades e/ou técnicos das instituições do Poder Público Municipal, Estadual e Federal relacionadas com o saneamento básico, além de membros da Defesa Civil e de outros Conselhos, conforme Projeto de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, em seus Art. 13 e 14, abaixo apresentados e, conforme Resolução Recomentada nº 75 de 2009 do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, que trata da Política e do conteúdo mínimo dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Art. 13. O Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico de Patrocínio – CRESB , instituído pelo Decreto Municipal nº 3004/2013, o qual tem por função dar auxílio Executivo Municipal de Patrocínio nas funções de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico, deverá atender ao Decreto Federal nº 8.211/2014, que garante o controle social e cria mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, conforme art.3º, inciso 4º.
§ 1º O Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB deverá ser órgão colegiado, deliberativo e paritário entre representantes do Poder Público (50%) e dos usuários, sindicatos, clube de serviços, Organização Não Governamental e entidades de classe (50%), e apresentará a seguinte constituição do Colegiado:

I - x representante do Poder Legislativo Municipal;
II - x representantes do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA;
III - x representante da Secretaria Municipal de Planejamento de Patrocínio;
IV - x representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
V - x representante da Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio;
VI - x representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio;
VII - x representante indicado pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB);
VIII - x representante indicado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos (CREA);
IX - x representante indicado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Patrocínio;

X - x representantes das entidades assistenciais, educacionais, Organizações Não Governamentais e clubes de serviços;
XI - x representantes dos usuários residenciais eleitos diretamente, durante a realização da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º. Os representantes dos usuários residenciais poderão ser eleitos todas as vezes que coincidir o ano de formação do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 3º. A composição deverá ser respeitada em sua paridade, porém, os representantes poderão ser identificados por interesse pela participação e nomeados por Decreto, assim como, a criação das Câmaras Técnicas, com a participação de representantes de órgãos governamentais, como: Instituto Estadual de Floresta – IEF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, Instituto Mineiro de Gestão das Águas o u do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, do município de Patrocínio.

Art. 14. A estrutura do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico– CRESB, instituído pelo Decreto Municipal nº 3004/2013, compreenderá o Órgão Colegiado, a Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

Parágrafo único - A Secretária Executiva do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico– CRESB será exercida pelo Coordenador do Comitê Executivo, que irá compor a diretoria provisória do Comitê, até que se consolide e se aprove o Regimento Interno. A Diretoria Provisória será constituída pelos membros atuais e por membros dos Comitês de Coordenação e Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, instituídos pelo Decreto Municipal nº xx, de xx de xxxxxx de 2015, até a aprovação do Regimento Interno e Consolidação da restruturação do CRESB, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei.

8.5.2 Recursos Tecnológicos

Como recurso tecnológico, foi elaborado um programa para monitoramento e avaliação dos resultados do PMSB - Sistema Municipal de Informações do Saneamento Básico - SMISB. Trata-se de um sistema de banco de dados para armazenamento de informações relacionadas aos quatro componentes do Saneamento Básico do município de Patrocínio e acompanhamento dos indicadores de desempenho relacionados ao PMSB.

O SIMSB deverá ser utilizado no sentido de reforçar o papel do município na gestão dos serviços de saneamento prestados, conforme dita a Lei nº11.445/2007:

> "***Art. 9º*** *O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:(...)*
>
> *VI – estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento".*

A implantação do SIMSB é elemento primordial para o monitoramento e a avaliação sistemática da implementação do PMSB. Além de permitir a análise não somente da evolução do PMSB de Patrocínio, como também da qualidade dos serviços prestados no município, o sistema tem por objetivos:

- o planejamento e a execução das Políticas Públicas e dos Planos, Projetos e Ações do PMSB;
- a orientação da aplicação de recursos;
- a avaliação do desempenho dos serviços;
- o aperfeiçoamento da gestão, elevando seus níveis de eficiência e eficácia;
- a orientação da atividade regulatória e de fiscalização;
- a aplicação do controle social, conforme indica a Lei nº11.445/2007;
- a integração das bases de dados dos prestadores e do órgão de regulação e fiscalização presente no município;
- a constituição de políticas públicas voltadas para o Saneamento.

Os dados deverão ser recolhidos e publicados periodicamente, de acordo com o prazo determinado pelo município, de modo a garantir que exista um estudo comparativo da situação de cada um dos setores do Saneamento Básico. É necessário que haja prazo suficiente para que seja possível o atingimento das metas estipuladas; isso poderá implicar em prazos diferentes de coleta das informações de cada um dos indicadores a serem utilizados no SIMSB de Patrocínio.

Os passos para a utilização do Sistema de Informação encontram-se descritos no anexo deste documento.

8.6 MECANISMOS PARA A DIVULGAÇÃO DO PLANO NO MUNICÍPIO, ASSEGURANDO O PLENO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO.

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio foi amplamente divulgado e socializado, através da consolidação dos Programas, Projetos e Ações e das ações definidas na política municipal de saneamento básico, bem como a adequação das competências e estruturação do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico – CRESB.

Os Programas, Projetos e Ações dos quatro componentes do saneamento básico do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, foram aprovados durante a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico – PMSB; a sociedade referendou o PMSB durante este evento. O PMSB será encaminhado ao Coordenador Geral do PMSB de Patrocínio, e remetido à Diretoria Provisória do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, representados pelos membros dos Comitês que elaboraram e aprovaram o PMSB, até que as alterações no mesmo se consolidem.

É importante destacar que os mecanismos e ações realizadas e a realizar para a divulgação e consolidação do PMSB, visando a participação social durante toda a elaboração do Plano, foram resultados de sugestões construídas, preliminarmente no Produto 1 - Plano de Trabalho e Mobilização Social, e alinhadas com os princípios e diretrizes do PMSB. A riqueza deste processo iniciou-se na criação de estratégias idealizadas para cada contexto, assumindo a peculiaridade local e abrindo espaço para a criatividade, não ficando restrita às referências oferecidas.

Até o momento, os mecanismos já utilizados demonstraram resultados positivos, pois houve participação da sociedade durante as Audiências, Pré-Conferência e Oficinas; o que fatalmente refletiu num excelente resultado de participação social, durante a 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico. Recomenda-se que o Produto 6 - Documento Final do PMSB esteja disponibilizado para a sociedade pela Prefeitura Municipal de Patrocínio no portal, via site oficial do governo municipal, e também no site oficial do DAEPA.

Conclui-se assim que é necessário que as ações a serem tomadas pelo Prefeitura e pelo DAEPA estejam às claras, para toda a população, através do uso dos mecanismos de divulgação do PMSB, para que sejam estabelecidas maneiras da sociedade assegurar seus direitos. MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO A SOCIEDADE PARA O ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMSB.

Durante a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico, serão eleitos 2 representantes da sociedade para compor o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, como forma de acompanhar e assegurar o pleno conhecimento da sociedade, visto que, o Comitê será paritário, 50% da sociedade civil e 50% do poder público, conforme estabelecido pelo Projeto de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico. Será criado também o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, no seu Art.21, abaixo sobescrito:

TÍTULO V
Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 21. Fica criado o Sistema Municipal de informações em Saneamento Básico, cujas finalidades, em âmbito municipal, serão:
I - Constituir banco de dados com informações e indicadores sobre os serviços de Saneamento Básico e a qualidade sanitária do Município;
II - Subsidiar o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de Saneamento Básico;
III - Avaliar e divulgar os indicadores de desempenho dos serviços públicos de Saneamento Básico, na periodicidade indicada pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 1º. O Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA e a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, como prestadores dos serviços públicos de Saneamento Básico, introduzirão os dados, emitirão gráficos de acompanhamento e atualizarão o banco de dados, para as informações necessárias ao funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, na forma e na periodicidade estabelecidas pelos indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e pela necessidade do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 2º. A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de informações em Saneamento Básico serão estabelecidas em seu Manual de Instrução.

O Projeto de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio estabelece os instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação sistemática dos serviços, por meio de indicadores, para aferir o cumprimento das metas, a situação de acesso, a qualidade, a segurança, e regularidade dos serviços e seus impactos nas condições de

saúde e na salubridade ambiental, através do CRESB. Estabelece ainda a criação do Fundo Municipal de saneamento Básico, para a universalização dos serviços de saneamento básico.

TÍTULO VI
Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, tendo por finalidade concentrar os recursos para a realização de investimentos em ampliação, expansão, substituição, melhoria e modernização das infraestruturas operacionais e em recursos gerenciais necessários para a prestação dos serviços de saneamento básico do Município de Patrocínio, visando a sua disposição universal, integral, igualitária e com modicidade dos custos.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Saneamento Básico, também está destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico, previstos nesta lei, cujos Programas, Projetos ou Ações estejam contidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, ou acrescidos neste, por meio de um Decreto e tenham sido submetidos à apreciação do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

8.7 PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO - PERIODICIDADE

O Município de Patrocínio deverá revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de quatro em quatro anos conforme estabelecido pela Lei Federal nº 11.445/07 e seu Decreto nº 7.217/10 que regulamenta a citada Lei, de maneira antecipada à política municipal de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, e outros, dispostas no Plano Plurianual[460] do município de Patrocínio.

Antes da aprovação do Plano Plurianual, que ocorre de quatro em quatro anos, o Plano de Execução deve ser revisto, de modo a incluir os Planos, Projetos e Ações pertinentes ao momento atual do município, bem como alterar os já existentes, para que o PMSB continue alçando os resultados desejados. Todas as alterações ou inclusões devem se aprovadas pelo CRESB e por Decreto, respeitando o que ditam a Lei da Política Municipal de Saneamento Básico e o Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio /MG, conforme seu Art. 6º, sobescrito abaixo:

[460] É um instrumento de planejamento governamental, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos.

Art. 6º. O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, instituído por esta Lei, será revisto periodicamente, no máximo a cada 4 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual do município de Patrocínio, e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - Diagnóstico situacional sobre a salubridade ambiental do Município e de todos os serviços de saneamento básico, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, sociais, econômicos e de gestão;
II - Definição de diretrizes gerais e suas metas, através de planejamento integrado, considerando o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e outros planos setoriais e ou regionais;
III - Estabelecimento de metas e ações de curto prazo: de 1 (um) a 4 (quatro) anos, médio prazo: entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos e longo prazo: entre 8 (oito) e 20 (vinte) anos;
IV - Definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e cronograma de aplicação, quando possível;
V - Programas de investimentos em obras, ações e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento, em consonância com o Plano Plurianual da Administração Pública e Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

§ 1º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Patrocínio deverá ser elaborada em articulação com o Poder Público Municipal, com o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB e com os prestadores dos serviços correlatos e, estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos;
I. Das políticas da União, Estado e Município de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;
II. Do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano da Bacia Hidrográfica (Recursos Hídricos), o qual o município pertence.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação dos planos anteriormente vigentes.

9 REALIZAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PATROCÍNIO

Registre-se que em 26 de novembro de 2015, às 18h30, no Auditório Geraldo Campos da Prefeitura Municipal de Patrocínio, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio - MG, a qual teve por finalidade reunir os representantes de diversos segmentos para votar as propostas obtidas durante as Audiências, Pré-Conferências,

Diagnósticos e Prognósticos do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, bem como a consolidação e aprovação do PMSB.

Além disso, a Conferência Municipal teve como objetivo principal apresentar a Política Municipal de Saneamento Básico à comunidade, através das Políticas Setoriais, Programas e Projetos propostos, propiciando a participação popular dos diversos segmentos da sociedade presentes, para a formulação de proposições do PMSB, envolvendo os 04 (quatro) componentes do Saneamento Básico:

- ✓ Abastecimento de Água;
- ✓ Esgotamento Sanitário (Esgoto);
- ✓ Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos (Lixo);
- ✓ Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (Água de Chuva).

Em relação aos participantes, estiveram presentes delegados que foram eleitos nas Audiências e Pré-Conferências, além dos delegados natos, sendo esses, vereadores, secretários municipais e representantes do judiciário, bem como os convidados e observadores representando a sociedade.

Durante a realização da Conferência, 26 (vinte e seis) delegados, dentre os natos e eleitos, tiveram o direito à voz e voto, e assim foram aprovadas as Políticas Públicas, Programas e Projetos contidos no PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio – MG, conforme detalhamento a seguir:

9.1 VOTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando da votação das Políticas Públicas Municipais, entre os 26 (vinte e seis) delegados presentes na Conferência, 25 (vinte e cinco) votaram a favor das Políticas de Saneamento Básico e de Fiscalização, sendo que 01 (um) delegado se absteve do voto. Em relação as Política de Habitação e de Gestão Institucional, 22 (vinte e dois) delegados presentes aprovaram as referidas Políticas, sendo que houve 01 (uma) reprovação e 03 (três) abstenções. A seguir, apresenta-se tabela demostrando detalhes da votação:

Tabela 52 – Aprovação das Políticas Públicas

Políticas Públicas	Aprovado	Reprovado	Abstenção
Política de Saneamento Básico	25	-	01
Política de Fiscalização	25	-	01
Política de Habitação	22	01	03
Política de Gestão Institucional	22	01	03
Política de Meio Ambiente	24	01	01

É importante registrar que foi sugerida por um dos delegados eleitos durante a realização das Pré-Conferências do PMSB de Patrocínio, a inclusão da **Política de Conservação do Solo das Áreas Rurais**.

Dessa forma, a citada sugestão foi objeto de votação pelos delegados, sendo que houve 96% de aprovação.

9.2 VOTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Registre-se que o Programa de Gestão Ambiental Integrada, bem como o Programa Sociedade Ativa, Meio Ambiente Preservado, ambos foram votados em bloco, contemplando os Projetos relacionados. Dessa forma, entre os delegados presentes, 25 (vinte de cinco) votaram a favor dos Programas, e 01 (um) delegado se absteve do voto, conforme demostra a tabela a seguir:

Tabela 53 – Votação dos Programas de Gestão Ambiental

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Gestão Ambiental Integrada	25	0	01
Projeto Empreendimentos regularizados, compromisso com a sociedade	-	-	-
Projeto Empreendimentos públicos legais	-	-	-
2) Programa Sociedade ativa, meio ambiente preservado	25	0	01
Projeto Todo dia é dia de cuidar do meio ambiente	-	-	-
Projeto Educação sócio ambiental	-	-	-

9.3 VOTAÇÃO PROGRAMAS ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A votação dos Programas relacionados ao componente de abastecimento de água também adotou o procedimento anterior, através de bloco. Dessa forma, os Programas Água Tratada, Saúde para Todos; Eficiência na Distribuição, Redução do Desperdício; bem como o Programa O Córrego Feio é Bonito, apresentaram 25 (vinte e cinco) votos a favor (96% de aprovação) e 01 (uma) abstenção, conforme tabela a seguir:

Tabela 54 – Votação Programas de Abastecimento de Água

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Água tratada, saúde para todos	25	0	01
Elaborar Plano Diretor de Água	-	-	-
Projeto ETA Córrego Feio	-	-	-
Projeto Reservar para não faltar	-	-	-
2) Programa Eficiência na distribuição, redução do desperdício	25	0	01
Projeto Controle e redução de perda	-	-	-
Água e Drenagem			
1) Programa O Córrego Feio é Bonito	25	0	01
Desenvolver Projeto executivo para recuperação de 12 nascentes	-	-	-
Projeto Cacimbas	-	-	-
Projeto Mata ciliar, a protetora dos cursos d'água	-	-	-

9.4 VOTAÇÃO PROGRAMAS ESGOTAMENTO SANITÁRIO/DRENAGEM PLUVIAL

Em relação aos Programas Efluente Tratado, Saúde em Evidência e Águas de Patrocínio, ambos apresentaram 96% de aprovações pelos delegados presentes, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 55 – Votação Programas Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Efluente tratado, saúde em evidência	25	0	01
Elaborar Plano Diretor de Esgoto	-	-	-
Projeto Tratamento eficiente (água e esgoto)	-	-	-
Projeto Conhecer para monitorar	-	-	-
Drenagem Pluvial	-	-	-
1) Programa Águas de Patrocínio	25	0	01
Elaborar Plano Diretor de Drenagem	-	-	-
Programar cronograma de limpeza da drenagem	-	-	-
Desenvolver projeto do parque linear do Córrego Rangel	-	-	-
Projeto Revitalização das bacias urbanas	-	-	-
Projeto Área rural, produtora de águas	-	-	-

É importante registrar que um dos delegados presentes e eleitos nas Pré-Conferências e Audiências realizadas durante a elaboração do PMSB de Patrocínio - MG sugeriu a inserção da seguinte ação no Programa Águas de Patrocínio: '**Estabelecer Parceria junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas**'.

Dessa forma, a fim de viabilizar a inclusão da ação sugerida pelo delegado, foi necessária a votação entre os delegados eleitos, ocasião na qual houve aprovação da sugestão por unanimidade.

9.5 VOTAÇÃO PROGRAMAS RESÍDUOS SÓLIDOS

Quanto ao Programa Recriar, referente ao componente de Resíduos Sólidos, esse foi aprovado pelos vinte e cinco delegados presentes, ou seja, 96% de aprovação, e uma abstenção, conforme tabela abaixo:

Tabela 56 – Votação Programas Resíduos Sólidos

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Recriar	25	0	01
Convocar empreendimento para elaboração do PGIRS	-	-	-
Convocar empreendimentos para elaboração do PGIRSS	-	-	-
Projeto Coleta Seletiva	-	-	-
Projeto Resíduo que gera qualidade de vida	-	-	-
Projeto Manejo adequado dos resíduos	-	-	-

9.6 VOTAÇÃO PROGRAMA GERAL

Registre-se que o Programa Saneamento para Todos foi aprovado pela maioria dos delegados eleitos, apresentando 92% de aprovação. Além disso, o Programa apresentou uma reprovação e uma abstenção.

Tabela 57 – Votação Programa Geral

Geral	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Saneamento para todos	24	01	01
Estabelecer logística para coleta de resíduos em todas as localidades	-	-	-
Estabelecer cobrança pelos serviços de saneamento, assim como delegar responsável pelos serviços de resíduos e drenagem	-	-	-
Projeto Conhecendo cada realidade	-	-	-

9.7 VOTAÇÃO PROGRAMAS GESTÃO ADMINISTRATIVA

No que se referem aos Programas de Gestão Administrativa, esses foram votados em blocos, conforme procedimento padrão adotado na Conferência. Sendo assim, os Programas Fiscalizar e Educar para Melhoras; Modernização Institucional da Administração Pública; bem como Manutenção na Prestação dos Serviços de Saneamento, foram aprovados por 96% dos delegados presentes, e obtiveram uma abstenção em cada Programa, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 58 – Votação Programas Gestão Administrativa

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
1) Programa Fiscalizar e educar para melhorar	25	0	01
Estabelecer legislação específica para as atividades de fiscalização no município	-	-	-
Fiscalizar o cumprimento das Leis e demais instrumentos legais	-	-	-
Fiscalizar a execução de obras terceirizadas	-	-	-
Fiscalizar a prestação dos serviços terceirizados	-	-	-
Fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados	-	-	-
Projeto O patrimônio público é de todos	-	-	-

Programas/Projetos/Ações	Aprovado	Reprovado	Abstenção
2) Programa Modernização institucional da Adm. Pública	25	0	01
Projeto Valorizar o servidor é valorizar a sociedade	-	-	-
Projeto Gestão Participativa	-	-	-
Projeto Gestão de contratos	-	-	-
3) Programa Manutenção na prestação dos serviços de saneamento básico	25	0	01
Planejar de forma integrada as atividades de manutenção, visando sempre o menor transtorno	-	-	-
Realizar manutenções programadas	-	-	-
Estabelecer procedimentos e normas para que a sociedade seja comunicada com certa antecedência das manutenções	-	-	-

Portanto, levando em consideração que as Políticas, Programas e Projetos foram aprovados pela grande maioria dos delegados presentes na Conferência Municipal de Saneamento Básico, entende-se que o Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio – MG foi devidamente aprovado.

A seguir, apresenta-se registro fotográfico da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio – MG:

9.8 REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CONFERÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO

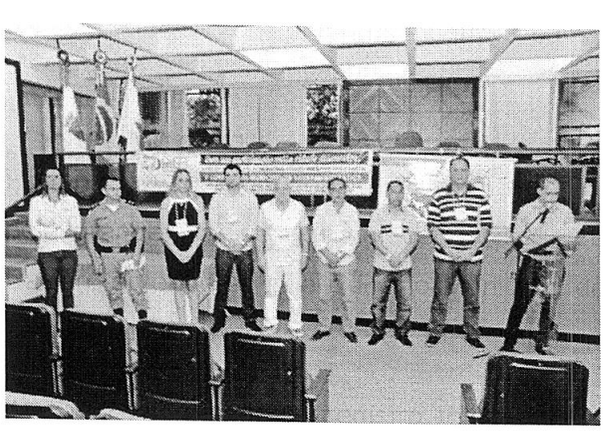






Figura 38 – Registro Fotográfico 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio - MG

10 MINUTA DA LEI DE SANEAMENTO

MINUTA DE PROJETO DE LEI DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, adequa a estruturação e as competências do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, e cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico de Patrocínio/MG.

O Povo do Município de Patrocínio, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

TITULO I
Da Política Municipal de Saneamento Básico

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A Política Municipal de Saneamento Básico tem por finalidade garantir a salubridade do território urbano e rural do Município de Patrocínio, e o bem-estar ambiental de seus habitantes.

Art. 2º. A Política Municipal de Saneamento Básico será executada, através de programas, projetos e ações, de forma integrada, planificada, em processo contínuo, e obedecendo às disposições contidas na presente lei e nos procedimentos administrativos dela decorrentes, contidos no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio.

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Salubridade Ambiental, estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

II - Saneamento Básico, conjunto de ações entendidas fundamentalmente como de saúde pública, compreendendo o abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a higiene adequada e o conforto, e com qualidade compatível com os padrões de potabilidade; Coleta, Tratamento e Disposição adequada dos Esgotos e da Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos, Drenagem e Manejo das Águas Pluviais e,

III - Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, resultado de um conjunto de estudos que objetiva conhecer a situação atual do município e planejar as ações e alternativas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, resultando na promoção do

saneamento, da saúde pública e do meio ambiente. Trata-se de um instrumento estratégico de planejamento e gestão participativa, o qual visa atender ao que determina os preceitos da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 4º. Fica vedado o regime de concessão ou permissão dos serviços de saneamento básico, cabendo ao município organizar e prestar diretamente os serviços ou por entidades da administração indireta.

§1º. A gestão, entendendo como a planificação, organização e execução da Política Municipal de Saneamento Básico são de responsabilidade da Administração Direta e/ou Indireta do Município; sendo que, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, de responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA; e Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, de responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

§2º. As prestações dos Serviços Públicos de Saneamento são de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, ou da administração indireta por Autarquia, para execução de uma ou mais dessas atividades.

Art. 5º. O Município de Patrocínio poderá realizar programas, projetos e ações em conjunto com a União, Estado, outros Municípios e com Instituições Públicas e/ou Privadas ou Consórcios Públicos, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e/ou apoio institucional ou contrato de programa, com vistas a assegurar a operação e a administração eficiente dos serviços de Saneamento Básico.

Art. 6º. Para a adequada execução dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, deles se ocuparão profissionais qualificados e legalmente habilitados.

Parágrafo Único - A Execução dos Programas, Projetos e Ações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB relativos ao Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário ficarão a cargo da Autarquia Municipal, Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA, cabendo a Prefeitura Municipal amparar e apoiar, inclusive com repasses e subsídios financeiros para a execução dos mesmos.

Art. 7º. A salubridade ambiental, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, é um direito e dever de todos e obrigação do Município, assegurada por políticas públicas sociais, prioridades financeiras e eficiência gerencial que viabilizem o acesso universal e igualitário aos benefícios do Saneamento Básico.

CAPÍTULO II
Dos Princípios

Art. 8º. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - A prevalência do interesse público e coletivo sobre o privado e particular;

II - A prevalência das questões sociais sobre as econômicas na sua gestão;

III - A melhoria contínua da prestação dos serviços de Saneamento Básico;

IV - A participação social nos processos de planificação, gestão e controle dos serviços de Saneamento Básico;

V - A universalização, a equidade e a integralidade dos serviços de Saneamento Básico e;

VI - A sustentabilidade financeira e ambiental dos componentes do Saneamento Básico.

CAPÍTULO III
Das Diretrizes Gerais

Art. 9º. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - Administrar os recursos financeiros destinados ao Saneamento Básico, com eficácia e eficiência, visando à melhoria da qualidade de vida e da saúde coletiva, de modo menos oneroso à população;

II - Desenvolver a capacidade técnica em planejar, gerenciar e realizar ações que levem à otimização nas questões das instituições responsáveis;

III - Valorizar o processo de planejamento e decisão, coordenando e integrando as políticas, planos, programas, projetos e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo, tanto no âmbito municipal, como entre os diferentes níveis governamentais;

IV - Considerar as exigências e características locais, a organização social e as demandas socioeconômicas da população;

V - Buscar a máxima produtividade e excelência na gestão dos Serviços de Saneamento Básico;

VI - Respeitar a legislação, normas, planos, programas e procedimentos relativos ao Saneamento Básico, saúde pública e meio ambiente existentes, quando da execução das ações;

VII - Incentivar o desenvolvimento científico na área de Saneamento Básico, a capacitação tecnológica, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

VIII - Adotar e aplicar os indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos, e o índice de desenvolvimento do município como norteadores das ações de Saneamento Básico;

IX - Promover programas de educação ambiental e sanitária, com ênfase em Saneamento Básico e áreas afins;

X - Realizar investigação e divulgação sistemáticas de informações sobre os problemas de Saneamento Básico e Educação Sanitária;

XI - Dar publicidade a todos os atos dos gestores dos serviços de Saneamento Básico, em especial às planilhas de composição de custos e às de tarifas e preços;

XII - Garantir condições de acesso a toda a população à água em quantidade e qualidade que assegure a proteção à saúde, observadas as normas relativas à qualidade da água para o consumo humano, bem como a legislação ambiental e a de recursos hídricos;

XIII - Fixar os direitos e deveres dos usuários através de normatização própria de Saneamento Básico, observadas a legislação Municipal, Estadual e Nacional.

TÍTULO II

Da Regulação e Fiscalização

Art. 10. A Regulação e Fiscalização da prestação dos serviços dos quatro componentes do Saneamento Básico - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais - serão exercidas pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB de Patrocínio.

CAPÍTULO I

Do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB

Art. 11. Fica autorizada a adequação da estruturação e das competências do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, como órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador da prestação dos serviços dos quatro componentes do

Saneamento Básico de Patrocínio - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

Parágrafo Único - Cabe ao Município de Patrocínio e ao Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA proporcionarem as condições físicas e funcionais para o bom desempenho do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

Art. 12. Competirá ao Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB:

I - Auxiliar na formulação das Políticas Públicas de Saneamento Básico e exercer o Controle Social, auxiliar na planificação da execução das Políticas de Saneamento Básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução;

II - Opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Saneamento Básico, assim como convênios, acordos, contratos e outros instrumentos;

III - Opinar sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

IV - Acompanhar a execução dos Programas, Projetos, Ações e Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, relativos à cobertura e qualidade dos serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos e Manejo e Drenagem Pluvial, de forma a garantir a universalização do acesso aos serviços relacionados aos quatro componentes;

V - Acompanhar a execução das metas e ações relativas à cobertura e otimização dos serviços contidos no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;

VI - Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora para a realização das Conferências Municipais de Saneamento Básico;

VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA, emitindo opiniões e sugestões;

VIII - Propor mudanças e referendar os Regulamentos dos Serviços de Saneamento Básico prestados pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA;

IX - Avaliar e opinar sobre os orçamentos anuais propostos pelo município e pelo Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA, destinados a prestação dos serviços de Saneamento Básico;

X - Avaliar e acompanhar os indicadores de desempenho constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;

XI - Aprovar as tarifas, taxas e preços públicos dos serviços de Saneamento Básico;

XII - Deliberar sobre a aplicação de Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XIII - Examinar as propostas e denúncias e responder às consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços de Saneamento Básico;

XIV - Revisar o seu Regimento Interno;

XV- Estabelecer diretrizes para a formulação de programas, projetos e ações de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XVI - Estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XVII - Articular-se com outros conselhos/comitês existentes no País, nos Municípios e no Estado, com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XVIII - Apoiar o Executivo Municipal e os prestadores de serviços para captar recursos financeiros extra orçamentários, para aplicação em saneamento básico;

IXX - Realizar em conjunto com o Executivo Municipal e o Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;

XX - Monitorar e apresentar resultados juntamente com o Executivo Municipal e o Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - sobre o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico - SMISB e,

XXI - Orientar o Executivo Municipal para a Realização das Conferências Municipais de Saneamento Básico.

Art. 13. O Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico de Patrocínio – CRESB , instituído pelo Decreto Municipal nº 3004/2013, o qual tem por função dar auxílio Executivo Municipal de Patrocínio nas funções de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico, deverá atender ao Decreto Federal nº 8.211/2014, que garante o controle social e cria mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de

planejamento e de avaliação relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, conforme art.3º, inciso 4º.

§ 1º O Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB deverá ser órgão colegiado, deliberativo e paritário entre representantes do Poder Público (50%) e dos usuários, sindicatos, clube de serviços, Organização Não Governamental e entidades de classe (50%), e apresentará a seguinte constituição do Colegiado:

I - x representante do Poder Legislativo Municipal;

II - x representantes do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA;

III - x representante da Secretaria Municipal de Planejamento de Patrocínio;

IV - x representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

V - x representante da Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio;

VI - x representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio;

VII - x representante indicado pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB);

VIII - x representante indicado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos (CREA);

IX - x representante indicado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Patrocínio;

X - x representantes das entidades assistenciais, educacionais, Organizações Não Governamentais e clubes de serviços;

XI - x representantes dos usuários residenciais eleitos diretamente, durante a realização da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º. Os representantes dos usuários residenciais poderão ser eleitos todas as vezes que coincidir o ano de formação do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 3º. A composição deverá ser respeitada em sua paridade, porém, os representantes poderão ser identificados por interesse pela participação e nomeados por Decreto, assim como, a criação das Câmaras Técnicas, com a participação de representantes de órgãos governamentais, como: Instituto Estadual de Floresta – IEF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, Instituto Mineiro de

Gestão das Águas o u do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, do município de Patrocínio.

Art. 14. A estrutura do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico– CRESB, instituído pelo Decreto Municipal nº 3004/2013, compreenderá o Órgão Colegiado, a Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

Parágrafo único - A Secretária Executiva do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico– CRESB será exercida pelo Coordenador do Comitê Executivo, que irá compor a diretoria provisória do Comitê, até que se consolide e se aprove o Regimento Interno. A Diretoria Provisória será constituída pelos membros atuais e por membros dos Comitês de Coordenação e Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, instituídos pelo Decreto Municipal nº xx, de xx de xxxxxx de 2015, até a aprovação do Regimento Interno e Consolidação da restruturação do CRESB, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei.

TÍTULO III

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. A Conferência Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á no máximo a cada quatro anos, com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação do Saneamento Básico, bem como, eleger os representantes da Sociedade Civil, para compor o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB;

Art. 16. A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada pelo Executivo Municipal, Legislativo ou, extraordinariamente, pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB;

§ 1º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em Regime Próprio, aprovadas pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, ou por sua Diretoria Provisória.

§2º. A representação da sociedade civil será garantida através dos seus delegados eleitos durante as Pré-Conferências e a representação do Poder Público será garantida através de seus delegados natos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

TÍTULO VI

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, tendo por finalidade concentrar os recursos para a realização de investimentos em ampliação, expansão, substituição, melhoria e modernização das infraestruturas operacionais e em recursos gerenciais necessários para a prestação dos serviços de saneamento básico do Município de Patrocínio, visando a sua disposição universal, integral, igualitária e com modicidade dos custos.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Saneamento Básico, também está destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico, previstos nesta lei, cujos Programas, Projetos ou Ações estejam contidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, ou acrescidos neste, por meio de um Decreto e tenham sido submetidos à apreciação do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

Art. 18. O Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB será gerido por um Conselho Gestor composto pelos seguintes membros:

I - O Secretário Municipal de Finanças;

II - Um representante do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB;

III - O Gerente Financeiro do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA.

Art. 19. Ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB compete:

I - Estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do FMSB, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da política e do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

II - Elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação dos Recursos do FMSB, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Aprovar as demonstrações mensais de receitas e despesas do FMSB;

IV - Encaminhar as prestações de contas anuais do FMSB ao Executivo e à Câmara Municipal e,

V - Deliberar sobre questões relacionadas ao FMSB, em consonância com as normas de gestão financeira e os interesses do Município.

Art. 20. Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município e do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio - DAEPA;

II - Recursos provenientes de fundos estadual e federal, inclusive orçamentários do Estado e da União;

III - Transferência de outros fundos dos Municípios, do Estado ou da União para a realização de ações de interesse comum;

IV - Recursos provenientes de doações ou subvenções de organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V - Rendas provenientes das aplicações dos seus recursos;

VI - Outros Recursos, legalmente instituídos, destinados para o saneamento básico.

Parágrafo único – os recursos provenientes das dotações orçamentárias constantes no item I deste artigo deverão ser regulamentados em sua periodicidade e percentual.

TÍTULO V

Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 21. Fica criado o Sistema Municipal de informações em Saneamento Básico, cujas finalidades, em âmbito municipal, serão:

I - Constituir banco de dados com informações e indicadores sobre os serviços de Saneamento Básico e a qualidade sanitária do Município;

II - Subsidiar o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de Saneamento Básico;

III - Avaliar e divulgar os indicadores de desempenho dos serviços públicos de Saneamento Básico, na periodicidade indicada pelo Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 1º. O Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA e a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, como prestadores dos serviços públicos de Saneamento Básico, introduzirão os dados, emitirão gráficos de acompanhamento e atualizarão o banco de dados, para as informações necessárias ao funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, na forma e na periodicidade estabelecidas pelos

indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e pela necessidade do Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB.

§ 2º. A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de informações em Saneamento Básico serão estabelecidas em seu Manual de Instrução.

TÍTULO II

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. O Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB deverá ser reestruturado pelo Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da aprovação do Regimento Interno pela Diretoria Provisória.

Art. 23. O Poder Executivo Municipal poderá instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico, a partir da promulgação desta lei.

Art. 24. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente do Município, suplementadas se necessário.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Patrocínio, XX de XXXXXXXXXXXX de 2.015.

Dr. Lucas Campos de Siqueira
Prefeito Municipal de Patrocínio/MG.

MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

Art. 1º. O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB é um instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, respeitadas às competências da União e do Estado, que tem como objetivo melhorar a prestação dos serviços de saneamento básico, a qualidade da saúde pública, em busca do desenvolvimento eficiente, eficaz e sustentável.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio, é destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, sendo o instrumento essencial para o alcance de níveis crescentes de

salubridade ambiental e de desenvolvimento, para atingir a universalização da prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I - Abastecimento de Água;

II - Esgotamento Sanitário;

III - Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos e

IV- Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

Art. 3º. Para estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município - PMSB de Patrocínio serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I - a universalização, a integralidade e a disponibilidade;

II - preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;

III - a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem a peculiaridade local e regional;

IV - a articulação com outras políticas públicas;

V - a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;

VI - a utilização de tecnologias apropriadas;

VII - a transparência das ações;

VIII - o controle social;

IX - a segurança, qualidade e regularidade;

X - a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio deverá respeitar o que determina **a Lei Municipal nº XXXX** que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial os estudos que integram o Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio/MG, Anexo a essa lei.

Art. 5º. O presente Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a universalização da prestação dos serviços de Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Patrocínio/MG.

Parágrafo Único - Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB:

I - Garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;

II - Implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;

III - Criar instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gestão dos serviços de Saneamento Básico;

IV - Estimular a conscientização ambiental da população;

V - Atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de Saneamento Básico.

Art. 6º. O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, instituído por esta Lei, será revisto periodicamente, no máximo a cada 4 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual do município de Patrocínio, e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - Diagnóstico situacional sobre a salubridade ambiental do Município e de todos os serviços de saneamento básico, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, sociais, econômicos e de gestão;

II - Definição de diretrizes gerais e suas metas, através de planejamento integrado, considerando o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e outros planos setoriais e ou regionais;

III - Estabelecimento de metas e ações de curto prazo: de 1 (um) a 4 (quatro) anos, médio prazo: entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos e longo prazo: entre 8 (oito) e 20 (vinte) anos;

IV - Definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e cronograma de aplicação, quando possível;

V - Programas de investimentos em obras, ações e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento, em consonância com o Plano Plurianual da Administração Pública e Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

§ 1º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Patrocínio deverá ser elaborada em articulação com o Poder Público Municipal, com o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB e com os prestadores dos serviços correlatos e, estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos;

I. Das políticas da União, Estado e Município de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II. Do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano da Bacia Hidrográfica (Recursos Hídricos), o qual o município pertence.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação dos planos anteriormente vigentes.

Art. 7º. Os novos Programas, Projetos e Ações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas, exceção dos contidos nesse Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Patrocínio/MG, Anexo a essa lei.

Parágrafo Único - Os novos regulamentos, por Decreto deverão compor os Anexos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, e deverão ser identificados por número romano, na ordem de sua disposição.

Art. 8º. A gestão dos serviços de Saneamento Básico terão como instrumentos básicos os programas, projetos e ações específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento básico e o perfeito controle social, além do controle dos efeitos ambientais.

Art. 9º. As prestações dos Serviços Públicos de Saneamento são de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado,

ou da administração indireta por Autarquia, para execução de uma ou mais dessas atividades.

Parágrafo Único - fica vedada a privatização e a concessão onerosa ou não onerosa da prestação dos serviços de saneamento básico, podendo o município optar pela terceirização dos serviços, observada a Lei 8.666/97, com suas alterações posteriores, assim como, as normas gerais de contabilidade e outras pertinentes.

Art. 10. Em casos de infração, danos ou degradação dos elementos que compõe os sistemas de saneamento básico nos seus componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, sem prejuízo das sanções civis, penais e criminais cabíveis, acarretarão na aplicação das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência, com prazo para a regularização da situação;

II - Multa simples ou diária;

III - Interdição

Parágrafo Único - Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

Art. 11. Na aplicação da penalidade da multa, a autoridade levará em conta sua intensidade e extensão.

§ 1º. No caso de dano ambiental, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a autoridade levará em consideração à degradação ambiental, efetiva ou potencial, assim como, a existência comprovada do dolo.

§ 2º. A multa pecuniária será regulamentada pelo CRESB de Patrocínio.

§ 3º. O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei nº XXXXXXX e, suas alterações.

Art. 12. A penalidade de interdição será aplicada:

I - Em caso de reincidência e

II - Quando da infração resultar em:

a) Contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;

b) Degradação ambiental de dano aos componentes do Saneamento Básico, que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator, ou ainda, não há recuperação da degradação às suas custas;

c) Risco iminente à saúde pública.

Art. 13. Constitui órgão executivo do presente Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB o Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 14. Constitui órgão superior do presente Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, de caráter consultivo e deliberativo, o Comitê Regulador dos Serviços de Saneamento Básico - CRESB, reestruturado com base no artigo 11 da Lei Municipal nº XXXXXX, que constitui a Política Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio.

Art. 15. Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio os documentos contidos no Anexo (Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico) desta lei.

Art. 16. Nos casos omissos, deverão prevalecer a Lei Federal 11.445/2007 e o seu Decreto Regulamentador nº 7.217/2010.

Art. 17. Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Patrocínio, XX de XXXXXXXX de 2015.

Dr. Lucas Campos de Siqueira
Prefeito Municipal de Patrocínio/MG.

11 CONCLUSÃO

Portanto, este Produto 6 apresentou os principais pontos abordados ao longo do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Patrocínio, desde a elaboração do Plano de Trabalho, até a execução do mesmo, que culminou na conclusão e fechamento dos Produto 2, 3, 4, e 5 e do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Vale lembrar que detalhamento de todos os produtos apresentados neste PMSB estão disponíveis nos respectivos produtos apresentados.

O PMSB, constituído a partir da iniciativa da administração municipal frente a uma imposição legal, com a contribuição técnica da equipe da DIEFRA Engenharia e Consultoria

LTDA. e a participação da sociedade Patrocinense nos diversos momentos de mobilização social, atendeu ao seu proposito primordial que é a elaboração de um instrumento de gestão municipal no que diz respeito ao Saneamento Básico.

Este instrumento é apenas o início do Planejamento Municipal a ser desenvolvido no dia-a-dia da administração pública municipal, assim como no dia-a-dia da sociedade. A implementação do PMSB conforme concebido, será de responsabilidade da administração pública, contando sempre com a fiscalização, cobrança e participação da sociedade civil como um todo.

Suas revisões conforme prazos citados, conjugados com a elaboração do orçamento anual é imprescindível para o sucesso do mesmo, cabendo aos atores responsáveis a cobrança pela inserção dos programas, projetos e ações previstos conforme metas estabelecidas.

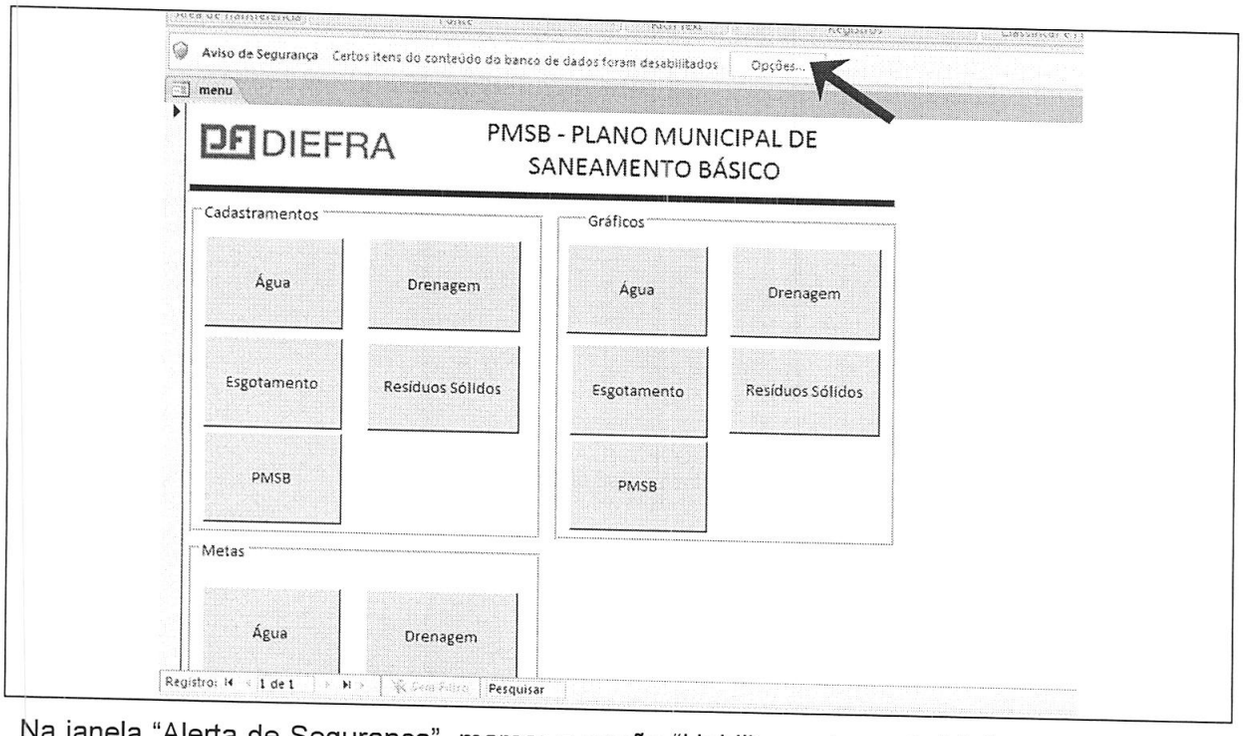
Conforme exposto, os componentes do saneamento básico em Patrocínio que apresentaram situação mais crítica são Resíduos Sólidos e Drenagem Pluvial, o que não quer dizer que os demais componentes (Abastecimento de água e esgotamento sanitário) não necessitem de investimentos e recursos a curto prazo.

Portanto, a partir da publicação do PMSB, através de Lei Municipal todos serão parte integrante e responsável pela implementação e execução do PMSB em Patrocínio ao longo de seu horizonte de 20 anos.

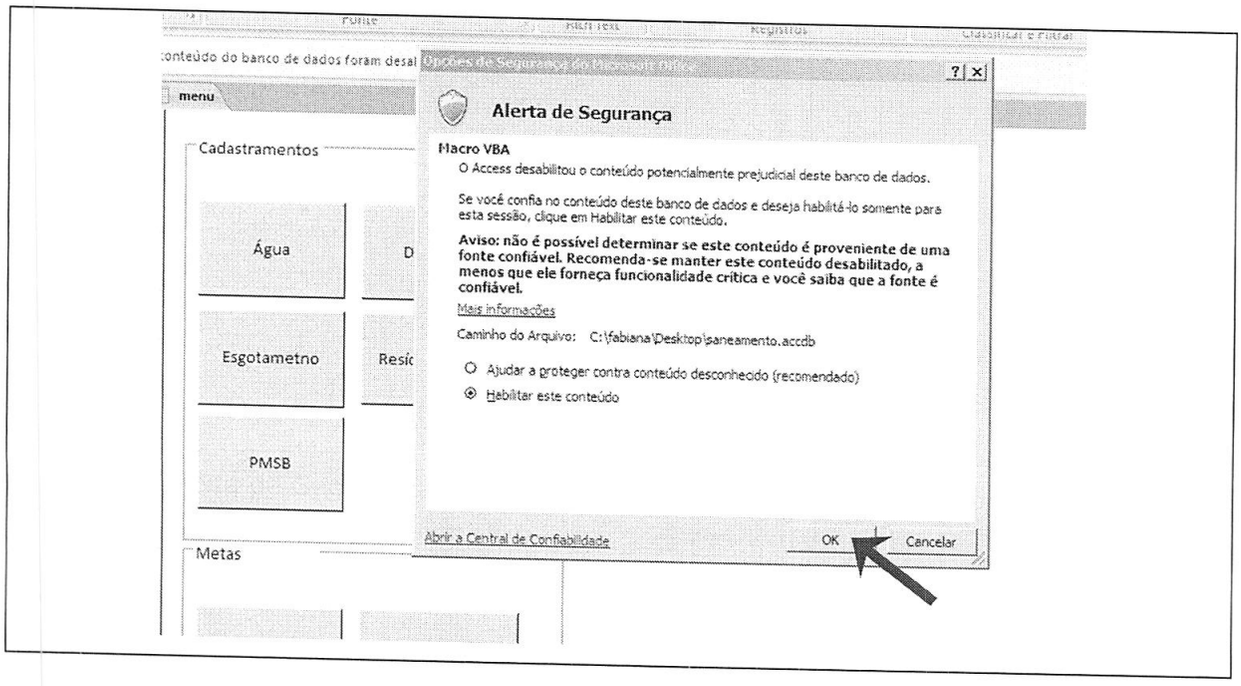
ANEXO

Manual utilização Sistema Municipal de Informação do Saneamento Básico - SMISB

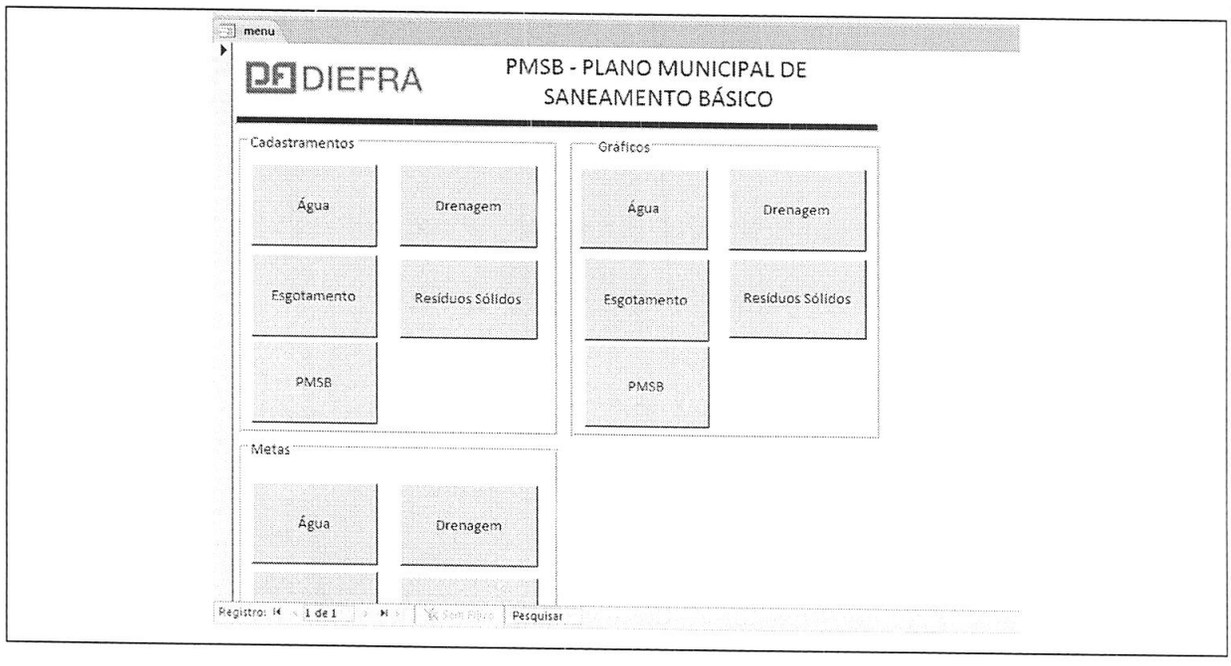
Ao abrir o sistema, o primeiro passo deve ser habilitar o programa em seu computador. Para isso, basta clicar no item "opções", conforme figura abaixo:



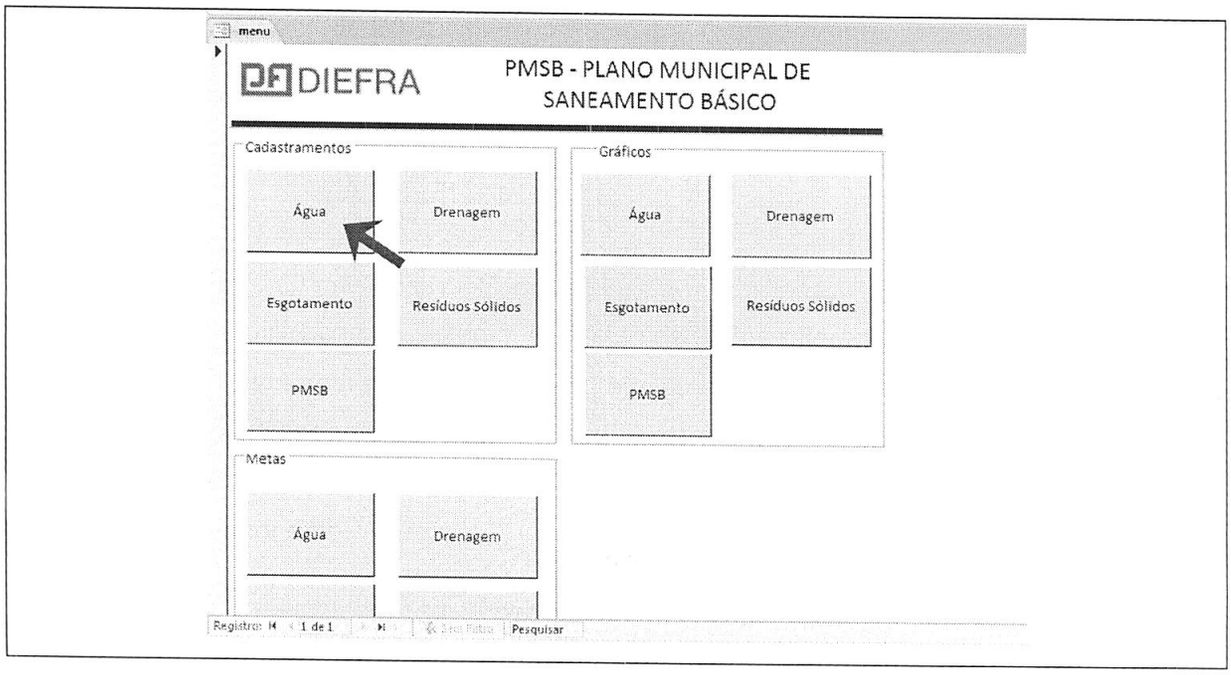
Na janela "Alerta de Segurança", marcar a opção "Habilitar este conteúdo", e clicar em "ok" para prosseguir:



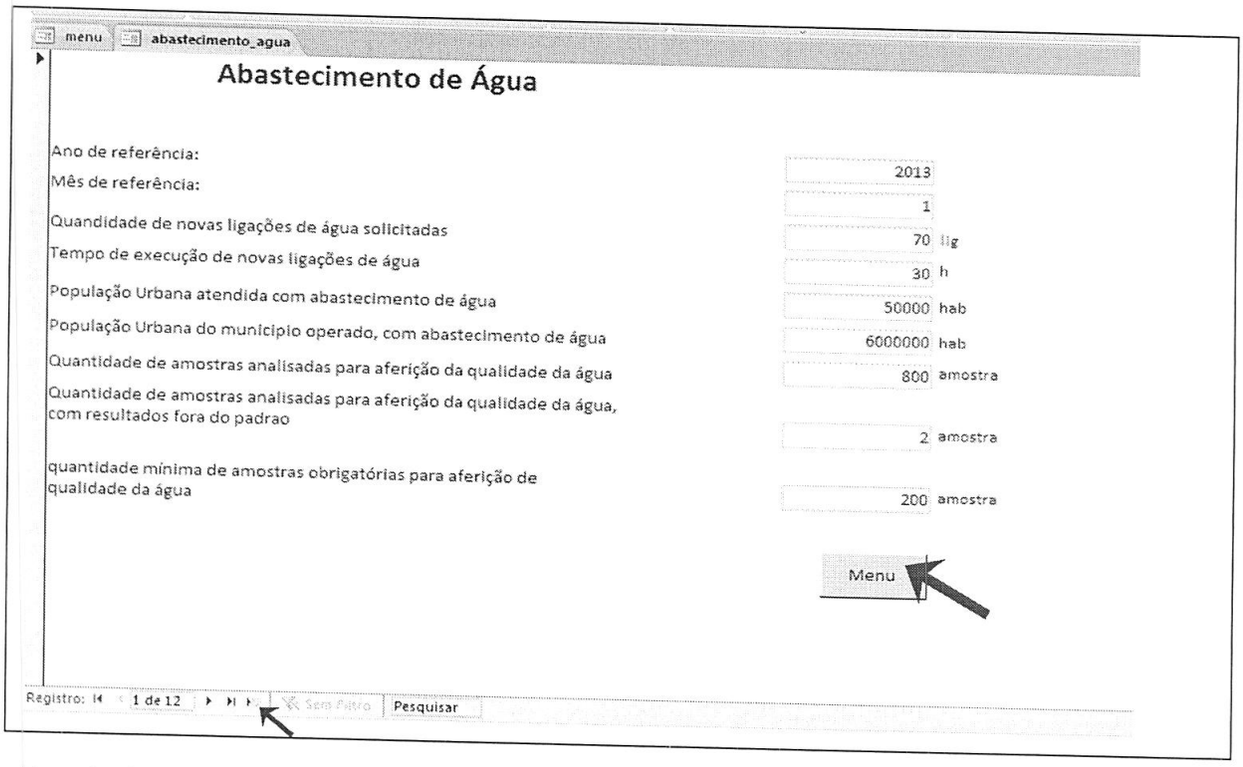
Com o programa habilitado, pode-se verificar os tipos de consulta permitidos, envolvendo cada um dos 4 componentes do Saneamento Básico e a gestão do PMSB:



Deve-se iniciar a utilização do sistema, inserindo os dados referentes ao mês escolhido para dar início ao monitoramento dos Planos, Projetos e Ações de cada um dos quatro componentes do Saneamento Básico. Para isso, no item CADASTRAMENTO, deve-se clicar no ícone referente ao componente desejado. No exemplo, a consulta feita será referente ao componente "Água":



O sistema indica que a periodicidade de coleta dos dados seja mensal. Tais dados devem ser obtidos através de informações fornecidas pelo Departamento Comercial do DAEPA. No item 5 deste documento, estão dispostos todos os parâmetros utilizados e a forma como esses dados devem ser coletados.



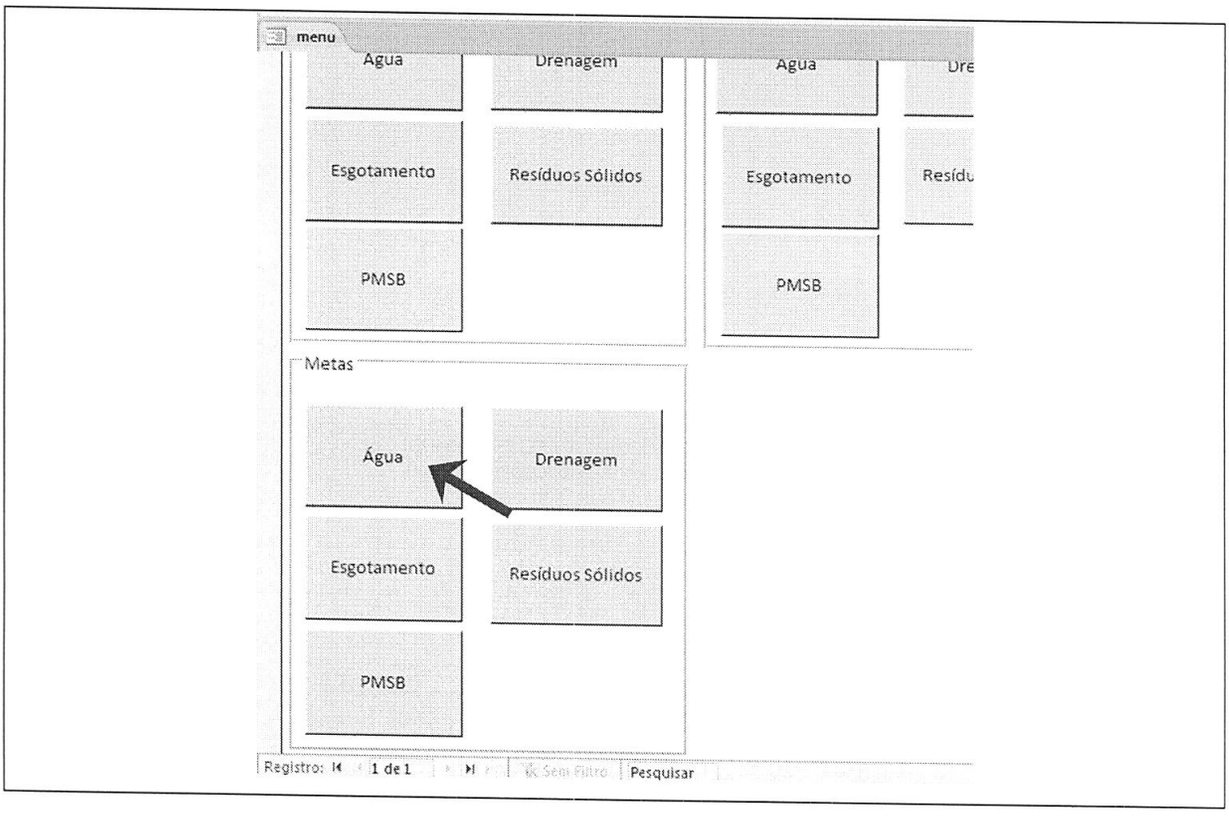
Para incluir dados referentes a um novo mês, basta clicar no ícone "Novo registro" (a seta apontada na figura acima); uma página em branco será aberta e a inclusão poderá ser feita. Para rever as páginas correspondentes aos meses inseridos anteriormente, basta navegar nas "setinhas" ao lado do ícone (apontadas na figura).

Clicando no ícone "menu", o sistema retorna para a tela inicial.

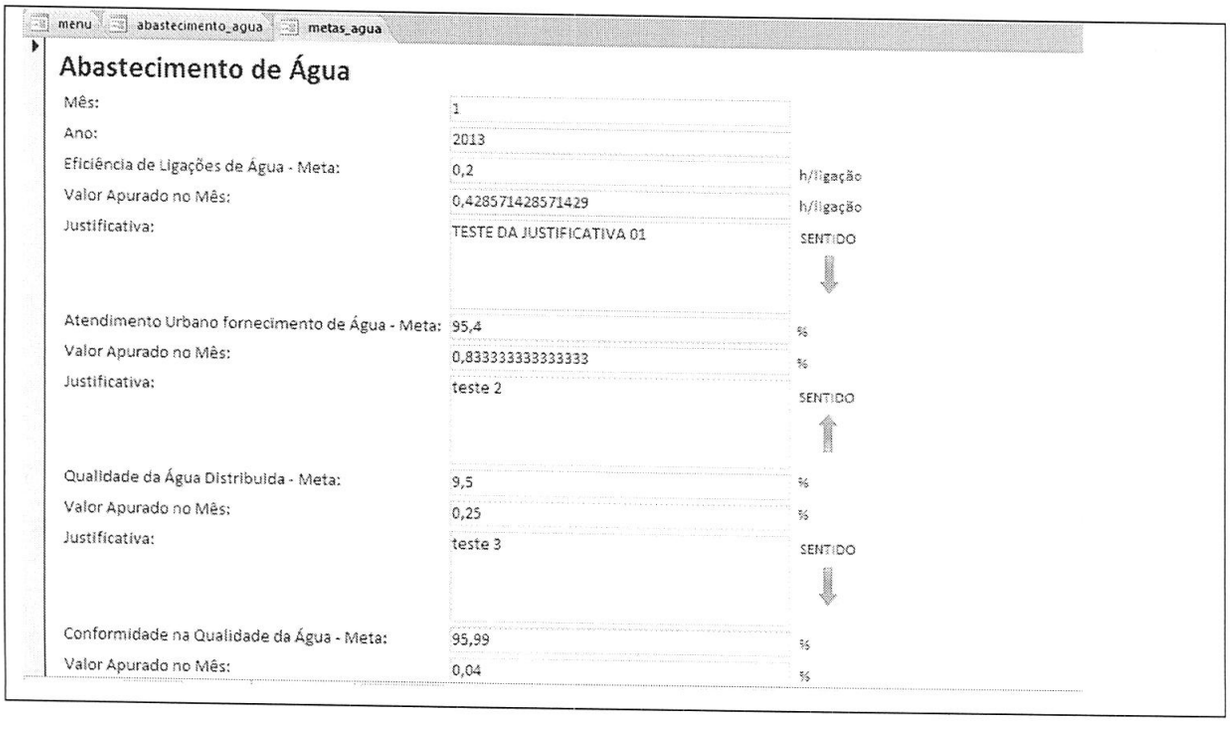
Metas

Definidos os valores de cada uma das metas a serem alcançadas, deve-se preencher o sistema de Informação a fim de que tais metas sejam monitoradas (seu alcance ou não), seguindo o esquema abaixo:

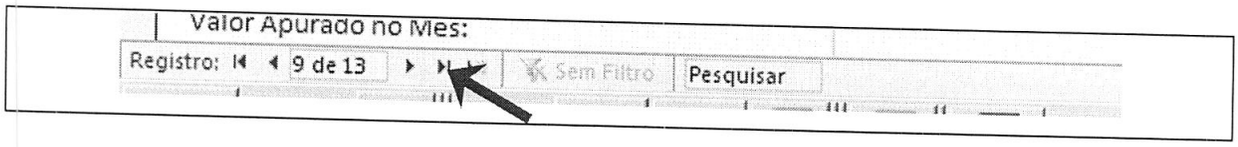
1°) Para inserir a meta estipulada no sistema, clicar no item "Água" no Menu "Metas":



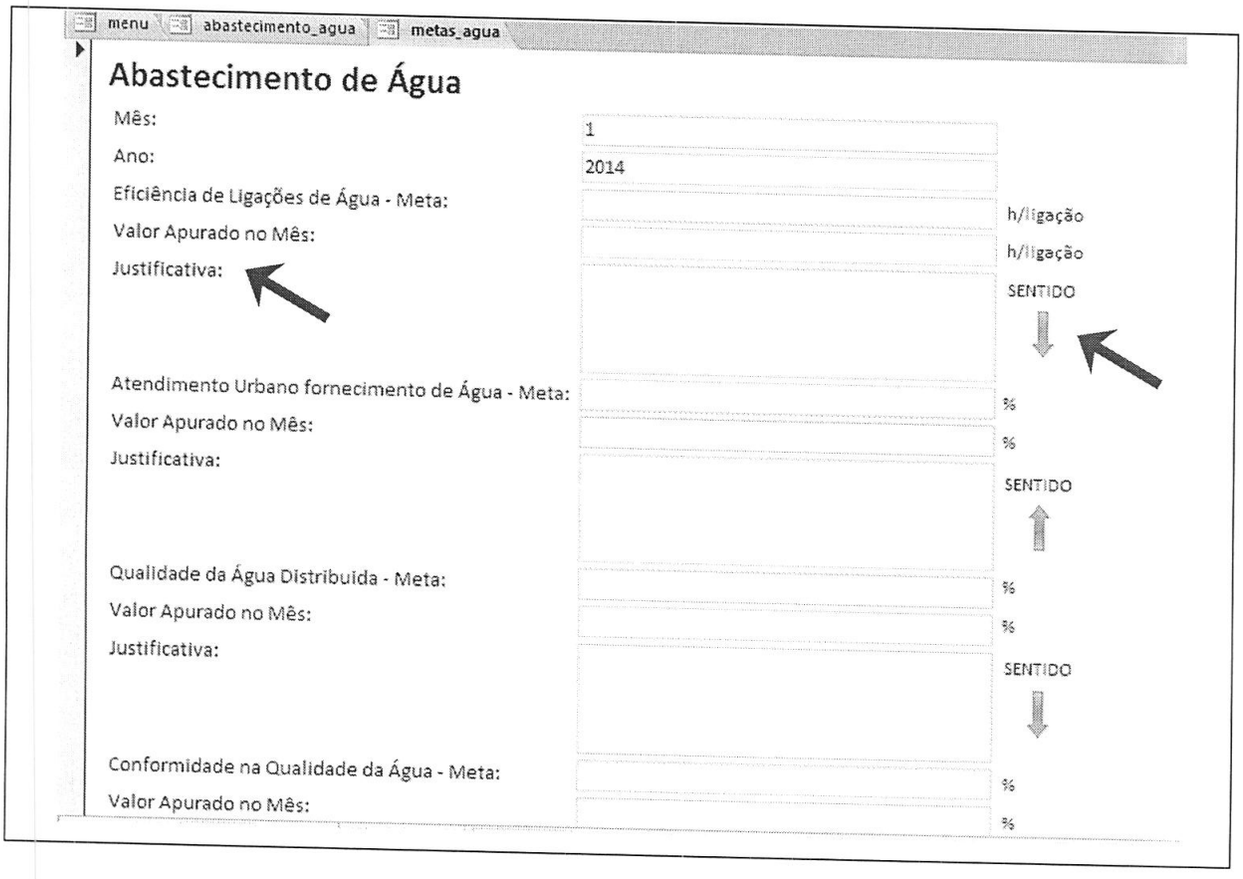
2º) Será gerada a tabela conforme figura, o que permite que os valores dos indicadores de cada período analisado seja visualizado:



3º) Para abrir uma nova aba, para que sejam inseridas novas metas, basta clicar na seta abaixo:



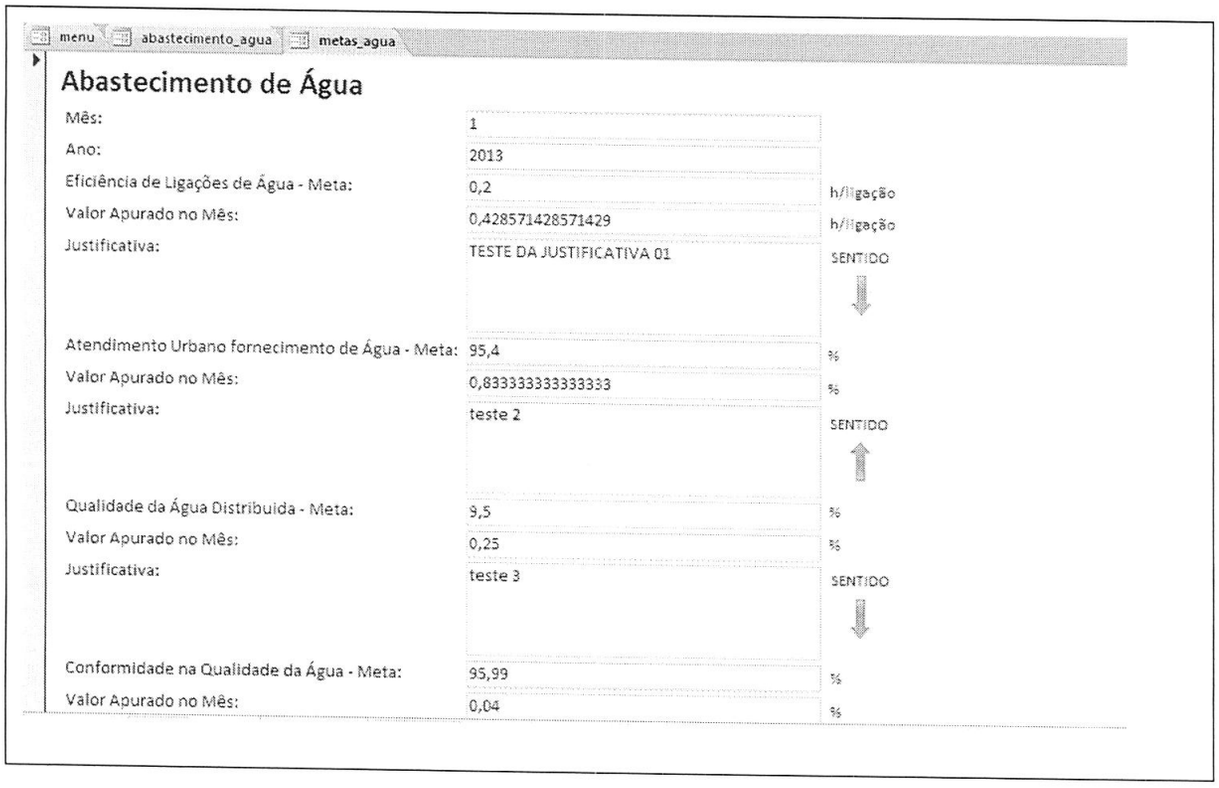
4º) Uma nova aba, sem dados será aberta para que sejam preenchidos os itens: Mês, Ano e Meta. Quando for calculado o "valor apurado no mês" de cada um dos indicadores, automaticamente o sistema fará o preenchimento deste item.



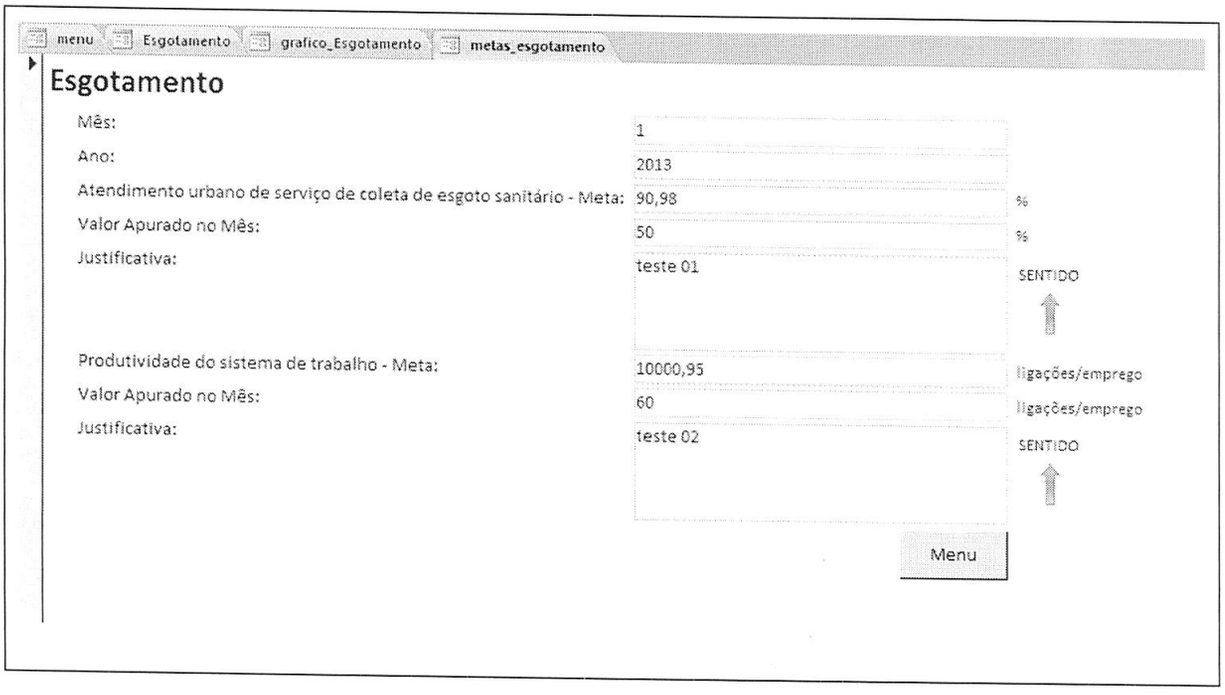
Caso o valor apurado esteja aquém da meta estabelecida, o Município terá como justificar o ocorrido. Isso poderá ser feito no item "Justificativa".

As setas verdes inseridas na lateral indicam o "sentido" destes indicadores. Caso ela esteja apontada para baixo, significa que quanto maior o indicador, melhor para o município. Quando a seta está indicada para baixo, significa que quanto menor o indicador, melhor para o município.

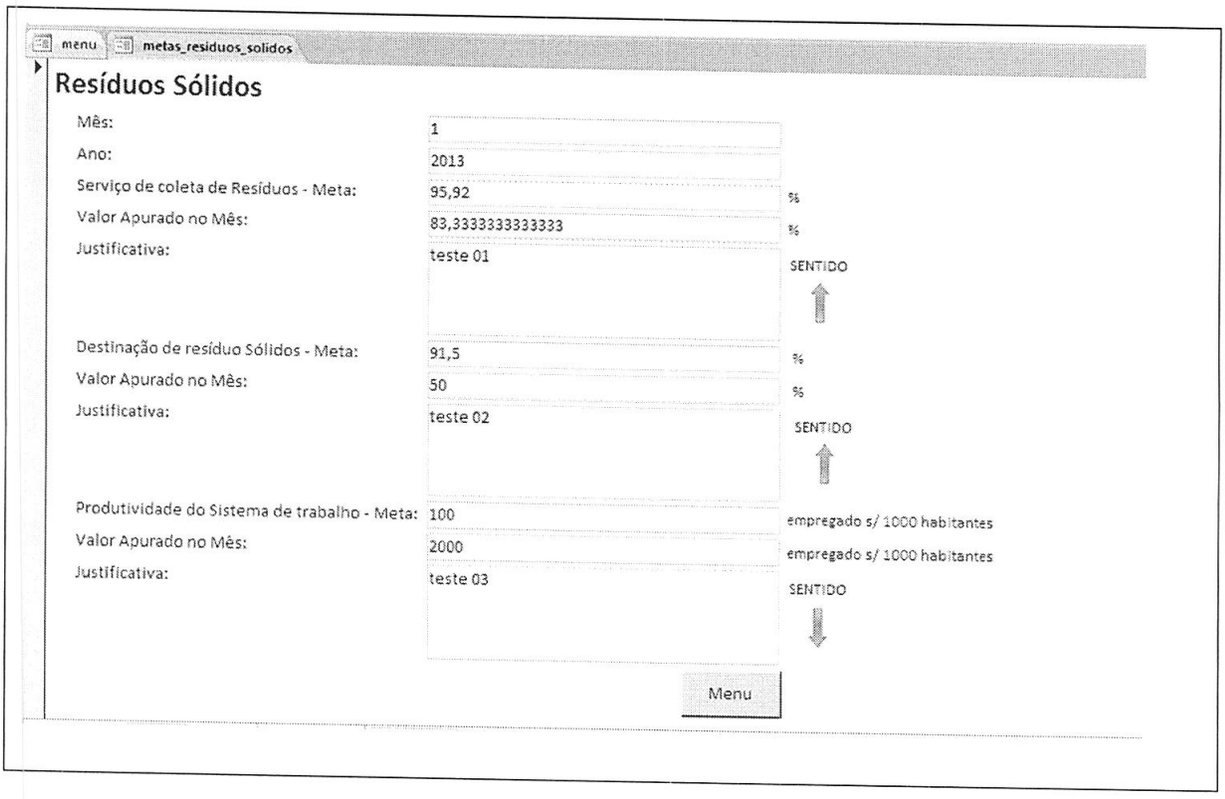
Metas Componente Abastecimento de Água



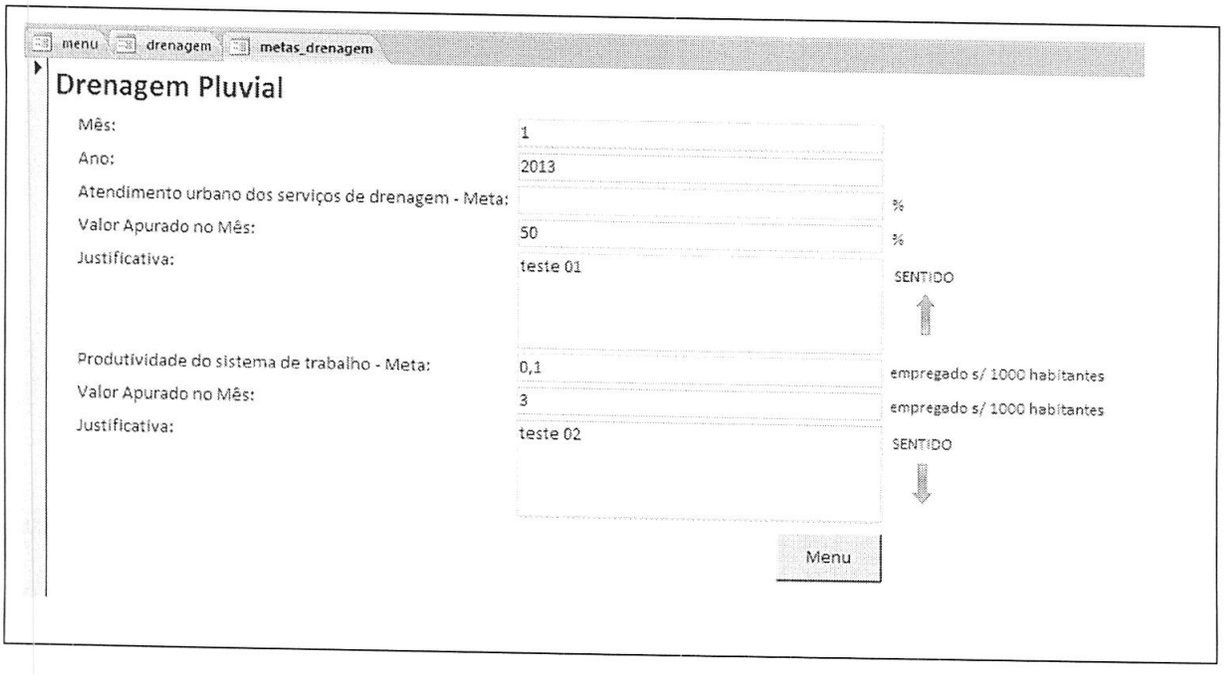
Metas Componente Esgotamento Sanitário



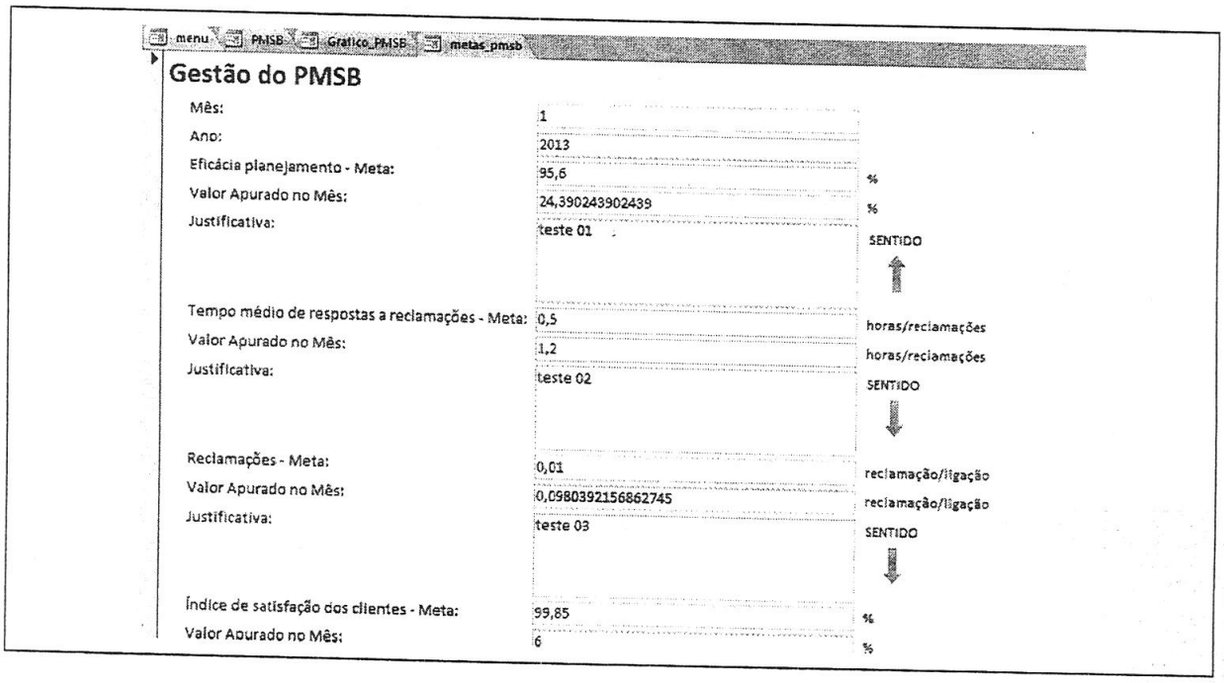
Metas Componente Resíduos Sólidos



Metas Componente Drenagem Pluvial



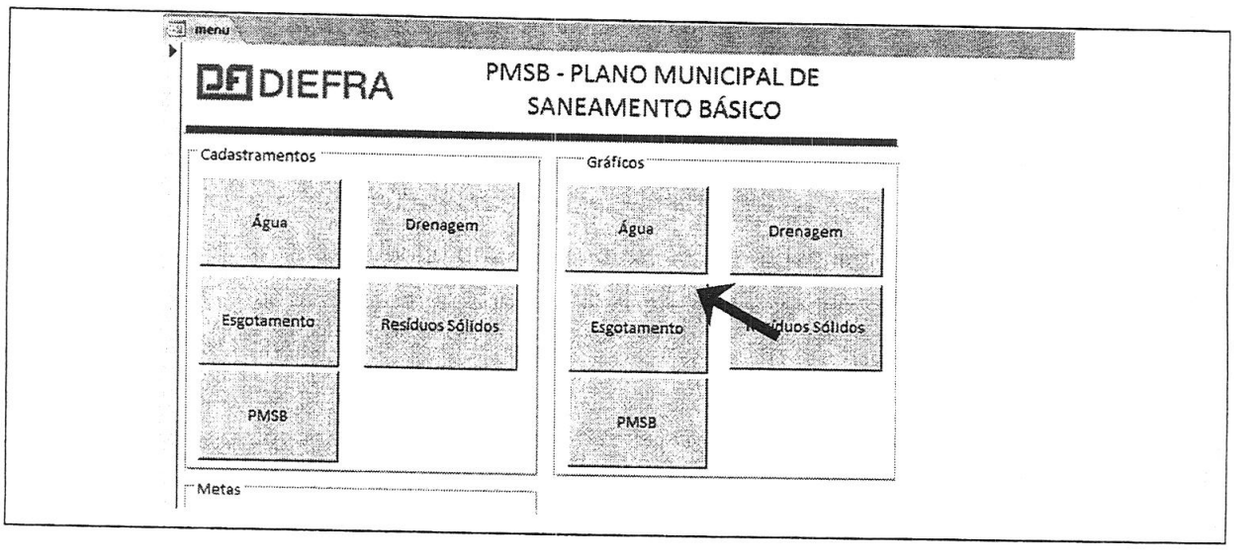
Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB



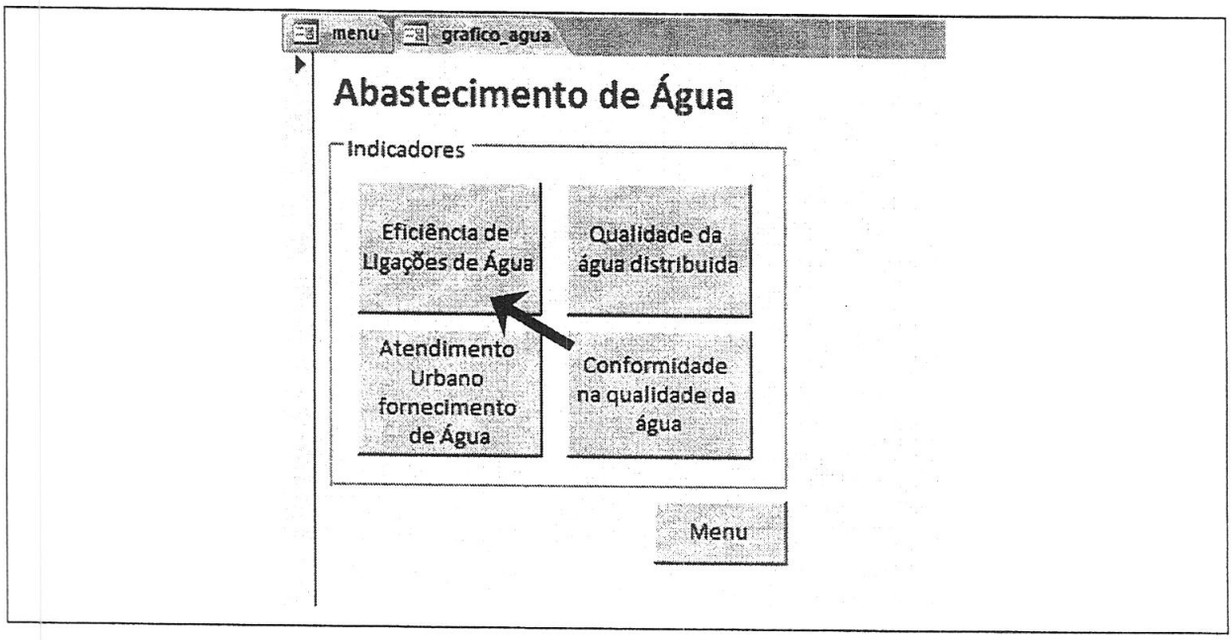
Gráficos

A análise gráfica é mais um item do Sistema de Informações que permitirá a gestão efetiva dos Indicadores de Desempenho do PMSB, auxiliando na definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços. Para visualizar os gráficos que demonstrarão a evolução dos indicadores a serem calculados pelo sistema e para fazer a comparação de seus valores no decorrer do tempo, é necessário seguir o esquema abaixo (considerando ainda o item "Água" como exemplo):

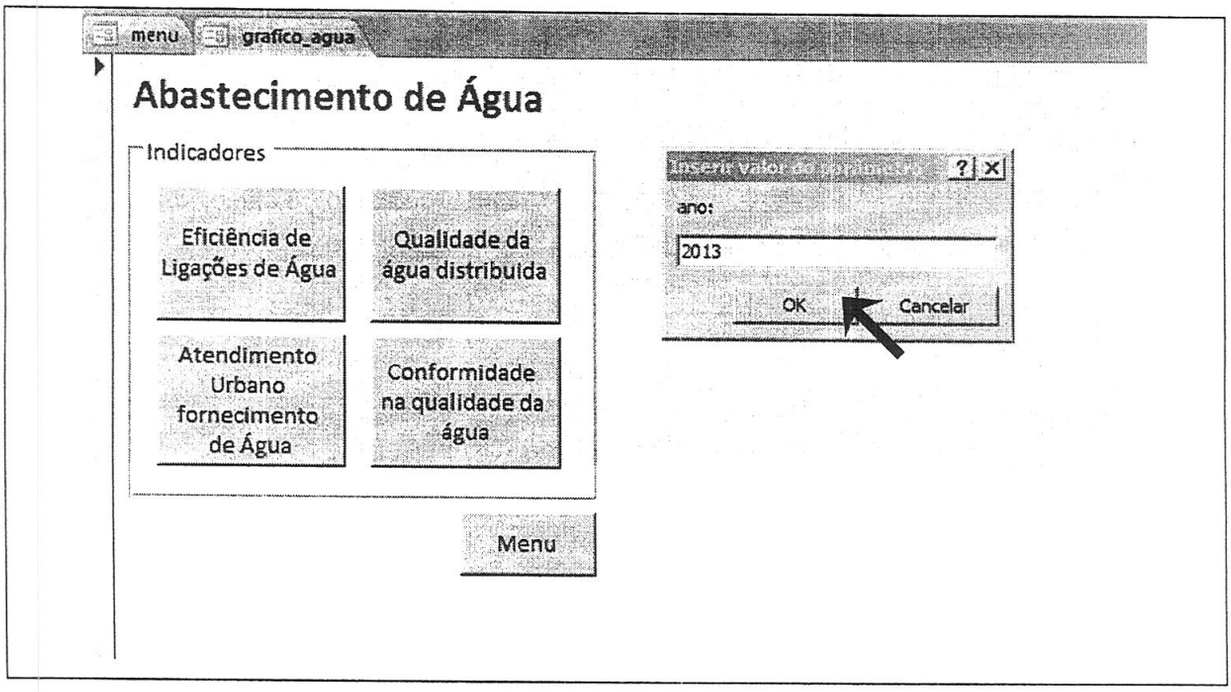
1º) Clicar no ícone "Água", da seção Gráficos:



2º) Na aba correspondente aos indicadores, escolher qual deles você deseja efetuar a consulta, clicando no ícone correspondente:

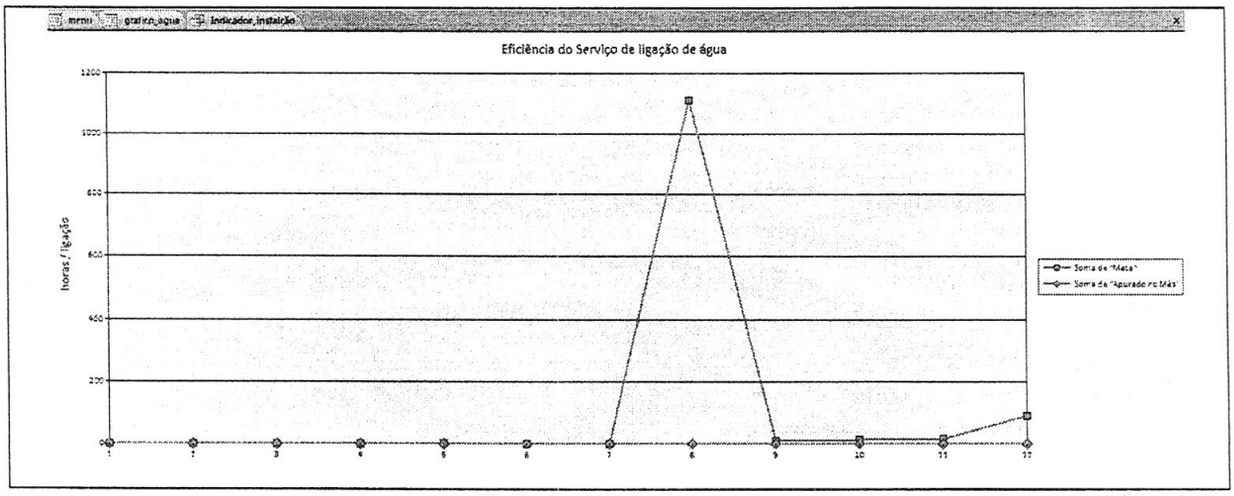


3º) Digitar o ano de consulta e clicar em OK:

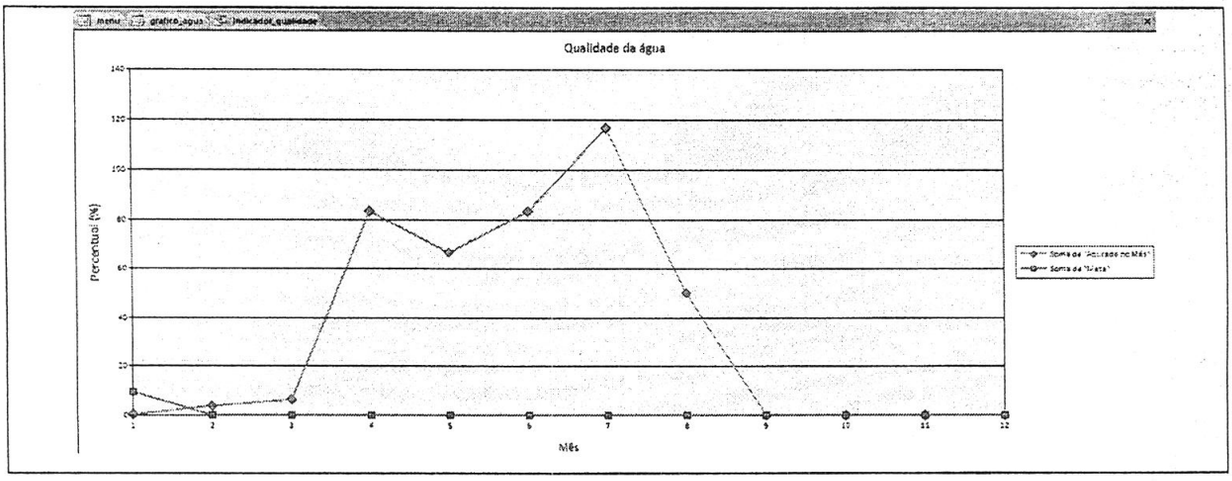


4º) Na sequência, exemplos dos gráficos de todos os indicadores do componente "Água":

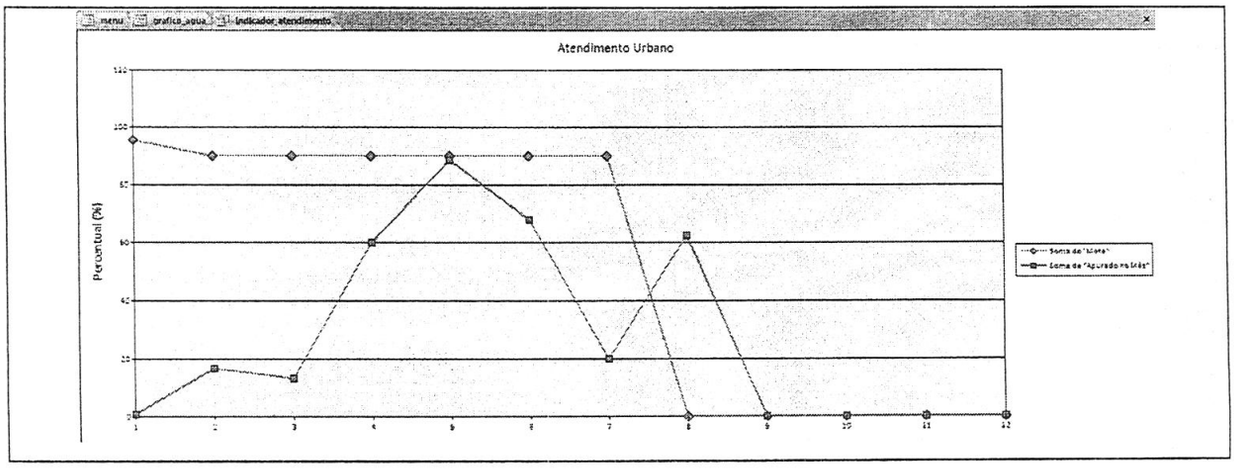
Eficiência do Serviço de Ligação de Água



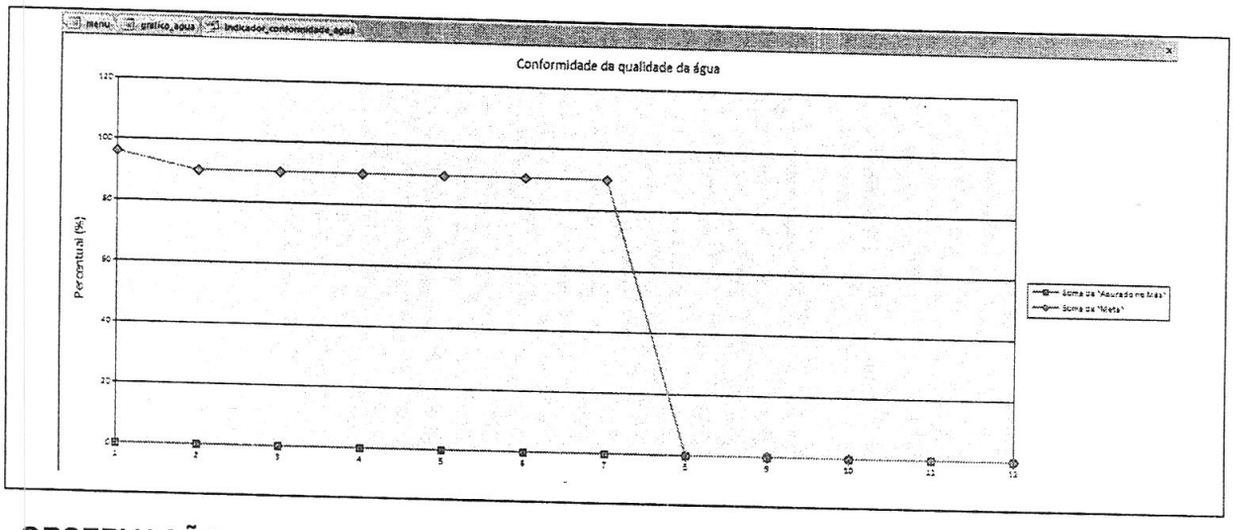
Qualidade da Água



Atendimento Urbano



Conformidade da Qualidade da Água



OBSERVAÇÃO: A consulta dos gráficos dos indicadores dos demais componentes do saneamento básico (Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos, Drenagem) e do indicador referente ao PMSB deve ser feita da mesma forma.